

Pontifícia UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Letras

Valméria Brito Almeida Vilela Ferreira

**ORIENTAÇÕES DE PERIÓDICOS MÉDICOS EM TORNO DA ESCRITA DO
ARTIGO CIENTÍFICO: prescrições e valores**

Vitória da Conquista - BA

2022

Valméria Brito Almeida Vilela Ferreira

**ORIENTAÇÕES DE PERIÓDICOS MÉDICOS EM TORNO DA ESCRITA DO
ARTIGO CIENTÍFICO: prescrições e valores**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Doutora em Linguística e Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Alves Assis

Área de concentração: Linguística e Língua Portuguesa.

Vitória da Conquista - BA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F383o Ferreira, Valméria Brito Almeida Vilela
Orientações de periódicos médicos em torno da escrita do artigo científico:
prescrições e valores / Valméria Brito Almeida Vilela Ferreira. Vitória da
Conquista, 2022.
218 f. : il.

Orientadora: Juliana Alves Assis
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Letras

1. Linguagem - Periódicos - Pesquisa. 2. Escrita - Aspectos sociais. 3.
Periódicos - Publicação. 4. Política linguística. 5. Publicações científicas -
Avaliação. 6. Escrita - Análise do discurso. 7. Linguagem - Aspectos sociais. 8.
Comunicação na ciência. 9. Prescrição médica. I. Assis, Juliana Alves. II.
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em
Letras. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 801.73

Valméria Brito Almeida Vilela Ferreira

**ORIENTAÇÕES DE PERIÓDICOS MÉDICOS EM TORNO DA ESCRITA DO
ARTIGO CIENTÍFICO: prescrições e valores**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Doutora em Linguística e Língua Portuguesa.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Juliana Alves Assis – PUC Minas (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Adriana Fischer – FURB (Banca examinadora)

Prof. Dr. Benedito Gomes Bezerra – UPE (Banca examinadora)

Prof. Dr.^a Jane Quintiliano Guimarães Silva– PUC Minas (Banca examinadora)

Prof. Dr.^a Vera Lúcia Lopes Cristóvão – UEL (Banca examinadora)

Vitória da Conquista – BA, 20 de maio de 2022

Para aqueles que acompanharam este trabalho mais de perto: Marcos, Mércia, João, Lu e Kaká.

Para o meu pai, que não esperou o término desta tese, mas continuou me motivando com o seu exemplo de força, resiliência e coragem.

Para os profissionais da área da educação e da saúde, que, em tempos de pandemia, permaneceram salvando vidas, pela instrução e pelo cuidado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque reconheço que toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do alto.

À Prof.^a Dr.^a Juliana Alves Assis, agradeço imensamente a orientação primorosa e segura, e, principalmente, a generosidade, gentileza e tranquilidade com que me ajudou a superar as dificuldades deste processo. Foi uma honra e uma imensa alegria tê-la como minha orientadora.

Às professoras Dr.^a Ada Magaly Matias Brasileiro e Dr.^a Jane Quintiliano Guimarães Silva, as valiosas contribuições no meu exame de qualificação.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, o conhecimento compartilhado.

A todos os colegas e amigos que encontrei ao longo do doutorado, as ricas trocas de experiências e a alegria da convivência. Em especial à Fernanda, Amanda, Eline, Sibely, Viviane e Gilce, todo o amparo e carinho.

Às minhas grandes amigas Mirinha, Virgínia e Fabiana, que sempre compartilharam comigo todos os momentos tristes e felizes da vida e, neste doutorado, foram minhas grandes incentivadoras.

Ao Núcleo de Estudos em Letramentos, Linguagem e Formação (NELLF), os diálogos instaurados e as experiências compartilhadas.

Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-graduação em Letras, Berenice, Rosária, Sirlane, Jefferson e Giovanni, agradeço o atendimento sempre cordial.

Em especial, com muito amor e respeito, agradeço aos meus pais Mércia e Valeriano (sempre no meu coração) o esforço, zelo, amor e apoio incondicionais, a quem devo toda a minha formação.

Aos meus maiores amores, Marcos, João, Lu e Kaká, a presença repleta de doçura, carinho e luz no processo desta pesquisa, com quem tenho o privilégio de dividir sonhos e conquistas.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, o apoio institucional e financeiro à pesquisa.

“Sabe, Sancho, todas essas tempestades que acontecem conosco são sinais de que em breve o tempo se acalmará; porque não é possível que o bem e o mal durem para sempre, e segue-se que, havendo o mal durado muito tempo, o bem deve estar por perto.”

Dom Quixote, de Miguel de Cervantes

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança:
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades”.

Luís de Camões

RESUMO

Este estudo tem por objetivo compreender e descrever os discursos que orientam a escrita do artigo científico em periódicos médicos, identificando os valores que emergem dessas instruções. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos teóricos do Círculo de Bakhtin e em algumas noções desenvolvidas por Foucault (2008, 2010) e Bourdieu (2004, 2008). Sob a luz da Análise Dialógica do Discurso, entende-se que as instruções dos periódicos médicos são constituídas nas relações dialógicas com os discursos oficiais do contexto de internacionalização, sendo, portanto, concebidas como enunciados concretos. A partir dessa perspectiva, as noções de estilo, forma composicional e conteúdo temático (elementos do gênero do discurso) e enunciado funcionam como categorias de análise para guiar esta investigação. O *corpus* selecionado é composto por normas de submissão de dez periódicos, 29 editoriais, 19 artigos e pelo manual de recomendações para a redação de artigos científicos, elaborado pelo Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos. A análise mostra que os discursos orientadores de práticas de escrita dos periódicos respondem às demandas das políticas de avaliação/internacionalização das agências de fomento (CNPq, Capes e FAPs) e aos critérios de admissão e permanência de revistas das bases indexadoras. Observa-se também um diálogo dos periódicos com as diretrizes internacionais (*Recomendações para elaboração, redação, edição e publicação de trabalhos acadêmicos em periódicos médicos* e as diretrizes para a escrita da Rede Equator), as quais funcionam como discursos constituintes que promovem a centralização e a homogeneização das práticas de escrita científica na área da medicina. Em linhas gerais, os resultados apontam que a busca por visibilidade, impacto e presença nos índices internacionais leva grande parte dos periódicos a modificar as políticas linguísticas e as diretrizes sobre a redação de artigos científicos. Por essa via, há periódicos que assimilam os discursos oficiais, propagando os valores referendados no e pelo cronótopo da internacionalização ao prescrever: i) o uso do inglês como língua franca; ii) o uso de certas estruturas composicionais e características estilísticas, que promovem a concisão, objetividade e replicabilidade do artigo científico. Por outro lado, percebem-se movimentos de resistência e problematização de tais valores, ao instituir espaço para políticas linguísticas multilíngues e práticas de escrita científica mais heterogêneas.

Palavras-chave: Escrita científica. Política linguística. Artigo científico. Gênero do discurso. Língua franca.

ABSTRACT

The research aims to describe and understand discourses that guide the writing of scientific articles in medical journals identifying the values that rise from these instructions. The study is based on the theoretical assumptions of Bakhtin Circle and some notions presented by Foucault (2008, 2010) e Bourdieu (2004, 2008). Influenced by Dialogic Discourse Analysis, it is understood that the instructions of the medicine journal are founded on dialogic relation with official discourses in the internationalization context, thus, they are conceived as concrete utterance. From such perspective, the notions of style, thematic content, compositional constructions (the elements of the speech genre) and utterance work as categories of analysis to guide the investigation. The selected *corpus* is composed by a set of norms to submit collected in ten journals, 29 editorials, 19 articles and a manual of recommendations for writing scientific articles, written by International Committee of Medical Journal Editors. The analysis shows that the guiding discourses for writing presented by journals respond to the demands of the evaluation/internationalization policies of funding agencies, (CNPq, Capes, FAPs) and to the criteria for the admission and permanence of journals in the indexing data bases. There is also a dialogue between the journals and the international guidelines (*Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals* and the Equator Network guidelines), which work as constituent discourses that foster the centralization and homogenization of the writing practices in the medical field. In general, the results indicate that the search for visibility, impact and presence on the international indexes led the journals to modify the linguistic policies and the guidelines about the scientific article writing. In this way, most of investigated journals assimilate/adhere the official discourses, propagating the values endorsed in and by the internationalization chronotope by prescribing: i) the use of English as a *lingua franca*; ii) the use of certain compositional structures and stylistic characteristics, which promote the conciseness, objectivity and replicability of the scientific article. In another way, resistance movements against such values can be seen, making room for multilingual linguistic policies and for more heterogeneity in scientific writing practices.

Keywords: Scientific writing. Linguistic policy. Scientific article. Speech genres. *Lingua franca*.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADD	Análise Dialógica do Discurso
AMB	Associação Médica Brasileira
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EQUATOR	Enhancing the Quality and Transparency Of health Research
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
ICMJE	International Committee of Medical Journal Editors
FI	Fator de Impacto
IMRD	Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão
ISI	Institute for Scientific Information
JCR	Journal Citation Reports
LA	Linguística Aplicada
MBE	Medicina Baseada em Evidências
NELLF	Núcleo de Estudos em Linguagem Letramentos e Formação
PRISMA	Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Metanálises
RATS	Qualitative Research Review Guideline
SciELO	Scientific Electronic Library Online

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista de periódicos selecionados para a pesquisa.....	67
Quadro 2 - Classificação dos periódicos segundo a área de conhecimento e a instituição responsável por sua edição e publicação	67
Quadro 3 - <i>Corpus</i> da pesquisa	71
Quadro 4 - Valores de classificação do Qualis.....	81
Quadro 5 - Critérios de avaliação de periódicos para admissão e permanência no Scielo.....	88
Quadro 6 - Critérios de indexação de periódicos da ISI e Scopus	91
Quadro 7 - Idiomas prescritos para a submissão de artigos	137
Quadro 8 - Gêneros prescritos para a publicação	169
Quadro 9 - Prescrições em torno da estrutura composicional do artigo de revisão.....	192

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página inicial do <i>site</i> da Rede Equator.	101
Figura 2 - Diretriz PRISMA	105
Figura 3 - Página da Rede Equator para o acesso das diretrizes em diferentes idiomas	109
Figura 4 - Trecho retirado do periódico <i>Clinics</i>	117
Figura 5 - Carta ao editor da <i>Revista de Saúde Pública</i>	118
Figura 6 - Trecho recortado de uma carta ao editor da <i>Revista de Saúde Pública</i>	119
Figura 7 - Artigo da revista <i>Memórias do Instituto Oswaldo Cruz</i>	123
Figura 8 - Página inicial do <i>site</i> da <i>Revista do Hospital das Clínicas</i> (atual <i>Clinics</i>)	135
Figura 9 - Página inicial do <i>site</i> da revista <i>Clinics</i>	136
Figura 10 - Editoriais com orientações sobre a escrita de um artigo em língua inglesa	141
Figura 11 - Referências bibliográficas do editorial da <i>Clinics</i>	145
Figura 12 - Trechos de um artigo de revisão da revista <i>Memórias do Instituto Oswaldo Cruz</i>	147
Figura 13 - Introdução de um artigo da revista <i>Clinics</i>	161
Figura 14 - Introdução de um artigo da revista <i>Cadernos de Saúde Coletiva</i>	163
Figura 15 - Quadro com prescrições sobre a estrutura composicional e o conteúdo da seção de método	181
Figura 16 - Trecho da seção de métodos de um artigo publicado na revista <i>Memórias do Instituto Oswaldo Cruz</i>	182
Figura 17 - Quadro com prescrições sobre a estrutura composicional e conteúdo da seção de resultados	185
Figura 18 - Quadro com prescrições sobre a estrutura composicional e conteúdo da seção de discussão	187
Figura 19 - Trecho da seção de conclusão de um artigo da <i>Revista de Saúde Pública</i>	189
Figura 20 - Trechos de elementos pós-textuais de um artigo da <i>Clinics</i>	189

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 Apresentação da proposta: problematização e questões de pesquisa.....	25
2 Objetivos, justificativa da pesquisa e contribuições esperadas	27
3 Organização dos capítulos	31
CAPÍTULO I - CONCEPÇÕES DO CÍRCULO DE BAKHTIN: FUNDAMENTAÇÃO	
TEÓRICA	33
1.1 A escrita científica como uma atividade ética e estética	34
1.2 O enunciado concreto e a natureza dialógica da linguagem.....	42
1.3 Gêneros do discurso: esferas de uso e estratificação da linguagem	47
1.4 Cronótopo: uma noção para a análise dos enunciados/gêneros.....	52
1.5 Pontos de afinidade entre Bakhtin, Bourdieu e Foucault: noções de campo, poder e resistência	54
1.6 Algumas considerações sobre a noção de ciência	62
CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO	63
2.1 Caracterização da pesquisa	65
2.2 Procedimentos de coleta e análise de dados	65
CAPÍTULO III - CONTEXTO DISCURSIVO, SOCIAL E HISTÓRICO PRODUTOR	
DAS POLÍTICAS EDITORIAIS E DAS ORIENTAÇÕES PARA A ESCRITA	
CIENTÍFICA DOS PERIÓDICOS MÉDICOS NACIONAIS.....	75
3.1 A função dos editores como <i>gatekeepers</i> da escrita científica.....	76
3.2 Políticas de avaliação, financiamento e internacionalização dos periódicos.....	77
3.2.1 <i>O Qualis periódicos e as vozes dos editores.....</i>	79
3.3 Os Critérios para inclusão e permanência de periódicos na base Scielo.....	86
CAPÍTULO IV - DISCURSOS CONSTITUINTES DE PRÁTICAS DE ESCRITA	
CIENTÍFICA NA ÁREA MÉDICA	93
4.1 A voz do Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos	93
4.2 O discurso da Rede Equator e suas diretrizes para a escrita do artigo científico	100
4.3 Respostas dos periódicos aos discursos das diretrizes internacionais	111
4.3.1 <i>Movimentos de assimilação dos discursos das diretrizes internacionais.....</i>	112
4.3.2 <i>Movimentos de distanciamento dos discursos das diretrizes internacionais.....</i>	116
CAPÍTULO V - O ESTILO DO ARTIGO CIENTÍFICO NO CRONÓTOPO DA	
INTERNACIONALIZAÇÃO.....	121
5.1 A arena discursiva em torno do idioma de publicação do artigo científico: uma visão diacrônica	122
5.2 As políticas linguísticas dos periódicos médicos: uma perspectiva sincrônica	136
5.3 Prescrições e interdições em torno do estilo do artigo científico	140
5.4 A dicotomia entre os escreventes nativos e não nativos de inglês: a visão dos editores	149
5.4.1 <i>Os mitos da desvantagem do escrevente não nativo e os seus contrapontos.....</i>	150

5.4.2 As implicações da dicotomia entre o escrevente nativo e não nativo nas orientações para a escrita do artigo científico.....	152
5.5 Características e valores estilísticos prescritos para a escrita do artigo científico ..	155

CAPÍTULO V - PRESCRIÇÕES E VALORES EM TORNO DO CONTEÚDO

TEMÁTICO E DA FORMA COMPOSICIONAL DO ARTIGO CIENTÍFICO.....	167
--	------------

6.1 Os tipos de artigos prescritos para a publicação.....	168
--	------------

6.2 Artigo original: prescrições, interdições e valores	170
--	------------

6.2.1 Orientações para a escrita dos elementos pré-textuais do artigo original.....	173
---	-----

6.2.2 Orientações para a escrita dos elementos textuais do artigo original	177
--	-----

6.3 Orientações para escrita do artigo de revisão	190
--	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
---	------------

APÊNDICE A: Referências do <i>corpus</i>.....	215
--	------------

INTRODUÇÃO

1 Apresentação da proposta: problematização e questões de pesquisa

O presente trabalho tem como objeto de estudo os discursos que orientam a escrita do artigo científico propagados por periódicos médicos no contexto de internacionalização da ciência. A seleção por este objeto foi motivada pelas leituras e discussões realizadas pelo projeto *Escrita acadêmica/científica: das formas de presença do autor, do outro, das áreas de conhecimento e seus domínios disciplinares* (Chamada Universal MCTIC/CNPQ 2018), desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Linguagem Letramentos e Formação (NELLF) da PUC Minas, em parceria com pesquisadores de outras instituições.¹ Por meio dos debates realizados nesse Núcleo, percebi que os periódicos científicos desempenham um papel fundamental na promoção e consolidação de práticas de escrita, uma vez que, dispondo de todo um aparato tecnológico e legitimidade, conferida por uma comunidade científica, fazem circular normas e modelos de escrita, que reverberam e influenciam as práticas de letramento nas universidades.

Aliada a essa questão, observei como os periódicos e os discursos dos editores são perpassados por injunções sociais e históricas. Ou seja, as políticas editoriais das revistas científicas dialogam com as vozes oficiais oriundas de agências de fomento, bases indexadoras e instituições internacionais, que estabelecem políticas e diretrizes para a pesquisa, escrita e publicação de artigos científicos. Diante desse quadro, parto da ideia de que os editores, agentes responsáveis pela instituição das normas de submissão de uma revista, respondem às pressões pela internacionalização e aos discursos oficiais de formas variadas; em outras palavras, podem assimilar ou não tais injunções e discursos.

Sendo assim, o pressuposto que levanto nesta investigação é o de que os discursos orientadores para a escrita científica dos periódicos da área médica não são enunciados neutros, elaborados num vácuo social e histórico, mas são produtos de um campo do conhecimento permeados por relações de poder e por uma atmosfera valorizante. Por isso, as orientações/instruções não são atemporais e estáveis, mas construções sociais que respondem às demandas de um certo campo do saber e são constituídas na/pela relação entre as instâncias de produção das normas, isto é, os periódicos/editores, as instituições de financiamento de pesquisa, os comitês internacionais e as bases indexadoras.

¹Esse projeto é coordenado pela professora Dr.^a Juliana Alves Assis e é formado por um grupo de pesquisadores da PUC Minas, UNESP, FURB, USP, UFOP, IFMG e Université de Lille.

Em face de tais considerações e na tentativa de defender essa ideia, dediquei-me a fazer uma análise dos discursos/enunciados que orientam a escrita científica na área médica publicados em determinadas revistas.

Para os propósitos deste trabalho, selecionei 10 periódicos indexados na base de dados Scielo e construí um *corpus* composto por enunciados recortados: i) das normas de submissão dos periódicos (e das diretrizes internacionais citadas nessas normas); ii) de editoriais e iii) de artigos assinados por editores dos periódicos em questão. No que tange às normas de submissão, sua escolha foi baseada na compreensão de que esses textos não apresentam meras informações técnicas sobre o estilo, a estrutura composicional e a língua de publicação de artigos, mas são formas de definir e/ou interditar determinados modos de dizer, gêneros e estilos de escrita num campo do conhecimento. É preciso esclarecer que, por meio da análise das normas de submissão dos periódicos, verifiquei que elas incorporam, por meio de *links*, o documento *Recomendações para Elaboração, Redação, Edição e Publicação de Trabalhos Acadêmicos em Periódicos Médicos* (elaborado pelo Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos) e as diretrizes para a escrita da Rede Equator. Desse modo, tais documentos também fazem parte do *corpus* desta pesquisa e são denominados como discursos constituintes, designação que será explicada, com mais vagar, no capítulo 4.

Já os editoriais e artigos, reunidos para esta análise, versam sobre a escrita do artigo científico e são assinados por editores dos periódicos em tela. A seleção dos textos foi pautada no entendimento de que, por meio deles, é possível apreender de forma mais explícita: i) os posicionamentos e as avaliações dos editores com respeito às pressões para a internacionalização da ciência; ii) as práticas de escrita prescritas e/ou interditas pelos periódicos; iii) as concepções e os valores que subjazem às diretrizes editoriais sobre a escrita do artigo científico. Nesse sentido, considero que os documentos selecionados possuem uma função metapragmática, ou seja, descrevem, avaliam, condicionam e orientam os usos da língua na interação escrita (SIGNORINI, 2008, p. 117). Além disso, os discursos orientadores dos periódicos estabelecem uma interface com a esfera universitária, pois influenciam suas práticas de escrita, contribuindo para estabilização do estilo e da estrutura do artigo científico e de outros gêneros utilizados por determinados campos do conhecimento.

A análise do *corpus* foi feita à luz das concepções apresentadas pelo Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2002, 2010, 2010a, 2016, 2017; VOLOCHINOV, 2013, 2017; MEDVIÉDEV, 2019) e dos estudos de Foucault (2000, 2006, 2008, 2010) e Bourdieu (2004, 2008). Parto, assim, da compreensão de que os textos coletados nesta investigação são enunciados socio-historicamente situados e instâncias de manifestações dialógicas e axiológicas.

Concebido pelo Círculo como a verdadeira unidade da comunicação, o enunciado foi tomado nesta investigação como uma macrocategoria de análise. A partir dos enunciados coletados (constituídos por trechos recortados das instruções aos autores, artigos e editoriais dos periódicos médicos), a pesquisa foi conduzida por meio da observação das orientações dos editores em torno dos elementos do gênero discursivo artigo científico, a saber: *o conteúdo temático, o estilo e a estrutura composicional*. Portanto, tais elementos foram mobilizados neste estudo como categorias analíticas.

Acredito que a análise do *corpus*, guiada por essa perspectiva teórico-metodológica, pode ser reveladora de uma arena de tensões e conflitos ligada às injunções sociais, políticas e ideológicas que subjazem às normas e às práticas de escrita para a publicação. Para nortear a pesquisa, levantei a seguinte questão: Como se constituem os discursos que orientam a escrita do artigo científico em periódicos médicos no contexto de internacionalização da ciência brasileira? Com intuito de responder a essa pergunta, fiz outros questionamentos:

- a) Quais são as recomendações dos discursos constituintes (recomendações e diretrizes internacionais) acerca dos elementos do gênero artigo científico?
- b) Quais são as orientações dos editores em torno da língua de publicação?
- c) Quais são as prescrições dos periódicos em torno dos elementos do artigo científico (estilo, conteúdo temático, estrutura composicional)?
- d) Que concepções, critérios e valores são referendados pelos periódicos como promotores da qualidade do artigo científico?

Em vista disso, apresento, na sequência, os objetivos da tese e as justificativas para o desenvolvimento desta investigação.

2 Objetivos, justificativa da pesquisa e contribuições esperadas

O objetivo geral deste estudo é compreender e descrever os discursos que orientam a escrita do artigo científico em periódicos médicos, identificando os valores que emergem dessas instruções. A partir desse objetivo geral e das questões de pesquisa levantadas, delinheio os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e descrever o contexto discursivo, social e histórico que engendra as orientações dos periódicos;

- Explicitar o posicionamento dos editores com respeito às coerções impostas no contexto de internacionalização dos periódicos;
- Descrever e analisar as recomendações das diretrizes internacionais (discursos constituintes) para escrita do artigo científico;
- Evidenciar os enunciados-respostas dos periódicos às recomendações das diretrizes internacionais;
- Descrever as orientações dos periódicos sobre a língua de publicação dos artigos, bem como analisar o posicionamento dos editores acerca do *status* do inglês como língua franca da ciência;
- Descrever as prescrições dos discursos orientadores dos periódicos em torno do estilo, do conteúdo temático e da forma composicional do artigo científico;
- Identificar as características e os valores que definem a qualidade de um artigo científico nos discursos orientadores dos periódicos.

As pesquisas em torno da escrita acadêmico-científica têm se expandido nos últimos anos e, como mostra Assis (2015), o interesse por essa temática favoreceu a construção de frentes de pesquisas, dentre as quais se encontram os estudos francófonos, em parte, representados pelas pesquisas publicadas no livro *Letramento e formação universitária: formar para a escrita e pela escrita*, organizado por Rinck, Boch e Assis (2015). Ademais, a autora destaca os trabalhos de Lea e Street (1998, 2006) e Street (2003), vinculados à área dos Novos Estudos do Letramento, e ressalta também as pesquisas de Swales (1996), que estão voltadas para o funcionamento dos gêneros acadêmicos sob a perspectiva da Nova Retórica.

No contexto nacional, as pesquisas de Assis (2015) Fisher (2007), Marinho (2010), entre outras, abordam as dificuldades e os conflitos dos estudantes em suas práticas de escrita em cursos superiores. Tais problemas fomentaram a criação de grupos de pesquisa e laboratórios de escrita em diferentes universidades, dentre eles, destaco o Núcleo de Estudos em Linguagem Letramentos e Formação (NELLF), da PUC Minas, e o Laboratório Integrado de Letramentos Acadêmico-científicos (LILA), composto por pesquisadores de Instituições de Ensino Superior do Paraná. Os membros desses grupos têm desenvolvido estudos sobre as práticas de escrita em diferentes culturas disciplinares, apresentando contribuições importantes para o letramento acadêmico.

O LILA vem ofertando palestras, rodas de conversas e oficinas com o objetivo de auxiliar estudantes e professores de várias áreas do saber em sua compreensão e produção de

gêneros acadêmico-científicos (CRISTOVÃO, V. L. L. *et al*, 2020). Já as contribuições do NELLF estão materializadas e ressoam em obras como *Ensaio sobre a escrita acadêmica* (KOMESU; ASSIS, 2019); *Entrevistas sobre a escrita acadêmica* (SILVA; LOPES, 2020); *Colocando a mão na massa: implicações da aprendizagem e do ensino da escrita na universidade* (RODRIGUES; SILVA, 2020), *Escrita de pesquisa e para a pesquisa* (RODRIGUES, 2018), para citar algumas.

De forma geral, pode-se dizer que tais obras revelam a complexidade e os desafios que subjazem à escrita científica e demonstram que essa prática não pode ser vista como universal e homogênea, mas localizada em campos disciplinares e permeada por relações de poder e coerções sócio-históricas. Os estudos apontam também para a necessidade de se conhecerem as culturas, convenções e normas que conduzem a escrita nos diferentes campos do conhecimento e indicam uma forte associação entre comunidades/culturas disciplinares com certas práticas e gestos de escrita. Vale lembrar também, como assinala Motta-Roth (2002), numa visada foucaultiana, que é necessário entender a cultura de um campo para saber o que pode e/ou deve ser dito num texto científico.

Nesse enquadre, considero que esta investigação vai ao encontro da necessidade, apontada por Grossmann (2015, p. 120), de se avançar nas pesquisas em torno da escrita científica no nível (sub) disciplinar, bem como considerar “as relações de força e de formas de desigualdade (entre línguas, entre disciplinas)”, de modo a compreender os fenômenos de dominação e censura.

Sendo assim, no que respeita às subáreas pesquisadas, selecionei orientações para a escrita de periódicos de Pediatria, Cardiologia, Saúde Pública, Clínica Médica, Medicina Tropical e Epidemiologia, buscando situar essas orientações no contexto de internacionalização. Ou seja, pelas lentes do Círculo de Bakhtin e Foucault, busco pensar e analisar as orientações dos periódicos/editores para a escrita, em sua historicidade, e, como disse há pouco, permeadas por relações de poder e injunções institucionais. Considerando, portanto, tal ligação dos discursos orientadores das revistas com o contexto sócio-histórico, procuro identificar as prescrições em torno de línguas de publicação, estilo, estrutura e conteúdo temático que constituem o gênero artigo científico.

Além disso, a preocupação com a historicidade das instruções dos periódicos, neste estudo, levou-me a buscar dados para mostrar o caráter provisório dos discursos orientadores, por meio de suas ressignificações e atualizações para acompanhar as mudanças do campo do saber em pauta e/ou as demandas institucionais.

Outro fator que me levou à proposta desta investigação está associado à necessidade de agregar conhecimento sobre a escrita na área da medicina, já que esse campo ainda é pouco investigado pela Linguística Aplicada (LA). Ressalto que há trabalhos importantes em torno da escrita do artigo científico em culturas disciplinares da área da saúde. Dentre eles, destaco as pesquisas de Dias e Bezerra (2013), Costa (2015), Lima (2015) e Pacheco (2020).

O trabalho de Dias e Bezerra (2013) apresenta uma proposta de composição retórica para a seção de Introdução em artigos acadêmicos na área de Saúde Pública. Costa (2015) analisa a produção e o consumo do gênero artigo científico nas áreas de Medicina e Linguística e Lima (2015) investiga o uso de recursos metadiscursivos com foco na área médica. A pesquisa de Pacheco (2020) oferece uma descrição detalhada da realização do gênero acadêmico original em quatro culturas disciplinares da área da saúde (Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia) numa perspectiva sociorretórica.

Neste trabalho, foco nas orientações para a escrita de artigos científicos em periódicos médicos, levando em conta o seu papel e a importância na formação dos estudantes e pesquisadores, visto que balizam suas práticas de escrita e publicação de artigos científicos, bem como influenciam as atividades de ensino/pesquisa, forjando modos de dizer que, muitas vezes, se estendem para várias áreas da saúde (Fisioterapia, Enfermagem, Farmácia, Odontologia etc.).

É importante ressaltar, aqui, os desafios e as limitações que encontrei, como pesquisadora dessa área, para compreender e abordar certos aspectos que perpassam a prática de escrita científica na medicina, como suas metodologias de pesquisa, por exemplo. Tais aspectos, a despeito de não fazerem parte do escopo deste estudo, demandaram atenção para o entendimento de certas práticas de escrita.

Ressalto, entretanto, que uma pesquisa sobre os discursos orientadores na área médica, sob as lentes da LA, pode oferecer contribuições importantes para os estudos do letramento acadêmico. Primeiramente, acredito que o seu caráter interdisciplinar (MOITA LOPES, 2006) oferece ao pesquisador um leque de teorias variadas para auxiliar o entendimento do objeto investigado. No caso específico deste estudo, recorri a teorias do discurso para pensar as orientações dos periódicos como enunciados situados no tempo/espço e perpassados por valores.

Além disso, as perspectivas dos estudos decoloniais da LA (KLEIMAN, 2013; KUMARAVADIVELU, 2006) indicam caminhos para problematizar a globalização/internacionalização e seus investimentos no fomento i) de práticas de pesquisa e escrita universais, ii) da ideologia do monolinguismo na esfera científica e da hegemonia da

língua inglesa, e iii) dos modelos neoliberais de *rankings* de periódicos e pesquisadores, tomando como base critérios quantitativos como o Fator de Impacto. Numa ótica decolonial, conforme Kleiman (2013, p. 40), a pesquisa deve abordar os olhares do sul, ou seja, os sujeitos sócio-históricos de nossa realidade social. Por essa via, neste trabalho, trago para a discussão as vozes dos editores do sul, suas orientações, comentários e avaliações em torno da prática de escrita médica.

Desse modo, penso que os resultados arrolados neste trabalho podem fortalecer as frentes de pesquisas que tratam da diversidade na escrita científica, oferecendo contribuições pertinentes para ampliar o conhecimento em torno dela e para auxiliar as atividades de ensino e extensão que operem com uma concepção de escrita como uma atividade complexa, multifacetada e heterogênea. A partir da exposição dos objetivos e das justificativas para a realização da pesquisa, descrevo a organização dos capítulos da tese.

3 Organização dos capítulos

Organizo esta tese em seis capítulos. No primeiro, discuto algumas concepções da teoria do Círculo por meio das obras de Bakhtin (2010, 2010a, 2016, 2017), Volóchinov (2013, 2017), Medviédev (2019). Discorro também sobre os estudos de Faraco (2009, 2010), Geraldi (2012) e Sobral (2007, 2009), para citar alguns, a fim de apresentar as noções que fundamentam este trabalho, a saber: o enunciado, os gêneros do discurso, as apreciações valorativas, as forças centrípetas/centrífugas e o dialogismo. Apresento, em seguida, as convergências entre os pressupostos do Círculo e as abordagens dos estudiosos Bourdieu (2004, 2008) — com a noção de campo/esfera e capital científico — e Foucault (2010) — com a concepção de poder e procedimentos de controle do discurso.

No segundo capítulo, delinco o percurso de pesquisa, expondo a base metodológica que sustenta a investigação (Análise Dialógica do Discurso), e, em seguida, descrevo a caracterização da pesquisa, os procedimentos de coleta e análise dos dados.

No terceiro capítulo, apresento o contexto discursivo e histórico que engendra os discursos orientadores dos periódicos. Na primeira parte, trato as políticas de avaliação, financiamento e internacionalização produzidas pela Capes e CNPq. Na sequência, menciono os critérios de indexação e permanência dos periódicos estabelecidos pela base Scielo, com enfoque no seu eixo de internacionalização. Dentro da perspectiva teórico-metodológica deste trabalho, a apresentação e a descrição desses discursos oficiais serão intercaladas pelos

enunciados-respostas dos editores às políticas implementadas pela Capes/CNPq e aos critérios de inclusão dos periódicos do Scielo.

No quarto capítulo, descrevo e analiso os discursos constituintes dos documentos: i) as *Recomendações para Elaboração, Redação, Edição e Publicação de Trabalhos Acadêmicos em Periódicos Médicos* e ii) as diretrizes para a escrita da Rede Equator, os quais estabelecem o “padrão de qualidade da escrita científica” e exercem uma força centrípeta, visando à homogeneização das normas e dos modelos de escrita nos periódicos médicos. Nesses documentos, foco nas recomendações sobre o estilo e a estrutura do artigo científico. Na parte final desse capítulo, busco evidenciar como os editores dos periódicos respondem e avaliam tais diretrizes internacionais.

No quinto capítulo, trato das orientações dos editores em torno do estilo do artigo científico. De início, parto da premissa de que o estilo é produto do trabalho sobre a língua, ou seja, uma escolha do sujeito entre alternativas lexicais e sintáticas dadas (POSSENTI, 2001; 2011). Busco, assim, na primeira parte, refletir sobre os idiomas de publicação prescritos pelos periódicos. Apresento também os posicionamentos dos editores (vozes do sul) com respeito à adoção do inglês como a língua franca da ciência, por meio das normas de submissão, de artigos e de editoriais dos periódicos selecionados, procurando depreender a dialogicidade e a historicidade desses discursos e delineando as transformações e reconfigurações nas políticas linguísticas dos periódicos. Na segunda parte, analiso as implicações da adoção do inglês como a língua da ciência nos discursos dos editores, descrevendo as prescrições e as interdições para a escrita de um artigo em inglês, bem como a visão dos editores em torno da dicotomia entre os escreventes nativos e não nativos. Finalizo esse capítulo delineando os valores e as características estilísticas referendados pelos periódicos para a promoção da qualidade do artigo científico, a saber: a objetividade, concisão e reprodutibilidade.

O sexto capítulo, organizado em três seções, está voltado para a discussão e a análise das orientações acerca do conteúdo temático e da estrutura composicional do artigo. Na primeira, explico os tipos de artigos publicados pelos periódicos. Nas seções seguintes, descrevo as prescrições e as interdições dos periódicos sobre tais elementos do artigo original e do artigo de revisão, buscando identificar a relação dos discursos orientadores com as demandas do contexto extraverbal e a dimensão valorativa dessas orientações. Após a tarefa analítica, apresento as considerações finais.

CAPÍTULO I - CONCEPÇÕES DO CÍRCULO DE BAKHTIN: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O enunciado é pleno de tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Porque nossa própria ideia — seja filosófica, científica, artística — nasce e se forma no processo de interação e luta com o pensamento dos outros.

BAKHTIN (2016, p. 59)

Neste capítulo, meu intuito é apresentar algumas noções desenvolvidas por Bakhtin (2002, 2010, 2010a, 2016, 2017), Volóchinov (2013, 2017) e Medviédev (2019), que nortearam a tarefa analítica desta pesquisa. A opção pela fundamentação teórica desta investigação (que está voltada para a análise dos discursos orientadores da escrita na área médica) nos estudos desenvolvidas pelo chamado Círculo de Bakhtin decorre da abrangência e da dinamicidade do seu conceito de linguagem e das noções de diálogo, enunciado e gênero do discurso para o estudo de fenômenos linguísticos e discursivos.

Como aponta Bakhtin (2010a, p. 264), a compreensão dessas noções é importante para todo pesquisador que opera com enunciados concretos (orais e/ou escritos) e que desse material extrai o seu *corpus* de pesquisa. É pertinente ressaltar que o valor heurístico da teoria do Círculo auxilia-me a compreender tanto a escrita científica como os discursos orientadores dos periódicos em torno dela, como veremos na discussão a seguir.

O aporte teórico deste trabalho consiste também em considerações de autores cujos estudos são baseados na teoria do Círculo de Bakhtin, tais como Faraco (2009, 2010), Brait (2006, 2010, 2012, 2016), Amorim (2004, 2006, 2010), Sobral (2007, 2008, 2009), dentre outros. Diante disso, organizo este capítulo em quatro seções: na primeira, apresento as noções que fundamentam a minha compreensão de escrita científica; na segunda, abordo os pressupostos do Círculo sobre o princípio dialógico da linguagem e o enunciado concreto; na terceira, discuto sobre os gêneros do discurso e os seus elementos constituintes e, na quarta, estabeleço algumas aproximações entre as reflexões do Círculo com os pressupostos de Bourdieu (2003, 2004, 2008) e Foucault (1999, 2000, 2008, 2010), a fim de discutir as noções de campo, capital científico, apresentados pelo sociólogo francês, bem como os procedimentos de controle do discurso e as relações de poder da teoria foucaultiana.

1.1 A escrita científica como uma atividade ética e estética

Antes de iniciar a discussão proposta para esta seção, é necessário tecer alguns esclarecimentos sobre o uso da expressão *escrita científica* neste trabalho. Os adjetivos *acadêmico* e *científico* geralmente são empregados para caracterizar determinados sujeitos, discursos e práticas. O primeiro, remete à esfera universitária e às suas atividades de ensino e pesquisa. Já o adjetivo *científico* é associado aos discursos, aos gêneros e às práticas reconhecidas e legitimadas por uma determinada comunidade. A escrita científica, por exemplo, diz respeito a “toda produção reconhecida como tal por um quadro institucional habilitado para fazê-lo (instituições de ensino superior, centros de pesquisa, órgãos de fomento à pesquisa, comitês de revistas científicas etc.)” (ASSIS, 2014, p. 546). Os gêneros discursivos legitimados por essas instâncias forjam as práticas de escrita de alunos e pesquisadores tanto da graduação como da pós-graduação. Como este estudo está centrado nos discursos orientadores dos periódicos médicos, não abordando diretamente as atividades de escrita desenvolvidas na esfera universitária, optei pelo termo escrita científica. Contudo, é importante ratificar a minha visão de que as escritas acadêmica e científica estão imbricadas e se retroalimentam nas interações entre os sujeitos e os discursos envolvidos na produção de gêneros discursivos dessas esferas.

Dito isso, exponho algumas considerações de Corrêa (2013) sobre a concepção de escrita e, na sequência, com o intuito de fundamentar a minha compreensão da escrita científica como um ato ético, tomo as considerações teóricas de Bakhtin, discutidas no ensaio *Para uma filosofia do ato responsável*.

No texto *Bases teóricas para o ensino da escrita*, Corrêa (2013) apresenta princípios importantes para a compreensão dessa atividade. Partindo da concepção de escrita como um processo, marcado pelo encontro de práticas sociais da oralidade e da escrita, bem como pela relação dialógica com os já-ditos, o autor propõe cinco fundamentos para nortear o ensino dessa habilidade, a saber: i) o fundamento dialógico; ii) o fundamento indiciário do processo de escrita; iii) o fundamento pragmático-enunciativo da produção escrita; iv) o fundamento discursivo do material linguístico (aspecto verbal) e do sujeito; e v) o fundamento discursivo da identidade do sujeito.

Com respeito ao primeiro, Corrêa (2013, p. 486), apoiando-se em Bakhtin, assinala que “a escrita se produz segundo gêneros do discurso e que qualquer caracterização/classificação de um gênero deve passar pelo diálogo que, nele, se reinveste”. Compreende-se, assim, que o diálogo, evocado na escrita, regula a materialização de um gênero do discurso. Por outro lado,

o caráter dialógico e intersubjetivo da escrita tem implicações na constituição do texto, pois, conforme o autor, a produção de um gênero do discurso está permeada pela atribuição de papéis e relações – mais, ou menos, hierárquicas – aos participantes.

Desse modo, a antecipação do encontro com um leitor presumido impõe uma série de restrições ao escrevente, implicando em procedimentos de edição mobilizados por ele, que, por sua vez, são pistas seguras de que, no ensino da escrita, não basta lidar apenas com as supressões, os acréscimos, as substituições e os deslocamentos, mas, também, com o processo histórico de construção do sentido a que esses procedimentos respondem (CORRÊA, 2013, p. 489). Nessa perspectiva, o autor apresenta o segundo fundamento teórico para o ensino da escrita, demonstrando que é necessário considerá-la como um processo indiciado no fio do discurso, inserido num tempo e espaço, ultrapassando, assim, o seu aspecto linguístico.

O terceiro fundamento – pragmático-enunciativo da produção escrita – descarta a ideia de escrita como uma tecnologia ligada a uma variedade normatizada e passa a considerá-la como um modo de enunciação, evidenciando sua faceta processual implicada na heterogeneidade dos usos.

No que se refere ao fundamento discursivo do material verbal e do sujeito (quarto fundamento), Corrêa (2013) denuncia a atenção exclusiva aos aspectos formais e linguísticos do gênero do discurso, em particular à sua construção composicional, e enfatiza a necessidade de levar em consideração a dimensão extraverbal (presumido social), que afeta a produção dos gêneros.

Por fim, ao tratar do fundamento discursivo da identidade do sujeito, o autor mostra que a alteridade é constitutiva da atividade escrita, considerando-a o elemento disparador da heterogeneidade e de sua dialogia com o já falado/escrito/lido. Portanto, a escrita é pensada por Corrêa como um processo dialógico e uma prática que não se limita aos aspectos verbais, mas inclui os presumidos sociais do gênero do discurso.

Os pressupostos teóricos sobre a escrita apresentados por Corrêa (2004, 2013) oferecem uma contribuição importante tanto para as atividades de ensino como para a sua compreensão em todas as esferas de atividade humana. Na esfera científica, por exemplo, Latour e Woolgar (1997, p. 42), ao descreverem as atividades de escrita de um grupo de pesquisadores e cientistas de um laboratório, explicitam tais características. Vejamos um trecho extraído do livro *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*:

Quando passa do laboratório para o espaço do escritório, o observador se vê mergulhado em um universo no qual a escrita é ainda mais impregnante. Os escritórios estão cobertos de fotocópias de artigos. Algumas palavras estão sublinhadas, as

margens estão cheias de pontos de exclamação. Os rascunhos de artigos misturam-se aos esquemas rabiscados apressadamente em pedaços de papel já usado: a carta de um colega, as listagens provenientes da seção ao lado. Páginas cortadas de um artigo são coladas em outros, excertos de artigos em preparação passam de mão em mão, as versões mais acabadas circulam de mesa em mesa. Os textos são constantemente modificados, novamente datilografados, corrigidos mais uma vez e, segundo o caso, adaptados ao formato desta ou daquela revista (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 42).

Nesse trecho, os autores retratam e demonstram o papel central da escrita na esfera científica. As ações de “sublinhar palavras”, “rabiscar esquemas”, “cortar e colar páginas de artigo”, “modificar”, “datilografar”, “corrigir e adaptar” os textos ao formato de uma determinada revista revelam algumas etapas dessa atividade que, a despeito de terem sido reconfiguradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais, fazem parte da rotina de escrita de todo pesquisador.

Como disse, acredito que a descrição de Latour e Woolgar (1997) nos auxilia a compreender a escrita como um processo e uma prática social constituída pela interação entre os sujeitos e regida por injunções das diversas instâncias e comunidades disciplinares, corroborando a concepção de escrita apresentada por Corrêa (2004, 2013). Nesse processo, é sabido que as constantes “correções” e “adaptações” do texto, em grande parte, são reações às demandas e às prescrições impostas pelos periódicos científicos, tópico que discutirei mais adiante neste trabalho. Por ora, importa-me ampliar essa discussão, valendo-me das reflexões de Bakhtin (2017), no livro *Para uma filosofia do ato responsável*, para apresentar uma noção de escrita como um ato ético e estético.

Para os estudiosos do Círculo (FARACO, 2010; AMORIM, 2006), esse texto, apesar de se constituir um rascunho com trechos ilegíveis, estilo repetitivo e ausência de referências às fontes teóricas, apresenta os princípios filosóficos que norteiam o pensamento de Bakhtin em seus trabalhos posteriores, oferecendo uma base à sua concepção dialógica da linguagem.

Conforme Faraco (2009), nessa obra, Bakhtin questiona os modelos abstratos de normas prescritivas e categóricas, e subsume a vida, ou a realidade prática vivida sob o termo ética,

aproveitando ressonâncias etimológicas desta palavra que remetem ao sentido de ‘maneira de ser, de agir’. A palavra *ética* não entra aí, portanto, para fazer referência à velha disciplina de filosofia prática, nem está sendo usada em seu sentido normativo mais restrito de código de conduta, embora com ambos relacionada, na medida em que é o agir humano que está em pauta (FARACO, 2009, p. 99).

Vê-se, assim, que a ênfase do estudo da ética em Bakhtin recai no agir humano. É importante destacar que a noção de ato no pensamento bakhtiniano, conforme Sobral (2007), não se resume apenas a uma ação física, mas envolve ações de ordem mental, emotiva e estética

(produção e recepção), situadas socio-historicamente, como pode ser observado no trecho a seguir:

cada um de meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo: eu ajo com toda a minha vida, e cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir (BAKHTIN, 2017, p. 44).

Sob esse prisma, a linguagem é vista como atividade e os enunciados (escritos ou orais) são caracterizados como singulares e responsáveis. Para compreender melhor tais características e a própria acepção de ato (linguagem), dentro da perspectiva bakhtiniana, faz-se necessário tecer algumas observações feitas por tradutores das obras desse pensador. Como indica Ponzio (2017, p. 9-10), na introdução à edição em português do livro *Para uma filosofia do ato responsável*, o termo ato vem da palavra russa *postupok*, que significa “passo”, “movimento”, “tomada de posição”. Nesse sentido, esse termo aponta para a ideia de um ato em realização, o que nos leva a conceber o ato ético como uma ação situada num tempo e espaço, que envolve posicionamentos e valorações. Nas palavras de Clark e Holquist (2008, p. 89), no ato ético (*postupok*), a ênfase não recai no produto da ação, “mas antes no ato ético em seu fazimento, como um ato no processo de criar ou ‘autorar’ um evento que pode ser chamado de ato, quer ele seja uma ação física, um pensamento, uma elocução ou um texto escrito”.

Além disso, é pertinente citar o comentário de Sobral (2007, p. 20) sobre sentido da palavra russa *otvetstvennost* que “une responsabilidade, o responder pelos próprios atos, a responsividade, o responder a alguém ou a alguma coisa”. A fim de traduzir essa ideia, o autor propõe o neologismo “responsibilidade”, que, a seu ver, designa numa só palavra tanto o aspecto responsivo como o da assunção de responsabilidade. Pode-se dizer que a responsividade situa o ato numa cadeia dialógica do agir, ao passo que a dimensão da responsabilidade revela o caráter ético e valorativo do ato. O ato ético, desse modo, é marcado pelo seu tom valorativo, pela concretude e irrepitibilidade, como pode ser visto no excerto abaixo:

em correlação com o meu lugar particular que é o lugar do qual parte a minha atividade no mundo, todas as relações espaciais e temporais pensáveis adquirem um centro de valores, em volta do qual se compõem num determinado conjunto arquitetônico concreto e estável [...] Expressões como ‘alto’, ‘baixo’, ‘abaixo’, ‘finalmente’, ‘tarde’, ‘ainda’, ‘já’, ‘é necessário’, ‘deve-se’, ‘mais além’, ‘mais próximo’, etc. não somente assumem um conteúdo-sentido no qual fazem pensar – isto é somente o conteúdo-sentido possível – mas adquirem um valor real, vivido, necessário e de peso, concretamente determinado do lugar singular por mim ocupado na minha participação no existir-evento (BAKHTIN, 2017, p. 118-119).

É interessante observar que o teórico russo situa o ato ético numa arquitetura do mundo real, perpassado por questões de valor, e, como bem pontua Faraco (2021), no curso intitulado *Bakhtin: linguagem e cultura*², confere uma materialidade aos valores por meio da linguagem. Para Bakhtin (2017, p. 92), a raiz da responsabilidade e da irrepetibilidade do ato está exatamente no seu tom emotivo-volitivo. Avançando na discussão em torno do ato ético, é importante destacar a sua dupla orientação, pois, para Bakhtin (2017, p. 43), o ato da atividade de cada sujeito, assim como a figura de Jano bifronte, olha, ao mesmo tempo, para duas direções opostas: “a unidade objetiva de um domínio da cultura e para a singularidade irrepetível da vida em que se vive”. Portanto, o autor apresenta uma oposição entre o mundo da cultura e o mundo da vida. O primeiro pode ser definido como o mundo do juízo teórico, “em que os atos concretos de nossas atividades são objetificados³ na elaboração teórica de caráter filosófico, científico, ético e estético” (FARACO, 2010, p. 18). Já o mundo da vida constitui-se do todo real da existência de sujeitos únicos que realizam atos irrepetíveis.

Como apontam Amorim (2006), Faraco (2010) e Sobral (2008), o pensador russo não nega a validade do conhecimento teórico nos diversos campos do saber, contudo, critica a sua pretensão de universalidade e independência do mundo da vida. Dessa forma, ele chama a atenção para os problemas causados pela separação entre o mundo da cultura e o mundo da vida, propondo que “o ato deve encontrar um único plano unitário para refletir-se em ambas as direções”, a fim de “superar a perniciosa separação e a mútua impenetrabilidade entre cultura e vida” (BAKHTIN, 2017, p. 44). Sobral (2007, 2008) lança luz nessa discussão mostrando que a concepção de Bakhtin sobre o ato ético busca integrar conteúdo e forma, o sensível e o inteligível, a elaboração teórica e a materialidade concreta, ser no mundo e categorização no mundo, pois a sua teoria recusa-se a dissociar o conteúdo e o processo do ato.

Desse modo, Sobral afirma que cada ato é único em seu processar-se, ainda que compartilhe com outros atos uma estrutura de conteúdo comum e repetível. Esse processo envolve um sujeito participativo que “une pessoal e social; cognitivo e empírico, universal e singular - em sínteses sucessivas que constituem o monismo arquitetônico bakhtiniano” (SOBRAL, 2007a, p. 107-108).

² Disponível em: <https://ead.abralin.org/course/index.php?categoryid=10>. Acesso em: 20 nov. 2021.

³ Com o objetivo de trazer luz para essa questão, citamos uma reflexão de Ponzio (2017) sobre a objetivação da morte expressa na frase “cada homem é mortal”. Segundo ele, “o sentido e o valor da minha morte, da morte do outro, do meu próximo, de cada homem real, da humanidade inteira, varia profundamente caso a caso, já que são todos momentos diversos do existir-evento singular. Somente para um sujeito desencarnado não participante, indiferente, todas as mortes podem ser indiferentemente iguais” (PONZIO, 2017, p. 20).

Acredito que esses postulados teóricos nos levam a compreender a escrita de um texto (artigo científico, editorial etc.) como um processo único, responsivo e valorativo, em que o escrevente (pesquisador/editor) estabelece uma rede de interlocuções para construir o seu texto (com o leitor presumido, as teorias vigentes, as coerções do campo etc.) e se posiciona frente ao seu objeto e aos já-ditos sobre ele. Além disso, o produto de seu ato, um artigo científico, por exemplo, suscita respostas que podem ter impactos epistemológicos, sociais e políticos. A título de ilustração, trago o cenário da pandemia de Covid-19 no Brasil, no ano de 2020, em que os artigos científicos, publicados em periódicos nacionais e internacionais, foram tomados como base para uma série de posturas sociais, políticas e econômicas, tais como: a imposição do distanciamento social, o uso de máscaras, a adoção de *lockdown* em diversas cidades, a prescrição de medicamentos, para citar algumas.

Abro, aqui, um parêntese para dizer que, de um lado, essa crise sanitária colocou em relevo o papel da ciência e dos pesquisadores na busca por remédios e vacinas para controlar a pandemia, de outro, desnudou um negacionismo científico de autoridades políticas e de uma parcela da população brasileira. Cabe esclarecer, por meio das palavras de Corrêa (2020, p. 89), que o negacionismo tem se constituído como uma prática que descorporifica “os conceitos científicos para firmar-se como fonte da verdade e, desse modo, deslegitimar qualquer modo de acesso ao conhecimento que não seja o próprio”. O discurso de negação da ciência provocou, assim, a circulação de notícias falsas nas mídias sociais sobre tratamentos e medidas de prevenção da Covid-19; os desdobramentos da desinformação e do negacionismo são vistos nos movimentos antivacina, na crença em teses conspiratórias sobre o surgimento do vírus e no uso de medicações sem evidência de sua eficácia para o tratamento da doença.

É importante observar também que o esforço dos pesquisadores em desenvolver estudos para compreender e controlar o vírus resultou num expressivo crescimento de publicação de artigos científicos. Todavia, isso demandou um sistema de revisão por pares mais célere e/ou requereu a publicação de trabalhos nas plataformas de *preprint*, produzindo, desse modo, um número maior de artigos que exigiram retratações⁴ por conta de erros ou fraudes. O uso indiscriminado e/ou casuístico de artigos científicos, sem resultados conclusivos sobre o tratamento da Covid-19, ou até mesmo com problemas metodológicos, para lastrear posturas políticas ou posicionamentos ideológicos, fomentou ainda mais os ruídos e as notícias falsas acerca da pandemia.

⁴ A esse respeito, conferir: <https://revistapesquisa.fapesp.br/integridade-em-meio-a-emergencia-sanitaria/>.

Feitas tais considerações sobre a dimensão ética e social da escrita científica, é necessário lembrar que, por mais singulares que esses textos sejam do ponto de vista temático e axiológico, eles assumem formas relativamente estáveis que garantem a sua inteligibilidade e a comunicação entre os sujeitos envolvidos. O ato de escrever na esfera científica é caracterizado por condutas estáveis e repetíveis estabelecidas por normas e convenções institucionais.⁵ Retornarei a esse ponto na seção 1.3, quando discorro sobre os gêneros do discurso. Por ora, abordo questões sobre a dimensão estética do ato de escrever.

A criação de um texto científico, assim como uma obra de arte ou um romance, pressupõe uma estética, que organiza o seu material, no caso em questão, o seu discurso. A meu ver, é significativo que no final da obra *Para uma filosofia do ato responsável*, Bakhtin apresente uma análise de um poema lírico de Pushkin, pois, como nota Queiroz (2017, p. 634), essa postura do filósofo revela a sua compreensão de que o ato ético acontece de forma ainda mais concreta numa atividade de produção estética. No exemplo trazido por Bakhtin (2017), essa estética é constituída por meio de uma linguagem verbal, materializada sob a forma de um poema.

Nessa direção, com o intuito de compreender a dimensão estética de uma obra/texto, mais especificamente dos textos científicos, tomo as noções de forma arquitetônica e forma composicional, instâncias que estão presentes nas criações estéticas das diversas esferas de atividade humana. Nas palavras de Bakhtin (2010a, p. 25), “as formas arquitetônicas são as formas dos valores morais e físicos do homem estético”, que organizam a obra em um todo harmônico dotado de sentido.

Para esse autor, a forma arquitetônica determina a escolha da forma composicional, que, por sua vez, organiza o material, possuindo um caráter utilitário e teleológico. Sendo assim, tais formas são interdependentes e estão imbricadas, por isso, como destaca o pensador russo, nos estudos de uma obra estética, é necessário considerar tanto as suas formas composicionais como a sua arquitetura valorativa, uma vez que, para ele, a obra deve ser vista como parte de uma esfera de atividade humana e não como uma obra produzida num vácuo social e histórico. A investigação de um objeto estético, assim, demanda reconhecer o seu pertencimento e a sua inserção na cultura humana. Nesse sentido, Bakhtin pondera:

⁵ Nessa perspectiva, Sobral (2007) mostra que na teoria bakhtiniana há uma distinção entre o ato-ocorrência e o ato-atividade, sendo que o primeiro se refere à ordem do particular e do irrepitível, enquanto o segundo está ligado à ordem do repetível e do geral, isto é, aquilo que cada ato tem em comum com outros atos.

[...] o estético, de certo modo, encontra-se na própria obra de arte, o filósofo não o inventa, mas para compreender cientificamente sua singularidade, a sua relação com o ético e o cognitivo, seu lugar no todo da cultura humana, e, enfim, os limites de sua aplicação, necessita-se da filosofia sistemática com os seus métodos. O conceito de estético não pode ser extraído da obra de arte pela via intuitiva ou empírica: ele será ingênuo, subjetivo e instável; para se definir de forma segura e precisa esse conceito, há necessidade de uma definição recíproca com outros domínios, na unidade da cultura humana (BAKHTIN, 2010a, p. 16).

O fragmento acima demonstra que, para o pensador, o reconhecimento de que a dimensão estética de uma obra/texto está imbricada na cultura humana⁶ é de fundamental importância para os estudos dos fenômenos discursivos. Isso porque, ao olharmos para um objeto estético, no seu relacionamento e orientação para cultura, sociedade e história, percebemos que “o fenômeno deixa de ser um mero fato, simplesmente existente, adquire significação, sentido, transforma-se como que numa mônada que reflete tudo em si e que está refletida em tudo” (BAKHTIN, 2010a, p. 29). Nesse trecho, apreendemos novamente a visão bakhtiniana da não-indiferença do ato cultural criador, uma vez que “ele não vive nem se movimenta no vazio, mas numa atmosfera valorizante” (BAKHTIN 2010a, p. 30). As criações estéticas da arte, da literatura e da ciência refletem e refratam em suas materialidades (formas verbais e/ou visuais) determinados aspectos do contexto extralinguístico.

É importante destacar que a criação estética de um gênero é “estabilizada” e “sobredeterminada” pelas injunções de diferentes instâncias envolvidas no seu processo de produção. Ou seja, tomando mais uma vez o artigo científico como ilustração, verificamos que a sua composição e o seu estilo seguem determinados modelos e organizações estéticas, que, como veremos no capítulo 6, podem ser reveladores de uma concepção de pesquisa e de ciência e fazem circular valores de um determinado campo do saber com respeito ao fazer científico.

Dentre as instâncias que apresentam a arquitetônica de valores organizadora do estilo e da estrutura composicional dos textos científicos, estão os periódicos, que prescrevem e/ou referendam as formas e os procedimentos enunciativo-discursivos reconhecidos nessa esfera. Tais prescrições fazem parte do processo de escrita científica e têm influências significativas na construção, configuração e “relativa estabilidade” do seu produto: artigos científicos publicados em periódicos. Tais discursos orientadores, objeto de estudo deste trabalho (materializados nas normas de submissão, editoriais e artigos assinados por editores dos periódicos médicos), não são tomados como um produto acabado e um fenômeno puramente linguístico e normativo, mas são vistos como enunciados concretos construídos num contexto

⁶ De acordo com Bakhtin (2010), a cultura humana é resultado da conjunção dos domínios da ética, da estética e da epistemologia. Esse tripé é reiterado no texto *O problema do conteúdo do material e da forma*.

histórico, social e cultural. Diante disso, na próxima seção, aprofundo a discussão acerca da noção enunciado.

1.2 O enunciado concreto e a natureza dialógica da linguagem

Sob a perspectiva bakhtiniana, os sujeitos se engajam numa produção discursiva por meio do enunciado concreto. O autor define o enunciado como a real unidade da comunicação discursiva e afirma que “o discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir” (BAKHTIN, 2016, p. 28). É importante destacar que, na visão de Volóchinov (2017), os enunciados podem ser constituídos por uma única palavra ou por textos mais extensos, como um artigo científico, um romance, como se vê no fragmento abaixo:

um livro, ou seja, *um discurso verbal impresso* também é um elemento da comunicação discursiva. Esse discurso é debatido em um diálogo direto e vivo, e, além disso, é orientado para uma percepção ativa: uma análise minuciosa e uma réplica interior, bem como uma reação organizada, também impressa, sob formas diversas elaboradas em dada esfera da comunicação discursiva (resenhas, trabalhos críticos, textos que exercem influência determinante sobre trabalhos posteriores etc.) (VOLÓCHINOV, 2017, p. 219).

Nessa ótica, a noção de enunciado é ampliada e assume maior complexidade, pois qualquer manifestação discursiva, desde uma simples palavra ou expressão até textos mais complexos (como artigos, editoriais, normas de submissão), que conceda espaço para possíveis respostas, constitui um elo da cadeia comunicativa. Sendo assim, uma das características do enunciado, segundo Bakhtin (2016), é a sua conclusibilidade – que suscita uma resposta do falante ou leitor. A atitude responsiva, para ele, configura um processo que vai desde uma simples compreensão e assimilação da palavra alheia até sua reacentuação e refutação, produzindo outros enunciados que alimentam essa cadeia comunicativa. Aquilo que os sujeitos enunciam não é simplesmente uma articulação de expressões linguísticas, mas consiste em respostas e rearranjos de um já-dito, que podem ser transmitidos “em tons irônicos, indignados, simpáticos, reverentes” (BAKHTIN, 2016, p. 59). A expressividade é, assim, outra característica importante do enunciado e, como demonstra o autor, a língua oferece recursos lexicais e sintáticos para a manifestação de atitudes valorativas do falante/escritor.

Bakhtin chama a atenção para o fato de que as palavras e as orações, tomadas de forma abstrata em sua forma lexicográfica, são neutras e só adquirem um “colorido expressivo” no enunciado concreto proferido num contexto cultural (BAKHTIN, 2016, p. 52). Essa

expressividade, segundo o autor, é marcada por uma atitude valorativa do falante/escritor com relação ao objeto do enunciado (e os já-ditos sobre esse objeto) e aos interlocutores que participam da comunicação discursiva. É preciso, assim, considerar que todo enunciado está endereçado a um interlocutor real ou virtual e esse direcionamento vai influenciar as suas características. Ampliando essa discussão, Volóchinov (2013, p. 159), no texto *A construção da enunciação*, adverte-nos para o fato de que

cada enunciação da vida cotidiana [...] compreende, além da parte verbal expressa, também uma parte *extra verbal* não expressa, mas subentendida – situação e auditório – sem cuja compreensão não é possível entender a própria enunciação. Essa enunciação, enquanto unidade da comunicação verbal, enquanto unidade significante, elabora e assume uma forma fixa precisamente no processo constituído por uma interação verbal particular, gerada num tipo particular de intercâmbio comunicativo social. Cada tipo de intercâmbio comunicativo referido anteriormente organiza, constrói e completa, à sua maneira, a forma gramatical e estilística da enunciação, sua *estrutura tipo*, que chamaremos a partir daqui de *gênero*.

Como se vê, para esse autor, os enunciados (organizados num determinado gênero), além da sua materialidade verbal, possuem uma parte presumida, constituída por seus aspectos históricos, sociais e ideológicos, que demanda o conhecimento dos sujeitos envolvidos na enunciação para que haja uma compreensão de tais enunciados. Dessa forma, é no enunciado que apreendemos a interação entre os sujeitos e temos o encontro da língua com uma realidade histórica, política e social.

Sob a égide do Círculo de Bakhtin, a análise dos enunciados deve partir da concepção de linguagem como atividade e interação. Em outras palavras, a linguagem compreende um conjunto de práticas sociais e de formas (gêneros) de comunicação situadas socio-historicamente. Como preconiza Volóchinov (2017, p. 218), a realidade e o sentido da linguagem não estão localizados no sistema abstrato de estruturas da língua, tampouco no ato psicofisiológico de sua realização, mas nas interações verbais entre os sujeitos.

No capítulo *A interação discursiva*, o autor amplia a noção de diálogo, que passa a ser entendido como toda e qualquer interação verbal, incluindo desde o diálogo face a face até o diálogo entre interlocutores que se encontram distantes social, temporal e espacialmente. Conforme a propalada e conhecida asserção do teórico, a interação discursiva é a realidade fundamental da língua e o diálogo deve ser entendido de forma ampla e “não apenas como a comunicação direta em voz alta entre pessoas face a face, mas como qualquer comunicação discursiva, independentemente do tipo” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 218- 219).

Faraco (2010) tem enfatizado a necessidade de uma compreensão ampla do termo diálogo, afirmando que o elemento estruturador da teoria bakhtiniana são as relações dialógicas,

que podem revelar um espaço de luta entre vozes sociais, no qual atuam as forças centrípetas e as forças centrífugas. No dizer de Bakhtin,

em cada momento da sua formação a linguagem diferencia-se não apenas em dialetos linguísticos, no sentido exato da palavra [...], mas o que é essencial, em línguas socioideológicas: sócio grupais, “profissionais”, “de gêneros”, de gerações etc. A própria língua literária, sob esse ponto de vista, constitui somente uma das línguas do plurilinguismo e ela mesma por sua vez estratifica-se em linguagens (de gêneros, de tendências etc.). E essa estratificação e contradição reais não são apenas a estática da vida da língua, mas também a sua dinâmica: a estratificação e o plurilinguismo ampliam-se e aprofundam-se na medida em que a língua está viva e desenvolvendo-se; ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo-ideológica e da união caminham ininterruptos os processos de descentralização e desunificação (BAKHTIN, 2010a, p. 82).

Há, assim, dois tipos de forças que atuam na comunicação discursiva e nos seus enunciados: as forças centrípetas, decorrentes de aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos que tendem à centralização, à unificação e ao controle da vida verbal; e as forças centrífugas, que se inclinam à dispersão e à heterogeneidade dos discursos. Conforme Faraco (2010, p. 122), os enunciados surgem “nos pontos de tensão entre essas forças” e manifestam-se como “uma tomada de posição axiológica e como uma resposta ao já-dito”. Não existe, pois, um enunciado solipsista e monológico, alheio aos demais discursos e injunções sociais. Com base nesse pensamento, é possível entender os discursos oficiais e constituintes, que serão descritos neste trabalho, como forças centrípetas que promovem uma homogeneização nas práticas de pesquisa e escrita científica. Por outro lado, os discursos dos editores, que questionam e/ou resistem a determinadas injunções desses discursos oficiais, são vistos como ações ligadas às forças centrífugas.

É interessante observar que o diálogo, no sentido amplo do termo, está associado à figura de uma arena de luta entre as vozes centrípetas e centrífugas, isto é, uma guerra dos discursos (FARACO, 2010, p. 69). Nesse ponto, o estudioso de Bakhtin chama a atenção para o fato de que mesmo a responsividade caracterizada pela adesão incondicional ao dizer de outrem se faz no ponto de tensão deste dizer com outras vozes sociais, pois aceitar incondicionalmente um enunciado é também implícita, ou mesmo explicitamente, recusar outros enunciados que podem se opor dialogicamente a ele.

Sendo assim, apoio-me em Sobral (2009) e Faraco (2010) para dizer que não há discursos monológicos “puros”, pois mesmo o discurso em sua forma mais monológica é sempre dirigido a alguém e se constitui num gesto responsivo a outros enunciados. A natureza dialógica da linguagem pressupõe a alteridade como elemento constituinte do enunciado e

reconhecer esse princípio é assumir que em todos os enunciados está presente a palavra do outro. No livro *Questões de Literatura e Estética*, encontramos um trecho que desenha essa noção do diálogo entre discursos, o qual transcrevo abaixo:

[...] qualquer discurso da prosa extra-artística – de costumes, retórica, da ciência – não pode deixar de se orientar para o ‘já-dito’, para o ‘conhecido’, para a ‘opinião pública’, etc. A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa (BAKHTIN, 2010a, p. 88).

Como demonstra o russo, ao se dirigir a um objeto, o sujeito já o encontra avaliado, definido, contestado pelos discursos produzidos sobre ele. Isto significa dizer que entre um discurso em torno de um determinado tema interpõem-se outras vozes acerca desse mesmo tema. Nessa direção, Bakhtin (2002) esclarece que as relações dialógicas não se reduzem a relações lógicas ou linguísticas, mas referem-se às relações semânticas entre os enunciados na comunicação discursiva, que envolvem fatores extralinguísticos. Essa concepção ampla de diálogo fundamenta esta pesquisa e leva-me a buscar compreender a interface entre o verbal e o extraverbal dos enunciados selecionados para compor o *corpus*, considerando o pressuposto de Volóchinov (2017, p. 220) de que “a comunicação discursiva nunca poderá ser compreendida nem explicada fora dessa ligação com a situação concreta”.

Nessa linha de raciocínio, o teórico russo, no livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, explicita como as relações dialógicas se manifestam nos enunciados, deixando claro que falamos com as palavras dos outros em graus e formas diversas, que vão da simples repetição à reelaboração e reacentuação da palavra alheia. Com o apoio do pensamento de Bakhtin, Rodrigues (2007, p. 174) apresenta formas de responsividade e incorporação dos enunciados já-ditos, as quais denominou: movimento dialógico de assimilação e o movimento dialógico de distanciamento. O primeiro movimento está ligado à assimilação de vozes que vão construir a orientação valorativa do autor. Essas vozes incorporadas, geralmente, servem para dar credibilidade, legitimar e sustentar a fala do enunciador, ou um texto, pois caracterizam-se como “enunciados que gozam de prestígio, que dão o tom, que são imitados, seguidos, citados etc.” (RODRIGUES, 2001, p. 166). Ao contrário desse movimento, convocador de enunciados/vozes que constroem e sustentam um posicionamento, o movimento dialógico de distanciamento é utilizado para desqualificar a palavra do outro. Como destaca Rodrigues (2001, 2007), enquanto, no movimento dialógico de assimilação, o autor chama uma voz de

autoridade para sustentar suas opiniões, no movimento dialógico de distanciamento, as vozes com as quais o autor se confronta são apagadas ou reacentuadas.

Ainda em torno dessa temática, Faraco (2021) expõe maneiras de relações dialógicas (e axiológicas) entre os enunciados, quais sejam: a polêmica (velada ou aberta), a ironia, a reverência, a dúvida, o questionamento, o acolhimento e o apoio frente a “verdades”, valores e visões de mundo. O estudioso de Bakhtin demonstra que tais relações (e reações) concretizam-se verbalmente por meio de recursos lexicais, sintáticos e semânticos, fornecendo um exemplo da materialização verbal do diálogo e dos valores por meio do uso do sinal tipográfico de aspas – que pode conceder a um determinado termo tons “irônicos”, “alegres”, “zombeteiros” e “reverentes”.

Cabe, aqui, reafirmar que, como pondera Faraco (2021), a grande contribuição da teoria bakhtiniana foi a sua busca em compreender os valores inseridos na realidade social, cultural e histórica, trazendo-os do reino abstrato das ideias para a vida, concedendo-lhes, assim, uma materialidade semiótica. O estudo de Amossy (2018), apesar de não abordar tais contribuições bakhtinianas, corrobora a ponderação de Faraco, quando a autora afirma que alguns lexemas, quer se trate de verbos, substantivos ou adjetivos, implicam um julgamento de valor, ou seja, a partir das palavras, que se constituem como avaliativos axiológicos, o enunciador toma posições em sua fala/escrita. Sob a esteira de Rodrigues (2001, 2007) e Faraco (2021), tomo esses movimentos dialógicos como subcategorias de análise que subsidiarão o meu olhar sobre o *corpus*. No capítulo destinado à exposição da metodologia de pesquisa, esclareço com mais detalhes sobre as categorias analíticas.

Diante do exposto, ratifico a ideia que tenho defendido ao longo deste texto de que os discursos que orientam a escrita científica na esfera de publicação são perpassados por outras vozes e constituem-se de respostas a diversas demandas e injunções dos discursos oficiais desse campo. Fruto do diálogo, a responsividade é inerente à linguagem e, sob a ótica do Círculo, é concebida como uma propriedade do enunciado de se organizar como resposta a outros enunciados que circulam no contexto extralinguístico. Vale lembrar que, como foi discutido anteriormente sobre o ato ético, o termo responsividade em Bakhtin funde as noções de resposta e responsabilidade, ou seja, ao responder, o sujeito está se posicionando diante de algo ou alguém. Faraco (2021) complementa essa visão, afirmando que, na perspectiva bakhtiniana, as atividades de linguagem são manifestações (verbais) enunciativas de posições semântico-axiológicas e impregnadas de relações dialógicas. Dessa forma, os textos e os discursos implicam tomadas de posição, respostas e escolhas construídas numa rede de interações

complexas. Esse estudioso de Bakhtin salienta, ainda, que a linguagem é concebida como heteroglossia, isto é, como um conjunto de formações verbo-axiológicas.

A perspectiva dialógica da linguagem lança luz nesta investigação e me leva a conceber tanto o ato de escrever um texto científico como o ato de orientar essa escrita como fenômenos sociais dispostos numa cadeia comunicativa (VOLÓCHINOV, 2017), pois a produção de um texto não pode prescindir de seu direcionamento a um interlocutor e de seu caráter responsivo aos já-ditos.

Além das noções de dialogismo e enunciado, o conceito de gênero é fundamental neste estudo para a compreensão dos aspectos estéticos e estilísticos da escrita científica. É sobre esse conceito que trato na seção seguinte.

1.3 Gêneros do discurso: esferas de uso e estratificação da linguagem

Como apontam Brait e Pistori (2012, p. 372-373), apesar de o texto *Os Gêneros do discurso* ser o mais lido e citado, a noção de gênero foi construída ao longo dos trabalhos produzidos pelo Círculo. Dentre eles, as autoras citam: *O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária* (inserido no livro *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*), que discute a diferença entre forma composicional e forma arquitetônica; *Problemas da Poética de Dostoiévski*, que apresenta o romance polifônico visto como um gênero do discurso; *O discurso no romance*, em que o autor discute a ligação entre língua, gêneros e estilo. Além desses textos de Bakhtin, as autoras afirmam que os livros *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética*, de Medviédev, e *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Volóchinov, contribuem para desenvolver a discussão a respeito dos gêneros do discurso.

A incursão nesses textos, faz-nos perceber que o conceito de gênero é amplo e não está limitado aos seus aspectos estruturais. O Círculo de Bakhtin mostra, desse modo, que o entendimento dos gêneros requer a consideração de sua dimensão dialógica, do seu propósito comunicativo e do seu papel na organização das atividades humanas nas diversas esferas sociais.

Bakhtin (2016) retoma e aplica as noções de singularidade, irrepitibilidade, instabilidade e estabilidade que constituem o agir humano, debatidas no livro *Por uma Filosofia do ato responsável*, na formulação dos conceitos de enunciado e gênero do discurso. Enquanto aquele é irrepitível e único, o gênero é definido como um tipo relativamente estável de enunciado (BAKHTIN, 2016). Vale destacar que o uso do termo “relativamente estável”

enfraquece o caráter fixo e normativo dos gêneros do discurso. Entretanto, é preciso ficar claro que a “estabilidade” da forma dos gêneros nessa teoria está diretamente relacionada com a “estabilidade” das atividades sociais e com as suas situações de interação. Sendo assim, a dinâmica das atividades sociais define os gêneros que, por sua vez, acompanham as transformações e demandas dessas atividades. Por isso, até mesmo os gêneros mais formais e oficiais admitem mudanças (BAKHTIN, 2016).

Nessa perspectiva, Bakhtin (2016) concebe os gêneros do discurso como modos de dizer que organizam as atividades e as interações sociais, possibilitando a compreensão das produções discursivas entre os sujeitos. A dimensão estável dos gêneros garante um processo de inteligibilidade e possibilita a interação entre os sujeitos, pois, “se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, [...] a comunicação discursiva seria quase impossível” (BAKHTIN, 2016, p. 39). Os gêneros são construções sociais que organizam a comunicação nas diversas esferas de atividade humana e, desse modo, pode-se dizer que:

[...] a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2016, p. 12).

Essa variedade de gêneros decorre das infinitas formas de comunicação social e de suas transformações ao longo do tempo, sendo assim, eles se modificam e se moldam aos propósitos e às formas de interação instituídas numa sociedade. Vale lembrar que, segundo Bakhtin (2016), a diversidade de gêneros deve-se também às suas funções (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana), bem como às condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo.

Ainda no que diz respeito a essa variedade, Bakhtin (2016) apresenta duas categorias de gêneros denominados como primários e secundários. Os gêneros primários são formados em comunicações discursivas imediatas sobre os temas cotidianos, são os gêneros do mundo da vida que não estão sistematizados como os gêneros secundários. Já os gêneros secundários resultam de uma interação social e cultural mais complexa e fazem parte do mundo da cultura e de seus sistemas ideológicos. O romance, a tese, um artigo científico, um editorial, uma palestra universitária são exemplos de gêneros secundários.

Ao expor essas questões sobre os gêneros, Bakhtin (2016) leva-nos a considerar que o mundo da vida e o mundo da cultura não são estanques e separados, mas estão em constante interação. Diante disso, concordo com Marchezan (2015), quando ela afirma que os estudos de

Bakhtin revelam a importância da dinâmica da vida social cotidiana na explicação e circulação das formas de criação cultural como um todo. Vale dizer que essa orientação do gênero para a vida social também está presente em Medviédev (2019), no livro *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Nesse texto, o autor defende a ideia de que o gênero se constitui a partir de uma dupla orientação no mundo da vida:

a totalidade artística de qualquer tipo, isto é, de qualquer gênero, orienta-se na realidade de forma dupla, e as particularidades dessa dupla orientação determinam o tipo dessa totalidade, isto é, o seu gênero. Em primeiro lugar, a obra se orienta para os ouvintes e os receptores e para determinadas condições de realização e percepção. Em segundo lugar, a obra está orientada na vida, como se diz, de dentro, por meio de seu conteúdo temático. A seu modo, cada gênero está tematicamente orientado para a vida, para seus acontecimentos, problemas, e assim por diante. Na primeira orientação, a obra entra em um espaço e tempo real. [...] A obra ocupa certo lugar na existência, está ligada ou próxima a alguma esfera ideológica (MEDVIÉDEV, 2019, p. 195-196).

O excerto transcrito oferece um aporte para considerar os gêneros como dialógicos, cronotópicos e ideológicos, ou seja, os gêneros são orientados para um interlocutor, num determinado tempo e espaço e dentro de uma esfera ideológica. Nas palavras de Brait e Pistori (2012, p. 383), inspiradas em Medviédev, a orientação para a exterioridade de um gênero implica o seu contexto extralinguístico; já a segunda orientação, também voltada para a vida, se dá a partir de sua interioridade e está “relacionada a formas, estruturas e conteúdo temático do enunciado em sua totalidade, fator que lhe permite ocupar um lugar na vida cotidiana”.

Vê-se, assim, que os gêneros demandam dos sujeitos um saber (explícito ou não) de suas formas e funções, a fim de se engajarem nas interações estabelecidas nas esferas de atividade, isto é, a inserção dos sujeitos nessas esferas impõe o conhecimento de determinados gêneros. Cabe, aqui, lembrar que “cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN 2016, p. 12) e, como diz Faraco (2010, p. 129), “a dinâmica da tipificação é um processo socialmente construído de gerar significado”, portanto, conhecer os modos sociais de fazer é também aprender os modos sociais de dizer.

Isso remete-nos ao estudo desenvolvido por Volóchinov (2013) sobre a natureza social dos enunciados. No texto *A construção da enunciação*, o autor se diz convencido de que todo discurso pressupõe a necessidade de levar em conta a correlação socio-hierárquica entre os interlocutores, visto que essa orientação “é uma das forças vivas organizadoras que, junto com a situação da enunciação, constituem não só a forma estilística, mas também a estrutura puramente gramatical da enunciação” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 169).

Nessa mesma esteira, considerando a diversidade das esferas de atividade humana, Bakhtin chama a atenção para as línguas sociais, afirmando que a língua é pluridiscursiva e está estratificada em gêneros. O trecho que segue explicita essa visão do teórico:

esta estratificação da língua em gêneros se entrelaça, ora coincidindo, ora divergindo, com a estratificação *profissional* da língua (em amplo sentido): a língua do advogado, do médico, do comerciante, do político, do mestre-escola etc. Estas linguagens diferenciam-se evidentemente não só pelo vocabulário: elas implicam determinadas formas de orientação intencional, formas estas de interpretação e apreciação concretas (BAKHTIN, 2010a, p. 96).

Percebe-se, desse modo, que cada sujeito enuncia a partir de um lugar na sociedade, promovendo uma estratificação social e profissional que é refletida na língua e nos seus gêneros do discurso. Esse fato nos leva a considerar a diversidade dos campos do saber, de suas epistemologias e objetos de pesquisa, implicados na linguagem e nos gêneros de cada campo, porque cada área possui modos de dizer que a caracterizam. Em vista disso, os gêneros científicos devem ser concebidos em sua heterogeneidade, uma vez que são provenientes de esferas do saber e carregam consigo as marcas dessa exterioridade temporal, espacial e ideológica. Por meio dos gêneros do discurso “diferentes domínios da atividade humana, com suas condições e suas finalidades, encontram-se refletidos no enunciado: pelo conteúdo temático, pelo estilo da linguagem e pela forma composicional (AMORIM, 2004, p. 108-109).

Amplamente abordadas e discutidas na esfera pedagógica, as dimensões ou os elementos do gênero são fundamentais para a sua compreensão e utilização. Deve-se salientar, contudo, que esses elementos não se resumem a meras estruturas e formas linguísticas, pois estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação (BAKHTIN, 2016). Para dar sequência a esse raciocínio, vejamos, brevemente, alguns pontos sobre tais elementos do gênero.

Como foi dito anteriormente neste trabalho, a forma composicional organiza, combina e dispõe as estruturas textuais e discursivas de um enunciado para dar o seu acabamento e totalidade de sentido. Como veremos na análise do *corpus* desta pesquisa, este é um dos elementos do gênero que recebe maior ênfase nos discursos orientadores dos periódicos investigados.

Quanto ao conteúdo temático, é importante destacar que ele não pode ser visto apenas como o assunto/objeto do enunciado, pois é necessário levar também em conta os diálogos que o falante/escritor trava ao abordar determinado objeto/tema. Esse caráter dialógico do conteúdo temático é justificado por Bakhtin da seguinte forma:

Os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmo; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros. [...] Todo enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva (BAKHTIN, 2016, p. 57).

Como nos ajuda a entender a citação precedente, na abordagem de um tema, o falante/escritor considera e, de certa forma, responde àquilo que já foi dito sobre esse tema, haja vista que ele já foi “ressalvado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos” por outros sujeitos e discursos (BAKHTIN, 2016, p. 61). O conteúdo temático deve ser concebido, assim, perpassado e constituído por valores e vozes que o circundam.

Já o estilo, que está ligado à seleção de estruturas gramaticais e lexicais da língua, possui tanto uma dimensão individual como social. Para Bakhtin (2016), todo enunciado pode refletir um estilo individual e/ou um estilo de gênero. Nesse caso, há gêneros mais propícios à individualidade do falante ou escrevente, contudo, alguns gêneros requerem uma forma mais padronizada e formulaica, impondo um estilo de gênero proveniente de uma determinada esfera social, pois,

em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis (BAKHTIN, 2016, p. 18).

A questão do estilo, para Bakhtin (2016) e Volóchinov (2017), ultrapassa a individualidade e ganha contornos sociais, uma vez que o estilo de um texto é constituído a partir do seu direcionamento para o destinatário, da mesma maneira que está orientado para o objeto do enunciado. Além disso, no estudo do estilo de um texto, é preciso levar em conta as coerções oriundas de determinadas esferas sociais. Na escrita de um artigo científico, por exemplo, o estilo de gênero se impõe ao exigir o uso de determinados mecanismos enunciativo-discursivos que produzem efeitos de sentido (impessoalidade, objetividade, dentre outros). Assim, nos discursos que orientam a escrita científica há um estilo prescrito, como veremos mais adiante.

1.4 Cronótopo: uma noção para a análise dos enunciados/gêneros

Como foi sinalizado anteriormente, o entendimento de um enunciado/gênero requer a sua ligação com o contexto sócio-histórico, a fim de depreender os sentidos e os valores que dele emergem. No texto intitulado *Formas de tempo e de cronótopo no romance*, Bakhtin apresenta a noção de cronótopo,⁷ utilizada para estudar o gênero romance, afirmando que, para todos os elementos abstratos desse gênero, “as generalizações filosóficas e sociais, as ideias, as análises das causas e dos efeitos etc. gravitam ao redor do cronótopo” (BAKHTIN, 2010a, p. 356). O autor explica que:

[...] no cronótopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido [...] esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronótopo artístico [...]. O cronótopo tem um significado fundamental para os gêneros na literatura. Pode-se dizer francamente que o gênero e as variedades de gênero são determinados justamente pelo cronótopo (BAKHTIN, 2010a, p. 212).

Nesse fragmento, vemos que o teórico russo considera essa categoria como um centro organizador das temáticas do romance, identificando vários cronótopos em seus estudos sobre esse gênero, por exemplo: “os cronótopos de aventuras”, “da metamorfose”, “da praça pública”, etc. (BAKHTIN, 2010a). Por meio dessa noção, o estudioso apreendeu os indícios temporais e espaciais do gênero romance e suas diversas formas de conceber o homem e suas experiências.

Sabe-se que a noção de cronótopo foi formulada no campo literário, contudo, para Machado (2010, p. 221), ela pode ser transposta para o estudo de outros gêneros, pois onde houver projeção do tempo no espaço (em jogos, filmes, rituais, pintura, grafismos, cidade, música, dança, canção) haverá a possibilidade de compreender manifestações cronotópicas. Nesse sentido, Morson e Emerson (2008) afirmam que um cronótopo na teoria bakhtiniana pode ser entendido como

[...] uma maneira de compreender a experiência; é uma ideologia modeladora da forma específica para a compreensão da natureza dos eventos e ações. [...] As ações são necessariamente praticadas num contexto específico; os cronótopos diferem segundo os modos pelos quais compreendem o contexto e a relação que as ações e os eventos mantêm com ele. Todos os contextos são moldados fundamentalmente pelo

⁷ No seu sentido literal, o termo cronótopo (formado pelas palavras gregas *crónos* e *tópos*) quer dizer tempo e espaço. Bakhtin tomou esse conceito emprestado das ciências exatas (matemática e física) e, ao transferi-lo para a análise do gênero romance, o utiliza como “uma unidade para estudar textos de conformidade com a razão e a natureza das categorias temporais e espaciais representadas” (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 296).

tipo de tempo e espaço que operam dentro deles (MORSON; EMERSON, 2008, p. 384).

Por meio dessa concepção, reafirmo que os significados dos enunciados e seus gêneros discursivos são cronotópicos, porque são forjados num determinado tempo e espaço. Conforme esses autores, a teoria bakhtiniana converge com o preceito de Kant de que tempo e espaço são formas de cognição importantes. Os gêneros da cultura em geral apresentam uma multiplicidade de cronótopos que servem para auxiliar a compreensão de diferentes ações, eventos, concepções e valores que constituem as várias esferas de atividades humanas (MORSON; EMERSON, 2008). Nessa perspectiva, Amorim (2010, p. 105) diz que a noção de cronótopo está imbricada nos gêneros e na sua trajetória e, desse modo, quando conseguimos identificar o cronótopo de uma determinada produção discursiva, podemos dele inferir uma determinada visão de mundo (cosmovisão). Além disso, esse conceito permite a apreensão da perspectiva histórica dos fenômenos e os seus movimentos em constante tensão. Os conflitos que perpassam as produções discursivas podem ser vistos como resultado da interação de diferentes cronótopos, pois, conforme Bakhtin,

Os cronótopos podem se incorporar um ao outro, coexistir, se entrelaçar, permutar, confrontar-se, se opor ou encontrar nas inter-relações mais complexas. [...] O seu caráter geral é dialógico (na concepção ampla do termo) [...] esse diálogo ingressa no mundo do autor, do intérprete e no mundo dos ouvintes e dos leitores. E esses mundos também são cronotópicos (BAKHTIN, 2010a, p. 357).

Como se vê no trecho acima, os cronótopos também podem estabelecer relações dialógicas, porque, ao serem concebidos como ideologias, valores e concepções de mundo, podem divergir ou concordar uns com os outros. Desse modo, em qualquer esfera da atividade humana, diferentes cronótopos podem entrelaçar-se e/ou confrontar-se. Defendo, assim, como Machado (2010), que, mais do que uma categoria de análise para textos literários, a noção de cronótopo possibilita depreender a relação da vida com os discursos fundidos nos gêneros da cultura, e, dessa forma, compreender como as ações de diversas esferas sociais são representadas.

Sob esse viés, parto do entendimento de que os editores, responsáveis pela formulação das diretrizes dos periódicos, respondem às demandas e aos acontecimentos que ocorrem no tempo-espaço de sua produção. Sendo assim, a transposição desse conceito para este estudo permite-me dizer que os enunciados/gêneros (normas de submissão, editoriais e artigos) são forjados no cronótopo da internacionalização, que promove cosmovisões, ideologias e valores, entre as quais destaco: a supremacia do inglês na produção científica, a homogeneidade das

formas de escrita científica, o produtivismo acadêmico, a cultura do “publicar ou perecer” e “ser citado ou perecer”, dentre outros.

Após tratar das noções desenvolvidas pelo Círculo, trago à tona, a seguir, os conceitos de campo/esfera e capital científico desenvolvido por Bourdieu (2003, 2004, 2008) e os pressupostos em torno do poder e formas de controle do discurso de Foucault (1999, 2000, 2006, 2010). Tais noções dialogam com a teoria do Círculo e auxiliam na compreensão e na análise do objeto de estudo deste trabalho.

1.5 Pontos de afinidade entre Bakhtin, Bourdieu e Foucault: noções de campo, poder e resistência

Vimos, anteriormente, que a interação dos sujeitos nos campos de atividade social requer o conhecimento dos gêneros, uma vez que eles são modos de inserção sociocultural. Sendo assim, é preciso considerar que o estudo dos gêneros está atrelado às esferas que os engendram, pois elas funcionam como instâncias que fornecem as referências e os modelos para as produções discursivas dos sujeitos. Conforme Grillo,

a noção de esfera da comunicação discursiva (ou da criatividade ideológica, ou da atividade humana, ou da comunicação social, ou da utilização da língua, ou simplesmente ideologia) é compreendida como um nível específico de coerções que, sem desconsiderar a influência da instância socioeconômica, constitui as produções ideológicas, segundo a lógica particular de cada esfera/campo (GRILLO, 2010, p. 143).

Para a autora, essa acepção está presente em toda a obra do Círculo de Bakhtin e é fundamental para a compreensão da natureza dos gêneros, assim como constitui-se “em importante alternativa para pensar as especificidades das produções ideológicas (obras literárias, artigos científicos, reportagens de jornal, livros didáticos etc.)” (GRILLO, 2010, p. 147). A pesquisadora aponta para as convergências entre as visões do Círculo e os estudos de Bourdieu em torno dessa categoria, afirmando que, em ambas as teorias, as produções ideológicas são regidas pelas leis e dinâmicas internas do campo, mas, ao mesmo tempo, são suscetíveis às imposições sociais, políticas e econômicas externas a elas. Desse modo, o campo/esfera é um lugar que reflete e refrata as demandas e injunções externas.

A esfera científica, contexto de investigação desta tese, é definida por Bourdieu (2004, p. 52) como “um campo de forças dotado de uma estrutura e também um espaço de conflitos pela manutenção ou transformação desse campo de forças”. Com base no sociólogo, Grillo (2010) aponta que, nesse lugar de lutas, os agentes assumem posições segundo quatro coerções,

a saber: o capital simbólico – proveniente de sua posição social no campo e o seu reconhecimento pelos pares; o capital econômico – oriundo de renda ou herança; a relação com o *habitus* – modo de agir, capacidade de compreensão das regras do jogo e as possibilidades e impossibilidades oferecidas pelo campo aos seus agentes. Vejamos, assim, algumas considerações teóricas de Bourdieu sobre tais coerções. O autor define o capital simbólico como:

um conjunto de propriedades distintivas que existe na e pela percepção de agentes dotados de categorias de percepção adequadas, categorias que se adquirem principalmente através da experiência da estrutura da distribuição desse capital no interior do espaço social ou de um microcosmo social particular como o campo científico (BOURDIEU, 2004, p. 80).

Nesse campo, o sociólogo apresenta dois tipos de capital, denominados: “puro e institucional”. O primeiro é proveniente dos atos de conhecimento e reconhecimento entre os pares-concorrentes de uma área do saber, baseado em seu prestígio, sua formação intelectual, sua produção científica, e, como veremos posteriormente neste trabalho, pode estar pautado na sua origem e língua. O segundo tipo se funda a partir de um conjunto de instituições que (re)produz e faz circular as leis, regras e hierarquias instituídas numa disciplina.

Os periódicos, desse modo, ocupam uma função importante nessa (re)produção e definição das regras, critérios e valores científicos dominantes. Em outros termos, as revistas científicas funcionam como um meio de conceder crédito e poder a determinados métodos científicos, formas de dizer, gêneros, idiomas e pesquisadores. Nas palavras de Bourdieu:

A estrutura de distribuição do capital determina a estrutura do campo, ou seja, as relações de força entre os agentes científicos: a posse de uma quantidade (logo, de uma parte) importante de capital confere poder sobre o campo, portanto, sobre os agentes comparativamente menos dotados de capital (e sobre o requisito de admissão no campo) e comanda a distribuição das hipóteses de lucro. A estrutura do campo, definida pela distribuição desigual do capital, ou seja, das armas ou dos trunfos específicos, faz-se sentir, não por interacção directa, intervenção ou manipulação, sobre todos os agentes, mas regulando as possibilidades que lhes estão abertas conforme estejam pior ou melhor situados no campo, ou seja, nesta distribuição (BOURDIEU, 2004, p. 53).

Como se observa no fragmento acima, a estrutura de um campo do saber, para o sociólogo, é formada numa arena de relações de poder, em que algumas instituições e/ou grupos detêm o domínio de uma quantidade maior de capital simbólico, estabelecendo as leis e as regras que se tornam os espelhos do campo. Por meio dessas considerações, é possível afirmar que cada campo possui uma lógica para distribuir o capital científico. Dentro das demandas e

pressões do contexto de internacionalização da ciência, as regras de admissão num campo do saber e a forma de acumular esse capital podem estar orientadas para determinados critérios, como a publicação de artigos em inglês e seus modelos estilísticos de escrita. Tal prática se constitui numa estratégia de conservação do capital científico dos periódicos e pesquisadores que dominam esse idioma.

A noção de campo rompe com a ideia de ciência autônoma e com a crença de que “os cientistas formam um grupo unificado ou até homogêneo” (BOURDIEU, 2004, p. 67). Todo campo científico, para esse autor, na busca por sua autonomia relativa, funda um contingente de conhecimentos específicos e as suas próprias revistas para se consolidar e adquirir reconhecimento. Vale mencionar que, na visão de Bourdieu (2004, p. 70), afirmar que um campo é relativamente autônomo em relação ao seu universo social circundante significa que “o sistema de forças constitutivas da estrutura do campo (tensão) é relativamente independente das forças que se exercem sobre o campo (pressão). Dispõe, de alguma forma, da liberdade necessária para desenvolver a sua própria necessidade, a sua própria lógica”. Essa acepção fornece um aporte para o tratamento das especificidades das orientações dos periódicos vinculados a diferentes subáreas médicas, sem, contudo, desconsiderar as injunções da esfera científica.

É importante destacar também que a admissão num determinado campo, conforme o sociólogo, envolve requisitos como a competência e a apetência. Esta se relaciona com fatores implícitos, como a crença ou disposição para aceitar as regras do jogo. Já a competência estaria ligada aos conhecimentos de uma área, “o recurso teórico-experimental materializado, tornado *habitus* científico, como domínio prático de vários séculos de investigações e de dados da investigação” (BOURDIEU, 2004, p. 74-75). Para ilustrar a competência, o autor cita o conhecimento da matemática como um imperativo para a admissão em determinados campos, ressaltando que esse tipo de competência é uma forma de restrição não só dos leitores, mas também dos potenciais produtores desse conhecimento.

Pode-se aplicar esse exemplo para a linguagem científica, vista por Bourdieu (2004) como parte integrante do *habitus* científico e considerada como um requisito importante para a admissão e permanência do sujeito num campo do saber. Isso porque, para o sociólogo, “o *habitus* manifesta-se continuamente nos exames orais, nas exposições em seminários, nos contatos com os outros” (BOURDIEU, 2004, p. 66), ou seja, nas interações discursivas. Assim, ao adentrar nesse campo, os sujeitos são inseridos num jogo científico e precisam conhecer as suas regras, *habitus* e formas possíveis de falar, escrever, apresentar e publicar textos científicos.

Grillo (2010), inspirada no sociólogo francês, lembra que os campos desenvolvem uma linguagem própria, que, por sua vez, “elabora esquemas de classificação e de apreciação, que visam, dentro da lógica interna do campo, construir hierarquias e modos de percepção” (GRILLO, 2010, p. 151). Tais reflexões levam-nos a perceber que a competência linguística funciona como um capital simbólico (BOURDIEU, 2008, p. 44) e, sendo assim, o conhecimento e o domínio dos modos de enunciar legitimados no campo científico são formas de angariar poder e posição para os autores-pesquisadores.

Para ampliar essa discussão, tomo um estudo de Rodrigues e Silva, que, sob a ótica de Foucault, defendem que:

para entrar na ordem da escrita científica, habitar a sua linguagem, lidar com seus discursos/saberes, seus gêneros de discurso, conhecer, assim, os rituais da sua palavra – quem pode ou não dizer o que e como pode ou não dizê-lo – em suma, inscrever-se nas práticas discursivas de um dado campo científico, há de atender às exigências pelas quais se faz o controle dessa entrada (RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 52).

Conforme as autoras, a inserção dos sujeitos na ordem do discurso científico envolve conhecer os procedimentos de controle, de interdição ou de delimitação que permeiam e regulam tal prática. Compreendo, como Rodrigues e Silva (2019), que a produção dos discursos é organizada e controlada segundo determinadas “verdades”⁸ e procedimentos, que visam afastar “seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2010, p. 9). Com tal entendimento, tomo as reflexões de Foucault em torno dos mecanismos de controle que atravessam o discurso.

Segundo o filósofo, dentre os procedimentos de controle dos discursos, há sistemas de exclusão externos e internos. Uma das formas de exclusão externa consiste na interdição da palavra que vai instituir: o que é possível (ou não) ser dito (tabu do objeto); o modo ou a configuração desse dizer (o ritual da circunstância); e os sujeitos que podem dizer ou escrever alguma coisa (o direito privilegiado ou exclusivo de quem fala).

Tomando o objeto deste estudo, observo que tais modos de interdição atravessam as prescrições e orientações de escrita acadêmica dos periódicos científicos. Nesses expedientes, encontra-se o “tabu do objeto”, que pode ser apreendido, por exemplo, na definição das temáticas abordadas pelas revistas; flagra-se “o ritual das circunstâncias” por meio das regras

⁸ Foucault entende por verdade “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades são conhecidos previamente, regulados. São, em geral, os domínios científicos. No caso das matemáticas, é absoluto. No caso das ciências, digamos empíricas, já é muito mais flutuante” (FOUCAULT, 2006, p. 233).

prescritas para o estilo e a forma composicional de um artigo científico; e vê-se também o “direito privilegiado e exclusivo de quem fala” nas orientações dos periódicos, que atrelam e restringem a escrita de alguns tipos de artigos a pesquisadores-autores *experts* ou convidados pela revista.

Outra forma de exclusão externa é a vontade de verdade, que, segundo Foucault (2010), está apoiada em suportes institucionais e num conjunto de práticas sociais. Rodrigues e Silva (2019) defendem o pressuposto de que as técnicas e estratégias de treinamento da escrita científica, mobilizadas por manuais e videoaulas da esfera digital, estão ancoradas em uma “vontade de verdade”, que valida crenças e valores sobre essa prática. Tal pressuposição aplica-se aos discursos orientadores dos periódicos, que estabelecem o jogo das regras para a escrita e publicação de artigos, visando à promoção de modos de escrever conforme determinados modelos universais. Nessa esteira, Corrêa (2018) chama a atenção para o discurso em torno da necessidade de internacionalização das pesquisas locais, ponderando que tal exigência implica na adequação dos textos a um quadro não apenas linguístico – ao recorrer a uma língua local, o inglês, tida como língua da ciência –, mas também na adequação de aspectos cognitivos e culturais. Conforme o autor:

O requisito da divulgação internacional solicita uma mestria que tem assumido um valor não questionado na atual política científica brasileira. Foucault [...] talvez tratasse esse fenômeno também como um fato ligado às restrições do discurso, mais particularmente, a um procedimento de exclusão que atua do exterior do discurso, a saber, o da obediência, cada vez mais acentuada, a uma vontade de verdade historicamente determinada (CORRÊA, 2018, p. 118).

As palavras de Corrêa oferecem uma contribuição importante para compreender a imposição do uso do inglês na esfera acadêmico-científica como um procedimento de exclusão e uma vontade de verdade acatada por sujeitos que compõem esse campo. No capítulo 5, retomarei essa discussão, por ora, trato de outra forma de restrição e controle do discurso: a disciplina.

Definida por Foucault (2010, p. 30) como “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos”, as disciplinas se constituem em formas de controlar a produção de discursos e estabelecer as normas a serem seguidas pelos sujeitos que buscam inserir-se nelas.

Por conseguinte, esses procedimentos de controle e interdição do discurso são exercícios de poder que conduzem práticas sociais e condutas. Em outras palavras, o poder consiste em

conduzir condutas, “induzindo-as, afastando-as, facilitando-as, dificultando-as, limitando-as, impedindo-as” (CASTRO, 2009, p. 326). É importante assinalar, contudo, que, para Foucault, o poder não se encontra centralizado num determinado lugar ou instituição, mas,

trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças. Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma **rede de relações sempre tensas, sempre em atividade** (FOUCAULT, 1999, p. 30, destaque nosso).

O filósofo, aqui, sugere que o poder está disseminado em todas as esferas da sociedade e é exercido por meio de estratégias, manobras e táticas discursivas. Ademais, no trecho em destaque, vemos que o poder é concebido como relações de força, logo são instáveis e suscetíveis de reversão. Essa visão de Foucault aproxima-se tanto da noção de Bourdieu de “campo de forças” como do pensamento bakhtiniano, que percebe, no conflito de vozes sociais, um confronto entre as forças centrípetas e centrífugas, marcadas por relações tensas em que o poder circula em rede. Temos, assim, um aporte teórico para entender que o poder das instituições e dos sujeitos – no caso em questão: Capes, CNPq, bases indexadoras, editores de periódicos, instituições de ensino superior, professores etc., que produzem os discursos em torno da escrita científica – é exercido numa rede constituída por forças heterogêneas e díspares.

Ainda no plano das convergências entre as bases epistemológicas abordadas neste capítulo, compreendo, como Severo (2013), que as noções de enunciado, dialogismo, carnavalização e orientação axiológica da teoria bakhtiniana se aproximam das concepções de Foucault, o que não significa que se equivalham, evidentemente. Como em Bakhtin, o enunciado, para o filósofo francês, é a unidade elementar para apreender e descrever os acontecimentos discursivos e caracteriza-se por seu caráter dialógico, como pode ser visto na seguinte asserção: “todo discurso manifesto reside secretamente em um já dito; mas esse já dito não é simplesmente uma frase pronunciada, um texto já escrito, mas um jamais dito” (FOUCAULT, 2000, p. 91). No livro *Arqueologia do saber*, o autor reforça a visão de que o enunciado está inserido numa rede discursiva, afirmando que

o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização [...] Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2008, p. 118-119).

Nesse viés teórico, as relações dialógicas entre diferentes enunciados/discursos, como disse, são permeadas por questões de poder e lutas, que constituem os campos das atividades humanas em torno de sentidos e de valorações do mundo. Por sua vez, essas relações dialógicas, na visão dos filósofos, caracterizam-se por movimentos de assimilação, recusa e resistência de certas discursividades. Conforme Foucault,

as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante (FOUCAULT, 2006, p. 233).

Nesse dizer, encontra-se a conhecida ideia foucaultiana de que, onde há poder, existem também movimentos de resistência e reação a ele. Desse modo, para os filósofos francês e russo, a resistência é uma forma de exercício do poder e é responsável pela desestabilização das forças centralizadoras e pela possibilidade de alteração dessa rede (SEVERO, 2013). A pesquisadora demonstra que a resistência, como parte constitutiva do poder, aproxima-se da noção de carnavalização, desenvolvida por Bakhtin, na análise do texto literário de Rabelais.

Em sua análise, o pensador apresenta o riso, a ironia, o escárnio, a fantasia, a paródia e o deboche como formas criativas e inventivas de resistir às ideologias oficiais. Além disso, a visão bakhtiniana de que a linguagem e os enunciados são heteroglóssicos, ou seja, repletos de vozes e discursos sociais variados, relativiza e descentraliza o poder, reafirmando o pensamento foucaultiano de um poder pulverizado. Nessa linha de raciocínio, Foucault explicita algumas maneiras para exercer os movimentos de resistência. Vejamos:

Na realidade, o que quero fazer, e aí reside a dificuldade da tentativa, consiste em operar uma interpretação, uma leitura e um certo real, de tal modo que, de um lado, essa interpretação possa produzir efeitos de verdade e que, do outro, esses efeitos de verdade possam tornar-se instrumentos no seio de lutas possíveis. Dizer a verdade para que ela seja atacável. Decifrar uma camada de realidade de maneira tal que dela surjam as linhas de força e de fragilidade, os pontos de resistência e os pontos de ataque possíveis, as vias traçadas e os atalhos. É uma realidade de lutas possíveis que tento fazer aparecer (FOUCAULT, 2006, p. 278).

Depreende-se, desse fragmento, a ideia de que a resistência (forma de poder) se torna produtiva por meio da estratégia de exposição das fragilidades de um discurso ou uma instância que exerce poder. Vê-se, assim, que as relações de poder são complexas e não podem ser associadas apenas à sua função negativa ou repressiva, porque possuem também formas e aspectos produtivos. Nesse sentido, conforme Castro (2009, p. 236), o poder, na ótica de

Foucault, é exercido “em um domínio que não é o da lei, e sim o da norma e, por outro lado, não simplesmente reprime uma individualidade ou uma natureza já dada, mas, positivamente, a constitui, a forma”. A título de ilustração, o estudioso de Foucault relembra o poder exercido pela literatura na modificação dos valores e da linguagem de uma sociedade (CASTRO, 2009, p. 287).

Com base nessa perspectiva teórica, entendo que é possível apreender o caráter produtivo do poder nas normas e regras de uma disciplina, as quais, ao oferecer os modelos, princípios e critérios de pesquisa/escrita/publicação científicas, formam a identidade do estudante/pesquisador/cientista, engendrando e conduzindo suas atividades no campo. Como explicita Castro (2009, p. 310), as normas impõem “uma conformidade que se deve alcançar” a partir de uma valorização das condutas. Sendo assim, podemos afirmar que as normas – e, aqui, podem-se incluir os discursos que prescrevem e orientam a prática de escrita científica – reverberam e produzem axiologias, isto é, a dimensão valorativa pode ser apreendida em tais discursos.

Reitero, aqui, que as noções de enunciado de Bakhtin (2016) e Foucault (2000, 2008) são fulcrais para o entendimento dos textos selecionados para a análise, posto que, como disse, eles são vistos como enunciados, inseridos numa cadeia de comunicação verbal da esfera científica. Assumir tal concepção implica olhar para os textos que compõem o *corpus* como resultado de uma interdiscursividade, ou seja, como dialógicos, responsivos e axiológicos, na medida em que supõem concordância, apoio, questionamento, discordância de outros enunciados/discursos – movimentos discursivos que revelam posicionamentos dos sujeitos. Além disso, pontuo que a noção de gênero do discurso possui um duplo desígnio neste trabalho: i) compreender tanto as formas e os estilos que concretizam as orientações para a escrita científica (normas de submissão e editoriais) como ii) as dimensões prescritas por tais discursos para a produção e publicação do artigo.

Cabe lembrar que, nesse viés teórico, os gêneros da esfera científica estão ligados ao seu contexto extraverbal e, como mostra Corrêa (2018, p. 116), são produtos de uma concepção de ciência vinculados também “a modos de repartição do saber com seus mecanismos de poder em termos de línguas, de organização cultural do pensamento e de formas de circulação do conhecimento”. O quadro conceitual traçado ao longo deste capítulo será retomado no decorrer da minha tarefa analítica, que buscará evidenciar o caráter dialógico e valorativo dos enunciados selecionados, as relações de poder que os atravessam.

Depois de apresentar as teorias nas quais me apoio para desenvolver este trabalho, teço uma breve observação sobre a noção de ciência que orienta esta pesquisa em torno do discurso e dos gêneros científicos.

1.6 Algumas considerações sobre a noção de ciência

Como demonstram Köche (2013) e Oliveira Júnior (2021), não existe uma concepção única de ciência, visto que, ao longo da história, surgiram diferentes paradigmas epistemológicos.

A ciência grega, por exemplo, buscou explicação para diversas questões da antropologia, política, biologia, física e medicina, dentre outras, por meio do pensamento lógico da filosofia, oferecendo os fundamentos de um conhecimento racional por um longo período da história do saber (KÖCHE, p. 48, 2013). Todavia, a revolução científica do século XVII consolida a chamada ciência moderna, na qual tais campos do conhecimento ganham autonomia em relação à filosofia. Nos paradigmas da ciência moderna, a natureza e o homem são vistos de forma mecânica, desencadeando i) a fragmentação/classificação dos objetos de análise; ii) a valorização da quantificação em detrimento da qualificação; iii) a valorização de pesquisas objetivas, empíricas e matematizadas (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). Como salienta o autor, a ciência moderna atingiu o seu apogeu com a criação do pensamento positivista, caracterizado pela ideia de uma ciência linear e cumulativa, bem como pela aspiração de oferecer uma forma de conhecimento objetivo e universal, cuja validade transcendesse as variedades culturais e a subjetividade do pesquisador.

Os conceitos, métodos e técnicas desse paradigma científico, fundamentado nos modelos matemáticos e nas análises estatísticas, recorrentes nas Ciências Naturais e Exatas, revestiram-se de prestígio e notoriedade, estabelecendo o modelo de cientificidade para os demais campos do saber. Contudo, é importante ressaltar que, como todo produto humano, os paradigmas científicos também se modificam ao longo dos tempos. Köche (2013) e Oliveira Júnior (2021) mostram que a racionalidade da ciência moderna, calcada no mito da objetividade pura e na universalidade das leis científicas, passou a ser questionada por cientistas importantes.

As teorias da relatividade de Einstein, por exemplo, abalaram o modelo mecânico e estático da ciência moderna, forçando muitos teóricos a repensarem seus fundamentos. Além disso, o princípio da incerteza de Heisenberg introduziu na ciência experimental elementos como a dúvida e a probabilidade, reconhecendo, assim, os limites do método científico.

Desse modo, a crença positivista na confiabilidade do método é questionada, passando-se a falar “apenas em medições aproximativas e probabilísticas” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021, p.111). Além do princípio da incerteza, inserido como parte integrante da ciência, tanto Einstein como Heisenberg indicam que a neutralidade e a objetividade total no discurso científico são impossíveis, argumentando que o objeto sempre sofre a influência de fatores subjetivos quando é medido ou observado pelo pesquisador. Tais questões constituem a racionalidade da ciência contemporânea, na qual a exatidão matemática é repensada como dados probabilísticos e a objetividade do pesquisador é desmistificada

É relevante, portanto, atentarmos para a visão contemporânea da ciência antes de projetarmos os paradigmas da ciência moderna (a objetividade e neutralidade da pesquisa) nas concepções e prescrições da própria escrita científica.

Sendo assim, concordando com Coracini (2007), acredito que a legitimação da linguagem matemática nos textos acadêmico-científicos não foi capaz de elidir a retórica, os juízos e as negociações com o leitor da escrita científica. Além disso, é necessário lembrar que os dados são interpretados e não devem ser vistos como uma reprodução exata de uma realidade pesquisada.

Diante do que foi dito, adoto a concepção de ciência historicamente orientada (KUHN, 2018) na realização desta pesquisa. Ou seja, acredito que os critérios utilizados para o fazer científico são convenções construídas no contexto histórico-cultural, permitindo a mudança das teorias e revelando a historicidade dos princípios epistemológicos (KÖCHE, 2013, p. 59). Portanto, entendo que não existe uma definição engessada de ciência e de escrita científica, pois as suas práticas sempre estarão atreladas aos princípios e aos valores de uma determinada época e área do conhecimento.

Feitas tais considerações, delineio, a seguir, o percurso metodológico desta investigação.

CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho insere-se na Linguística Aplicada, área do saber de natureza interdisciplinar, que tem direcionado seus estudos para questões que envolvem o uso da linguagem em contextos sociais diversos (MOITA LOPES, 2006). Dentro desse campo, recorro aos princípios metodológicos propostos pelo Círculo de Bakhtin, denominado por Brait (2010) como Análise Dialógica do Discurso (ADD), para fundamentar esta pesquisa.

É pertinente destacar que nessa vertente teórico-metodológica não é possível encontrar um modelo definido e organizado para o estudo de textos/discursos, tampouco existem categorias de análise *a priori*, aplicáveis de forma mecânica. Contudo, como mostra o estudo de Destri e Marchezan (2021), as abordagens metodológicas da ADD são norteadas por princípios e parâmetros para a análise dos enunciados.

Dentre as orientações para guiar o pesquisador, tomo o método sociológico, proposto por Volóchinov, que sugere um caminho para a análise do *corpus* linguístico descrito abaixo:

- 1) Formas e tipos de **interação discursiva** em sua relação com as condições concretas;
- 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual faz parte, isto é, **os gêneros dos discursos** verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica;
- 3) partindo disso, revisão das **formas da língua** em sua concepção linguística habitual (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220, destaque nosso).

Esse método, conforme Destri e Marchezan (2021), propõe três focos de estudo dos textos/discursos, quais sejam: relações dialógicas, gêneros do discurso e formas da língua. As autoras salientam que tais focos de análise se interpenetram, sendo impossível estudar um sem levar em consideração os outros. Por essa via, abordo as relações dialógicas (e os posicionamentos valorativos que as constituem), o objeto principal da ADD, por meio do cotejamento de textos/enunciados, proposto por Bakhtin (2010) e desenvolvido por Geraldini (2012) e Rodrigues (2015). Nas palavras do filósofo,

cada palavra (cada signo) do texto leva para além dos seus limites. Toda interpretação é o **correlacionamento de dado texto com outros textos**. O comentário. A índole dialógica desse correlacionamento. [...] A interpretação como correlacionamento com outros textos e reapreciação em um outro contexto (no meu, no atual e no futuro) [...] O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo (BAKHTIN, 2010, p. 400-401, destaque nosso).

Esse movimento de cotejo de textos/enunciados é um caminho para a compreensão dos discursos em torno da escrita na área médica e apreensão da interdiscursividade desses enunciados. Ressalte-se, aqui, que essa forma de análise se aproxima da perspectiva de Foucault (2008, p. 36), na qual o autor defende que o estudo de um campo discursivo deve ser orientado para a compreensão do enunciado em “suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado”.

O gênero do discurso, outro foco de estudo da ADD, figura como um elemento importante nesta pesquisa, visto que um de seus objetivos é compreender as orientações dos periódicos em torno da escrita do gênero artigo científico. Nessa análise, orientada pelo conceito bakhtiniano de cronótopo, entendo que os gêneros do discurso são forjados numa certa realidade, refletindo e refratando as dinâmicas sociais, históricas e ideológicas dos campos das atividades humanas.

Esse conceito, portanto, auxilia-me a situar os discursos orientadores em torno da escrita na área médica num determinado tempo e lugar, ou seja, no cronótopo da internacionalização. Dessa forma, na minha tarefa analítica, levo em conta os contextos de produção e circulação desses enunciados orientadores, partindo da dimensão social mais ampla para a sua materialidade textual (terceiro foco de estudo da ADD).

Atentarei, assim, para a materialidade linguística dos enunciados, por meio de um viés discursivo, considerando que as palavras utilizadas nos discursos evocam contextos, “nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa” (BAKHTIN, 2010a, p. 100). Acosta Pereira e Oliveira (2020, p. 253) desenvolvem essa ideia e afirmam que as escolhas lexicais demarcam/sinalizam “as amplitudes do cronótopo na medida em que determinadas palavras passam a constituir signos ideológicos, refletindo e refratando a realidade social”.

Entendo que tais princípios teórico-metodológicos da ADD oferecem um caminho heurístico para a descrição, análise e interpretação dos discursos em torno da escrita na área médica e levam-me a concebê-los como enunciados concretos. Por meio dessa vertente, as normas de submissão, os editoriais, os artigos e as diretrizes internacionais não podem ser vistos como instâncias autônomas, mas como enunciados circunscritos em acontecimentos sociais e históricos.

Traçados os princípios metodológicos desta investigação, apresento nas próximas seções a caracterização da pesquisa, os procedimentos de coleta e análise dos dados.

2.1 Caracterização da pesquisa

A análise dos dados nesta investigação é orientada por uma abordagem de natureza interpretativa e qualitativa. Nas palavras de Brasileiro (2021, p. 83), a pesquisa qualitativa

é aquela que se ocupa da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados no decorrer da pesquisa, não se detendo a técnicas estatísticas. Os processos e suas dinâmicas, as variáveis e as relações entre elas, são dados para a construção de sentidos e os principais condutores da abordagem. Trabalha, basicamente, com dois tipos de dados: os verbais – coletados por meio de entrevistas, narrativas, observações, documentos, experimentos e ações; e os visuais – colhidos em experimentos, observações e documentos.

Esse tipo de pesquisa apresenta uma natureza interpretativa, em que o pesquisador assume a responsabilidade de “produzir significado para os fenômenos, para as conexões entre eles e a situação (as circunstâncias imediatas), entre eles e o contexto (as condições sócio-histórico-culturais)” (SOARES, 2006, p. 402). Dentro da abordagem qualitativo-interpretativa, realizo uma investigação de base documental.

Para Brasileiro (2021) e Severino (2016), nessa forma de investigação, pode-se tomar como fonte de documentos um vasto grupo de materiais impressos ou digitais, tais como leis, regulamentos, normas, jornais, revistas, fotos, discursos etc., cujas informações podem ser de cunho público ou privado. Os documentos selecionados nesta tese são textos digitais, publicados em periódicos científicos com uma política de acesso aberto, portanto, eles contêm informações de cunho público.

2.2 Procedimentos de coleta e análise de dados

Antes de apresentar o *corpus* desta pesquisa, faço um breve relato das etapas que antecederam a sua constituição, a fim de justificar a sua escolha. As minhas incursões nos discursos sobre a escrita científica na área médica iniciaram-se pela leitura de manuais de escrita específicos desse campo (GREENHALG, 2015; GUSTAVII, 2017) e por entrevistas informais com professores do curso de medicina de duas universidades públicas do estado da Bahia. Essas entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2019 e foram conduzidas por meio de uma conversa informal sobre as fontes de orientação para a escrita na área médica, os gêneros textuais utilizados pelos alunos de medicina, as dificuldades de leitura e escrita dos artigos científicos, dentre outros. Os dados foram registrados pela pesquisadora em um caderno de notas, mas não fazem parte do *corpus* desta pesquisa.

Na investida inicial por esse “território discursivo alheio”, tais entrevistas foram importantes no direcionamento para a seleção do *corpus* deste estudo, pois os depoimentos dos professores confirmaram a minha hipótese de que as atividades de escrita nas faculdades de medicina estavam atreladas às práticas de publicação em periódicos científicos. As orientações para tais atividades, segundo a maioria dos professores, ficavam a cargo das instruções e normas de submissão dos periódicos. Nas respostas dos professores, foi possível também entrever a crença na importância da leitura de “bons artigos científicos” como forma de desenvolver a habilidade de escrita. Esses depoimentos ratificaram a influência dos periódicos na definição de padrões e modelos de escrita científica na área investigada.

Dessa forma, com o objetivo de responder à questão central desta pesquisa (Como se configuram os discursos que orientam a escrita do artigo científico em periódicos médicos no contexto de internacionalização?), busquei estabelecer os critérios de seleção do *corpus*. O primeiro passo foi definir que as revistas deveriam estar indexadas na Coleção *Scientific Electronic Library Online* - Scielo.⁹ A opção por essa base deveu-se a duas razões: i) a sua política de acesso aberto; e ii) o seu papel no processo de internacionalização das revistas brasileiras.

Nessa base, constatei a indexação de 95 periódicos na área médica.¹⁰ A existência abundante de periódicos, conduziu-me ao primeiro problema metodológico: a dificuldade de selecionar as revistas que seriam investigadas. De início, elegi como critério de seleção o qualis do periódico (quadriênio 2013-2016), contudo, ao consultar à Plataforma Sucupira, verifiquei a ausência de revistas médicas nacionais no estrato A.

Em virtude disso e considerando os objetivos deste trabalho, percebi que seria mais produtivo adotar como critério de seleção o tempo de existência das revistas, priorizando as mais antigas nas seguintes subáreas: Cardiologia, Pediatria, Medicina Tropical, Clínica Médica, e Saúde Pública. Assim, dentre os 95 periódicos de medicina, indexados no Scielo, selecionei dez revistas, listadas no Quadro 1 e ordenadas pelo seu ano de fundação:

⁹ É importante destacar que os todos os periódicos selecionados estão indexados em outras bases de dados, dentre elas, cito a Web of Science e a Scopus.

¹⁰ Vale dizer que este número está sujeito a variações, já que pode haver indexação ou exclusão de revistas médicas durante o período desta investigação. Esses dados estão disponíveis em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_subject&lng=pt. Acesso em: 10 mar. 2020.

Quadro 1 - Lista de periódicos selecionados para a pesquisa

Periódico	Ano de fundação	Qualis do periódico ¹¹ (Quadriênio 2013-1016)
Memórias do Instituto Oswaldo Cruz	1909	B2
São Paulo Medical Journal	1932	B3
Jornal de Pediatria	1934	B2
Clinics	1945	B2
Arquivos Brasileiros de Cardiologia	1948	B2
Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo	1959	B2
Revista de Saúde Pública	1967	B2
Cadernos de Saúde Pública	1985	B2
Epidemiologia e Serviços de Saúde	1994	B3
Ciência e Saúde Coletiva	1996	B3

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora.

A classificação das áreas dos periódicos e os nomes das instituições responsáveis por sua edição são apresentados no Quadro 2:

Quadro 2 - Classificação dos periódicos segundo a área de conhecimento e a instituição responsável por sua edição e publicação

Periódico	Área da medicina ¹²	Instituição responsável pela edição e publicação
Memórias do Instituto Oswaldo Cruz	Medicina Tropical, Parasitologia, Microbiologia e Imunologia	Instituto Oswaldo Cruz
São Paulo Medical Journal	Clínica Geral	Associação Paulista de Medicina
Jornal de Pediatria	Pediatria	Sociedade Brasileira de Pediatria
Clinics	Clínica Geral	Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
Arquivos Brasileiros de Cardiologia	Cardiologia Clínica e Cirúrgica	Sociedade Brasileira de Cardiologia
Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo	Medicina Tropical	Instituto Paulista de Medicina Tropical
Revista de Saúde Pública	Saúde Pública	Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

¹¹ Não há periódicos nacionais no estrato A1 na área médica. Os motivos para a ausência dos periódicos nacionais nesse estrato serão elencados no capítulo 3. Cabe esclarecer, entretanto, que os periódicos selecionados para esta investigação podem receber classificações diferentes de acordo com a área do conhecimento que os vincula. Para ilustrar, cito a revista *Cadernos de Saúde Pública*, que é avaliada de forma díspar em mais de vinte áreas do conhecimento. Enquanto na área da Medicina o seu Qualis é B1, na sociologia, a revista ocupa o estrato A1.

¹² Essa classificação é apresentada pelos próprios periódicos nos seus respectivos *sites*, por isso, não considere a classificação oferecida pela Capes, que divide a área médica nas seguintes áreas: Clínica Médica, Cirurgia, Saúde Materno-infantil, Psiquiatria, Anatomia Patológica e Patologia Clínica, Radiologia Médica, Medicina Legal e Deontologia.

Cadernos de Saúde Pública	Saúde Pública	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fiocruz
Epidemiologia e Serviços de Saúde	Saúde Pública	Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços, do Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde do Brasil
Ciência e Saúde Coletiva	Saúde Pública	Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora.

Após a seleção dos periódicos, fiz o recorte do *corpus* para a pesquisa. Primeiramente, compilei as normas de submissão das revistas, pois entendo que as suas prescrições determinam as convenções com respeito à escrita do artigo científico. Após a leitura desses textos, verifiquei que os periódicos incorporam em suas normas determinados *links*, que remetem o autor-pesquisador para orientações estabelecidas por documentos internacionais, tais como: i) as *Recomendações para Elaboração, Redação, Edição e Publicação de Trabalhos Acadêmicos em Periódicos Médicos*, que veiculam a voz do Comitê Internacional dos Editores de Periódicos Médicos; e ii) as diretrizes de escrita científica da Rede Equator, que representam as vozes de pesquisadores e editores que propõem guias de escrita para o artigo científico. A incorporação desses documentos levou-me a considerá-los como parte integrante das normas de submissão dos periódicos, inserindo-os, assim, no *corpus* de análise.

Em seguida, realizei uma busca de editoriais e artigos cujas temáticas abordassem a escrita científica, publicados nos periódicos selecionados, utilizando os descritores: “escrita científica”, “escrita acadêmico-científica”, “redação científica” e suas respectivas traduções em inglês. Esse primeiro critério de seleção não foi produtivo, pois forneceu apenas sete artigos. Portanto, a maior parte dos textos que compõe o *corpus* foi coletada manualmente por meio de leituras dos fascículos dos periódicos em pauta. Nesse processo, encontrei mais de sessenta editoriais e artigos, produzidos no contexto de internacionalização dos periódicos.

Dentre tais textos, selecionei aqueles assinados por editores porque, a meu ver, eles permitem resgatar posicionamentos e apreciações desses sujeitos sobre práticas de escrita científica para a publicação, tendo em vista que os editores são agentes que avaliam, orientam e promovem tais práticas. Foram coletados, portanto, os seguintes documentos: as normas de submissão das revistas, 29 editoriais, 19 artigos e o manual de recomendação para a escrita do Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos, listados no Quadro 3.

Com o intuito de organizar a tarefa analítica, divido os textos coletados em três eixos: i) discursos constituintes (MAINGUENEAU, 2010), ii) discursos prescritivos e iii) discursos metapragmáticos (SIGNORINI, 2008; 2017). O eixo dos discursos constituintes é formado pelas diretrizes internacionais - *Recomendações para Elaboração, Redação, Edição e Publicação de Trabalhos Acadêmicos em Periódicos Médicos* e pelas diretrizes de escrita científica da Rede Equator – incorporadas nas normas de submissão dos periódicos. Tais normas, por sua vez, são consideradas como discursos prescritivos, que autorizam e/ou interditam determinados procedimentos de escrita. Já os editoriais e artigos dos periódicos, que versam sobre a escrita e publicação de artigos, são vistos aqui como discursos metapragmáticos, uma vez que se caracterizam por sua função de descrever, avaliar e orientar os usos da língua na interação escrita (SIGNORINI, 2008). Os discursos metapragmáticos ampliam a compreensão das diretrizes editoriais dos periódicos e permitem depreender, de forma mais explícita, o posicionamento dos editores com respeito a práticas de pesquisa e escrita científicas.

Além disso, em alguns editoriais, foi possível flagrar enunciados-respostas dos editores aos discursos oficiais (políticas de avaliação, financiamento e internacionalização dos periódicos produzidas pela Capes e CNPq e critérios de indexação das revistas prescritos pelo Scielo). Tais enunciados serão inseridos na descrição do contexto discursivo, social e histórico de produção dos discursos orientadores dos periódicos, como veremos no capítulo 3.

As categorias de análise do *corpus* advieram de algumas noções da Análise Dialógica do Discurso, apresentadas no capítulo 1. Dessa maneira, opero metodologicamente com o conceito de **enunciado**, tomando-o como uma macrocategoria analítica, visto que ele é a unidade da comunicação discursiva, no qual se dá o encontro entre a língua e a realidade histórica e social.

Recorto, assim, 153 trechos das normas de submissão, editoriais, artigos e diretrizes internacionais que compõem o *corpus*, concebendo-os como enunciados, instâncias de interação em que os sujeitos do discurso (no caso, editores de revistas) se dirigem a interlocutores presumidos, a fim de instruí-los e informá-los sobre práticas de escrita do artigo científico.

Além disso, elegi os elementos constitutivos do gênero do discurso – **conteúdo temático, estrutura composicional e estilo** – como categorias analíticas para conduzir esta pesquisa, funcionando como eixos organizadores do estudo e também como índices para a identificação das prescrições e dos valores que emergem nos enunciados em torno da escrita do artigo. Cumpre ressaltar que tais categorias não foram tomadas *a priori*, mas surgiram a partir

da recorrente abordagem desses três elementos do gênero nos discursos orientadores dos periódicos.

É necessário dizer que, ao assumir cada um dos elementos do gênero como ferramentas analíticas, reconheço a dialogicidade que os constitui, isto é, considero a indissociabilidade do estilo, da forma e do conteúdo do gênero. Portanto, a despeito da tentativa de recortar e organizar as orientações em torno de cada um desses elementos em capítulos e seções, ressalto a dificuldade de delimitar fronteiras devido à sua natureza imbricada e implicada, que interfere e ressoa no processo analítico. Assim sendo, para abordar as orientações sobre o estilo, a forma e o conteúdo temático, segui o trajeto apresentado na introdução desta pesquisa, dividindo a análise do *corpus* em três capítulos intitulados: *Discursos constituintes de práticas de escrita do artigo científico na área médica; O estilo do artigo científico no cronótopo da internacionalização; Prescrições e valores em torno do conteúdo temático e da forma composicional do artigo científico.*

Durante a análise, busco evidenciar também a dialogicidade e as axiologias que acompanham os enunciados orientadores, trazendo à tona uma arena de vozes centrípetas e centrífugas, na qual os editores assimilam, aplicam, discordam, refutam e polemizam com outros discursos em torno das práticas de escrita e publicação científicas.

Nos capítulos 4 e 5, por exemplo, essa dialogicidade não será analisada apenas numa superfície textual, mas seguindo as orientações metodológicas da ADD, buscarei cotejar os enunciados coletados, a fim de explicitar os diálogos estabelecidos entre os editores, os discursos oficiais e os discursos constituintes por meio das seguintes subcategorias de análise: movimentos de assimilação/concordância/reverência, movimentos de discordância/distanciamento/resistência e ironia. Com respeito à dimensão valorativa, parto do pressuposto bakhtiniano de que a língua oferece recursos lexicais e sintáticos para a manifestação de atitudes valorativas do falante/escritor, para examiná-la por meio da materialidade linguística dos enunciados selecionados.

Com o intuito de conduzir a tarefa analítica, os enunciados (recortados do manual de recomendação do ICMJE, artigos, editoriais e normas de submissão) serão numerados de forma consecutiva, de acordo com a ordem em que forem sendo citados no texto. As suas referências serão fornecidas no final de cada trecho por meio da utilização das siglas: i) E1, E2, E3... para representar os editoriais; ii) A1, A2, A3... para figurar os artigos; iii) MR para substituir o termo Manual de Recomendação.

Essas siglas serão acompanhadas pelo ano de publicação e pela página do texto, alocados no final de cada excerto. No que tange aos enunciados, retirados das normas de

submissão/Instruções aos Autores, identifico-os pelos nomes de cada revista, citados logo após a transcrição dos trechos. Frise-se que todos os textos que constituem o *corpus* desta pesquisa estão disponíveis para o leitor nos respectivos sites dos periódicos. Posto isto, apresento os títulos dos textos¹³ selecionados para a pesquisa no Quadro 3:

Quadro 3 - *Corpus* da pesquisa

ENUNCIADO	AUTOR/DATA	TÍTULO	PERIÓDICO/SITE
Editorial 1 (E1)	Mansur, A. J. <i>et al.</i> , 2000	Tendências das Publicações nas Fases Trimestral, Bimestral e Mensal das Cinco décadas dos Arquivos Brasileiros de Cardiologia	Arquivos Brasileiros de Cardiologia
Editorial 2 (E2)	Andriolo <i>et al.</i> , 2010	Classificação dos Periódicos no Sistema QUALIS da CAPES - a Mudança dos Critérios é URGENTE	Arquivos Brasileiros de Cardiologia
Editorial 3 (E3)	Moreira, L. F. P., 2017	Periódicos Cardiológicos de Países de Língua Portuguesa: Desafios e Oportunidades.	Arquivos Brasileiros de Cardiologia
Editorial 4 (E4)	Rochite, C. E., 2018	Novo editor-chefe, novos desafios	Arquivos Brasileiros de Cardiologia
Editorial 5 (E5)	Rocha-e-Silva M., 2005	No fascículo de fevereiro 2005 de Clinics	Clinics
Editorial 6 (E6)	Rocha-e-Silva, M., 2008	In the February, 2008 issue of Clinics	Clinics
Editorial 7 (E7)	Rocha-e-Silva, M., 2009	O novo Qualis ou a tragédia anunciada	Clinics
Editorial 8 (E8)	Marlow, M. A., 2014	Writing scientific articles like a native English speaker: top ten tips for Portuguese speakers.	Clinics
Editorial 9 (E9)	Marlow, M. A., 2016	Writing scientific articles like a native English speaker: concise writing for Portuguese speakers	Clinics
Editorial 10 (E10)	Carvalho M. S.; Travassos C.; Coeli, C. M., 2013	Um bom texto	Cadernos de Saúde Pública
Editorial 11 (E11)	Vidal, E. I. O., 2016	O que esperamos das revisões sistemáticas no futuro	Cadernos de Saúde Pública
Editorial 12 (E12)	Carvalho M. S.; Travassos C.; Coeli, C. M., 2014	A internacionalização da ciência	Cadernos de Saúde Pública
Editorial 13 (E13)	Vidal, E. I. O.; Fukushima F. B., 2021	A arte e a ciência de escrever um artigo científico de revisão	Cadernos de Saúde Pública
Editorial 14 (E14)	Antunes J. L. F. <i>et al.</i> , 2015	Desafios editoriais da Revista de Saúde Pública	Ciência e Saúde Coletiva
Editorial 15 (E15)	Minayo, M. C. S., 2016	O artigo qualitativo em foco	Ciência e Saúde Coletiva

¹³ As referências bibliográficas desses textos encontram-se no Apêndice A.

Editorial 16 (E16)	Antunes J. L. F <i>et al.</i> , 2019	Caminhos da internacionalização dos periódicos de saúde coletiva	Ciência e Saúde Coletiva
Editorial 17 (E17)	Garcia, L. P., 2012	Comunicação e redação científica para a epidemiologia e os serviços de Saúde	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Editorial 18 (E18)	Procianoy, R. S., 2003	O Jornal de Pediatria para o mundo	Jornal de Pediatria
Editorial 19 (E19)	Coura, J. R., 1987	Memórias das Memórias	Memórias do Instituto Oswaldo Cruz
Editorial 20 (E20)	Coura, J. R., 1992	Memórias das Memórias	Memórias do Instituto Oswaldo Cruz
Editorial 21 (E21)	Coura, J. R.; Willcox, L.C. 2003	Fator de impacto, produção científica e qualidade das revistas médicas brasileiras	Memórias do Instituto Oswaldo Cruz
Editorial 22 (E22)	Coura, J. R., 2005	Editorial review: impact fator evolution on Memórias do Instituto Oswaldo Cruz	Memórias do Instituto Oswaldo Cruz
Editorial 23 (E23)	Coura, J. R.; Willcox, J. C. B., 2006	Memórias do Instituto Oswaldo Cruz: tradition and innovation	Memórias do Instituto Oswaldo Cruz
Editorial 24 (E24)	Editorial, 1999	Mudanças e inovações na Revista de Saúde Pública	Revista de Saúde Pública
Editorial 25 (E25)	Rey, L., 1999	Revista do Instituto de Medicina Tropical: quarenta anos depois	Revista do Instituto de Medicina Tropical
Editorial 26 (E26)	Atallah, A. N., 2007	Systematic reviews followed by clinical trials, followed by systematic reviews: this is how the uncertainties in medicine are reduced	São Paulo Medical Journal
Editorial 27 (E27)	Riera, R.; Atallah, A. N., 2009	Cochrane highlights	São Paulo Medical Journal
Editorial 28 (E28)	Pêgo-Fernandes, P. M.; Mariani, A. W., 2010	Fator de impacto: problema ou solução?	São Paulo Medical Journal
Editorial 29 (E29)	Atallah, A. N; Logullo, P., 2019	Improving the transparency and integrity of scientific reports on health. New instructions for authors!	São Paulo Medical Journal
Artigo 1 (A1)	Lemos, A. A. B., 1993	Análise Crítica de uma Revista Institucional: as <i>Memórias do Instituto Oswaldo Cruz</i>	Cadernos de Saúde Pública
Artigo 2 (A2)	Pereira, M. G., 2012	Estrutura do artigo científico	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Artigo 3 (A3)	Pereira, M. G., 2012	Preparo para a redação do artigo científico	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Artigo 4 (A4)	Pereira, M. G., 2012	A introdução de um artigo científico	Epidemiologia e Serviço de Saúde

Artigo 5 (A5)	Pereira, M. G., 2013	O resumo de um artigo científico	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Artigo 6 (A6)	Pereira, M. G., 2013	A seção de método de um artigo científico	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Artigo 7 (A7)	Pereira, M. G., 2013	A seção de resultados de um artigo científico	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Artigo 8 (A8)	Pereira, M. G., 2013	A seção de discussão de um artigo científico	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Artigo 9 (A9)	Galvão, T. F.; Pereira, M. G., 2014	Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Artigo 10 (A10)	Galvão, T. F.; Pereira, M. G., 2015	Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática.	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Artigo 11 (A11)	Galvão, T. F.; Silva, M. T.; Garcia, L. P., 2016	Ferramentas para melhorar a qualidade e a transparência dos relatos de pesquisa em saúde: guias de redação científica	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Artigo 12 (A12)	Pereira, M. G., 2017	Dez passos para produzir artigo científico de sucesso	Epidemiologia e Serviços de Saúde
Artigo 13 (A13)	Forattini, O. P., 1996	A tríade da publicação científica	Revista de Saúde Pública
Artigo 14 (A14)	Forattini, O. P., 1997	A língua Franca da ciência	Revista de Saúde Pública
Artigo 15 (A15)	Victora, C. G.; Moreira, C. B., 2006.	Publicações científicas e as relações Norte-Sul: racismo editorial?	Revista de Saúde Pública
Artigo 16 (A16)	Minayo, M. C. S., 2012	Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade	Ciência e Saúde Coletiva
Artigo 17 (A17)	Simera, I. <i>et al.</i> , 2010	Transparent and accurate reporting increases reliability, utility, and impact of your research: reporting guidelines and the EQUATOR Network	Rede Equator
Artigo 18 (A18)	Altman, D. G.; Simera, I., 2014	Using Reporting Guidelines Effectively to Ensure Good Reporting of Health Research	Rede Equator
Artigo 19 (A19)	Altman, D. G.; Simera, I., 2016	A history of the Evolution of guidelines for reporting medical research: the long road to the Equator network	Rede Equator
Manual de Recomendação (MR)	International Committee of Medical Journal Editors	Recomendações para elaboração, redação, edição e publicação de trabalhos acadêmicos em periódicos médicos	International Committee of Medical Journal Editors

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora.

Antes de finalizar esta seção, é conveniente dizer que, durante a análise deste material, consultei manuais de escrita científica e fiz sucessivas leituras de artigos publicados nos

periódicos em tela, buscando auxílio para compreender melhor os discursos orientadores. Desse modo, apesar de não compor o *corpus* de pesquisa, em algumas seções desta tese, remeto-me ao dizer de autores de manuais e trago alguns trechos de artigos que exemplificam ou materializam as instruções dos editores. Feitas as apresentações da metodologia, discorro, no capítulo seguinte, sobre o contexto discursivo, social e histórico, no qual os enunciados coletados para esta investigação são produzidos.

CAPÍTULO III - CONTEXTO DISCURSIVO, SOCIAL E HISTÓRICO PRODUTOR DAS POLÍTICAS EDITORIAIS E DAS ORIENTAÇÕES PARA A ESCRITA CIENTÍFICA DOS PERIÓDICOS MÉDICOS NACIONAIS

Em discussões anteriores, levantei o pressuposto de que os textos que orientam as atividades de escrita científica não estão num vácuo social, mas situados numa realidade histórica, ideológica e política. Desse modo, a análise do *corpus* desta pesquisa será guiada pela noção bakhtiniana de que os enunciados de uma esfera ideológica não são indiferentes aos outros enunciados. Pelo contrário, segundo Bakhtin (2016, p. 57), os enunciados podem ser vistos “antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo”.

Compreendo, assim, que os discursos orientadores da escrita científica, nos periódicos em questão, estabelecem um diálogo com discursos oficiais e assumem uma posição valorativa diante de questões linguísticas, discursivas e sociais que se apresentam (ou se impõem) no contexto de internacionalização para a pesquisa, escrita e publicação científicas.

Muller (2012), Curry e Lillis (2004, 2006, 2016) corroboram essa visão, afirmando que, atualmente, tais práticas são forjadas por uma série de forças locais e internacionais implicadas numa dinâmica de poder e hierarquias. De uma parte, temos os editores de periódicos científicos que prescrevem regras de escrita, avaliam e selecionam artigos para a publicação. De outra parte, encontramos: i) as agências de fomento, que criam políticas de avaliação, financiamento e internacionalização dos periódicos, e ii) as bases indexadoras, que estabelecem os critérios de inclusão e permanência das revistas.

Diante desse quadro, remeto-me à visão foucaultiana de que o poder está capilarizado e pulverizado em vários espaços da sociedade e tomo a metáfora do *iceberg*, para dizer que as políticas editoriais dos periódicos científicos e seus discursos orientadores apresentam, neste trabalho, a parte emersa de um conjunto de vozes e relações de poder que sustentam essas políticas. Os discursos dos editores, assim, são constituídos nos processos de interação com essas vozes institucionais e suas injunções.

À luz desses pressupostos, neste capítulo, descrevo as políticas de avaliação, financiamento e internacionalização da Capes/CNPq e os critérios de indexação da Scielo, buscando mostrar como os editores respondem a tais vozes institucionais. Contudo, antes de iniciar essa discussão, discorro brevemente sobre o papel dos editores na esfera de publicação científica.

3.1 A função dos editores como *gatekeepers* da escrita científica

Os periódicos são concebidos, neste trabalho, como instituições formais que padronizam práticas de escrita por meio de suas recomendações aos autores, reforçando ou ressignificando formas de linguagem e gêneros na esfera acadêmico-científica. Além disso, os periódicos representam culturas disciplinares, propagando seus princípios e valores epistemológicos.

É pertinente pensar que os enunciados orientadores das revistas possuem sujeitos que, efetivamente, formulam as normas e as instruções dessa instância. Assim, recorro aos questionamentos de Foucault (2008) para refletir sobre tais sujeitos: Quem fala? Qual o *status* do enunciador, ou seja, qual a posição do sujeito em relação aos diversos domínios e poderes em questão? Qual o lugar institucional de onde fala? Como se relaciona com outras instâncias?

Diante dessas indagações, chega-se na figura do editor de periódicos, responsável pela produção de políticas editoriais e normas de submissão das revistas. Além disso, o editor é reconhecido como o responsável pela aprovação (ou não) de um texto para a publicação, legitimando/consolidando determinadas formas de dizer num campo disciplinar. Assim, ele assume, juntamente com outras instâncias – professores, escritores de manuais de escrita, pareceristas, revisores etc. – o papel de mediador de letramento,¹⁴ já que o seu discurso repercute nas Instituições de Ensino Superior.

Convém observar que, na visada teórica adotada neste trabalho, as políticas e orientações editoriais para a escrita respondem às universidades, às bases indexadoras, às instituições de fomento, dentre outros que, por sua vez, concedem ao editor a função de avaliar e promover a qualidade dos artigos científicos.

Em Curry e Lillis (2016), por exemplo, os editores são apontados como *gatekeepers* (guardiões) das práticas de publicação, pois, além de formular as políticas editoriais e avaliar os textos submetidos, eles são responsáveis pela manutenção da ética e da integridade de tais textos. Essa posição de “guardião” do editor é corroborada por Coeli *et al.* (2018, p. 1), que apontam as políticas editoriais como um “locus sentinela para a identificação do mau funcionamento do sistema”. É pertinente dizer que, conforme salienta Barata (2016), o posicionamento e a avaliação dos editores são subjetivos e dependem da percepção do próprio

¹⁴ O termo mediador de letramento, em inglês “brokers”, foi apresentado por Curry e Lillis (2006). Para as autoras, essa mediação não está limitada apenas na interação entre indivíduos, pois podem existir interações de natureza política e institucional. Segundo as autoras, embora muitas pesquisas explorem a mediação no nível da interação entre indivíduos, também tem sido explorada a mediação de natureza política e institucional.

editor sobre ciência, escrita científica, abordagem de pesquisa, dentre outros aspectos envolvidos na produção de um artigo científico.

Diante dessas considerações, percebe-se que o ofício do editor (como os autores de manuais de escrita) é central na organização da arquitetura de valores e princípios que guiam o ato de escrever. As orientações dos editores são encontradas, em geral, nas normas de submissão dos periódicos. Todavia, os dados desta pesquisa mostram que tais orientações estão presentes também em artigos e editoriais publicados nas revistas, oferecendo os posicionamentos dos editores com respeito a determinadas práticas de escrita e suas respostas frente às pressões da esfera de publicação científica.

Sendo assim, ao descrever o contexto discursivo, social e histórico que engendra os discursos orientadores dos periódicos, insiro enunciados que revelam a visão dos editores acerca das demandas do cronótopo da internacionalização e das instâncias oficiais que organizam, avaliam e financiam as práticas de pesquisa e publicação de artigos. Nesse movimento, busco explicitar, nas seções seguintes, o diálogo dos editores com os discursos oficiais.

3.2 Políticas de avaliação, financiamento e internacionalização dos periódicos

As práticas de escrita e publicação dos periódicos científicos, em grande parte, resultam das políticas de avaliação, financiamento e internacionalização, criadas pelas agências de fomento à pesquisa. Desse modo, é relevante conhecê-las para delimitarmos o contexto de produção dos discursos orientadores dos periódicos em tela.

Por meio dos estudos de Barata (2010) e Hayashida (2012), percebe-se que tais políticas foram sendo construídas no processo de institucionalização da ciência no Brasil. Assim, nesta seção, revisito alguns momentos desse processo para apreender como essas políticas foram sendo constituídas e organizadas.

Conforme Barata (2010), um grande salto na institucionalização da ciência foi dado com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), em 1951.¹⁵ Esta agência, como consta no seu título, foi criada para promover a formação de pesquisadores, por

¹⁵ A Capes surgiu sob a designação de Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoas de Ensino Superior e tornou-se, em 1961, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Capes. Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historico>. Acesso em: 20 jun. 2021.

meio de concessão de bolsas de estudo, incentivo de intercâmbios e rede de colaborações internacionais e nacionais entre os estudantes.

O CNPq, por sua vez, foi fundado com o intuito de financiar, “promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento, mas com especial interesse no campo da física nuclear”.¹⁶ É interessante notar que o motivo principal para a fundação desse órgão decorre do interesse do Governo pelo desenvolvimento de pesquisas na área de energia nuclear, haja vista que, conforme Barata (2010), as ameaças de cunho econômico e militar da Segunda Guerra estabeleceram prioridades de investimentos em pesquisas nesse campo.

Na década seguinte, registram-se várias iniciativas para o desenvolvimento da pesquisa nacional. Dentre elas, a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em 1961, e a institucionalização de 27 cursos de mestrado e 11 cursos de doutorado, em 1965.¹⁷ Os esforços do Estado para impulsionar as atividades científicas resultam, segundo os dados apresentados por Barata (2010), num aumento significativo da produção e publicação de trabalhos acadêmicos. Somado a isso, surge a necessidade de organizar, avaliar e medir as produções acadêmicas, reforçando a importância da cientometria,¹⁸ desenvolvida, principalmente, nos Estados Unidos.

Essa área foi responsável pela criação de um indicador para mensurar a “qualidade” dos periódicos científicos: o Fator de Impacto (FI),¹⁹ proposto por Garfield (1955), no artigo intitulado *Citation indexes for science: a new dimension in documentation through association of ideas*, publicado na revista *Science*.

Nessa época, Garfield fundou duas instâncias que começaram a exercer uma forte influência nas políticas editoriais dos periódicos brasileiros. A primeira foi o *Institute for Scientific Information (ISI)*,²⁰ instituição responsável pela indexação e gestão de informações científicas, por meio da *Web of Science*. E a segunda, conhecida como *Journal Citation Reports (JCR)*, foi criada com a função de divulgar o FI dos periódicos indexados em sua base. O surgimento desse indicador como instrumento para medir a produção científica passou a

¹⁶ Citação disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historico>. Acesso em 20 jun. de 2021.

¹⁷ Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historico>. Acesso em 20 jun. de 2021.

¹⁸ Estudos das medidas e dos índices de avaliação e quantificação das pesquisas científicas.

¹⁹ O Fator de Impacto é calculado a partir do número de citações que os artigos indexados e publicados durante dois anos (por exemplo, 2007 e 2008) receberam no ano seguinte (2009), dividido pelo número de artigos publicados naquele período de dois anos (BARATA, 2010, p. 42).

²⁰ Instituto de Informação Científica.

fornecer os parâmetros de avaliação dos programas de pós-graduação e dos periódicos nacionais, como veremos a seguir.

Contudo, antes de passarmos para a próxima subseção, é preciso mencionar que a instituição desses sistemas avaliativos e índices de citação, no dizer de Hamel (2017), fundou esquemas que estabeleceram hierarquias e procedimentos seletivos de pesquisadores, universidades e revistas científicas. O autor aponta algumas limitações desse sistema bibliométrico que, a seu ver, não espelha a qualidade, o conteúdo e o mérito intrínseco dos artigos publicados, já que tal avaliação é operada por *softwares*, ou seja, “um sistema autorreferencial e circular, sem qualquer referência ao mundo real fora do campo das publicações” (HAMEL, 2017, p. 17). Para ilustrar a forma de valoração de um artigo nessa abordagem avaliativa, o autor diz que uma pesquisa sobre o vírus Zika, tão urgente para desenvolver um remédio e uma vacina, só teria impacto se causasse muitas citações em outros artigos e não porque resolveria um problema pandêmico.

3.2.1 O Qualis periódicos e as vozes dos editores

Ainda de uma perspectiva histórica, data de 1977 a implantação de uma política avaliativa dos programas de pós-graduação pela Capes. Nesse período, o órgão de fomento não divulgava o resultado para a comunidade externa, apenas para os programas avaliados, que recebiam os conceitos: A (muito bom), B (bom), C (regular).

A partir da década de 1990, a Capes adota um critério quantitativo para avaliar a produção intelectual, por meio da contabilização do número de artigos publicados pelos discentes e docentes da pós-graduação. Esse critério gerou uma série de críticas, levando o Conselho Técnico-Científico de Educação Superior (CTC-ES) a buscar outros meios para qualificar a produção dos programas de pós-graduação (BARATA, 2016). Devido ao número expressivo de trabalhos publicados e à impossibilidade de avaliá-los individualmente, a opção adotada pelo CTC-ES foi classificar os veículos de divulgação da produção científica, pressupondo que

a aceitação de um artigo por periódico indexado e com sistema de *peer review* garantia, de certo modo, a sua qualidade. Por outro lado, considerou-se que os periódicos com circulação internacional e maior impacto na comunidade acadêmica teriam processos de seleção mais competitivos e, portanto, os artigos por eles selecionados teriam qualidade e relevância (BARATA, 2016, p. 15).

Nesse excerto, há de se ressaltar a lógica utilizada para definir a “qualidade” de um artigo científico, a saber: o seu processo seletivo por revisão por pares e a sua circulação em periódicos (inter)nacionais de alto impacto. Ou seja, a aferição do mérito das produções científicas dos docentes e discentes dos cursos de pós-graduação poderia ser feita i) pelos periódicos, por meio dos pareceres emitidos por seus editores e ii) pelas bases de dados, via os critérios de inclusão ou exclusão do periódico científico e de seu conteúdo. Segundo Barata (2016), tais pressupostos fundamentaram a criação do sistema Qualis Periódicos, em 1998.

Na época, o Qualis dividia os periódicos segundo a sua circulação (internacional, nacional e local) e a partir de cada grupo, as revistas eram classificadas nos estratos A, B e C, de acordo com seu impacto ou relevância para um determinado campo do conhecimento (BARATA, 2016, p. 15). Os modos de avaliar e classificar a produção científica eram eleitos pelos comitês de cada área. Nas Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Ciências Agrárias e Ciências da Saúde, por exemplo, consideravam-se as bases de indexação e as medidas de impacto bibliométrico.²¹

Os critérios de classificação do Qualis provocaram muitas discussões e críticas entre os editores dos periódicos científicos investigados. Para ilustrar o teor das críticas, transcrevo abaixo as palavras dos editores da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*:

(1) Nós brasileiros somos muito interessantes e criativos; melhoramos muito as nossas revistas, com corpo editorial rígido e financiamentos específicos das agências de fomento. Depois essas mesmas agências criam um critério (QUALIS), que não consideram as nossas revistas, [...], por não atingirem o fator de impacto mínimo exigido por elas, mesmo as indexadas no ISI. Em consequência, submetemos os nossos melhores trabalhos para revistas estrangeiras, de maior fator de impacto, prejudicando as nossas próprias revistas, esperando alcançar o QUALIS da Capes ou talvez ‘O Prêmio Nobel do Terceiro Mundo’ por termos publicado em revistas do primeiro mundo. A ciência brasileira melhorou, mas a consciência de parte da comunidade científica não evoluiu no mesmo nível! QUO VADIS? (E21, 2003, p. 5).

No enunciado acima, os editores, em tom irônico, chamam a atenção para as posturas políticas contraditórias das agências de fomento, uma vez que, de um lado, atuam como financiadoras dos periódicos, e, de outro, como avaliadoras de sua qualidade com base num indicador bibliométrico que produz uma desvantagem dos periódicos nacionais em relação aos internacionais. A fala dos editores revela descontentamento com o Qualis e suas agências criadoras, quando declara que o critério de avaliação desconsidera e prejudica as revistas brasileiras.

²¹ O Qualis da grande área da saúde passou a ser construído mediante critérios comuns, que consideravam para o grupo de periódicos internacionais estar indexado em bases como Medline para a categoria internacional C, ter fator de impacto abaixo da mediana para a categoria internacional B e igual ou acima da mediana para a categoria internacional A (BARATA, 2016, p. 15).

Interessante observar que as frases que encerram esse enunciado evidenciam o acento negativo para se referir (e se dirigir) a uma parte da comunidade científica que “não evoluiu no mesmo nível” da ciência brasileira e o uso da expressão latina *Quo Vadis?* (*aonde vais?*) evoca uma reflexão acerca dos rumos das políticas de avaliação da Capes e suas implicações nas revistas médicas nacionais.

O aumento do número de revistas e a busca por recursos para a editoração resultam numa pressão mais intensa, por parte das agências de fomento, pela produtividade científica dos programas de pós-graduação. A Capes, por exemplo, substituiu um modelo mais flexível de avaliação (adotado nos anos 1990) por padrões e critérios mais rigorosos.

Em 2008, a agência reformula o Qualis, propondo classificar os periódicos por uma escala decrescente com sete estratos: A1, o mais elevado; seguido por A2, B1, B2, B3, B4, B5. Nessa “nova” versão do Qualis, define-se que o periódico da área médica deve ter o seu Fator de Impacto medido pelo ISI, fornecendo os seguintes valores para se alcançar os primeiros estratos:

Quadro 4 - Valores de classificação do Qualis

Qualis	Fator de impacto
A1	FI igual ou superior a 3,800
A2	FI entre 3,799 e 2,500
B1	FI entre 2,499 e 1,300
B2	FI entre 1,299 e 0,001

Fonte: Disponível em:
https://www.ufjf.br/ppgsaude/files/2010/03/Criterios_Qualis_2008_15.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020

Esses critérios e indicadores voltam a ser questionados por editores de periódicos médicos. Em 2009, o editor da revista *Clinics* publicou um texto intitulado *O novo Qualis ou a tragédia anunciada*, afirmando que a nova tabela da Capes excluía radicalmente as revistas nacionais dos estratos A1 e A2 do Qualis. O editor salienta que tais estratos eram ocupados apenas por revistas internacionais²² e informa que poucas revistas médicas brasileiras possuíam um FI superior a 1,0.²³ Nas palavras do editor:

²² No estudo realizado por Schifini e Rodrigues (2019, p. 97), percebe-se que a maioria dos periódicos que ocupam o estrato A1 provém dos Estados Unidos (44,5%), do Reino Unido (38,25%), da Holanda (6,43%) e da Alemanha (3,97%), totalizando 93,15%. Além disso, o estudo mostra que mais da metade dos periódicos A1 da área de medicina são editados por 3 grandes grupos: Elsevier, Wiley e Springer Nature.

²³ Com o intuito de situar esses valores num contexto mais amplo, identifiquei o FI de algumas revistas médicas internacionais no ano de 2008, a saber: Nature como FI de 31,434; Cell- FI de 12,53, Science FI de 28,103 (RUIZ *et al.*, 2009, p. 1).

(2) A CAPES não deveria apoiar os periódicos brasileiros **com a mão direita do financiamento e prejudicá-los com essa anunciada mão do novo Qualis**". [...] Os níveis propostos parecem altos demais. Parece que os autores resolveram aplicar um metro tipo Harvard ao sistema brasileiro sem se darem conta que ainda temos que crescer um bocado antes de encarar Harvard de igual para igual (E7, 2009, p. 4, destaque nosso).

O trecho em negrito traz, novamente, uma crítica à contradição das políticas de avaliação e financiamento desenvolvidas pela Capes, abordadas anteriormente em (1), no dizer dos editores da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. É oportuno salientar que, nesse enunciado, o Qualis não assume uma apreciação negativa, como vimos no trecho (1), pois é comparado a “um metro tipo Harvard” aplicado para avaliar as revistas nacionais. Nesse caso, o sentido instaurado é o de que a dificuldade em alcançar um FI mais alto não está nos critérios avaliativos do Qualis, mas na estatura das revistas nacionais, que, segundo o editor, precisam “crescer um bocado antes de encarar Harvard de igual para igual”.

A Associação Médica Brasileira (AMB) também se posiciona contrária ao “novo” Qualis por meio de um editorial publicado na revista *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, em 2010. Para a AMB, com as medidas da Capes, as revistas brasileiras passariam a ser preteridas pelos orientadores e alunos dos programas de pós-graduação, principais fontes dos artigos científicos, que buscariam publicar suas pesquisas em revistas internacionais de alto impacto, criando-se, assim, um “círculo vicioso” que comprometeria a sobrevivência dos periódicos médicos nacionais. Assim, as políticas avaliativas do Qualis acabariam relegando tais periódicos a posições secundárias de classificação. Além disso, a AMB aborda a adoção do FI com as seguintes palavras:

(3) Outro questionamento dos editores diz respeito à escolha do fator de impacto publicado pelo Journal Citation Reports (JCR) como ÚNICO e universal índice para aferição da qualidade dos periódicos (E2, 2010, p. 1).

Chamo a atenção, no enunciado acima, para a grafia em caixa alta do vocábulo “único”. Tal recurso tipográfico é utilizado pela AMB como uma forma de indicar e denunciar o problema do FI ser o critério exclusivo para aferir a qualidade dos periódicos nacionais.

Numa perspectiva diferente, os editores da *São Paulo Medical Journal* publicam um editorial *Impact Factor: vitamin or poison* para discutir as formas de avaliação da Capes e a validade do FI. Apesar de esse título ter sido traduzido, pela própria revista, como *Fator de impacto: problema ou solução*, tomo a sua versão em inglês para refletir sobre os vocábulos: “vitamina e veneno”. Tal escolha lexical apresenta uma dicotomia semântica que nos remete

para pontos de vista distintos sobre a adoção do FI como critério de avaliação das revistas. Vejamos os enunciados:

(4) Esse trabalho dos editores brasileiros **já deu frutos**: em 2008, o Brasil tinha apenas 31 periódicos ISI, mas em 2009 esse **número saltou** para 72 periódicos ISI, um **aumento** de 132%. Outra **medida de melhora no impacto** dos periódicos brasileiros é a sua posição em relação aos periódicos de outros países emergentes: em 2008, o Brasil tinha oito periódicos entre os 100 melhor classificados do grupo BRICK (Brasil, Rússia, Índia, China e Coreia do Sul), enquanto em 2009, esse **número subiu** para onze²⁴ (E28, 2010, p. 1, destaque nosso).

(5) Várias críticas foram feitas com relação ao uso do fator de impacto e tem havido discussão sobre qual é a real utilidade das medidas de citação. A validade do fator de impacto foi questionada. Isso porque o índice pode, de certa forma, ser manipulado por meio de estratégias como **a autocitação** [...]. Outro ponto criticado é que os periódicos que publicam maior **número de artigos de revisão podem obter fatores de impacto** mais elevados do que aqueles que publicam apenas artigos originais²⁵ (E28, 2010, p. 1, tradução nossa, destaque nosso).

Os editores respondem e avaliam essa demanda de duas maneiras, como se observa nos fragmentos acima. Na primeira parte (4), tem-se uma descrição do trabalho dos editores brasileiros para atender às demandas e às avaliações da Capes, que recebem uma entonação positiva, por meio do uso termos em negrito como: “deu frutos”, “número saltou”, “medida de melhora do impacto”. Tais expressões remetem-nos ao termo vitamina, utilizado no título em inglês, para conotar a ideia de que as exigências da Capes serviram como fomento para a indexação das revistas em bases de dados importantes e para a elevação do seu FI, promovendo o crescimento das revistas no cenário internacional.

Já no fragmento (5), apresentam-se algumas críticas à adoção desse critério, problematizando a validade do FI, posto que, conforme os editores, o índice é passível de manipulação por meio de práticas de autocitação e pela estratégia de publicar um número elevado de artigos de revisão, que, por sua vez, geram mais citações e impacto nas revistas.

Ainda analisando as respostas dos editores às políticas de avaliação da Capes, tomo um editorial, publicado na revista *Cadernos de Saúde Pública*. Nesse texto, os editores divulgam a Declaração de São Francisco sobre a Avaliação da Pesquisa²⁶, assinada por pesquisadores de várias instituições, cuja proposta consiste em eliminar o uso do FI como uma medida tanto para

²⁴ (4) This work by Brazilian editors has already borne fruit: in 2008, Brazil only had 31 ISI journals, but in 2009, this number leapt up to 72 ISI journals, an increase of 132%. Another measure of the improvement in the impact of Brazilian periodicals is their position in relation to periodicals in other emerging countries: in 2008, Brazil had eight periodicals among the 100 best classified periodicals within the BRICK grouping (Brazil, Russia, India, China, and South Korea), while in 2009, this number went up to eleven.

²⁵(5) Various criticisms regarding the use of the impact factor have been made, and there has been discussion about what the real usefulness of citation measurements is. The validity of the impact factor has even been questioned. This has happened because the index can, in a certain manner, be manipulated through strategies such as self-citation [...]. Another point that has been criticized is that periodicals that publish greater numbers of review articles may obtain higher impact factors than do those that only publish original articles.

²⁶ *San Francisco Declaration on Research Assessment- DORA*. Disponível em: <https://sfdora.org/read/pt-br/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

avaliar a qualidade de artigos, como para financiar as atividades de pesquisas. Os editores da revista respondem positivamente à Declaração de São Francisco, defendendo que:

(6) A adoção do FI nas decisões sobre financiamento de pesquisa tem sido associada ao aumento de casos de má conduta [...]. Do ponto de vista dos editores científicos, a atribuição de um peso excessivo ao FI nas avaliações editoriais pode ser potencialmente danosa para a ciência: isto quando a escolha do que publicar for predominantemente influenciada pelo potencial do artigo de ser citado. Certamente, a atuação da grande maioria dos editores, baseada no trabalho voluntário de cientistas reconhecidos, é honesta e séria. Entretanto, estamos vivendo um momento de grandes mudanças na forma de financiamento das revistas, em muitos casos uma transformação para um modelo de negócios, altamente lucrativo, diga-se de passagem (E10, 2013, p. 1).

Em (6), apreende-se uma reflexão sobre as implicações do FI nos valores éticos dos editores e pesquisadores. A atribuição de um peso excessivo a esse indicador, para eles, seria a causa do aumento de violações de normas que regulam as práticas científicas. Além disso, os editores chamam a atenção para a influência desse índice na escolha das revistas de artigos com “potencial de ser citado”. Sob essa ótica, os artigos de revisão, que tendem a ser mais citados, teriam prioridade nos periódicos interessados em aumentar o seu FI.

Apesar das críticas e dos questionamentos sobre a credibilidade do FI para medir a qualidade dos periódicos e de seus artigos, esse índice penetrou na esfera de publicação científica e se consolidou como uma medida de avaliação. Esse cenário, segundo Barata (2010, p. 40), fundou uma cultura da numerologia, na qual se busca atingir metas, índices e posições no *ranking*, como se “por pura influência da racionalidade matemática fôssemos alcançar a condição de nação desenvolvida”. O enunciado abaixo, retirado da revista *Clinics*, ilustra como essa cultura da “numerologia” adentra no discurso dos editores:

(7) Temos a alegria de anunciar nossa inclusão e indexação no *Journal of Citation Reports do Institute for Scientific Information*. Esta foi a última indexação significativa que faltava para *Clinics*; conseqüentemente, o primeiro impacto da revista será calculado no início do próximo ano. Usando a metodologia *JCR*, parece que fechamos 2007 **com um fator de impacto**, extraoficial, **acima de 0,800**, o que **nos colocaria em boa posição** entre os 23 periódicos brasileiros **indexados pelo ISI / JCR**, e **aproximadamente na mediana** de periódicos mundiais. Definitivamente, esperamos melhorar esta posição nos próximos anos (E7, 2009, p. 1, destaque nosso).²⁷

As expressões e os nomes destacados nesse fragmento são oriundos do cronótopo da internacionalização e revelam os valores que passam a direcionar as políticas editoriais do

²⁷ (7) We are happy to announce our inclusion and indexing in the Journal of Citation Reports of the Institute for Scientific Information. This was the last significant indexing missing for *Clinics*; consequently, its first impact will be calculated early next year. Using JCR methodology, we appear to have closed 2007 with an extra-official impact factor above 0.800, which would place us in good standing among the 23 ISI/JCR indexed Brazilian journals, and approximately at the median of worldwide journals. We definitely hope to improve this position over the coming Years.

periódico. Esse discurso também pode ser entendido como uma resposta aos órgãos de fomento, uma vez que, como mostra Hayashida (2012, p. 219), entre os anos de 2003 e 2010, os editais de chamada do CNPq para concessão de recursos à editoração das revistas prescreveram o aumento das interlocuções internacionais, “fechando o cerco para que os periódicos investissem no seu espaço de circulação”.

Assim sendo, o número de bases indexadoras exigidas para a concessão do financiamento foi ampliado. Como exemplo mais recente, cito o edital do CNPq nº 19/2019, que, dentre os critérios de elegibilidade do periódico, está a obrigatoriedade de indexação em pelos menos 2 (duas) bases de dados, quais sejam: Scielo, Scopus, Web of Science, Pubmed e Redalyc.²⁸

Nesse cenário, a busca pela indexação dos periódicos nacionais nas bases prescritas pelo CNPq é imperativa para a obtenção de financiamentos públicos, implicando no esforço dos periódicos para atender e manter uma série de critérios e padrões editoriais estipulados por essas bases. A meu ver, as bases indexadoras passam a funcionar como esferas ideológicas e coercitivas que dão origem a modelos de revista e a determinadas práticas de produção e publicação de textos científicos. Portanto, os critérios de inclusão e permanência dos periódicos, estabelecidos pelas bases indexadoras, compõem os discursos oficiais que moldam as políticas editoriais dos periódicos. Para ilustrar essa asserção, transcrevo um trecho do Editorial 14:

(8) Em 1997, outro marco importante na história da Revista é representado por sua entrada para a coleção Scielo. A divulgação pela Internet de seus manuscritos era um importante passo adiante na relevância da Revista, propiciando uma interação mais dinâmica com o meio acadêmico e com os profissionais ligados aos serviços de saúde. **A entrada da Revista de Saúde Pública no Scielo foi acompanhada de modificações editoriais, como a redução de tamanho para os manuscritos e a adoção integral do estilo Vancouver.** Essas modificações também tinham por escopo aumentar o dinamismo da publicação (E14, 2015, p. 1999, destaque nosso).

No fragmento (8), pode-se entrever uma avaliação positiva do editor em torno da indexação da revista no Scielo. O trecho em negrito apresenta mudanças na dimensão e no estilo dos artigos publicados na revista, a fim de atender as demandas e os critérios de inclusão do periódico no Scielo, corroborando a tese de que as bases indexadoras têm exercido um papel importante na formatação das diretrizes editoriais dos periódicos brasileiros e no seu processo de internacionalização, que, por sua vez, incidem em práticas de pesquisa e escrita científicas.

²⁸ Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/wp/wp-content/uploads/Minuta-Chamada-Editoracao-2019.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

Diante disso, na próxima seção, discorro sobre as exigências do Scielo para a indexação de periódicos.

3.3 Os Critérios para inclusão e permanência de periódicos na base Scielo

O surgimento da internet, no final da década de 1980, viabilizou e globalizou o intercâmbio das pesquisas científicas por meio da criação de bancos de informação. No contexto brasileiro, a criação do *Scientific Electronic Library Online Scielo* (Scielo), em 1998, foi um marco importante na esfera acadêmico-científica. Esse programa surgiu a partir do resultado de uma parceria entre a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e a BIREME – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde.

Em 1998, Parker *et al.*, fundadores do Scielo, apresentam, no texto *Rumo à publicação eletrônica*, o seu projeto para dar visibilidade às pesquisas nacionais no movimento internacional da publicação eletrônica, já que havia sido constatado que apenas 25% das produções brasileiras estavam em revistas indexadas pelo ISI. Na visão dos autores, a indexação dos periódicos no Scielo promoveria mecanismos de sistematização e avaliação do uso e impacto da produção científica brasileira, abrindo uma perspectiva para o desenvolvimento de indicadores complementares aos do ISI (PARKER *et al.*, 1998).

Na sua fundação, o Scielo incluiu de forma automática todos os periódicos nacionais que já estavam vinculados nas bases de dados do ISI e/ou eram classificados nos estratos mais altos do Qualis. Essa política de admissão automática ocorreu até o ano de 2001, cedendo lugar para determinados critérios de inclusão e permanência das revistas.

Montanari e Packer (2014, p. 73) dizem que a política de indexação do Scielo foi sendo adaptada de acordo com os modelos adotados pelas bases internacionais, buscando medir: i) o caráter científico dos conteúdos publicados pelos periódicos; ii) a adoção explícita da arbitragem por pares na avaliação dos manuscritos; iii) a representatividade do conselho editorial na comunidade de pesquisadores da disciplina; iv) a periodicidade e pontualidade das publicações; v) o cumprimento das normas éticas de pesquisa e comunicação dos resultados; vi) o cumprimento das normas bibliográficas de publicação científica, quais sejam: Normas Vancouver (*International Committee of Medical Journal Editors*), Normas da APA – (*American Psychological Association*), Normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas, dentre outras).

Segundo Packer e Meneghini (2014, p. 25), essa base passou a priorizar três linhas de ação para promover uma melhoria significativa no desempenho de periódicos: a profissionalização, a internacionalização e a sustentabilidade. Para os autores,

a profissionalização aplica-se, de um lado, à adoção de serviços de editoração e publicação de última geração, e, do outro, ao desempenho dos editores e equipes editoriais. A internacionalização aplica-se tanto à expansão do público dos periódicos quanto à gestão e operação interna dos periódicos, em termos da composição da equipe e processos editoriais. A sustentabilidade, por sua vez, aplica-se ao aumento da presença dos periódicos em suas comunidades de pesquisa, fato demonstrado pelo fluxo de artigos submetidos à publicação, permitindo um nível adequado de aprovação, bem como um financiamento estável com base em uma combinação de receitas e fontes de financiamento (PACKER; MENEGHINI, 2014, p. 25).

Interessa-me, aqui, discutir sobre as iniciativas voltadas para promover a internacionalização dos periódicos, haja vista que elas assumem um lugar central na organização de suas políticas editoriais. Por meio dos dados desta pesquisa, foi possível verificar que durante as décadas de 1990 e 2000, os periódicos médicos nacionais envidaram esforços para alcançar a indexação em bases internacionais. Entretanto, conforme Packer e Meneghini (2014), a mera indexação dos periódicos nessas bases não foi suficiente para garantir a sua visibilidade. Para eles, a predominância da autoria nacional e o uso da língua vernácula, na maior parte dos artigos publicados, comprometia a visibilidade das revistas brasileiras.

Os periódicos de países em desenvolvimento, indexados pelo ISI, para os pesquisadores, eram identificados e estigmatizados como "regionais", em contraste com os chamados periódicos dos países desenvolvidos, em sua maioria publicados por editoras privadas.²⁹ Dessa forma, a avaliação desses periódicos no *Journal Citation Reports* foi prejudicada

pelo conhecido ‘efeito Mateus’³⁰ (os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres), um círculo vicioso que expressa o fenômeno pelo qual periódicos de baixo impacto não atraem os melhores artigos e, por consequência, não recebem muitas citações. De fato, conforme o ecossistema de publicações de periódicos internacionais foi progredindo, impulsionado de várias maneiras pela avaliação do fator de impacto, estabeleceu-se um universo dominado por editoras comerciais e importantes associações científicas dos países desenvolvidos. Já os países em desenvolvimento não foram capazes de acompanhar esta tendência e mantiveram-se como atores periféricos no fluxo internacional da comunicação científica (PACKER; MENEGHINI, 2014, p. 22).

²⁹ Como exemplo, cito a Editora Elsevier, que lançou a base de dados Scopus em 2004 e a Clarivate Analytics, que mantém a Web of Science.

³⁰ Termo usado para definir o sistema de recompensas e reconhecimento que privilegia os cientistas já consagrados, com base numa passagem bíblica do Evangelho de Mateus: “Porque àquele que tem lhe será dado, e terá em abundância; mas ao que não tem, até aquilo que tem ser-lhe-á tirado”.

Além dos problemas elencados, os pesquisadores apontam que a maioria dos artigos produzidos no Brasil não estava orientada para a comunidade internacional, veiculando apenas pesquisas de interesse local ou com base em metodologias e particularidades relacionadas às comunidades de pesquisa do país. Diante desses obstáculos e com o intuito de superar o fenômeno que ficou conhecido como “ciência perdida” (GIBBS, 1995), o Scielo foi construindo uma política de fomento à internacionalização dos periódicos nacionais.

Nas primeiras versões dos *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção Scielo Brasil*, preconiza-se que o conselho editorial das revistas deveria ser composto por especialistas de origem nacional e internacional e afirmava-se que os trabalhos poderiam ser escritos nos idiomas inglês, português e espanhol.³¹ É importante destacar que, desde a sua fundação, o Scielo defende o multilinguismo nas publicações científicas. Contudo, a partir de 2014, essa base passa a recomendar os percentuais mínimos de artigos publicados no idioma inglês nas diferentes áreas do conhecimento, do mesmo modo que os percentuais mínimos e recomendados de autores, pareceristas e editores associados aos periódicos nacionais com afiliação institucional no exterior. Essas políticas são ratificadas na versão dos *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção Scielo Brasil*, publicados em 2020. No Quadro 5, apresento as porcentagens anuais mínimas recomendadas e prescritas para os periódicos da área da saúde:

Quadro 5 - Critérios de avaliação de periódicos para admissão e permanência no Scielo

Porcentagem mínima de artigos originais ou de revisão no idioma inglês.	80%	
Porcentagem recomendada de artigos em inglês ou espanhol ou francês ou italiano ou alemão.	80%	
Porcentagem de pareceristas com afiliação institucional no exterior.	MÍNIMA 25%	RECOMENDADA 30%
Porcentagem de autores com afiliação institucional estrangeira.	MÍNIMA 25%	RECOMENDADA 35%
Porcentagem de editores associados com afiliação estrangeira.	MÍNIMA 20%	RECOMENDADA 30 %

Fonte: Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

Os critérios para admissão de periódicos, listados no Quadro 5, constituem, conforme Packer (2016), um projeto para fomentar e maximizar a inserção internacional das revistas indexadas no Scielo. Para ele, o uso do inglês seria apenas um dos estados de

³¹ Disponível em: https://www.scielo.br/avaliacao/faq_avaliacao_pt.htm. Acesso em: 17 maio 2021.

internacionalização dos periódicos, já que havia também a demanda de um número mínimo de autores, editores e pareceristas com afiliação estrangeira.

Essa exigência do Scielo provocou diferentes reações nos editores dos periódicos investigados. Vejamos, nos fragmentos abaixo, dois editoriais extraídos dos *Arquivos Brasileiros de Cardiologia* e da *Revista de Saúde Pública*:

(9) Na gestão 2018-2021, duas vigas mestres serão as bases para guiar essa inovação: a internacionalização e a busca da melhora do fator de impacto do nosso periódico. [...] A primeira guia vem sendo defendida pela Scielo já há algum tempo e será mais enfatizada nos próximos anos. Um primeiro aspecto da internacionalização é a participação de editores associados internacionais. Iniciaremos 2018 com dois novos editores internacionais e um coeditor internacional e assim atingiremos o recomendado pela Scielo de aproximadamente 30% de editores associados internacionais. Com essas medidas, procuramos dar mais visibilidade internacional e atrair a “boa ciência” para os *Arquivos Brasileiros de Cardiologia* no formato de artigos originais (E4, 2018, p. 1).

(10) Não é correto e não se justificativa **impor a participação** de autores, revisores e editores sediados em instituições no exterior nos processos editoriais das revistas brasileiras. Quando se dá pela **livre iniciativa** dos profissionais e dos periódicos, essa participação pode ser proveitosa para a produção e a veiculação do conhecimento científico. Sob o pretexto de promover a internacionalização das revistas, a de critérios de avaliação dos periódicos pelo país de origem dos autores, revisores e editores parece querer induzir um desnecessário e indesejado efeito de ‘estrangeirização’ dos periódicos produzidos no país (E16, 2019, p. 880, destaque nosso).

Como pode ser constatado em (9), o editor apresenta algumas iniciativas da revista para alcançar a porcentagem de editores internacionais recomendados pelo Scielo, desvelando um movimento de assimilação e concordância com o discurso dessa base.

Diferentemente, os editores da *Revista de Saúde Pública* problematizam essa política ao afirmar que: “Não é correto e não se justifica impor a participação de autores, revisores e editores sediados em instituições no exterior nos processos editoriais das revistas brasileiras”. Assumem, assim, uma atitude responsiva de negação e resistência às coerções pela internacionalização do corpo editorial dos periódicos. O uso das expressões, em negrito, “impor a participação” e “livre iniciativa” revela dois caminhos diferentes para implementação dessa política. Ou seja, os editores consideram a participação de autores, revisores e editores de origem internacional como uma prática proveitosa na produção do conhecimento científico, desde que não seja engendrada por meio de imposições e cerceamentos por parte das bases indexadoras.

Para eles, a participação de autores, revisores e editores de revista com afiliação institucional estrangeira, proposta de forma injuntiva, seria um modo de fomentar a aprovação de artigos por sua origem internacional e, assim, “induzir um desnecessário e indesejado efeito de ‘estrangeirização’ dos periódicos produzidos no país”. Além disso, em outra parte desse texto, tal política é vista como uma ameaça à premissa de que o processo de avaliação editorial deve ser autônomo.

Acrescente-se a isso o fato de que a política de internacionalização aponta para a noção de capital científico, forjada por Bourdieu (2003), para representar o angariamento da autoridade de um agente como um meio de assegurar a legitimidade e o poder sobre os mecanismos constitutivos de um determinado campo. Nesse sentido, o aumento da participação de autores, pareceristas e editores estrangeiros nas revistas nacionais se configuraria como uma estratégia de obtenção desse “capital científico”, aumentando a sua “qualidade”.

Vale indagar, contudo, se a procedência desse “capital científico” estaria vinculada apenas aos editores e autores dos países europeus e anglófonos. Procurando elucidar o que acabo de dizer, apresento o posicionamento dos editores de revista *Cadernos de Saúde Pública* sobre tal questão, extraídas de um texto publicado em 2014:

(11) Em *Cadernos de Saúde Pública*, continuamos aprofundando nossa política de internacionalização ampla [...] Além de aceitar artigos em três idiomas, no nosso quadro de editores temos agora a colaboração de dois editores associados portugueses. [...] Apoiamos a internacionalização, tal como é pensada no Brasil, também voltada para os países do mundo em desenvolvimento. Em 2013, publicamos 33 artigos de autores latino-americanos, e em 2014, até o fascículo 6 (junho), 44 artigos. Nos últimos 12 meses recebemos 97 submissões de dez diferentes países latino-americanos, entre os quais 37 estão em avaliação ou já aprovados. Mas dentre todos esses, somente cinco tinham coautorias com brasileiros. O que nos traz de volta ao ponto inicial: a importância de se incentivar a cooperação internacional por meio da criação de redes de pesquisa, para que aumente a produção de artigos internacionalizados. É nossa intenção que *Cadernos Saúde Pública* seja não apenas um veículo de estímulo à publicação científica, com espaço substancial para autores não oriundos dos países centrais, mas que seja uma porta aberta aos cientistas de todo o mundo na geração de conhecimentos novos e relevantes (E12, 2014, p. 1).

Ao descrever os artigos aceitos para a publicação na revista, os editores revelam, em (11), uma noção de internacionalização dentro de uma perspectiva decolonial³², salientando a importância do intercâmbio de pesquisas entre os países da América Latina. É importante destacar que na frase “apoiamos a internacionalização, tal como é pensada no Brasil, também voltada para os países do mundo em desenvolvimento”, os editores respondem aos discursos que apregoam a ideia de internacionalização associada apenas ao intercâmbio com os países desenvolvidos. Compreendo que o uso do advérbio “também”, nessa frase, expressa a intenção dos editores em expandir o conceito de internacionalização, incluindo autores não oriundos dos países centrais.

Cabe aqui ressaltar que esse tipo de cooperação internacional entre os países da América Latina (conhecida como relação Sul-Sul) é defendida em outros editoriais da revista *Cadernos de Saúde Pública*, apesar do seu reconhecimento de que essa política não aumenta os índices

³² A perspectiva decolonial problematiza a imposição de modelos eurocêntricos e norte-americanos na produção de conhecimento dos países da América Latina no contexto de internacionalização (LEAL; OREGIONI, 2019).

de citação do periódico na mesma medida que a publicação de artigos provenientes dos centros anglófonos produz.

Após a descrição e análise de algumas reações dos editores frente às demandas do Scielo, finalizo esta seção discorrendo brevemente sobre as diretrizes de outras bases de dados. Ainda que tenha delimitado esta discussão dentro dos critérios de inclusão de periódicos do Scielo, foi possível verificar, por meio do estudo de Rios (2018), que a exigência pela internacionalidade dos autores e do conselho editorial dos periódicos é um padrão estabelecido em várias bases indexadoras.

Rios (2018) identificou 102 bases de 49 áreas do conhecimento e mapeou os critérios de inclusão e permanência solicitados por 16 bases de maior abrangência internacional. Apresento um quadro sinótico com os critérios de indexação do ISI (Web of Science) e Scopus:

QUADRO 6 - Critérios de indexação de periódicos da ISI e Scopus

Critérios para a inclusão no ISI (Web of Science)	Critérios para a inclusão no Scopus
<ul style="list-style-type: none"> - Padrões de publicação: revisão por pares; agradecimentos; práticas éticas de publicação; formato de publicação; cumprimento de periodicidade; convenções editoriais internacionais; texto completo em inglês. - Conteúdo editorial: identificação de novos temas emergentes e campos ativos na literatura. - Internacionalidade: indexação de periódicos que apresentam diversidade internacional dos autores, conselho editorial, colaboradores e do público-alvo. - Análise de citação: as citações são analisadas para identificar onde o periódico está inserido na literatura especializada. As citações dos autores e dos membros do corpo editorial também são verificadas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Política editorial convincente. -Revisão por pares. -Diversidade na distribuição geográfica dos editores. - Diversidade na distribuição geográfica dos autores. - Contribuição acadêmica para o campo; - Clareza dos resumos. - Qualidade e conformidade com os objetivos declarados e o escopo do periódico. - Legibilidade dos artigos. - Citações de artigos do periódico citados na base Scopus. - Não ter atrasos ou interrupções no cronograma de publicação. - Conteúdo completo do periódico disponível on-line. - Página inicial do periódico disponível em inglês. - Qualidade da página do periódico.

Fonte: Rios, 2018.

Nesse quadro, vemos um conjunto de diretrizes sucintas, que se assemelham aos critérios de indexação do Scielo. Entretanto, conforme Rios (2018), apesar de o Scielo prescrever um número maior e mais detalhado de critérios para a seleção e permanência dos periódicos, a política de avaliação da Web of Science é bastante rigorosa e leva em consideração a relevância do conteúdo do periódico para sua base. Além disso, essa base exige a publicação de textos completos em inglês para a indexação de revistas da área de saúde.

A exposição dessas diretrizes se justifica, a meu ver, pelo impacto que elas causam nos periódicos científicos, já que as demandas, como o uso do inglês nos artigos e a internacionalização dos editores, autores, e pareceristas das revistas, vão implicar mudanças nas políticas editoriais e, conseqüentemente, nas práticas de escrita científica, como veremos no capítulo 5. Há também outras iniciativas dos centros anglófonos que produzem a reconfiguração das políticas editoriais e fundam princípios e valores para a escrita do artigo científico na área médica, que serão abordados a seguir.

CAPÍTULO IV - DISCURSOS CONSTITUINTES DE PRÁTICAS DE ESCRITA CIENTÍFICA NA ÁREA MÉDICA

Neste capítulo, descrevo as orientações internacionais em torno da dimensão estética e estilística do ato de escrever, com o intuito de responder às seguintes perguntas: i) Quais são as recomendações das diretrizes internacionais acerca dos elementos do gênero artigo científico? ii) Como os editores respondem e avaliam tais diretrizes? Guiada por essas questões, tomo como objeto de análise os discursos constituintes (recomendações e diretrizes internacionais). Começo descrevendo e analisando as orientações do *International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE)*.³³

4.1 A voz do Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos

O processo de internacionalização das revistas no campo da medicina fomentou a adoção de recomendações e diretrizes de escrita científica elaboradas nos centros anglófonos. Na análise das normas de submissão das revistas selecionadas, observei que tanto os jornais monolíngues como os multilíngues assimilam tais normas internacionais. Para ilustrar, transcrevo abaixo três enunciados recortados das Instruções aos Autores das revistas investigadas:

(12) A revista *C&SC* **adota** as “normas para apresentação de artigos propostos para publicação em revistas médicas”, da **Comissão Internacional de Editores de Revistas Médicas**, cuja versão para o português encontra-se publicada na *Rev Port Clin Geral* 1997; 14:159-174. O documento está disponível em vários sítios na World Wide Wer, como por exemplo, www.icmje.org ou www.apmcg.pt/document/71479/450062.pdf. Recomenda-se aos autores a sua leitura (CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA, 2020, n.p. destaque nosso).

(13) A Revista **recomenda** que todos os artigos submetidos **sigam os padrões** de qualidade editorial estabelecidos nos Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos, atualizados como **Recomendações para Elaboração, Redação, Edição e Publicação de Trabalhos Acadêmicos em Periódicos Médicos**. Estes padrões foram criados e publicados pelo International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) como um passo em direção à integridade e à transparência em relatos científicos e foram atualizados em dezembro de 2018.1. (SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL, 2020, n.p. destaque nosso).

(14) A RESS **segue as orientações** do documento **Recomendações para elaboração, redação, edição e publicação de trabalhos acadêmicos em periódicos médicos**, do International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE), disponível em <http://www.icmje.org/> (inglês) e <http://www.goo.gl/nCN373> (português) - conhecido como Normas de Vancouver (REVISTA DE EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE, 2020, n.p., destaque nosso).

³³ Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos.

Na superfície textual dos excertos (12), (13) e (14) constata-se que uma das formas de diálogo dos periódicos com o ICMJE é materializada por meio da incorporação de *links* que direcionam o autor-pesquisador para a leitura das diretrizes desse Comitê Internacional. Em tais excertos, percebe-se que as recomendações do ICMJE são evocadas para fundamentar e complementar as Instruções aos Autores dos periódicos em tela.

Nesse movimento de assimilação, concretizado pelos verbos em destaque “adota”, “recomenda” e “segue”, os periódicos concedem autoridade e credibilidade ao Comitê Internacional, que assume um papel de fiador e legitimador das normas para a escrita de um artigo. Além disso, é possível notar que a assimilação das recomendações do Comitê está revestida de uma entonação valorativa de respeito e deferência, como é mostrado na instrução da revista *São Paulo Medical Journal* (13), que avalia a adoção dos critérios do ICMJE como “um passo à integridade e à transparência dos relatos científicos”.

É válido lembrar que, segundo a Análise Dialógica do Discurso, as formas de assimilar o discurso alheio refletem contextos extralinguísticos e podem ser reveladoras de lugares e hierarquias que os interlocutores envolvidos numa dada interação ocupam. Desse modo, as referências ao discurso do ICMJE, nos excertos acima, mostram a importância de suas prescrições para a produção e publicação de artigos na área médica, e levam-me a concebê-lo como um discurso constituinte, definido por Maingueneau como:

Fiadores das múltiplas práticas discursivas de uma sociedade, eles dão sentido aos atos de seus membros. Assim, o jornalista envolvido em um debate social recorrerá à autoridade do cientista, do teólogo ou do filósofo, mas essa relação não poderia se inverter. Os discursos constituintes possuem um estatuto singular: zonas de fala entre outras e falas que **têm a pretensão de pairar sobre as demais**; discursos limite que, assentados em um limite e tratando do limite, devem gerir textualmente os paradoxos que seu estatuto implica (MAINGUENEAU, 2010, p. 158, destaque nosso).

Nesse cenário, a incorporação das recomendações do ICMJE agrega fiabilidade e capital simbólico aos jornais. Por outro lado, tais recomendações passam a exercer uma força centrípeta, que promove a centralização, uniformização e regulação de práticas de linguagem na escrita científica dessa área, e materializa-se nos documentos intitulados: *Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos: Redação e Edição para Publicações Biomédicas e Recomendações para elaboração, redação, edição e publicação de trabalhos acadêmicos em periódicos médicos*.³⁴

³⁴ Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals: Writing and Editing for Biomedical Publication; Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals.

A incorporação dos *links* dos Requisitos e Recomendações do ICMJE foi observada em todas as normas de submissão das revistas investigadas. Acredito que esse tipo de assimilação do discurso normativo do ICMJE, além de servir para afiançar e validar as prescrições dos periódicos, pode ser compreendida como uma forma de expandir e complementar as suas instruções para a escrita do artigo. Desse modo, direciono o meu olhar para os documentos citados, buscando apreender as características, os valores e os princípios referendados nesse discurso para promover a qualidade do artigo científico.

De forma geral, os documentos normativos revestem-se de uma impessoalidade que pode provocar a ilusão da ausência de uma posição axiológica. Todavia, considerando, mais uma vez, o pensamento de Bakhtin (2016) de que não existem palavras sem voz e palavras de ninguém, nesta seção, antes de discorrer sobre as instruções do ICMJE em torno dos elementos do gênero artigo, busco contextualizá-las.

Começo oferecendo algumas informações sobre os enunciadores dos textos do ICMJE, que, em sua página da internet (www.icmje.org), se apresentam como um grupo de editores de periódicos que trabalha em conjunto para melhorar a qualidade da ciência médica e de seus artigos. Desse modo, o que é dito nos documentos normativos dessa instituição revela o posicionamento de um colegiado de editores internacionais, que cria e promove práticas de pesquisa e escrita científicas.

O seu primeiro texto, intitulado *Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos: Redação e Edição para Publicações Biomédicas*, foi publicado em 1978, na cidade de Vancouver, Canadá. O intuito da primeira versão dos *Requisitos* era o de fornecer informações técnicas para padronizar a formatação dos artigos publicados nas revistas médicas. Essa iniciativa deu origem, por exemplo, ao estilo de citação Vancouver, prescrito pelos periódicos na área da saúde. Os *Requisitos* passaram por uma série de revisões e acréscimos nas suas diretrizes,³⁵ registrados em forma de anúncios e editoriais, publicados no *site* do ICMJE, a partir de 2001, e, em seu conjunto, formam o conteúdo das suas recomendações atuais.

A fim de compreender a dinâmica desse discurso constituinte, fiz uma leitura de todos os editoriais publicados desde 2001 e verifiquei que a apresentação das normas do ICMJE está revestida de um estilo persuasivo, que convoca a participação e a avaliação de seus

³⁵ O Comitê Internacional de Editores publica versões atualizadas de suas recomendações no site www.icmje.org desde 2001. A última versão das *Recomendações para Elaboração, Redação, Edição e Publicação de Trabalhos Acadêmicos em Periódicos Médicos* foi publicada em 2019. Utilizei, neste trabalho, a versão traduzida pela revista de *Epidemiologia e Serviço de Saúde*.

interlocutores. Para ilustrar, descrevo algumas proposições e revisões das normas desse Comitê, retirados do editorial intitulado *The New ICMJE Recommendations*, publicado em 2013.

Nesse editorial, o ICMJE anuncia que os *Requisitos Uniformes para Manuscritos Submetidos a Periódicos Biomédicos: Redação e Edição para Publicações Biomédicas* seria renomeado como *Recomendações para Elaboração, Redação, Edição e Publicação de Trabalhos Acadêmicos em Periódicos Médicos*. A mudança de título, no meu ponto de vista, é significativa, pois a substituição da expressão “requisitos uniformes” por “recomendações” ameniza o tom autoritário e prescritivo do primeiro, assumindo uma postura mais dialógica frente aos seus interlocutores, uma vez que os enunciadores desse documento buscam a adesão dos editores de periódicos às suas orientações.

Além da mudança de nome, no editorial de 2013, o ICMJE acrescenta um quarto critério para definir a autoria de um artigo científico, a saber: a responsabilidade por todos os aspectos do trabalho, incluindo a garantia de sua precisão e integridade. Nas primeiras versões dos *Requisitos*, o ICMJE havia estabelecido os seguintes critérios de autoria: (i) concepção e delineamento do estudo, análise e interpretação dos dados; (ii) redação ou revisão crítica relevante do conteúdo intelectual do manuscrito; e (iii) aprovação final da versão a ser publicada. Conforme o ICMJE, a inclusão do quarto critério foi motivada pelo fato de alguns autores tentarem se isentar da responsabilidade por uma má conduta em determinadas etapas da pesquisa ou do seu relato.³⁶ Vale notar que, durante esta investigação, observei que os critérios de autoria estabelecidos pelo ICMJE são amplamente adotados por periódicos de várias áreas da saúde.

Traçadas essas breves reconfigurações, passemos, então, à discussão e à análise das *Recomendações para Elaboração, Redação, Edição e Publicação de Trabalhos Acadêmicos em Periódicos Médicos* (daqui por diante, *Recomendações*).

No seu preâmbulo, pode-se apreender um direcionamento para os seus interlocutores, a fim de incentivá-los a seguir as suas diretrizes. Essa intenção desvela-se no enunciado abaixo:

³⁶ The addition of a fourth criterion was motivated by situations in which individual authors have responded to inquiries regarding scientific misconduct involving some aspect of the study or paper by denying responsibility (“I didn't participate in that part of the study or in writing that part of the paper; ask someone else”). Each author of a paper needs to understand the full scope of the work, know which co-authors are responsible for specific contributions, and have confidence in co-authors’ ability and integrity. When questions arise regarding any aspect of a study or paper, the onus is on all authors to investigate and ensure resolution of the issue (ICMJE, 2013). Disponível em: *Recommendations* (August 2013). Disponível em: http://www.icmje.org/news-and-editorials/new_rec_aug2013.html. Acesso em: 10 jun. 2021.

(15) O Comitê Internacional de Editores de Periódicos Médicos [...] desenvolveu estas recomendações para revisar **os padrões de boas práticas e de ética na condução da pesquisa e do relato de seus resultados**, assim como de outros materiais publicados em periódicos médicos. Há também o intuito **de ajudar autores, editores e demais envolvidos no processo de revisão por pares e da publicação biomédica a criarem e divulgarem artigos precisos, claros, reproduzíveis e não viesados**. Essas recomendações também podem fornecer informações úteis sobre o processo da edição e da publicação para a mídia, para pacientes e seus familiares e leitores em geral. [...] É substancial que autores também consultem as diretrizes para redação de tipos específicos de estudos, por exemplo, as diretrizes CONSORT para a redação de ensaios clínicos randomizados (MR, 2015, p. 1, destaque nosso).

Vê-se nesse excerto (15) que as *Recomendações* não estão direcionadas apenas para os editores de revistas e autores de artigos, mas para um auditório geral, interessado em conhecer o processo de edição e publicação de pesquisas científicas. Em outra parte do texto, verificou-se também o incentivo do Comitê para a reprodução e ampla divulgação desse documento para fins educacionais, concedendo-lhe, assim, um caráter pedagógico.

Cabe observar também que, na apresentação dos objetivos das *Recomendações*, o ICMJE anuncia a revisão dos “padrões de boas práticas e de ética na condução da pesquisa e do relato de seus resultados” e o auxílio aos autores e editores na criação e na divulgação de “artigos precisos, claros, reproduzíveis e não viesados”, delineando o seu papel na constituição dos princípios da pesquisa, escrita e publicação da área médica.

Nesse sentido, reitero o meu entendimento de que esse documento representa um discurso constituinte, pois ele alimenta uma relação “com o *archèion* [derivado da palavra grega *arché*, que significa fonte ou princípio] de uma sociedade, seus valores fundadores” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 126). Para os autores franceses, o discurso constituinte está associado a um corpo de enunciadores consagrados, servindo como fiador e concedendo peso ao discurso citante.

O texto que materializa esse discurso constituinte possui 23 páginas e está dividido em quatro seções. Na primeira, apresenta-se o seu propósito. Na segunda, discute-se a responsabilidade dos autores, colaboradores, revisores, editores e proprietários de periódicos, os critérios de autoria, as formas de revisão por pares e o conflito de interesses. Na terceira, versa-se sobre questões editoriais relacionadas à publicação de manuscritos em periódicos médicos, tais como: correção e controle da versão do manuscrito, má conduta científica, direitos de autoria (*copyright*), problemas com publicações duplicadas, patrocínios e parcerias, anúncios e registros de ensaios clínicos. Na quarta e última seção, aborda-se o processo de produção e submissão do manuscrito, oferecendo informações e orientações para a escrita do artigo científico.

Apesar da impossibilidade de tratar de todas essas questões neste trabalho, chamo a atenção para a arquitetura que organiza o conteúdo das *Recomendações*, pois, a meu ver, ela

nos revela a complexidade e a extensão dos aspectos envolvidos no processo de escrita e publicação de artigos científicos, que ultrapassam o caráter instrumental e técnico dessa prática, situando-a num contexto amplo com dimensões éticas e sociais. Dentro do escopo deste estudo, foco nas seções que versam sobre a escrita do artigo científico.

Em consonância com a maior parte dos discursos que orienta a escrita científica, as *Recomendações* prescrevem artigos “precisos, claros, reproduzíveis e não viesados”, como pode-se constatar no trecho (15). O documento não traz muitas informações quanto às formas enunciativas e discursivas que efetivamente materializam o padrão estilístico referendado. Afinal, o que seria um artigo preciso, claro, reproduzível e não viesado para o ICMJE?

Por meio de uma leitura mais atenta do documento, foi possível verificar que os princípios de clareza, precisão e reprodutibilidade do artigo estão, de certo modo, associados a estruturas composicionais prescritas pela *Rede Equator*, como veremos na seção seguinte. Passemos agora para a análise da instrução abaixo:

(16) O texto dos artigos que relatam pesquisas originais geralmente contém as seguintes seções: **introdução, métodos, resultados e discussão**. Esta estrutura, também conhecida como IMRD, não é um formato de publicação arbitrário, mas um reflexo do processo de uma descoberta científica. Os manuscritos, algumas vezes, necessitam de subtítulos dentro dessas seções, para melhor organização do seu conteúdo. Outros tipos de artigos, tais como metanálises, podem conter formatos variados. Relatos de casos, revisões narrativas e editoriais podem ser redigidos em formatos menos estruturados ou mesmo não estruturados (MR, 2015, p. 17, destaque nosso).

No fragmento (16), o ICMJE apresenta a estrutura canônica de um artigo original, composta pelas seções de Introdução, Método, Resultados e Discussão - IMRD. A prescrição dessa estrutura foi feita na primeira versão do documento, publicado em 1978, e, conforme Huth (1987), a sua consolidação no meio médico deve ser creditada a tais instruções. Essa asserção é ratificada pelo estudo de Sollaci e Pereira (2004) que, por meio de uma compilação de artigos produzidos entre 1935 e 1985, em periódicos internacionais da área médica, verificaram que o padrão IMRD só começou a ser amplamente utilizado nesses textos no final dos anos 1970, após a publicação dos *Requisitos* do ICMJE. Os autores salientam que, até 1945, os artigos se organizavam como os capítulos de livros e eram divididos por títulos que veiculavam um determinado tema.

Retornando à instrução do trecho (16), temos um discurso no qual se afirma que o IMRD “não é um formato de publicação arbitrário, mas um reflexo do processo de uma descoberta científica”. Vale notar, entretanto, como mostra Serra (2017), que esse discurso não era um consenso na esfera científica, pois já havia sido problematizado por Medawar (1964), cientista

que ganhou o prêmio Nobel de Medicina, no texto intitulado *O artigo científico é uma fraude?*³⁷ publicado em 1964. Conforme Serra, o cientista responde afirmativamente a essa pergunta, argumentando que, na estrutura IMRD, ao se passar dos resultados à discussão, omite-se que a ciência implica, em primeiro lugar,

um processo de discussão de resultados, já conhecidos, e de levantamento de novas hipóteses, que podem levar a (novos) resultados. Assim, o processo de descoberta científica, tal como vivida pelo cientista, é exatamente o inverso do da exposição que aparece plasmada na estrutura do artigo científico. Daí a ‘fraude’ (SERRA, 2017, p. 267).

Tomo esse debate para mostrar que as convenções sobre as formas de escrita científica são construídas sob uma arena de conflitos e tensões e, como foi demonstrado por Serra (2017), houve resistências ao formato IMRD no meio científico. Contudo, a despeito dos questionamentos em torno da relação entre a ordem do relato na estrutura IRMD e o processo de pesquisa, esse formato foi aceito e legitimado na comunidade científica como um meio de organizar o artigo científico. Além disso, tal estrutura passou a ser considerada como uma maneira de proporcionar uma leitura modular do texto, já que o leitor pode buscar informações específicas nas seções (métodos, resultado etc.), em vez de ler o artigo de forma linear (SOLLACI; PEREIRA, 2004). Nas *Recomendações* do ICMJE, por exemplo, o padrão IMRD é apresentado como meio de facilitar a leitura dos artigos e o processo de revisão por pares.

É importante notar que a adoção dessa estrutura composicional é contemporânea do reconhecimento do inglês como língua franca da ciência, pois ambos ocorreram após a Segunda Guerra Mundial (SERRA, 2017). O autor aponta que esse idioma e a estrutura textual IMRD passam a fazer parte das exigências dos editores de revistas científicas e de suas bases indexadoras.

Além disso, o ICMJE preconiza também que a estrutura de um artigo deve estar atrelada a determinados tipos de pesquisa, apresentando algumas diretrizes que norteiam a escrita de um texto científico, como se pode constatar no excerto abaixo:

(17) As orientações para um relato científico foram desenvolvidas para diferentes tipos de estudos. Como exemplos incluem-se o CONSORT (www.consort-statement.org) para ensaios randomizados, o Strobe para estudos observacionais (<http://strobe-statement.org>), o Prisma para revisões sistemáticas e metanálises (<http://prisma-statement.org>) e o Stard para estudos de precisão diagnóstica (www.stard-statement.org). Encorajam-se os periódicos a solicitar aos autores que sigam tais orientações, pois estas lhes ajudam a descrever o estudo com detalhamento suficiente para que sejam avaliados pelos editores, revisores, leitores e outros pesquisadores que conduzem avaliações da literatura médica. [...] A Rede Equator (www.equator-network.org/home) e as Normas para a Redação de Resultados de Pesquisas e Iniciativas Científicas da National Library of

³⁷ Disponível em: <http://www.unz.org/Pub/SaturdayRev-1964aug01-00042>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Medicine (www.nlm.nih.gov/services/research_report_guide.html) são consideradas boas fontes para encontrar orientações para o relato de estudos (MR, 2015, p. 18).

Nesse fragmento, o ICMJE traz uma lista de diretrizes para relatos de artigos na área médica e direciona o seu interlocutor para dois *sites*, avaliados por esse Comitê como “boas fontes de orientação” para a escrita científica, encorajando os editores de jornais a solicitarem que seus autores sigam as orientações referendadas. Vale lembrar que, na parte introdutória das *Recomendações* – transcrita no excerto (17) – o Comitê já havia alertado o seu leitor para a importância da consulta das diretrizes para redação de tipos específicos de estudos, disponibilizadas no *site* da Rede Equator. Diante disso e com o objetivo de compreender melhor as orientações dos discursos constituintes para a produção do artigo científico, analiso, na sequência, as diretrizes para a escrita fornecidas pela Rede Equator.³⁸

4.2 O discurso da Rede Equator e suas diretrizes para a escrita do artigo científico

Começo esta análise chamando a atenção para o título da Rede Equator: *Enhancing the Quality and Transparency Of health Research*.³⁹ Como se pode ler em sua própria designação, essa instância, formada por um grupo de pesquisadores, editores e revisores de revistas médicas, tem como objetivo promover a qualidade e a transparência da pesquisa em saúde e dos seus artigos científicos. Altman e Simera (2016) afirmam que a criação da Rede Equator (doravante, *Rede*) foi motivada pelas deficiências observadas na escrita de artigos no campo da medicina, publicados em periódicos do Reino Unido. Os autores a definem como um trabalho pioneiro para lidar com os problemas na escrita de maneira sistemática e global, por meio do desenvolvimento e da implementação de diretrizes para a elaboração de artigos. A iniciativa foi financiada pelo *National Knowledge Service (NHS)*⁴⁰ do Reino Unido e resultou na criação de um *site* com um vasto conteúdo sobre a escrita científica. Vejamos a figura:

³⁸ Optei por analisar essas diretrizes pelo fato de serem referendadas com frequência nos periódicos nacionais investigados. Em contrapartida, não encontrei citações das Normas para a Redação de Resultados de Pesquisas e Iniciativas Científicas da *National Library of Medicine* nas revistas do *corpus*.

³⁹ Aumentando a qualidade e a transparência da pesquisa em saúde.

⁴⁰ O *National Knowledge Service (NKS)* é o Sistema Nacional de Saúde Britânico equivalente ao Sistema Único de Saúde do Brasil (SUS).

Figura 1 - Página inicial do *site* da Rede Equator

Fonte: Disponível em: <https://www.equator-network.org/library/resources-in-portuguese-recursos-em-portugues/professores/introducao-a-diretrizes-para-relatos/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Esse *site* é apresentado por Altman e Simera (2016) como um recurso *on-line* gratuito, constituído por um extenso banco de dados de diretrizes para a escrita de artigos, que buscam apoiar a publicação da pesquisa em saúde. Além das diretrizes, o *site* disponibiliza uma biblioteca digital com artigos relacionados à escrita científica e oferece cursos específicos para editores, revisores, autores e estudantes interessados nessa temática. Para os fundadores da *Rede* (ALTMAN; SIMERA, 2016), tanto as diretrizes como os cursos oferecidos são considerados instrumentos importantes para promover o desenvolvimento das habilidades de escrita dos pesquisadores em formação, assim como um meio de informar os editores sobre as deficiências e as qualidades dos artigos científicos. É importante dizer que as orientações para a escrita científica, veiculadas nesse *site*, da mesma maneira que as *Recomendações* do ICMJE, possuem um estilo persuasivo e são acompanhadas por argumentos para justificar a sua produção e divulgação.

Com o objetivo de responder a uma das perguntas formuladas no início deste capítulo – Quais são as recomendações das diretrizes internacionais para escrita científica? – tomo, além de informações retiradas no *site* da Rede, três artigos, assinados por seus membros, intitulados: i) *Uma história da evolução das diretrizes para relatar pesquisas médicas: o longo caminho para a Rede Equator*; ii) *Relatos transparentes e precisos aumentam a confiabilidade, a*

utilidade e o impacto de sua pesquisa: diretrizes para relatos e a Rede Equator; iii) O uso eficaz de diretrizes de escrita para garantir bons relatos de pesquisas em saúde.⁴¹

Os títulos precedentes adotam um tom apreciativo ao avaliar e promover as diretrizes para a escrita da *Rede* como um meio de “garantir bons relatórios de pesquisas em saúde”. Os autores desses artigos recorrem a dados de estudos que demonstram a eficácia do uso das diretrizes na produção de artigos “fiáveis, transparentes e úteis”, a fim de sustentar e legitimar as orientações da *Rede*, como se verifica nas passagens abaixo:

(18) **Há evidências crescentes** que o uso de uma lista de verificação - uma parte essencial de uma diretriz de relatório - é uma ferramenta benéfica. Por exemplo, dentro da área de cirurgia, o uso de uma lista de verificação foi associado à preservação de vidas e à redução da morbidade⁴² (A17, 2010, p. 2, tradução nossa, destaque nosso).

(19) **Há evidências** que os ensaios clínicos randomizados são melhores nos periódicos que endossaram o CONSORT [acrônimo para uma checklist que orienta a escrita do ensaio clínico].⁴³ (A18, 2014, p. 37, tradução nossa, destaque nosso)

Nos artigos em pauta, esses fragmentos são acompanhados por números sobrescritos, que remetem o leitor para as referências dos estudos, nos quais são apresentados os dados sobre a eficácia das diretrizes para a escrita de artigos, reiterando, assim, o valor persuasivo desse discurso. Lastreadas pelas evidências científicas, as diretrizes são apontadas como uma maneira de potencializar tanto a compreensão como a produção dos artigos científicos, facilitando, desse modo, a comunicação científica no campo médico. Mas, afinal, o que são as diretrizes para a escrita? Transcrevo abaixo as definições apresentadas no *site* da *Rede*:

Uma diretriz de relatório é uma **ferramenta simples e estruturada** para pesquisadores de saúde usarem **para escrever seus manuscritos**. Uma diretriz de relatório **fornece uma lista mínima de informações necessárias** para garantir que um manuscrito possa ser, por exemplo: compreendido por um leitor; replicado por um pesquisador; usado por um médico para tomar uma decisão clínica e incluído em uma revisão sistemática.

As diretrizes para relatório são mais do que algumas reflexões sobre o que precisa estar em um artigo acadêmico. Definimos uma diretriz de relatório como: uma **lista de verificação, diagrama de fluxo ou texto estruturado para orientar os autores no relato de um tipo específico de pesquisa**. Disponível em: <https://www.equator-network.org/about-us/what-is-a-reporting-guideline/>. Acesso em: 22 mar. 2021. (destaque nosso).

⁴¹ i) A history of the Evolution of guidelines for reporting medical research: the long road to the Equator network; ii) Transparent and accurate reporting increases reliability, utility, and impact of your research: reporting guidelines and the EQUATOR Network; iii) Using Reporting Guidelines effectively to Ensure Good Reporting of Health Research.

⁴² (18) There is growing evidence that use of a checklist – a core part of a reporting guideline - is a beneficial tool. For example, within surgery the use of a checklist was associated with saving lives and reducing morbidity.

⁴³ (19) There is evidence that randomized controlled trials reporting is better in journals that have endorsed CONSORT.

Nos fragmentos acima, as diretrizes são definidas como roteiros de escrita e/ou leitura (em formato de *checklist*), que visam a direcionar tanto o escrevente na produção de um artigo, como o leitor na sua compreensão do texto. Os roteiros são, assim, considerados uma maneira de fornecer ao escrevente a informação mínima que deve ser incluída no seu relatório de pesquisa, evitando a produção de relatos incompletos e seletivos.

Com relação ao leitor, que pode ser um médico, um paciente ou um editor, os roteiros são apresentados como meios para facilitar o entendimento do conteúdo da pesquisa e dos seus resultados. No que respeita aos revisores e editores, as diretrizes são apontadas pela *Rede* como uma ferramenta de avaliação da qualidade dos artigos científicos submetidos para a publicação. Nesse sentido, verifica-se que esse discurso orientador encoraja a inclusão das diretrizes nas Instruções aos Autores dos periódicos, argumentando que:

(20) As diretrizes para a escrita são importantes para o alcance de **padrões elevados nos relatórios** de pesquisas em saúde. Elas especificam as informações necessárias para uma **descrição completa e clara** do que foi feito e do que foi encontrado durante um tipo específico de pesquisa para que o estudo possa ser totalmente compreendido, replicado, avaliado e os resultados utilizados. As diretrizes de relatórios se concentram no **conteúdo científico** e, portanto, complementam **as instruções aos autores dos periódicos, que lidam principalmente com os aspectos técnicos dos manuscritos submetidos**⁴⁴ (A19, 2016, p. 73, tradução nossa, destaque nosso).

A partir do enunciado (20), nota-se que a adoção das diretrizes é considerada como forma de instituir um “padrão elevado” na escrita de um artigo, garantindo sua “clareza e completude” e promovendo maiores possibilidades de reprodução da pesquisa. Como se vê, as diretrizes podem funcionar como um “complemento” das normas de submissão dos periódicos, pois estão voltadas para os conteúdos científicos na elaboração do artigo, mais especificamente, para os métodos ou tipos de pesquisa utilizados nas áreas médicas. As diretrizes para a escrita, portanto, estão atreladas a determinados desenhos de pesquisa, responsáveis pela organização da estrutura composicional do artigo.

É pertinente dizer que o banco de dados da *Rede*, em 2014, fornecia mais de 200 diretrizes⁴⁵ para guiar o relato de vários tipos pesquisas (ALTMAN; SIMERA, 2014). Contudo, os autores destacam que as diretrizes mais utilizadas são as que descrevem Revisões

⁴⁴ (20) Reporting guidelines are important for achieving high standards in reporting health research studies. They specify minimum information needed for a complete and clear account of what was done and what was found during a particular kind of research study so the study can be fully understood, replicated, assessed and the findings used. Reporting guidelines focus on scientific content and thus complement journals’ instructions to authors, which mostly deal with the technicalities of submitted manuscripts.

⁴⁵ Ao analisar o *site*, verifiquei que, atualmente, há mais de 300 diretrizes para a escrita.

Sistemáticas e Metanálises, Ensaios Clínicos Randomizados, Estudos Observacionais e Estudos Qualitativos.

A fim de observar a apresentação das diretrizes de escrita no *site* da *Rede*, voltemos à Figura 1. Na parte central dessa figura, vemos uma seção denominada *key reporting guidelines*, que oferece uma lista de acrônimos correspondentes a cada um desses estudos, por exemplo: PRISMA para a Revisão Sistemática e Metanálises; CONSORT para os Ensaios Clínicos Randomizados; COREQ para os Estudos Qualitativos; STROBE para Estudos Observacionais.⁴⁶ Sem pretensão de oferecer um quadro completo dessas orientações para a escrita, busco ilustrar a forma composicional e o conteúdo prescrito na diretriz PRISMA, direcionada para a escrita de artigos que relatam Revisões Sistemática ou Metanálises:

⁴⁶ Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA); Consolidated Standards of Reporting Trials (CONSORT); Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research (COREQ); Strengthening the Reporting of Observational studies in Epidemiology (STROBE).

Figura 2 - Diretriz PRISMA

Seção/tópico	N.	Item do checklist	Relatado na página n.
TÍTULO			
Título	1	Identifique o artigo como uma revisão sistemática, meta-análise, ou ambos.	
ABSTRACT			
Resumo estruturado	2	Apresente um resumo estruturado incluindo, se aplicável: referencial teórico; objetivos; fonte de dados; critérios de elegibilidade; participantes e intervenções; avaliação do estudo e síntese dos métodos; resultados; limitações; conclusões e implicações dos achados principais; número de registro da revisão sistemática.	
INTRODUÇÃO			
Racional	3	Descreva a justificativa da revisão no contexto do que já é conhecido.	
Objetivos	4	Apresente uma afirmação explícita sobre as questões abordadas com referência a participantes, intervenções, comparações, resultados e desenho de estudo (PICOS).	
MÉTODOS			
Protocolo e registro	5	Indique se existe um protocolo de revisão, se e onde pode ser acessado (ex. endereço eletrônico), e, se disponível, forneça informações sobre o registro da revisão, incluindo o número de registro.	
Crítérios de elegibilidade	6	Especifique características do estudo (ex. PICOS, extensão do seguimento) e características dos relatos (ex. anos considerados, idioma, se é publicado) usadas como critérios de elegibilidade, apresentando justificativa.	
Fontes de informação	7	Descreva todas as fontes de informação na busca (ex. base de dados com datas de cobertura, contato com autores para identificação de estudos adicionais) e data da última busca.	
Busca	8	Apresente a estratégia completa de busca eletrônica para pelo menos uma base de dados, incluindo os limites utilizados, de forma que possa ser repetida.	

Seção/tópico	N.	Item do checklist	Relatado na página n.
Seleção dos estudos	9	Apresente o processo de seleção dos estudos (isto é, busca, elegibilidade, os incluídos na revisão sistemática, e, se aplicável, os incluídos na meta-análise).	
Processo de coleta de dados	10	Descreva o método de extração de dados dos artigos (ex. formas para piloto, independente, em duplicata) e todos os processos para obtenção e confirmação de dados dos pesquisadores.	
Lista dos dados	11	Liste e defina todas as variáveis obtidas dos dados (ex. PICOS, fontes de financiamento) e quaisquer suposições ou simplificações realizadas.	
Risco de viés em cada estudo	12	Descreva os métodos usados para avaliar o risco de viés em cada estudo (incluindo a especificação se foi feito durante o estudo ou no nível de resultados), e como esta informação foi usada na análise de dados.	
Medidas de sumarização	13	Defina as principais medidas de sumarização dos resultados (ex. risco relativo, diferença média).	
Síntese dos resultados	14	Descreva os métodos de análise dos dados e combinação de resultados dos estudos, se realizados, incluindo medidas de consistência (por exemplo, I ²) para cada meta-análise.	
Risco de viés entre estudos	15	Especifique qualquer avaliação do risco de viés que possa influenciar a evidência cumulativa (ex. viés de publicação, relato seletivo nos estudos).	
Análises adicionais	16	Descreva métodos de análise adicional (ex. análise de sensibilidade ou análise de subgrupos, metarregressão), se realizados, indicando quais foram pré-especificados.	
RESULTADOS			
Seleção de estudos	17	Apresente números dos estudos rastreados, avaliados para elegibilidade e incluídos na revisão, razões para exclusão em cada estágio, preferencialmente por meio de gráfico de fluxo.	
Características dos estudos	18	Para cada estudo, apresente características para extração dos dados (ex. tamanho do estudo, PICOS, período de acompanhamento) e apresente as citações.	
Risco de viés entre os estudos	19	Apresente dados sobre o risco de viés em cada estudo e, se disponível, alguma avaliação em resultados (ver item 12).	

Seção/tópico	N.	Item do checklist	Relatado na página n.
Resultados de estudos individuais	20	Para todos os desfechos considerados (benefícios ou riscos), apresente para cada estudo: (a) sumário simples de dados para cada grupo de intervenção e (b) efeitos estimados e intervalos de confiança, preferencialmente por meio de gráficos de floresta.	
Síntese dos resultados	21	Apresente resultados para cada meta-análise feita, incluindo intervalos de confiança e medidas de consistência.	
Risco de viés entre estudos	22	Apresente resultados da avaliação de risco de viés entre os estudos (ver item 15).	
Análises adicionais	23	Apresente resultados de análises adicionais, se realizadas (ex. análise de sensibilidade ou subgrupos, metarregressão [ver item 16]).	
DISCUSSÃO			
Sumário da evidência	24	Sumarize os resultados principais, incluindo a força de evidência para cada resultado; considere sua relevância para grupos-chave (ex. profissionais da saúde, usuários e formuladores de políticas).	
Limitações	25	Discuta limitações no nível dos estudos e dos desfechos (ex. risco de viés) e no nível da revisão (ex. obtenção incompleta de pesquisas identificadas, relato de viés).	
Conclusões	26	Apresente a interpretação geral dos resultados no contexto de outras evidências e implicações para futuras pesquisas.	
FINANCIAMENTO			
Financiamento	27	Descreva fontes de financiamento para a revisão sistemática e outros suportes (ex. suprimento de dados), papel dos financiadores na revisão sistemática.	

Fonte: MOHER *et al.* 2015.⁴⁷

Na Figura 2, visualizamos os Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Metanálises (PRISMA), sob a forma de uma *checklist* para guiar o escrevente na sua produção de um artigo. Nesse roteiro, é possível perceber que a estrutura canônica (IMRD) é subdividida para indicar e delimitar o conteúdo temático de cada tópico que compõe esse tipo de artigo. Na seção destinada ao relato do método, por exemplo, prescrevem-se tópicos para informar as fontes da pesquisa, as estratégias de busca eletrônica, o processo de seleção dos estudos etc. Como disse, essa *checklist* é recomendada para guiar tanto o escrevente e o leitor do artigo, como o editor na sua avaliação da qualidade do manuscrito.

Dado o exposto, é conveniente dizer que os fundadores da *Rede* reconhecem que o bom relato não implica, necessariamente, uma boa conduta de pesquisa, isto é, pode haver relatos bem-feitos de estudos deficientes e vice-versa. Esse fato remete-nos ao estudo de Coracini (2007) que, ao tratar da relação entre a pesquisa e a produção escrita, explicita a ideia de que esses processos são autônomos, pois:

o ato de comunicação escrita pretende dar a conhecer a experiência realizada, os resultados atingidos, através da utilização de recursos retóricos e linguísticos que nada têm a ver com a experiência em si. A tentativa de cercear a criatividade, no plano da expressão linguística, mostra, por parte da comunidade científica, uma tendência ao estabelecimento de uma relação direta entre a expressão linguística e os fatos reais, postulando o ‘princípio da transparência da linguagem’ (CORACINI, 2007, p. 70-71).

Para complementar a ideia de que não há uma coincidência plena entre a linguagem e a realidade, a pesquisadora salienta, como foi discutido em outra parte deste trabalho, que a organização linear do texto científico não segue a ordem de realização das etapas da pesquisa e nem sempre se constitui num relato fidedigno das experiências realizadas. A partir desse dizer, não desconsiderando a importância dos princípios e critérios propagados pela *Rede* para a pesquisa e a escrita científicas, surge a necessidade de problematizar as noções de “transparência e completude”, preconizadas por essa instância normativa como valores de um artigo científico.

A meu ver, não se deve adotar tais valores de forma acrítica, pois vale lembrar que, à luz da ADD, a linguagem, tendo em conta sua dimensão sígnica (VOLÓCHINOV, 2017), não pode refletir fielmente a realidade, apenas representá-la de forma parcial e refratada. Por esse ângulo teórico, a concepção de artigos científicos transparentes e completos é posta à prova.

⁴⁷ Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 4, n. 2, abr./jun. 2015.

Além disso, a questão da transparência do artigo implica questões de ordem ética, que também recebem uma atenção especial nos discursos constituintes do ICMJE e da *Rede*, reforçando o pensamento defendido neste trabalho de que a escrita é um ato ético. Para exemplificar, transcrevo trechos de um artigo da *Rede* para alertar o escrevente sobre a dimensão ética da escrita:

(21) Existem também razões éticas e morais para relatar pesquisas de maneira adequada. Deficiências nas publicações de pesquisas foram amplamente documentadas. Nos últimos anos, elas levaram ao desenvolvimento de diretrizes para relatórios, que descrevem os principais itens que devem ser abordados em um relatório de pesquisa ⁴⁸ (A18, 2014, p. 32, tradução nossa).

(22) Na verdade, os autores devem estar cientes da responsabilidade moral de publicar suas descobertas de forma honesta e transparente ⁴⁹ (A18, 2014, p. 35, tradução nossa).

A partir dos enunciados (21) e (22), percebe-se um discurso que reveste a escrita de uma responsabilidade ética, evocando valores de cunho moral como a honestidade e defendendo o princípio de que bons relatos de pesquisa são uma parte essencial da conduta científica. Na leitura dos artigos da *Rede*, depreende-se também a defesa de que o rigor científico, exigido durante o processo de pesquisa, seja mantido na escrita do artigo.

Sendo assim, os problemas como a descrição parcial de uma pesquisa, o relato confuso dos resultados, a omissão de informações metodológicas, dentre outros, não são vistos apenas como falhas de ordem linguística, mas questões de cunho ético.

Nas orientações (21) e (22), pode-se entrever um reconhecimento de que os valores como a transparência, a imparcialidade e a objetividade, requeridos para a escrita científica, não se resumem à seleção de recursos linguísticos e estruturas textuais que materializam tais valores num artigo, haja vista que, como dito em linhas precedentes, um bom relato nem sempre significa uma conduta de pesquisa ética e honesta. Ou seja, é preciso considerar que há recursos na língua que podem produzir efeitos de sentido de objetividade e imparcialidade, como o apagamento do sujeito, o uso da voz passiva, a elisão de adjetivos, metáforas etc.

Depreende-se também, no excerto (21), a justificativa da *Rede* de que a criação das diretrizes, para padronizar a escrita de artigos na área médica, foi impulsionada pelas “deficiências generalizadas nas publicações de pesquisas”.

⁴⁸ (21) There are also ethical and moral reasons for reporting research adequately. Deficiencies in research publications have been extensively documented. In recent years, they have led to the development of reporting guidelines, which outline the key elements of research that should be addressed in a research report.

⁴⁹ (22) Indeed, authors should be aware of the moral responsibility to publish their findings honestly and transparently.

Sob as lentes de Foucault, é possível flagrar nesse enunciado um desejo de controle da escrita para afastar as ambiguidades, as imprecisões, as omissões, para citar alguns problemas que dificultam a comunicação científica, estabelecendo, assim, uma ordem que limita e/ou autoriza aquilo que pode e deve ser dito nos artigos da área. Nessa linha de pensamento, pode-se tratar as diretrizes como dispositivos⁵⁰ de controle e vigilância da escrita científica, já que visam à condução do escrevente e do editor, nas suas respectivas atividades: escrever um artigo e averiguar a sua qualidade.

Outro dispositivo de controle da escrita de artigos apresentado no *site* da *Rede* é uma ferramenta digital, denominada COBWEB⁵¹ (sem tradução para o português). Conforme descrito nesse *site*, a ferramenta busca auxiliar o escrevente, oferecendo uma série de caixas de texto para especificar as informações que devem ser incluídas no artigo, organizando a sua estrutura. Após o preenchimento do conteúdo demarcado para cada caixa de texto, a ferramenta gera um documento no *word* para que o pesquisador continue seu processo de escrita.

Tais dispositivos impõem uma padronização rígida na estrutura composicional e no conteúdo do artigo, mostrando que, para publicar artigos transparentes, precisos e replicáveis, o autor-pesquisador deve utilizar as diretrizes. Sob a ótica bakhtiniana, esses dispositivos podem ser entendidos como injunções que presidem o fazer científico e contribuem para a estabilização da estrutura composicional do artigo.

Retomando a análise das orientações da *Rede*, verifica-se, nesse discurso, uma ênfase na importância dos artigos científicos publicados nos periódicos médicos, visto que eles incidem nas decisões e comportamentos tanto dos médicos como dos pacientes. Tal relevância é apresentada pela *Rede* como uma justificativa para a criação de diretrizes de escrita e, conforme essa instituição, elas devem ser vistas como uma ferramenta que:

(23) têm o potencial de melhorar a clareza, integridade e transparência das publicações de pesquisa. Tais publicações [das diretrizes de escrita] **podem salvar vidas, reduzir o peso de doenças para os pacientes e os custos para o sistema de saúde.**⁵² (A17, 2010, p. 3, tradução nossa, destaque nosso).

⁵⁰ No livro *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*, Castro (2009, p. 124) apresenta algumas noções foucaultianas de dispositivo, a saber: “i) O dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regimentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito; ii) Trata-se de uma formação que, em um momento dado, teve por função responder a uma urgência. O dispositivo tem, assim, uma função estratégica”. Ou seja, o dispositivo se constitui num conjunto de discursos, concepções, leis que produzem uma determinada prática.

⁵¹ Disponível em: <https://www.equator-network.org/toolkits/writing-research/#UsingCOBWEB>. Acesso em: 20 de abril de 2020.

⁵² (23) have the potential to improve the clarity, completeness, and transparency of research publications. Such publications can save lives and reduce the burden of illness on patients and costs to the healthcare system.

Como foi mencionado, o discurso orientador da *Rede* respalda-se em dados e evidências que demonstram o papel das diretrizes no aperfeiçoamento da escrita médica. No fragmento (23), observa-se que o poder desse discurso é exercido pela argumentação de que o uso das diretrizes – recurso de escrita visto como uma forma de promover “a clareza, a transparência e a completude dos relatos de pesquisa” – pode ser um meio de “salvar vidas”, “reduzir o peso das doenças” e “diminuir os custos para o sistema de saúde”. As expressões em destaque, nesse excerto, possuem um valor persuasivo, buscando tanto convencer os leitores sobre a importância da utilização das diretrizes como enfraquecer qualquer tentativa de resistência a uma escrita padronizada. Afinal, como recusar um discurso que visa à saúde e ao bem-estar da população?

É preciso mencionar também a finalidade da *Rede* de universalizar os seus modelos e diretrizes para a escrita na área médica, indicada por meio da tradução e publicação de grande parte do conteúdo desse *site* para diversas línguas, inclusive o português, como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 3 - Página da Rede Equator para o acesso das diretrizes em diferentes idiomas

The screenshot displays the 'Translations of reporting guidelines' page on the Equator Network website. The page features a central globe icon and lists various reporting guidelines such as CONSORT, STARD, STROBE, PRISMA, COREQ, ENTREQ, SQUIRE, and CHEERS. It also provides links to full records, checklists, and flow diagrams for each guideline. The page is organized into sections: 'Translations of reporting guidelines', 'Key reporting guidelines', 'Translations', 'About the Library', and 'Library index'.

Translations of reporting guidelines

Some key reporting guidelines have been translated into a number of different languages. Please see the list below to access reporting guidelines in your language.

- Chinese
- French
- German
- Greek
- Italian
- Japanese
- Korean
- Norwegian
- Persian
- Polish
- Portuguese (Brazilian)
- Russian
- Spanish
- Turkish

Chinese

- CONSORT 2010 Statement [PDE](#)
- CONSORT 2010 Explanation & Elaboration [PDE](#)
- CONSORT 2010 Checklist [PDE](#) / [MS Word](#)
- CONSORT 2010 Flow Diagram [PDE](#) / [MS Word](#)
- STROBE Statement [PDE](#)
- STRICTA 2010 [PDE](#)

French*

- CONSORT 2010 Checklist [PDF](#) / [MS Word](#)
- CONSORT 2010 Flow Diagram [PDE](#) / [MS Word](#)

German

- STROBE Statement [PDE](#)

Greek

- CONSORT 2010 Explanation & Elaboration [PDE](#)

Key reporting guidelines

CONSORT	Full Record Checklist Flow Diagram
STARD	Full Record Checklist Flow Diagram
STROBE	Full Record Checklist
PRISMA	Full Record Checklist Flow Diagram
COREQ	Full Record
ENTREQ	Full Record
SQUIRE	Full Record Checklist
CHEERS	Full Record

Translations

Some reporting guidelines are also available in languages other than English. Find out more in our [Translations section](#)

About the Library

For information about Library scope and content, identification of reporting guidelines and inclusion/exclusion criteria please visit [About the Library](#)

Visit our [Help page](#) for information about searching for reporting guidelines and for general information about using our website.

Our full catalogue of reporting guidelines is available to download as a PDF - [Reporting Guideline Catalogue August 2013](#)

Library index

- [Search for reporting guidelines](#)
- [Reporting guidelines under development](#)
- [Translations of reporting guidelines](#)
- [Guidance on scientific writing](#)
- [Guidance developed by different sources](#)

Fonte: Disponível em: <https://www.equator-network.org/library/resources-in-portuguese-recursos-em-portugues/professores/introducao-a-diretrizes-para-relatos/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

Ao considerar a proposta de universalização das orientações da *Rede*, retomo a discussão bakhtiniana sobre as relações de poder para pensá-la como uma força centrípeta, a qual busca homogeneizar e unificar as práticas de escrita científica na área médica. Cumpre salientar que o discurso e as diretrizes da *Rede* têm sido adotados, além dos periódicos, por

manuais de redação científica. Assinalo, apenas como exemplo, a recomendação do manual de Gustavii (2017, p. 137), quando o autor afirma que, embora as diretrizes tenham sido pensadas para o campo da medicina, “elas podem ter uma utilidade generalizada em muitas outras áreas”.

Ressalte-se que, a despeito de reconhecer uma diversidade de métodos de pesquisa, o discurso da *Rede* propaga valores inerentes a um fazer científico das ciências exatas e naturais, em que a ciência é entendida como um conhecimento objetivo da realidade. Tendo em vista essa concepção, pergunta-se: Há a possibilidade de reduzir os estudos no campo da medicina a uma linguagem matematizável e reproduzível? O que dizer dos estudos qualitativos desenvolvidos principalmente nas áreas de Saúde Pública e Psiquiatria?

Embora não seja objetivo deste trabalho responder tais questões, é preciso mencionar, aqui, a quantidade crescente de artigos de cunho qualitativo nos periódicos médicos. Esse dado é fornecido por uma pesquisa de Minayo (2013) sobre a produção científica das principais revistas dessa área, dentre elas, a *Revista de Saúde Pública*, *Cadernos de Saúde Pública* e *Ciência e Saúde Coletiva*, que compõem o *corpus* deste trabalho.

Neste estudo, verificou-se que dos 1757 artigos publicados nessas revistas, no período de 2011 a 2012, 545 (33,0% do total) eram oriundos das Ciências Sociais e Humanas *stricto sensu* ou da subárea de Saúde Coletiva, que utilizam o referencial teórico ou metodológico dessas áreas (MINAYO, 2013, p. 24). A pesquisadora ressalta que, a despeito do aumento dos estudos qualitativos nos periódicos médicos, ainda há uma resistência dos editores com os métodos dessa abordagem. A seu ver, na linguagem científica, valoriza-se o raciocínio epidemiológico fundamentado em evidências matemáticas e na tradição das ciências da natureza, em detrimento do caráter reflexivo dos textos das ciências sociais e humanas, que “privilegiam a compreensão e a intersubjetividade” (MINAYO, 2013, p. 25).

Nesse sentido, ainda que não tenha sido o propósito pretendido, acredito que seja válido dizer que, durante a trajetória desta investigação, vivida num contexto de crise sanitária provocada pela Covid-19, foi possível observar o crescimento dos artigos em torno das temáticas sociais na área de saúde. No processo inicial de coleta dos enunciados, que constituem o *corpus*, arqueei quase uma centena de artigos sobre a Covid-19, publicados nos periódicos em pauta, no ano de 2020.

Recupero, como exemplo, alguns títulos dos artigos: i) *Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela ?* ii) *COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública?* iii) *A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento;* iv) *Cuidar em tempos da COVID-19: lições aprendidas entre a ciência e a sociedade.*

Por meio dos títulos dos artigos supracitados, observa-se um conjunto de problemas e questões que emergiram no contexto da pandemia como: a intensificação das formas de violência contra mulheres e outros grupos sociais mais vulneráveis; o impacto da Covid-19 na saúde das pessoas encarceradas, dos povos indígenas e quilombolas; o aumento das informações falsas sobre o vírus nas mídias; as crenças e as respostas de diferentes grupos sociais frente às medidas tomadas para a contenção do vírus, dentre outros.

O cenário assolador da pandemia pôs em relevo o peso dos comportamentos sociais na disseminação ou no controle da doença e ratificou a importância das pesquisas desenvolvidas nas Ciências Sociais e Humanas voltadas para a compreensão e o enfrentamento dos problemas de saúde pública. Essas perspectivas epistemológicas ampliam o conceito de saúde e reúnem teorias e noções que complementam e transcendem o modelo biomédico que, desvinculado das questões de natureza social, psicológica e ambiental, centra-se na doença e nos seus aspectos biológicos. Diante disso, compartilho com Minayo (2013, p. 29) a ideia de que:

do ponto de vista dos conteúdos, é possível dizer que qualquer tema de saúde é também assunto das ciências sociais e humanas, uma vez que todos dizem respeito à vida, ao adoecimento, à morte, a como as pessoas os pensam e os enfrentam e ao que a sociedade e o setor fazem para gerenciá-los.

Feitas tais considerações e tendo acenado para a diversidade de temas e métodos que podem ser abordados nos artigos da área médica, torna-se necessário verificar como os periódicos respondem às tendências centralizadoras das diretrizes internacionais que orientam a escrita científica. Passemos, assim, para a próxima seção.

4.3 Respostas dos periódicos aos discursos das diretrizes internacionais

Levando em conta os preceitos bakhtinianos, já descritos no capítulo teórico desta pesquisa, relembro que o diálogo em Bakhtin não é entendido apenas no sentido óbvio de conversação entre duas pessoas (FARACO, 2010), mas é visto de modo amplo, relacionado a todo o tipo de interação verbal existente. Desse modo, o dialogismo, na teoria bakhtiniana, se dá por meio de variados níveis: nas relações entre interlocutores, nas relações entre discursos, bem como na relação do discurso com o contexto extralinguístico.

O intuito da tarefa analítica, nesta seção, é apreender o diálogo entre os editores dos periódicos brasileiros com as diretrizes internacionais, ou seja, busco flagrar como os periódicos respondem e valoram as prescrições dessas instâncias. Nessa direção, tomo duas categorias

analíticas, utilizadas no estudo de Rodrigues (2001), para organizar a análise das relações dialógicas, a saber: o movimento de assimilação e o movimento de distanciamento. Dito isso, começo demonstrando os movimentos de assimilação dos discursos internacionais pelos periódicos.

4.3.1 Movimentos de assimilação dos discursos das diretrizes internacionais

Durante a análise das Instruções aos Autores, foi possível constatar que o discurso das diretrizes da *Rede* é adotado pela grande maioria dos periódicos em tela. Vejamos os trechos das instruções aos autores:

(24) **Recomendamos** o uso das listas de verificação abaixo para garantir que o estudo relatado foi executado de acordo com os padrões de boas práticas (REDE EQUADOR): CONSORT para ensaios randomizados; STARD para estudos em estudos diagnósticos; PRISMA para revisões sistemáticas e meta-análises, ARRIVE para estudos pré-clínicos em animais (MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2020, n. p., destaque nosso).

(25) Todos os estudos publicados na *São Paulo Medical Journal* **deverão ser descritos de acordo com as diretrizes** específicas para artigos relatando estudos clínicos (CONSORT), revisões sistemáticas e metanálises (PRISMA); estudos observacionais (STROBE); relatos de caso (CARE) e estudos de acurácia de testes diagnósticos (STARD). Essas diretrizes garantem que todos os procedimentos metodológicos foram descritos e que nenhum resultado foi omitido. Caso nenhuma dessas diretrizes seja adequada para o desenho de seu estudo, recomendamos que os autores visitem o *website* EQUATOR Network (<http://www.equator-network.org/>) para buscar ferramentas apropriadas (SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL, 2020, n.p., destaque nosso).

(26) Acesse <http://www.equator-network.org/> para informações sobre as diretrizes a **serem seguidas** na pesquisa em saúde (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n.p., destaque nosso).

(27) Os ensaios clínicos **devem seguir** em sua apresentação as regras do Consort Statement. Acesso: <http://www.consort-statement.org/> consort-2010. Para revisões sistemáticas e metanálises devem seguir as regras estabelecidas por organizações conhecidas como PRISMA (ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA, 2020, n.p., destaque nosso).

(28) Todos os manuscritos **devem estar em conformidade** com as diretrizes de estudo específicas, conforme listado abaixo: Os ensaios clínicos devem seguir as regras da Declaração CONSORT. Os estudos observacionais (estudos de coorte, caso-controle e transversais) devem seguir a declaração STROBE. As revisões sistemáticas e metanálises devem seguir as diretrizes do PRISMA. Os estudos de diagnóstico e prognóstico devem seguir as diretrizes STARD (*CLINICS*, 2020, n.p., destaque nosso).

(29) Os estudos devem ser apresentados de forma que qualquer pesquisador interessado **possa reproduzir os resultados**. Para isso, **estimulamos o uso** das seguintes recomendações, de acordo com a categoria do manuscrito submetido: CONSORT checklist e fluxograma para ensaios controlados e randomizados; STARD checklist e fluxograma para estudos de acurácia diagnóstica; MOOSE checklist e fluxograma para meta-análises e revisões sistemáticas de estudos observacionais; PRISMA checklist e fluxograma para revisões sistemáticas e meta-análises; STROBE checklist para estudos observacionais em epidemiologia; RATS checklist para estudos qualitativos (REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p., destaque nosso).

(30) **Recomenda-se** que a estrutura do manuscrito esteja em conformidade com as orientações constantes nos guias de redação científica, de acordo com o seu delineamento. A relação completa encontra-se no *website* da iniciativa EQUATOR network (EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE, 2020, n. p., destaque nosso).

É importante tecer algumas considerações sobre esse conjunto de dados. Em primeiro lugar, percebe-se que 70% dos periódicos investigados assimilam o discurso da *Rede* e promovem a utilização de suas diretrizes. Contudo, ao considerar os verbos em negrito, é plausível pensar que eles são indicadores de diferentes graus de assimilação e valorização desse discurso. No caso das revistas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, *Epidemiologia e Serviços de Saúde* e a *Revista de Saúde Pública*, por exemplo, apreendemos um tom de conselho por meio dos verbos “recomendar” (24), (30) e “estimular” (29), demonstrando que não há obrigatoriedade de uso das diretrizes da *Rede* nos artigos que serão publicados nesses periódicos.

Em contrapartida, nos trechos (25), (27) e (28), empregam-se modalizadores de ordem deontica – “deverão ser descritos de acordo com as diretrizes”, “devem seguir”, “devem estar em conformidade” – que impõem o uso das diretrizes e expressam um movimento de forte assimilação desse expediente nos periódicos em exame. Nesse sentido, chamo a atenção para o trecho (25), no qual a prescrição das diretrizes da *Rede* vem acompanhada por uma entonação positiva e é apresentada como uma forma de garantir “que todos os procedimentos metodológicos foram descritos e que nenhum resultado foi omitido”.

A assimilação desse discurso, entretanto, fica mais evidente em alguns textos publicados nesses periódicos. De início, tomo os títulos do Artigo 11 e do Editorial 29: *Ferramentas para **melhorar a qualidade e a transparência dos relatos de pesquisa em saúde: guias de redação científica; Aumentando a transparência e integridade dos relatórios científicos em saúde: novas instruções para autores.***⁵³ Nos trechos em destaque, observa-se o emprego de palavras utilizadas na designação da *Rede* Equator (*Aumentando a qualidade e a transparência da pesquisa em saúde*) e frequentes em seu discurso, como explicitado na seção anterior.

Sob a ótica bakhtiniana, tais títulos ilustram um movimento de assimilação/apropriação das palavras (alheias) da *Rede*, que não apenas ressoam a voz dessa instituição internacional, mas passam a ser as palavras dos editores, como será observado nos recortes de enunciados apresentados a seguir. Começo transcrevendo quatro excertos do Artigo 11, publicado na revista *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, destacando as partes que pretendo comentar:

(31) **A redação constitui parte importante da realização de pesquisas científicas.** Sem a divulgação dos achados, a pesquisa é considerada incompleta. Sob o enfoque da ética, empreender uma investigação e não divulgar os achados é má conduta científica e contribui para o viés de publicação, que é o relato seletivo de

⁵³ Improving the transparency and integrity of scientific reports on health. New instructions for authors.

pesquisas, geralmente em favor da intervenção em análise (resultados positivos) (A11, 2016, p. 427, destaque nosso).

(32) **Qual o caminho a se seguir para publicar artigos científicos?** A escrita científica, analogamente a qualquer redação, é aprimorada com a prática. O bom autor é também um bom leitor, que consome boa informação para produzir bons textos. Não obstante a subjetividade quanto à avaliação da qualidade da escrita, **estão disponíveis ferramentas que auxiliam na empreitada de escrever um artigo científico** (A11, 2016, p. 428, destaque nosso).

(33) A despeito dos progressos no sentido de se utilizar uma escrita clara e concisa, ao final do século XX tornou-se evidente que eram necessárias orientações pormenorizadas para cada tipo de estudo. Na área da saúde, essa demanda tornou-se urgente: aplicar resultados de pesquisas na prática clínica sem se ter clareza de como o experimento foi feito é temerário. Frequentemente, resultados promissores de intervenções médicas estavam baseados em métodos frágeis e sem informações suficientes para a compreensão de como se chegou aos resultados. Assim, **os guias de relato emergiram a partir da década de 1990, constituindo-se em ferramentas essenciais para a boa escrita científica na área da saúde** (A11, 2016, p. 429-430, destaque nosso).

(34) Para a autora ou autor, **é de grande valia contar com um roteiro que contenha orientação sobre o que deve ser relatado**. Ao relacionar na **folha em branco** os itens que devem ser desenvolvidos, fica mais fácil discorrer sobre os tópicos, organizando as ideias e evitando que pontos importantes sejam esquecidos (A11, 2016, p. 432-433, destaque nosso).

O primeiro aspecto que chama a atenção no trecho (31) é a presença de um discurso que prima pelo processo de escrita e considera a publicação de artigos científicos uma atividade compulsória, pois, no dizer dos editores, empreender uma investigação e não publicar consiste numa “má conduta científica” e contribui para o “viés de publicação”. No trecho seguinte (32), os editores fazem uma pergunta retórica (“Qual o caminho a se seguir para publicar artigos científicos?”), a fim de introduzir a exposição de “ferramentas” que devem ser utilizadas pelo autor-pesquisador na sua escrita.

Em outras partes do artigo, os editores destacam a importância de dar início ao processo de escrita conformando o texto na estrutura IMRD, bem como apontam os manuais de estilo – e as próprias instruções aos autores dos periódicos – como ferramentas que aprimoram a qualidade dos artigos. Contudo, enfatizam a adoção dos guias de redação da *Rede* como auxílio para a escrita de artigos científicos.

A assimilação desse discurso é reiterada pela posição axiológica dos editores com respeito aos guias, como pode ser visto nas expressões destacadas no trecho (33): “ferramentas essenciais para a boa escrita científica na área da saúde” e “é de grande valia contar com um roteiro que contenha orientação sobre o que deve ser relatado”. As mesmas orientações são apresentadas no Artigo 12, intitulado *Dez passos para produzir artigo científico de sucesso*, publicado na revista *Epidemiologia e Serviços em Saúde*.

É significativo notar que essas avaliações são antecedidas por uma exposição de motivos que levaram à criação dos roteiros de escrita, com argumentos que ecoam o discurso, propalado pela *Rede*, sobre as deficiências na escrita de artigos científicos.

Outro ponto que chama a atenção no último trecho (34) é o uso da expressão “folha em branco”, que evoca o cenário de dificuldades e bloqueios que os escreventes, especialmente os iniciantes, enfrentam para produzir um texto acadêmico-científico. Nas palavras dos editores, “ao relacionar na folha em branco os itens que devem ser desenvolvidos, fica mais fácil discorrer sobre os tópicos, organizando as ideias e evitando que pontos importantes sejam esquecidos”. Nesse excerto, os guias de redação são apresentados como uma forma de auxiliar o escrevente a preencher esse “espaço vazio”, já que eles fornecem um roteiro para a escrita.

O discurso da *Rede* é reverberado também no Artigo 10 e no Editorial 29, intitulados *Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática e Improving the transparency and integrity of scientific reports on health. New instructions for authors*. Para sintetizar, reproduzo apenas as considerações dos editores da revista *São Paulo Medical Journal*:

(35) Mais de 80% dos ensaios clínicos e estudos observacionais publicados hoje não relatam características importantes de sua metodologia ou resultados. Relatos inconsistentes, tendenciosos, incompletos e imprecisos são publicados na literatura médica todos os dias. No entanto, temos recursos para vencer esta batalha: assim como temos diretrizes clínicas para a prática, também temos diretrizes de relatórios para ajudar os autores a escrever e publicar relatórios de pesquisa melhores ⁵⁴ (E29, 2019, p. 1, tradução nossa).

Em (35), apreende-se, mais uma vez, o discurso do déficit em torno da escrita e publicação de artigos na área médica. No enunciado em pauta, os editores apontam um percentual que revela um número elevado de artigos com problemas, demonstrando a necessidade de uma intervenção nesse quadro para “vencer a batalha” contra os artigos “tendenciosos, imprecisos, incompletos e inconsistentes”. A recorrência do discurso que apresenta informações e dados para justificar a criação das diretrizes (nas orientações da *Rede* e dos editores dos periódicos em cena) merece ser pensada.

Frise-se que não constitui objetivo desta análise apontar a eficácia (ou não) das diretrizes de escrita, mas demonstrar como elas são avaliadas pelos editores. Contudo, não se pode negligenciar os dados que revelam a reiterada exposição de motivos para explicar a origem de

⁵⁴ (35) More than 80% of clinical trials and observational studies published today fail to report one or more important feature of their methodology or results. Inconsistent, biased, incomplete, and inaccurate reports are published in the medical literature every day. However, we have resources to fight this battle: just as we have clinical guidelines for practice, we also have reporting guidelines to help authors to write and publish better research reports.

tais diretrizes na área médica. Em primeiro lugar, é necessário dizer que, sob o prisma dos estudos da escrita (científica ou não), um guia (ou um roteiro) de redação, definido *a priori*, costuma causar controvérsia, pois implica fixidez e engessamento dessa atividade.

Diante disso, acredito que os argumentos apresentados pelos discursos em tela são uma forma de antecipar os posicionamentos dos seus interlocutores, tendo em vista que tais recomendações são submetidas às suas apreciações valorativas, podendo ser adotadas, criticadas ou refutadas por eles. De outro lado, penso que o uso de tais argumentos marca a dialogicidade e a alteridade que constituem tais discursos, pois, com base no pensamento de Bakhtin (2016), o caráter ativo e responsivo dos enunciados desvela-se no apelo a toda sorte de subterfúgios e respostas prontas a objeções dos interlocutores presumidos.

Fechando esta seção, trato dos movimentos de distanciamento dos editores do modelo de escrita guiado pelas diretrizes da *Rede*.

4.3.2 Movimentos de distanciamento dos discursos das diretrizes internacionais

Durante o percurso analítico, constatei poucas ocorrências desse tipo movimento dialógico no material coletado. Os enunciados abaixo apresentam certas resistências dos editores às diretrizes para a escrita:

(36) Gostaria de lembrar que muitos artefatos tecnológicos têm sido criados para a produção de análises qualitativas. Há pesquisadores que os utilizam e certamente encontram nele um importante apoio [...] Talvez por hábito de estar presente de forma analítica e crítica em cada uma das etapas da investigação, sinto muita dificuldade em terceirizar, para tais dispositivos, a tarefa analítica, uma vez que ela privilegia uma etapa apenas e não leva em conta o contexto intersubjetivo indissociável e filosoficamente fundamental para a pesquisa qualitativa e, portanto, para o processo de análise (A16, 2012, p. 24).

(37) Por outro lado, **caso a pesquisa não tenha sido adequadamente planejada, os autores podem fabricar dados para preencher os requisitos do guia de redação, o que se pode considerar uma desvantagem de tais guias.** (A11, 2016, p. 432-433, destaque nosso)

(38) Um terceiro aspecto de interesse é o de que não será mais aceito o uso do instrumento STROBE para avaliação de qualidade/risco de viés de estudos observacionais. Isso deve-se ao fato de que tal instrumento avalia apenas a clareza das informações presentes nas publicações. Embora clareza no relato publicado seja algo essencial para a avaliação da qualidade de uma pesquisa, ela não é suficiente para garantir um baixo risco de viés [...] Para tanto, é importante considerar que intervenções em Saúde Coletiva apresentam um grau de complexidade superior ao das pesquisas clínicas usuais, pois costumam envolver abordagens e desfechos multifacetados, com uma variedade de atores, processos e contextos mediando as relações entre as intervenções e seus possíveis efeitos. Em decorrência disso, os modelos tradicionais de revisões sistemáticas voltados para intervenções clínicas, muitas vezes, não se adequam às particularidades das intervenções em Saúde Coletiva (E11, p. 1, 2016).

Em (36), o editor toma a sua experiência subjetiva para afirmar que, apesar de as diretrizes serem vistas e utilizadas como instrumentos de apoio por pesquisadores, ele enfrenta

“muita dificuldade em terceirizar, para tais dispositivos, a tarefa analítica”. Nessa direção, ao abordar as pesquisas qualitativas, o editor ressalta que as diretrizes de escrita não contemplam “o contexto intersubjetivo indissociável e filosoficamente fundamental” para o processo de análise desse tipo de estudo.

Já em (37), os editores pontuam uma desvantagem de tais diretrizes, qual seja: “a fabricação de dados para preencher os requisitos do guia de redação”. Em outro trecho desse texto, afirma-se que as diretrizes de escrita seriam mais úteis para o pesquisador iniciante, visto que facilitam a descrição da pesquisa.

No último trecho (38), nota-se uma interdição no uso da diretriz STROBE por meio da expressão: “não será mais aceito o uso do instrumento STROBE para avaliação de qualidade/risco de viés de estudos observacionais”. Segundo os editores, a diretriz é considerada um instrumento importante para promover a clareza das informações do artigo, contudo, chamam a atenção para as limitações de um dispositivo que busca padronizar os relatos de um campo complexo e heterogêneo como é a Saúde Coletiva.

A despeito das problematizações em torno do uso das diretrizes para a escrita, é possível verificar que, na maior parte dos periódicos investigados, elas são vistas como um expediente potencializador, que agrega qualidade e credibilidade para o artigo científico. Com o objetivo de compreender a dimensão que as diretrizes para a escrita da *Rede* têm tomado na área da medicina, julgo pertinente apresentar algumas ilustrações. O primeiro exemplo foi extraído da seção de Métodos de um artigo publicado na revista *Clinics*, em 2020:

Figura 4 - Trecho retirado do periódico *Clinics*

<p>CLINICS 2020;75:e2294</p> <p>We will follow up patients to register vital status at 60 days or at hospital discharge, whichever occurs first.</p> <p>Quality control measures will include the use of REDCap-based structured data collection forms, training data collectors to ensure data completeness and consistency, and data management processes within the platform to deal with missing data, outliers, and data collection mistakes.</p> <p><u>We will report study results in accordance to recommended guidelines for reporting observational studies, the Strengthening The Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE) (25), and the guidance from Pulmonary, Critical Care and Sleep journals on causal inference and prediction research (26,27).</u></p>	 <p>Epidemiology of COVID-19 patients in the ICU in SP Ferreira JC et al.</p> <p>Statistical analysis plan</p> <p>A sample size of 300 patients was initially anticipated. As the epidemic in Sao Paulo grew fast, the hospital included new ICU beds, and we revised the anticipated sample size to 500 patients. Given that the study carries no risks for participants and that the requirement for informed consent was waived by the IRB, we intend to collect data on all patients with COVID-19 admitted to the ICUs during the study period, a sample possibly larger than the anticipated sample size. Such a large sample would suffice to allow identification of predictors of survival.</p> <p>Categorical variables will be expressed as counts and percentages, and continuous variables, as mean (standard deviation) or median (interquartile range), as appropriate.</p>
---	---

Fonte: FERREIRA *et al.* 2020.⁵⁵

⁵⁵ Characteristics and outcomes of patients with COVID-19 admitted to the ICU in a university hospital in São Paulo, Brazil. *Clinics*, n. 75, 2020, p. 1-7.

No excerto sublinhado, vemos o registro do uso da diretriz STROBE na condução do relato da pesquisa. Esse tipo de informação foi observado também em outros artigos publicados nas revistas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* e *São Paulo Medical Journal*.

Para encerrar este capítulo, menciono outro exemplo que ilustra a valoração de tais diretrizes no campo em estudo. Trata-se de uma carta ao editor da *Revista de Saúde Pública*, que recebeu o título *Sobre fazer ciência na pesquisa qualitativa: um exercício avaliativo* e foi publicada em 2012. O conteúdo dessa carta consiste na exposição de uma crítica à metodologia de um artigo qualitativo, publicado nessa revista, e a respectiva resposta dos seus autores. Vejamos, primeiramente, as críticas ao artigo na Figura 5:

Figura 5 - Carta ao editor da *Revista de Saúde Pública*

Campinas, 20 de novembro de 2011.

Prezado editor,

Sabe-se que a pesquisa qualitativa, por ser um método compreensivo-interpretativo por excelência, permite a criação de um modelo de entendimento que possibilita a significação de fenômenos relevantes.⁴ Para responder dada questão de pesquisa, é importante a adequada escolha do método empregado e da apresentação de seus resultados, visando ao fortalecimento das investigações qualitativas no campo da saúde. Assim, um instrumento de avaliação de manuscritos qualitativos tem sido utilizado para uniformizar critérios dessa avaliação, superando fragilidades, e garantindo o rigor e a pertinência dos achados científicos. O guia RATS,¹ recomendado pela própria *Revista de Saúde Pública* (RSP) como instrumento de avaliação de artigos, é dividido em quatro blocos – *relevância, apropriação do método qualitativo, transparência, consistência da interpretação e análise* – e possibilita um maior rigor teórico-metodológico, importante para a legitimação das pesquisas de natureza qualitativa.

Valendo-nos da aplicação reflexiva do guia RATS na disciplina *Estudos Avançados em Pesquisa Qualitativa em Saúde Coletiva*^a sobre o artigo “Condições de vida de portadores de transtornos psicóticos vivendo em cortiços em Santos, SP” (*Rev Saúde Pública* 2011; 45(4): 693-9),² entendemos que considerações merecem ser pontuadas.

Fonte: Rev Saúde Pública, v. 46, n. 2, p. 392-394, 2012.

Como se vê no fragmento da Figura 5, os pesquisadores, que criticam/comentam o artigo, valem-se de uma diretriz de escrita (RATS)⁵⁶ para avaliar a qualidade do texto, haja vista que, no dizer dos autores, a diretriz tem sido utilizada como um instrumento para uniformizar os critérios de avaliação dos artigos qualitativos, “superando fragilidades, e garantindo o rigor

⁵⁶ Como visto no capítulo 4, a diretriz RATS é usada para a produção dos artigos de natureza qualitativa.

e a pertinência dos achados científicos”. Os autores da carta fazem também uma remissão às instruções da própria *Revista de Saúde Pública*, que indica o uso da RATS como um auxílio na escrita e na avaliação de artigos qualitativos, para reforçar o seu argumento de que essa diretriz funciona como uma forma de garantir o rigor teórico-metodológico e legitimar as pesquisas de natureza qualitativa.

Como contraponto, os autores do artigo criticado alegam que o uso da diretriz RATS para avaliar artigos de cunho qualitativo constitui-se um equívoco e demonstra uma tentativa de homogeneização de métodos e objetos de pesquisa que não se enquadram em *checklists*, como podemos verificar nos trechos da carta (Figura 6):

Figura 6 - Trecho recortado de uma carta ao editor da *Revista de Saúde Pública*

Ao ser utilizado nosso artigo para uma reflexão sobre a avaliação das publicações, pareceu-nos que o grande problema está na tentativa de homogeneização do termo “pesquisa qualitativa”. Isso é um equívoco, pois existe uma variedade que decorre da diversidade de formação dos pesquisadores e dos referenciais teóricos adotados.

Preocupa-nos o fato de a avaliação do artigo se sustentar em critérios quantitativos, de certa forma vestidos com roupagem qualitativa. Para discutir o método em profundidade é necessário considerar a historicidade, a autoridade e os preconceitos do pesquisador,¹ a relação assimétrica entre pesquisador e pesquisado,⁵ as tensões morais,² entre outras questões. Não caberiam no artigo nem se enquadram em *checklists*. Seu uso, sem embasamento teórico, empobrece a compreensão da ciência e a torna estereotipada.

Em um momento em que a produtividade científica é exacerbada, devemos nos preocupar com criatividade, inovação e rigor científico. Elogiamos o esforço da RSP em inserir pesquisas qualitativas em seu conteúdo e de encaminhar os artigos para pareceristas que têm familiaridade com o tema, avaliando-os na sua diversidade e complexidade.

Fonte: Rev Saúde Pública, v. 46, n. 2, p. 392-394, 2012.

Observa-se, no final dessa carta, um elogio à iniciativa da *Revista de Saúde Pública* em fomentar a publicação de artigos com abordagem qualitativa. Tal elogio é seguido por um enunciado que aponta para a necessidade de se encaminharem os artigos, que apresentam pesquisas qualitativas, para pareceristas que tenham familiaridade com os temas e a complexidade que constitui esse tipo de investigação.

Por meio das análises e dos exemplos precedentes, flagramos o valor que as diretrizes de escrita da *Rede* têm assumido nas orientações dos periódicos e nas práticas de escrita da área em exame. De um lado, depreende-se um discurso que, reiteradamente, atribui às diretrizes a

função de potencializar a escrita e promover a qualidade dos artigos científicos. A assimilação desse discurso pelos periódicos implica no estabelecimento de paradigmas tanto para os pesquisadores produzirem seus relatos, como para os editores avaliarem os manuscritos submetidos para a publicação.

Instaura-se, assim, uma escrita estandardizada, que, no esforço de garantir a transparência dos relatos, torna-se um dispositivo de controle e vigilância (FOUCAULT, 2010). Adotar as diretrizes da *Rede* denotaria, desse modo, uma maneira de promover a clareza, a precisão e a completude do artigo científico e garantir a reprodutibilidade de seus resultados, funcionando também como um selo de credibilidade para os pesquisadores que delas se apropriam e para os periódicos que as prescrevem.

Feita a descrição das recomendações e diretrizes internacionais que fundam as práticas de escrita do artigo científico e dos enunciados-respostas dos editores a tais discursos, passo à análise das orientações editoriais em torno do estilo e das línguas de publicação do artigo científico.

CAPÍTULO V - O ESTILO DO ARTIGO CIENTÍFICO NO CRONÓTOPO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

A capacidade de ver o tempo, de ler o tempo no todo espacial do mundo e, por outro lado, de perceber o preenchimento do espaço não como um fundo imóvel e um dado acabado de uma vez por todas, mas como um todo em formação, como acontecimento; é a capacidade de ler os indícios do curso do tempo.

A epígrafe que inicia este capítulo é retirada do texto *O tempo e o espaço nas obras de Goethe*, no qual Bakhtin estuda a literatura do escritor alemão com o objetivo de apreender, por meio da noção de cronótopo, os seus aspectos culturais, demonstrando que tempo e espaço se projetam nos enunciados por meio de ideologias e valores das personagens de uma determinada época. Nessa perspectiva, tempo e espaço deixam de ser abstratos e se concretizam nas diversas formas de comunicação humana. O tempo, por sua vez, modifica a cultura e o sujeito, por isso, conforme Machado (2007, p. 161), “da mesma forma como a cultura é atravessada por deslocamentos e transformações, as formas discursivas são suscetíveis de modificações”.

Como salienta a autora, a acepção de enunciado como elo na cadeia da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2016) é um pressuposto para compreendê-lo inserido nas esferas sociais de produção de linguagem, num determinado tempo e espaço. Além disso, essa perspectiva, permite-nos situar os enunciados numa arena discursiva constituída por forças centrífugas e centrípetas responsáveis pela dinâmica de transformações culturais, sociais e discursivas.

Sob essa ótica, neste capítulo, busco descrever e analisar o estilo proposto pelos editores para a escrita do artigo científico. Como salientei anteriormente, a discussão e análise das orientações em torno do estilo implica considerar o idioma utilizado para a produção do artigo, já que o estilo é um trabalho de seleção de dados recursos de um sistema linguístico. Portanto, refletir sobre as línguas de publicação, especialmente sobre o discurso que promove o inglês como a “língua da ciência”, é de fundamental importância neste estudo.

Em virtude disso, antes de abordar as orientações voltadas para o estilo do artigo, na primeira seção deste capítulo, apresento o posicionamento dos autores com respeito à adoção do inglês como língua franca da ciência. Nessa abordagem, busco considerar as “relações de força e de formas de desigualdade (entre línguas) de modo a poder compreender os fenômenos de dominação, de interações e de influências” (GROSSMANN, 2015, p. 120). Na segunda seção, descrevo as reconfigurações no estilo do artigo provocadas pela adoção da língua

inglesa. Na sequência, mostro a visão dos editores sobre a dicotomia entre a escrita nativa e não nativa e suas implicações nas orientações para a escrita do artigo em inglês. Por fim, trato dos valores prescritos pelos editores para promover a qualidade do artigo científico, tais como: objetividade, clareza e concisão.

5.1 A arena discursiva em torno do idioma de publicação do artigo científico: uma visão diacrônica

Nesta seção, tomo como material de análise algumas orientações e posicionamentos editoriais publicados entre os anos de 1989 e 2020, com o objetivo de: i) identificar como os editores respondem às demandas de adoção do inglês como língua franca da ciência; ii) elucidar como a promoção e interdição de línguas de publicação produzem valores e convenções sobre certos idiomas.

A tarefa analítica será guiada pela metodologia do cotejamento de textos, proposta por Bakhtin (2010), como explicitarei no capítulo 2. Por essa via, busco apreender as relações dialógicas que os enunciados selecionados estabelecem entre si e em torno de um dos aspectos que interferem no estilo do artigo científico: a *língua de publicação*.

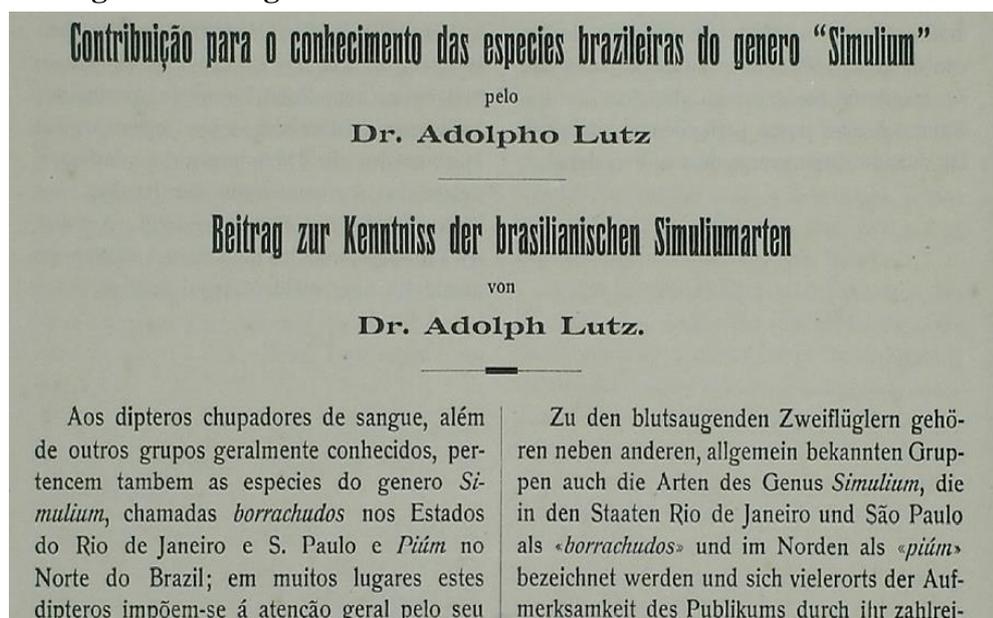
Começo citando o estudo de Antunes *et al.* (2019), em que se mostra que a internacionalização não é um fenômeno novo entre os periódicos do campo da medicina, posto que as primeiras revistas⁵⁷ nacionais traduziam e divulgavam um grande número de artigos, com o intuito de informar a comunidade médica local sobre os temas discutidos na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, conforme os autores, o diálogo com o estrangeiro era unilateral, e “tinha apenas um sentido: de lá para cá” (ANTUNES *et al.*, 2019, p. 877).

Esse tipo de intercâmbio começa a mudar com a criação dos institutos de pesquisa, nas primeiras décadas do século XX. Em 1900, o Instituto Soroterápico Federal do Rio de Janeiro (atual Fundação Oswaldo Cruz) surgiu com o propósito de desenvolver pesquisas para resolver questões pontuais relacionadas a projetos de saneamento do Governo, criando, em 1909, a revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. A fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, também impulsionou as atividades de pesquisa no Brasil e deu origem a vários periódicos científicos, dentre eles, relaciono algumas revistas selecionadas para esta investigação: *Revista do Hospital das Clínicas*, *Revista Paulista de Medicina*, *Revista de Saúde Pública*, *Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo*.

⁵⁷A fundação da Imprensa Régia, no início século XIX, possibilitou o surgimento dos primeiros periódicos nacionais da área médica: O *Propagador das Ciências Médicas*, fundado em 1827, e o *Semanário de Saúde Pública*, em 1831. Ambos foram criados pela Academia Imperial de Medicina (ANTUNES *et al.*, 2019).

Durante o meu percurso de análise, verifiquei que tais periódicos, desde os seus primórdios, demonstram o interesse em socializar suas pesquisas com uma audiência internacional. Como ilustração, apresento um artigo publicado na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, na primeira década do século XX. Veja-se:

Figura 7 - Artigo da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*



Fonte: Disponível em: <https://memorias.ioc.fiocruz.br/content>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

Como pode ser observado na figura acima, a estrutura composicional do artigo, disposta em duas colunas, cumpria a função de veicular duas línguas – a vernacular e uma estrangeira – acenando, assim, para um auditório internacional. De acordo com Willcox (1989), nesse tipo de edição bilíngue, adotada até o ano de 1915, o português e o alemão eram predominantes, embora o francês e o inglês também ocorressem. O multilinguismo foi fomentado nos primeiros seis anos dessa revista, denotando o seu intuito em alcançar uma audiência internacional. É importante notar, entretanto, que, nesse período, o discurso que promove o inglês como língua franca da ciência ainda não tinha emergido.

As transformações nas políticas linguísticas da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* foram abordadas no trabalho de Hanes (2016). Nesse estudo, o pesquisador apresenta, de forma detalhada, como as coerções sociais, econômicas e institucionais reconfiguraram os idiomas utilizados para a escrita dos artigos dessa revista, identificando cinco períodos em suas políticas editoriais, a saber: *The two-column format* (1909-1915); *the contiguous*

translation period (1923-1956), *the portuguese-only period* (1956- 1977), *the abstract period* (1980-1993), *the english-only period* (1994).⁵⁸

Feitas essas breves considerações históricas, começo a análise dos discursos dos editores, por meio de enunciados recortados de editoriais e artigos dos periódicos. Para a análise dos dados, volto o meu olhar também para as palavras e expressões utilizadas em tais enunciados, pois, como vimos nos pressupostos de Bakhtin, discutidos também por Faraco (2010, 2021), é por meio da linguagem (adjetivos, verbos, substantivos, sinais tipográficos etc.) que os sujeitos expressam suas axiologias. Opto por discorrer sobre esses enunciados em ordem cronológica, a fim de verificar as transformações nas políticas linguísticas das revistas. Vejamos, assim, duas instruções recortadas da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, publicadas em 1987 e 1992:

(39) Todos os artigos, inclusive os solicitados, serão submetidos ao Conselho Editorial para a aprovação. Deverão ser **preferentemente** escritos em inglês, **mas também serão aceitos em português, francês ou espanhol**. A redação deve ser concisa, clara e direta (E19, 1987, p. 1, destaque nosso).

(40) The *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* publishes original research in English [...]. Review articles and articles in Portuguese are only considered by prior agreement with the Editor (E20, 1992, p. 1).

O cotejamento desses dois enunciados marca um momento de transição da revista para uma política monolíngue e revela um movimento de assimilação do discurso que defende o inglês como língua da ciência. No primeiro excerto (39), apresenta-se uma instrução aos autores, publicada em 1987, na qual o uso do advérbio “preferentemente” pode ser visto como um direcionamento do periódico para a prática de escrita e submissão de artigos em inglês, apesar do acréscimo da expressão adversativa “mas também serão aceitos em português, francês ou espanhol”.

Já no excerto (40), encontramos outra instrução, publicada em 1992, que apaga o advérbio “preferentemente” e prescreve a escrita e publicação de artigos em inglês. Vale observar que o procedimento da revista em redigir tal instrução em inglês desvela o seu interesse em estabelecer uma interlocução com pesquisadores nativos ou falantes desse idioma e atraí-los para publicar no periódico.

⁵⁸ Esses períodos, apresentados por Hanes (2016), podem ser traduzidos da seguinte forma: No período de 1909 a 1915, os artigos apresentavam um *layout* com duas colunas, a fim de oferecer ao leitor uma versão dos artigos publicados em português e numa língua estrangeira. De 1923 a 1956, temos o período de tradução contígua, em que o artigo em português é seguido por uma versão traduzida para uma língua estrangeira. Entre 1956 e 1977, os artigos passam a ser publicados apenas em português. Entre 1980 e 1994, temos o período dos resumos em língua inglesa e artigos publicados em diferentes idiomas. A partir de 1994, a revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* passou a publicar artigos apenas em inglês.

Em contrapartida, verifica-se, nessa mesma instrução (40), uma ressalva aos artigos escritos na língua vernácula através do enunciado: *Review articles and articles in Portuguese are only considered by prior agreement with the editor.*⁵⁹ A partir desse período, os artigos em português começam a ser interditados da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* que, em 1994, consolida sua política linguística monolíngue (HANES, 2016). Nessa direção, no Editorial 23, a adoção do idioma anglófono é apresentada como uma das principais iniciativas para o processo de inovação e renovação dessa revista.

Tais mudanças provocaram debates e reações diversificadas na esfera editorial das revistas médicas. Em 1993, por exemplo, o editor da revista *Cadernos de Saúde Pública* escreveu um artigo intitulado *Análise Crítica de uma Revista Institucional: as Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, apresentando o seu posicionamento em relação à adoção do inglês como a única língua de publicação dessa revista. Esse artigo responde às mudanças propostas pelo periódico com as seguintes considerações:

(41) A preferência dada ao inglês volta a aproximar Manguinhos de seu congênere francês. Também em 1989, os *Annales de l'Institut Pasteur*, reputados 'o farol internacional da pesquisa francesa', mudavam seu próprio título, além do conteúdo, para o inglês, nas três seções em que já se havia subdividido, para *Research in Microbiology*, *Research in Virology*, e *Research in Immunology*. [...] Por essa época, mesmo antes de adotar o título em inglês, renunciando àquele que marcava claramente sua origem e vinculação institucional, já se verificava que, embora quase 58% dos artigos publicados fossem originários de países francófonos, 84% desses artigos eram redigidos em inglês. Num país tão cioso de seu idioma, particularmente pela função de língua franca internacional que o francês desempenhou nos campos científico, literário e diplomático, durante muitos anos, este fato alcançou certa repercussão (A1, 1993, p. 164, destaque nosso).

Observemos que, em (41), o editor utiliza o termo “Manguinhos”⁶⁰ para se referir à revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, estabelecendo uma comparação entre a sua política linguística com a dos *Annales de l'Institut Pasteur*. Em tom irônico, o editor descreve, no trecho em negrito, as transformações no conteúdo, no título e na estrutura do periódico francês, decorrentes da adoção de uma política monolíngue para a publicação de artigos. Em outro ponto desse texto, é possível apreender o posicionamento valorativo do editor no que tange à internacionalização das revistas em pauta e à supressão da língua vernácula nas publicações:

⁵⁹ Artigos de revisão e artigos em português somente serão aceitos mediante acordo prévio com o editor.

⁶⁰ O termo Manguinhos refere-se ao bairro do Rio de Janeiro onde está sediada a Fundação Oswaldo Cruz.

(42) Na fase posterior a 1980, as *Memórias* passam a encarar um novo desafio. **Deixando de lado uma maneira ‘caseira’ de fazer revista científica, orientando-se para um mercado internacional de consumidores de informação, sua avaliação tenderá a ser feita muito mais em função do impacto que causar nesse mercado do que de seu papel dentro das fronteiras nacionais.** A opção por uma revista que não usa como língua de comunicação o idioma oficial do país (o português, segundo determina o artigo 13 da Constituição Federal), opção que não é exclusiva das *Memórias*, talvez revele, como no caso do Instituto Pasteur, de Paris, que a preocupação está mais em buscar raízes na comunidade internacional do que em criar um sólido mercado interno de consumidores da produção científica que é aqui gerada (A1, 1993, p. 168, destaque nosso).

No trecho destacado em (42), observa-se uma apreciação valorativa do editor em relação ao processo de internacionalização da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, que, a partir de um ponto de vista crítico, concebe esse processo como uma forma de arrefecer o papel do periódico na divulgação do conhecimento dentro das comunidades nacionais, em favor do seu impacto internacional.

Vale notar que as escolhas lexicais “mercado” e “consumidores” desvelam a tentativa do editor em estabelecer um elo semântico entre a internacionalização das revistas e a atividade mercantil, relacionando a prática de produção e publicação de artigos científicos com uma racionalidade capitalista. Por outro lado, a alusão do Artigo 13 da Constituição Federal⁶¹ expressa uma forma de instituir legitimidade e base para o posicionamento do editor com respeito à preservação da língua portuguesa nas publicações de revistas nacionais e mostrar que a política linguística monolíngue de um periódico científico vai de encontro a uma lei constitucional. Ademais, ele diz que:

(43) **Sabemos que este zelo pela língua nacional pode exalar um ranço de conservadorismo e parecer um xenofobismo anacrônico em tempos ditos pós-modernos, neoliberais e de abertura para o mundo.** Vale a pena, porém, lembrar, **como o fizeram Giambiagi & Giambiagi (1983)**, que a opção por uma língua diferente da língua nacional para a comunicação de conhecimentos científicos ‘deve responder a motivações culturais e não refletir uma hegemonia política e econômica’ e que, por exemplo, no caso da França pelo menos, **‘o abandono da língua francesa traduz uma mudança na maneira de pesquisar, nos problemas estudados e uma adaptação a padrões e modas que provêm fundamentalmente dos Estados Unidos’** (A1, 1993, p. 168, destaque nosso).

É pertinente notar que, no primeiro trecho destacado em (43), há uma antecipação das reações-respostas dos leitores dos jornais, que, caso fossem adeptos da internacionalização, avaliariam o posicionamento do editor como conservador, xenofóbico e anacrônico. Desse modo, ao levar em conta uma possível contrapalavra de seus interlocutores, com respeito ao seu ponto de vista contrário às políticas linguísticas das revistas em questão, o editor apoia-se no dizer de outros pesquisadores para defender a sua ideia de que o abandono da língua

⁶¹ O Artigo 13 da Constituição Federal institui a língua portuguesa como o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

vernácula e a adoção do inglês é resultado de uma hegemonia política e econômica, incidindo numa mudança nas formas, nos temas e nos padrões de pesquisa e escrita científicas.

Essas apreciações valorativas acerca do monolinguismo nas atividades científicas, delineadas pelo editor da revista *Cadernos de Saúde Pública*, encontram eco nos estudos de Hamel (2017), quando o pesquisador mostra que a adoção do inglês nas atividades de escrita de trabalhos científicos não significa apenas uma atividade de tradução, mas acarreta transformações nos modelos culturais de fazer pesquisas e escrever um artigo científico.

Essa temática também foi problematizada nos artigos *A tríade da publicação científica* e *A língua franca da ciência*, publicados na *Revista de Saúde Pública*, em 1996 e 1997. O primeiro texto faz parte de uma edição especial dedicada à comemoração dos trinta anos dessa revista, e, segundo o dizer do próprio editor, o seu texto é uma reação/resposta às pressões institucionais em defesa da internacionalização da ciência brasileira, como pode ser observado nas linhas seguintes:

(44) Essas considerações vieram a propósito da forte tendência que atualmente se observa de exigir determinadas qualidades tidas por indispensáveis na avaliação de revistas que pretendam se alçar à categoria de publicações científicas. Tais atributos deveriam se caracterizar como competitivo, de impacto e de caráter internacional (A13, 1996, p. 3).

Em (44), o editor apresenta as qualidades que passam a ser exigidas para uma revista científica no cronótopo da internacionalização, a saber: “competitiva, de impacto e de caráter internacional”. Todavia, problematiza a validade de tais “atributos”, refletindo sobre a realidade da ciência do “terceiro mundo”.⁶² Nessa perspectiva, o editor se refere aos critérios da competitividade, do impacto e da internacionalidade como uma tríade de “natureza pretensamente científica”, que, segundo ele, surge nos ambientes de pesquisa e publicação como uma ameaça ao caráter altruísta e desinteressado das atividades científicas.

No discurso do editor, essa “tríade científica” seria responsável pelo processo de mercantilização da ciência e transformação dos produtos científicos em mercadorias de consumo, que visam a propiciar renda e poder para determinados pesquisadores, instituições e periódicos. Nesse viés, o editor concebe o artigo científico como um produto a ser comercializado pelas revistas. Vejamos o trecho a seguir:

⁶² Esse termo aparece 13 vezes no artigo e remete-nos à discussão desenvolvida no artigo *Lost Science in the third world*, publicado em 1995, na revista *Scientific America*. Nesse artigo, Gibbs desenvolve uma discussão sobre as publicações de artigos científicos “perdidas no terceiro mundo” e “invisíveis” no mudo acadêmico globalizado. Esse texto é mencionado em Forattini (1996).

(45) Torna-se lícito estabelecer correspondências entre um **canal de televisão** (TV), como empresa, e uma **revista científica** (RC), como empreendimento intelectual. Os produtos a serem comparados serão a **telenovela** e o **artigo científico**, respectivamente. [...] A “modernidade” pressupõe a livre competição, onde o que vale é a darwiniana ‘struggle for life’, da sobrevivência do mais forte ou mais apto (não importa muito em função de que qualidades) [...]. Destarte, no exemplo figurado, como a telenovela poderá demonstrar a sua competitividade? Para tanto, lança-se mão dos serviços de empresas especializadas em auscultar a opinião do público assistente. Mediante procedimento adequado, elas levantam o chamado ‘**índice de audiência**’. Entre nós, dos mais conhecidos vem a ser o **do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística)**. Desse modo, a referida telenovela permanecerá em cartaz desde que seu ‘ibope’ se mantenha elevado, o que lhe possibilitará alcançar a desejada durabilidade. Em decorrência, o que acima se considerou sobre a telenovela, tem-se procurado aplicar ao artigo científico. Atualmente, encarrega-se disso determinada empresa conhecida pela sigla **ISI (Institute for Scientific Information)** que desde os anos setenta vem adquirindo notoriedade com o levantamento de parâmetros conhecidos como ‘**índices de citação**’, ou sejam, o **SCI (Science Citation Index)**. [...] Objetiva ele o **avaliar da frequência com que determinado artigo científico é citado na matéria publicada em certo número de periódicos**, adrede selecionados, ou seja, indexados por aquela empresa. Como se vê, trata-se de procedimento perfeitamente comparável aquele do **levantamento do ‘índice de audiência’ para determinada telenovela**. [...] Dessa maneira, quanto maior for o valor daquele, maior será a possibilidade deste de alcançar a visibilidade desejada (A13 ,1996, p. 4-5, destaque nosso).⁶³

Observando, em (45), as expressões em negrito, flagra-se uma correspondência entre: i) o canal de televisão e a revista científica; ii) a telenovela e o artigo científico; iii) o índice de audiência e o índice de citação; iv) o IBOPE e o ISI; v) a avaliação da frequência com que determinado artigo científico é citado e o levantamento do índice de audiência para determinada telenovela. Essa analogia é reveladora de um movimento de distanciamento e resistência aos valores instituídos nesse contexto de internacionalização dos periódicos, construído por uma estratégia de carnavalização das qualidades requeridas pela “tríade científica”.

Para Bakhtin (1987, p. 239), o carnaval – em sua acepção ampla – “libera a consciência do domínio da concepção oficial” e permite “lançar um olhar novo sobre o mundo”. Nos estudos literários do teórico russo, a carnavalização concretiza-se pela linguagem e vocabulário da praça pública e agrega seus estilos irônicos, satíricos e irreverentes. Por esse viés, no enunciado (45), verifica-se que o editor utiliza expressões como “telenovela”, “canal de televisão”, “IBOPE” e “índice de audiência” para caracterizar ironicamente os atributos preconizados para as produções científicas no cronótopo da internacionalização.

A estratégia de comparação dos índices de citação com os índices de audiência das telenovelas e a sentença “determinada empresa conhecida pela sigla ISI” imprimem um tom pejorativo e cético em relação às métricas científicas e à sua instituição propagadora, pondo em xeque a sua credibilidade. De forma implícita, o editor distancia-se também dos discursos

⁶³ As citações e os trechos dos enunciados desta tese mantêm a ortografia vigente da época de suas publicações.

oficiais da Capes e do CNPq, pois, como vimos no capítulo 3, já na década de 1990, essas agências instituíram políticas que fomentaram o produtivismo acadêmico, a busca pela indexação no ISI e a valorização do FI como parâmetro de qualidade dos periódicos.

Ainda analisando o texto *A tríade da publicação científica*, é possível encontrar considerações do editor sobre os idiomas para a publicação que rejeitam a postura adotada por periódicos nacionais (vide o exemplo da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*), como pode ser ilustrado no excerto a seguir:

(46) Os periódicos nacionais perseguem a internacionalidade lançando mão de vários procedimentos. Dentre eles destaca-se, pela sua ênfase atual, o uso do idioma inglês, **consensualmente considerado** como a ‘**língua franca**’ da ciência. Para certas revistas isso torna-se ‘conditio sine qua non’ para que o artigo possa ser submetido a julgamento com vistas à sua publicação. Algumas chegam até mesmo a usar o inglês na própria correspondência interna, partindo ao que parece, de pressuposto de que essa língua deva ser de amplo e irrestrito domínio por parte de todo aquele que pretende se dedicar à pesquisa científica, em que pese ter sido alfabetizado em outra, no nosso caso, a portuguesa (A13, 1996, p. 6, destaque nosso).

Nesse fragmento, chamo a atenção para as expressões em negrito: “consensualmente considerado” e “língua franca”. Na primeira, o editor marca a perspectiva do outro (de forma genérica) com respeito ao idioma promovido para a escrita científica. Já a expressão “língua franca”, grafada entre aspas, pode ser vista como uma reação responsiva do editor ao consenso em torno do inglês como a língua da ciência. Vale lembrar que, para Authier-Revuz (2004, p. 219), a utilização desse sinal tipográfico pode indicar um distanciamento e uma suspensão da responsabilidade do enunciador, manifestando uma atitude metalinguística que coloca “o locutor em posição de juiz e dono das palavras, capaz de recuar, de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza”. Dentre a tipologia de uso do sinal, a autora cita “as aspas de questionamento ofensivo”, que são usadas quando o locutor é obrigado a se expressar com palavras que percebe como impostas pelo exterior, no lugar de suas próprias palavras, que lhe são interdidas (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 225). Para a pesquisadora francesa, nessa tipologia, as aspas são empregadas como forma de questionamento, ou seja, delimita uma posição de resistência. Assim, as aspas na expressão “língua franca” em (46) sinalizam o distanciamento e a resistência do editor dessa ideia, aceita e propagada na esfera de publicação.

Esse posicionamento acerca do idioma de publicação é reforçado em outro artigo publicado em 1997, intitulado *A língua franca da ciência*. Nesse texto, questiona-se o imperialismo cultural e linguístico do inglês e chama-se a atenção do leitor para os aspectos econômicos e sociais que sustentam essa visão. O editor elenca uma série de argumentos para refutar o monolinguismo das revistas científicas. Vejamos alguns excertos:

(47) A palavra franca implica o significado de ‘franquia’, ou seja, traduz expressões como, ‘entrada franca’, ‘sinal verde’, ‘acesso irrestrito’, ‘ausência de limites’ e várias outras. Em decorrência, ao se pensar em ‘língua franca’, subentende-se modo de exprimir, escrito ou verbal, que sirva para povos de diferentes idiomas se comunicarem entre si. Em se tratando da população constituída pelos pesquisadores científicos, atualmente verifica-se a tendência de aceitar, tacitamente, o idioma inglês como a ‘língua franca da ciência’. Com isso pretende-se abolir as barreiras que, pretensamente, obstaculariam a comunicação entre eles e mesmo no âmbito global do conhecimento (A14, 1997, p. 1, destaque nosso).

(48) A presente situação da anglofonia no mundo compreende cerca de **7,0%** da população que têm o inglês como língua materna, enquanto outros **22,6%** o têm como segundo idioma. Esta última circunstância reflete resultado de múltiplos fatores históricos, como colonizações e práticas comerciais. De qualquer maneira, cerca de 30,0% da população mundial da atualidade, é anglófona [...]. Restam os demais **70,0%**, ou seja, ao redor de **quatro bilhões de pessoas** que vivem na ignorância oficial desse idioma, como meio de comunicação entre elas (A14, 1997, p. 3, destaque nosso).

Como se pode constatar no primeiro fragmento (47), o editor, a partir de seu ângulo axiológico, tece alguns significados para palavra “franca”, que destoam da acepção consensual no cenário da internacionalização. Os sentidos convocados pelo editor, por meio de “entrada franca”, “sinal verde”, “acesso irrestrito”, “ausência de limites”, põem em pauta valores diferentes para o termo em questão e evocam um discurso que se distancia da perspectiva revozeada no contexto investigado. Demonstra, assim, que a noção de uma língua franca deve estar associada a um modo capaz de permitir a comunicação entre os sujeitos de diferentes nações e idiomas, a fim de eliminar as barreiras que impediriam essa interação.

Já no segundo fragmento (48), os números e as porcentagens sublinhadas funcionam como uma estratégia argumentativa para questionar a posição do inglês na esfera científica. Esses dados, coletados no final do século XX, são tomados para revelar o desconhecimento do inglês por mais de 70% da população mundial e o fato de que a predominância desse idioma na escrita e publicação de artigos científicos não está baseada na quantidade de seus falantes, mas na hegemonia econômica de determinados países, cuja língua oficial é o inglês.

Desse modo, o discurso do editor da *Revista de Saúde Pública* incita o seu leitor a refletir sobre os fatores que explicam o *status* do inglês na esfera científica, defendendo a ideia de que a internacionalidade não deve ser sinônimo de “anglofonia”. O tom problematizador e valorativo do editor acentua-se nos comentários finais do enunciado em pauta, quando ele estabelece um paralelo entre as práticas monolíngues e multilíngues dos periódicos nacionais:

(49) A primeira delas [prática monolíngue] pode merecer o nome de ‘**fundamentalista**’. Para os que nela se incluem, não há como admitir, na atualidade, que qualquer trabalho científico, digno desse nome, possa ser redigido em outro idioma que não o inglês. Para eles, o domínio de outra língua, inclusive frequentemente a própria, é pura perda de tempo profissional. [...] Fiéis a essa verdadeira ‘**religião**’, as convicções podem alcançar níveis como o de os pesquisadores, sistematicamente, darem preferência a encaminhar seus artigos a revistas anglófonas (A14, 1997, p. 7-8, destaque nosso).

(50) A segunda [prática multilíngue] é representada por aquela que preconiza **equilíbrio**, obedecendo às considerações que foram expostas em parágrafo anterior. Trata-se de pesquisadores e de periódicos que procuram estabelecer **harmonia** entre as línguas para a ciência, embora reconhecendo o predomínio atual do inglês. Aqueles partem do princípio de que, se o seu artigo é publicável e, pois, de qualidade adequada, tratando de assunto referente à nosologia própria do país, não há por que temer menor ‘visibilidade’ que possa comprometer-lhe a reputação profissional. [...] De maneira geral e para o Continente Americano, as revistas que se norteiam por esse sistema admitem três e não apenas uma ‘língua franca’. Tais são, o inglês, o português e o espanhol (A14, 1997, p. 8, destaque nosso).

Analisando os fragmentos (49) e (50), vemos que, nesses enunciados, o editor está valorando as políticas linguísticas dos periódicos. Em (49), por exemplo, o termo “fundamentalista” concede uma carga semântica negativa aos periódicos monolíngues, uma vez que evocam um comportamento de obediência ou adesão rigorosa a uma determinada doutrina, conceito ou ideologia de uma “religião”. Esse modo de se referir às revistas monolíngues pode ser entendido como uma maneira de circunscrevê-las num plano oposto do fazer científico, que, por sua vez, requer uma postura questionadora e crítica frente às imposições e às coerções que envolvem tal fazer.

Como contraponto, no trecho (50), abordam-se as políticas editoriais multilíngues como produtoras do “equilíbrio” e “harmonia” entre as línguas, pois, “embora reconheçam o predomínio atual do inglês”, advogam que a internacionalização não pode ser motivo para que os pesquisadores e os periódicos negligenciem as publicações em português e/ou espanhol. No final desse enunciado, o editor desnaturaliza a posição exclusiva do inglês como a língua da ciência e amplia esse conceito, inserindo o português e o espanhol como línguas francas na escrita e publicação de artigos para pesquisadores e leitores da América Latina.

Esse discurso é defendido também pelo fundador e editor da *Revista do Instituto de Medicina Tropical*, num editorial publicado em 1999. Nesse texto, ele relembra que a criação do periódico foi motivada pela necessidade de abandonar a mentalidade colonial – e a sua crença de que a ciência seria uma patente dos povos mais ricos – estimulando os pesquisadores brasileiros a assumirem a responsabilidade por atividades de pesquisa. O editor defende o diálogo com pesquisas internacionais, porém afirma ser necessária uma busca pela autossuficiência e valorização dos trabalhos científicos brasileiros. Ao discutir sobre a internacionalização das atividades de pesquisa e sua publicação, afirma que:

(51) Nem sempre as revistas internacionais constituem o melhor veículo para informar o público-alvo (que no caso eram os médicos e a gente brasileira), nem sempre com acesso fácil a publicações estrangeiras e nem sempre com disposição para informar-se em uma língua que não é a sua. **Sempre fui de opinião** que um artigo científico ou de divulgação deve ser escrito na língua do público a que se destina: se a um auditório internacional, em idioma de uso internacional, sobretudo o inglês. **Mas, se quisermos ajudar nossos** patrícios com informações e experiências técnicas para dotá-los de maiores recursos para a luta pela saúde de nosso povo, há que se escrever em português, e pronto. Publicar artigos de interesse regional em inglês ou outro

idioma é preparar-se para dupla frustração, porque **será muito pouco lido aqui e despertará pouco interesse alhures**. Mesmo quando o trabalho a publicar for de interesse geral, mas **estamos empenhados** em que sirva à solução dos nossos problemas ou à elevação da cultura dos nossos médicos, manda o bom senso que se escreva em português (E25, 1999, p. 1, destaque nosso).

Ao se posicionar frente ao tema em questão, em (51), o editor adota um tom subjetivo, como podemos ver nos trechos em destaque: “sempre fui da opinião”, “se quisermos ajudar nossos patrícios”, “estamos empenhados”. De modo assertivo, o enunciador defende a preservação da língua vernácula nas publicações médicas e institui um discurso de resistência, utilizando uma estratégia descrita por Foucault (2006, p. 78), qual seja, suscitar “as linhas de fragilidade e os pontos de ataque possíveis” de um discurso. Sendo assim, o editor expõe um ponto frágil da prática monolíngue, afirmando que a publicação de artigos que tratam de temas regionais em inglês instancia uma “dupla frustração”: “será muito pouco lido aqui e despertará pouco interesse alhures”.

Os discursos dos editores, analisados nesta seção, reforçam algumas observações e questionamentos que surgiram ao longo de minhas leituras de artigos científicos publicados nos periódicos em pauta. Na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, por exemplo, observei que a maior parte de seus artigos apresenta estudos sobre doenças endêmicas brasileiras como a Zika, a Dengue, a Febre Amarela, a Malária e a Doença de Chagas, dentre outras. Esses dados suscitaram os seguintes questionamentos: Em que medida esses temas são relevantes para “ciência dos países desenvolvidos e seus leitores? A pertinência das pesquisas sobre os problemas de saúde da população brasileira não justificaria a publicação de artigos com uma versão em português? Qual seria o impacto social e científico dos artigos, publicados exclusivamente em inglês, no contexto nacional, visto que muitos pesquisadores e leitores ainda não possuem proficiência na leitura em inglês?

Essas questões levaram-me a considerar a possibilidade dos artigos, com temáticas endógenas, publicados apenas na língua do “outro”, permanecerem no limbo da invisibilidade tanto no contexto internacional como nacional. Acredito que a primeira forma de invisibilidade seria decorrente da falta de interesse do público estrangeiro por temas regionais, ao passo que a segunda forma seria provocada por uma barreira linguística, já que o inglês ainda não é uma língua franca, com o significado de “acesso irrestrito” para muitos pesquisadores brasileiros.

Em suma, vemos que os discursos dos editores dos periódicos *Cadernos de Saúde Pública* e *Revista de Saúde Pública*, *Revista do Instituto de Medicina Tropical* difundidos no final dos anos 1990, refutam o discurso do inglês como língua da ciência e defendem a ideia

de que a busca pela visibilidade internacional não deve obliterar a divulgação de textos científicos na língua nativa de seus autores.

É importante destacar que o posicionamento desses editores é respaldado pelo discurso oficial do Scielo, fundado em 1997, com uma política de publicação de artigos multilíngue, como vimos no capítulo 3. Por essa via, Meneghini e Packer (2007), fundadores do Scielo, problematizam a hegemonia do inglês no artigo intitulado *Is there science beyond English? Initiatives to increase the quality and visibility of non-English publications might help to break down language barriers in scientific communication*.

Os autores afirmam, nesse artigo, que uma das soluções para fomentar tanto a visibilidade internacional como a comunicação científica nacional seria a produção de duas versões do artigo: uma em português (ou língua nativa do autor) e outra em inglês. Como apontam Meneghini e Packer (2007), o bilinguismo nos periódicos seria uma forma de evitar o “declínio de outras línguas” na comunicação científica. Além disso, a publicação bilíngue, segundo os autores, resolveria o dilema que muitos pesquisadores enfrentam quando tentam atrair tanto o interesse nacional como o internacional.⁶⁴

A assimilação do discurso de publicações bilíngues nos periódicos nacionais foi observada nas orientações da revista *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*. Na análise de um artigo que versa sobre o processo de internacionalização da revista, verifiquei que a língua inglesa não adquire uma posição privilegiada em detrimento da língua vernácula. Nesse texto, os editores respondem às pressões pela internacionalidade da revista, dizendo que, apesar de a publicação de artigos em língua portuguesa ser indicada como o principal fator de discriminação pelos pares e editores estrangeiros, a revista decidia continuar aceitando artigos nesse idioma, que teriam uma versão em inglês. A justificativa para a adoção dessa política, conforme os editores, estaria ligada à dificuldade de muitos profissionais da saúde para acessar e/ou ler os artigos internacionais. Sendo assim, os artigos redigidos no idioma local seriam mantidos, a fim de fornecer as informações para os profissionais dessa área.

Nesse mesmo rumo, o *Jornal de Pediatria* publicou um editorial, em 2003, apresentando algumas ponderações com respeito às injunções para a publicação em língua inglesa *versus* as possibilidades e as demandas dos autores e leitores da revista. Nas palavras do editor:

⁶⁴ Como vimos no capítulo anterior, apesar de defender o multilinguismo, a partir de 2014, a política de internacionalização do Scielo estabeleceu uma porcentagem mínima de 80% para a publicação de artigos em inglês na área da saúde, demanda que, no meu ponto de vista, compromete sua política multilíngue.

(52) Os autores terão a liberdade de publicar no idioma que acharem mais adequado. Os artigos de revisão e os suplementos têm o objetivo de atualizar os leitores do *Jornal de Pediatria* em assuntos de grande interesse pediátrico e são dirigidos, principalmente, ao pediatra brasileiro e, portanto, serão sempre, obrigatoriamente, publicados em português, constando as versões em português e inglês na revista eletrônica. Com essas medidas, esperamos estar contentando os nossos dois mais importantes públicos-alvos: autores e leitores (E18, 2003, p. 1).

Em (52), percebe-se um enunciado-resposta às pressões pela internacionalização das revistas médicas, pautado num discurso de valorização do leitor brasileiro e no reconhecimento da missão do periódico em produzir e publicar para esse auditório. Esse posicionamento do editor é marcado pelo excerto: “são dirigidos, principalmente, ao pediatra brasileiro e, portanto, serão sempre, obrigatoriamente, publicados em português”.

Nesse mesmo período, em contraposição às políticas linguísticas dos periódicos supracitados, as revistas *São Paulo Medical Journal e Clinics* assimilam o discurso da internacionalização e, além de adotarem o inglês como a única língua de publicação, anunciam novos nomes para as revistas.

A mudança do nome *Revista Paulista de Medicina* para a forma anglófona *São Paulo Medical Journal*, por exemplo, foi registrada no seu site por meio do seguinte enunciado: “A revista *São Paulo Medical Journal* (anteriormente a *Revista Paulista de Medicina*) foi fundada em 1932 e é publicada a cada dois meses pela Associação Paulista de Medicina do Brasil”.⁶⁵ Quanto à revista *Clinics*, transcrevo abaixo o fragmento que anuncia essa reconfiguração:

(53) Este primeiro número de *CLINICS* comemora 60 anos de publicação ininterrupta deste que é o periódico Científico Oficial do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Nesta ocasião especial **abandonamos, ainda que relutantemente o nome pelo qual a Revista se tornou conhecida, para adotar um nome na língua franca da ciência**. A expectativa é tornar *CLINICS* mais acessível no mundo e, deste modo atingir nossa meta de torná-la uma revista de impacto internacional, dentro de um prazo possível. Nossa missão continua a mesma, ou seja, publicar ciência de qualidade de origem brasileira, e da área de abrangência do SCIELO, embora estejamos totalmente abertos a contribuições oriundas de qualquer parte do mundo (E5, 2005, p. 1, destaque nosso).

É interessante observar que, em (53), o editor apresenta justificativas para a iniciativa de mudar o nome da revista no ano de 2005. De início, percebe-se que o uso do advérbio “relutantemente” produz um efeito de sentido de resistência à troca de designação da *Revista do Hospital das Clínicas*, que marca a origem do periódico, para o nome *Clinics*. Em tom de lamento, o editor explica que “abandonou” esse título, a fim de “adotar um nome na língua franca da ciência”. De certa forma, acredito que esse trecho evidencia um conflito no meio

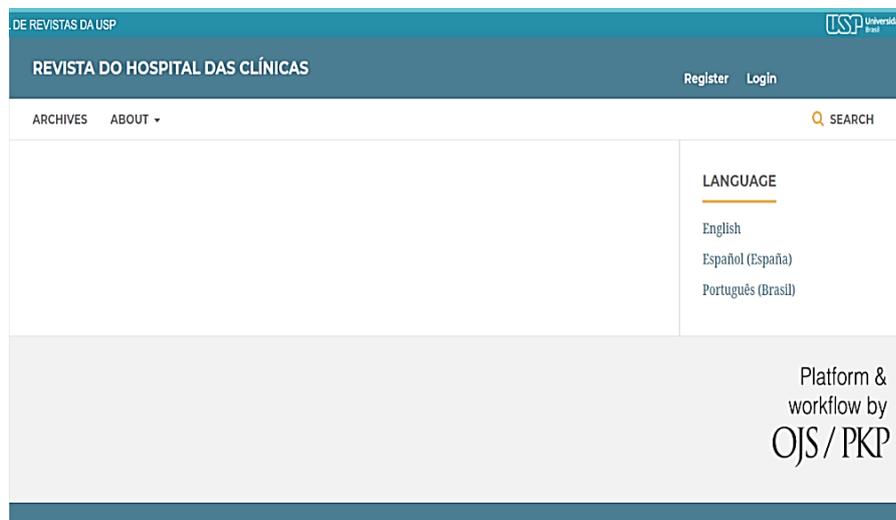
⁶⁵ Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/spmj/about/#instructions>. Acesso em: 20 abr. 2020.

editorial que, provocado pelo processo de internacionalização dos periódicos, é marcado por uma tensão e relação de força entre o local e o internacional, a língua vernácula e o inglês, e, no caso em tela, o nome de origem e o nome anglófono.

Nos termos bakhtinianos, essa transformação seria o resultado de uma força centrípeta que impõe aos periódicos o “abandono” do seu nome e língua de origem e a adesão de regras, valores e coerções vigentes no cronótopo da internacionalização. Tal fato denuncia também, como vimos anteriormente em Corrêa (2018), inspirado em Foucault, um movimento de obediência a uma vontade de verdade determinada nesse contexto.

Faz-se necessário dizer que, entre os periódicos monolíngues investigados, o único que preservou o seu nome de origem foi a revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. Com esses dados, verifica-se que o processo de internacionalização dos periódicos pode incidir na interdição e apagamento das marcas de uma identidade local, indicando que, na ordem de valoração dos editores, a visibilidade internacional é priorizada. Nesse sentido, destaco também as reconfigurações no *site* da revista *Clinics*, demonstradas nas figuras abaixo:

Figura 8 - Página inicial do site da revista do Hospital das Clínicas (atual *Clinics*)



Fonte: Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rhc/index>. Acesso em 20 mar. 2021.

Figura 9 - Página inicial do site da revista *Clinics*



Fonte: Disponível em: <https://www.Clinicsjournal.com/>. Acesso em : 20 de mar. 2021.

A comparação das duas figuras permite-nos observar algumas transformações nas páginas do periódico em cena, tais como: i) a mudança do nome da revista; ii) a exclusão dos idiomas espanhol e português, listados no lado direito da Figura 8; e iii) a inserção das métricas da *Clinics* (do lado direito da Figura 9). Vale destacar que a informação sobre o FI passou a integrar o formato da maior parte dos *sites* das revistas investigadas.

Traçados os posicionamentos dos editores em torno da língua de publicação dos periódicos, apresento, na sequência, as instruções que orientam o autor-pesquisador quanto ao idioma de publicação prescrito atualmente pelas revistas médicas investigadas.

5.2 As políticas linguísticas dos periódicos médicos: uma perspectiva sincrônica

Por meio do levantamento realizado nas normas de submissão dos dez periódicos selecionados para esta investigação, no ano de 2020, coletei as seguintes informações sobre as políticas linguísticas das revistas apresentadas no Quadro 7:

Quadro 7 - Idiomas prescritos para a submissão de artigos

Periódico	Idiomas aceitos para publicação
Memórias do Instituto Oswaldo Cruz Clinics São Paulo Medical Journal Jornal de Pediatria Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo	EXCLUSIVAMENTE EM INGLÊS
Arquivos Brasileiros de Cardiologia	PORTUGUÊS/INGLÊS
Revista de Saúde Pública Cadernos de Saúde Pública Epidemiologia e Serviços de Saúde	PORTUGUÊS/ INGLÊS/ESPANHOL
Ciência e Saúde Coletiva	PORTUGUÊS/ INGLÊS/ESPANHOL/ FRANCÊS

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora.

Os dados acima mostram que, apesar de a metade das revistas publicar todo o seu conteúdo exclusivamente em inglês, ainda há uma cultura multilíngue no campo da medicina, oriunda principalmente das revistas de Saúde Pública, predominando os textos em português com sua versão em inglês.

Com o intuito de ampliar a discussão sobre as orientações atuais em torno da língua de publicação, transcrevo abaixo as suas instruções. Começo com a exposição dos trechos dos periódicos bilíngues e multilíngues:

(54) Os Arquivos Brasileiros de Cardiologia é uma publicação bilíngue. Os artigos podem ser submetidos em língua portuguesa e/ou inglesa (ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA, 2020, n.p.).

(55) Serão aceitas contribuições em Português, Inglês ou Espanhol (CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n. p.).

(56) A revista aceita colaboração em espanhol, inglês e francês (CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA, 2020, n.p.).

(57) Serão acolhidos manuscritos redigidos em língua portuguesa (EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE, 2020, n.p.).

(58) São aceitos manuscritos nos idiomas: português, espanhol e inglês. **Artigos submetidos em português ou espanhol são traduzidos para o inglês e publicados nesses dois idiomas. Para artigos submetidos em inglês, não há tradução para o português ou espanhol** (REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p., destaque nosso).

Diante dessas instruções, percebe-se que a revista *Arquivos Brasileiros de Cardiologia* conservou a sua política bilíngue, abordada na seção anterior. Cabe aqui transcrever uma justificativa de seu editor para a preservação dessa política linguística:

(59) De acordo com o portal SciELO, os acessos aos artigos publicados em língua portuguesa nos Arquivos Brasileiros de Cardiologia, periódico que tem seus artigos indexados no portal tanto em português quanto em

inglês, somaram mais de 4,6 milhões de downloads em 2016, enquanto que o número de downloads para as publicações em língua inglesa dos mesmos trabalhos foram pouco mais de 2,9 milhões. O maior acesso aos artigos em português tanto para os artigos originais, como também para os artigos de divulgação e discussão do conhecimento, demonstra claramente a importância de manter as publicações em nossa língua para o melhor acesso dos nossos profissionais (E3, 2017, p. 283, destaque nosso).

Em (59), no trecho em destaque, o editor apresenta os dados, fornecidos pelo Scielo, para fundamentar e corroborar a política bilíngue da revista. Para ele, esses números demonstram a importância da manutenção das publicações em língua portuguesa para os países de cultura lusitana, bem como servem para evidenciar que a adoção do inglês como língua exclusiva de publicação das revistas médicas não incide, necessariamente, no aumento do seu FI. Esse argumento afigura-se como uma forma de resistência e defesa da preservação da língua nacional, que coloca em xeque o discurso de que as publicações em inglês elevam o FI das revistas brasileiras.

Quanto às instruções das demais revistas, inseridas na área de Saúde Pública, depreende-se uma diretriz editorial que adota a publicação de artigos escritos em português, inglês e espanhol. Vale observar que a instrução da revista *Epidemiologia e Serviços em Saúde* informa que aceita artigos apenas em português, todavia, ao visitar o *site* do periódico, verifiquei que os seus artigos são publicados em inglês, português e espanhol.

Já na instrução da *Revista de Saúde Pública*, transcrita no trecho (58), apesar de encontrarmos uma diretriz para a adoção de uma política multilíngue, é possível verificar um esclarecimento de que os artigos submetidos em português e espanhol seriam traduzidos para o inglês, enquanto uma tradução para esse idioma não era prevista nem exigida pela revista.

Esse procedimento pode ser interpretado como uma forma de privilegiar o idioma anglófono em detrimento do espanhol e da própria língua vernácula. Por outro lado, as instruções desse trecho indicam um reposicionamento do periódico com respeito ao idioma de publicação, distanciando-se do discurso propagado pelo ex-editor da revista, analisado, na seção precedente, através dos excertos (44), (45), (46) e (47), que combatem a hegemonia do inglês e defendem a preservação de outras línguas na comunicação científica.

Passemos agora para a análise das instruções dos periódicos monolíngues, transcritas abaixo:

(60) Os artigos submetidos devem ser escritos em inglês. Qualquer envio de artigo escrito em um idioma que não seja o inglês será devolvido aos autores. O inglês de baixa qualidade é uma das principais causas de atraso na publicação, por isso recomendamos enfaticamente aos autores que são falantes de inglês como língua estrangeira que tenham seus manuscritos revisados por falantes de inglês como primeira língua, preferencialmente um cientista (MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2020, n.p.).

(61) A partir de 9 de dezembro de 2019, os trabalhos devem ser enviados em inglês, pois serão publicados apenas em inglês. A grafia a adotada é a do inglês americano. [...] Por favor, escreva o seu texto em inglês de boa qualidade (o inglês americano é usado nesta revista). Os autores que sentirem necessidade de edição do manuscrito na língua inglesa, para eliminar possíveis erros gramaticais ou ortográficos de forma a atender à demanda do correto uso do inglês científico, podem contratar o Serviço de Edição da Língua Inglesa disponível no *WebShop* da Elsevier (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n.p.).

(62) A Revista aceita artigos em inglês nas áreas de saúde baseada em evidências [...] todos os artigos serão escrutinizados em seguida para checar quaisquer problemas com relação à sua redação, i.e., construção de sentenças, ortografia, gramática, problemas numéricos/estatísticos, referências bibliográficas e outros assuntos que possam aparecer, especialmente na seção de Métodos (SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL, 2020, n.p.).

(63) Os manuscritos devem ser submetidos apenas na língua inglesa inglês; portanto, aconselhamos enfaticamente aos autores, cujo inglês seja uma língua estrangeira que seus manuscritos sejam verificados por um cientista com inglês como primeira língua ou preferencialmente por uma das empresas especializadas propostas (REVISTA DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL DE SÃO PAULO, 2020, n.p.).

Ao lançar o olhar para tais instruções, encontramos enunciados que impõem a escrita do artigo em inglês para o autor-pesquisador. As revistas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* e *São Paulo Medical Journal* consolidam uma política linguística monolíngue, defendida pelo discurso de seus editores já na década de 1990, como foi descrito anteriormente. Contudo, é importante destacar que as instruções da revista do *Instituto de Medicina Tropical de São Paulo* afastam-se do discurso de seu editor fundador, que, como vimos no excerto (51), defende a manutenção do idioma vernáculo nas publicações da revista.

Foi possível verificar também que o *Jornal de Pediatria* modifica sua política linguística, por meio do enunciado (61): “a partir de 9 de dezembro de 2019, os trabalhos serão publicados apenas em inglês”. Nessa instrução, flagra-se um distanciamento do periódico de suas diretrizes editoriais propagadas no início dos anos 2000 (que priorizavam o leitor brasileiro) e da função da revista em publicar textos voltados para o público nacional.

É pertinente registrar que a revista *Clinics* não oferece instruções sobre o idioma dos artigos nas suas normas de submissão. Contudo, vale lembrar que, como foi mostrado no trecho (53), o seu processo de internacionalização implicou na adoção tanto da língua como de um nome anglófono. A ausência de informações sobre o idioma adotado nessa revista pode denunciar uma lacuna/falha na seção de instruções aos autores, ou uma omissão e silêncio deliberados, que indicam uma naturalização da prática de publicar artigos na língua inglesa.

Uma análise mais atenta das instruções em tela permite-nos flagrar um discurso que enfatiza a importância e a necessidade da utilização do estilo nativo da língua inglesa nos artigos da área médica. Ademais, nas instruções expressas nos trechos (60) e (63), por exemplo, encontramos uma recomendação para que a escrita em inglês seja revisada por um “cientista nativo”.

Uma das formas de atender a essa demanda, conforme a orientação dos periódicos em cena, consiste na terceirização da escrita em inglês, por meio da contratação de serviços de edição, oferecidos por editoras comerciais como a Elsevier. Sendo assim, nos trechos (60), (61) e (63), os editores prescrevem o apagamento do “acento” estrangeiro na redação do artigo em inglês, assumindo o posicionamento de que não é suficiente escrever em inglês, mas é necessário adotar o estilo de um falante/escrevente nativo.

É pertinente dizer que tal exigência dificulta a “entrada” do sujeito na “ordem discursiva da escrita científica” (RODRIGUES; SILVA, 2018) e funciona, na perspectiva foucaultiana, como um procedimento de interdição, que institui o direito privilegiado e exclusivo do falante nativo de inglês nas atividades de escrita e publicação de artigos nos periódicos internacionais. Com o objetivo de aprofundar essa discussão, passemos para a análise de artigos e editoriais que abordam a escrita dos artigos em inglês.

5.3 Prescrições e interdições em torno do estilo do artigo científico

Como temos discutido, a demanda crescente pela internacionalização e pela visibilidade dos artigos publicados nos periódicos nacionais impõe o uso da língua inglesa, que, por sua vez, provoca um redimensionado no estilo desse gênero. Esse cenário faz surgir, nos periódicos em análise, discursos orientadores que prescrevem e interditam certos modos de dizer e estilos de linguagem, que serão discutidos aqui.

Tomo, como ponto de partida, dois editoriais da revista *Clinics*, produzidos por um editor anglófono, com experiência na leitura e revisão de artigos em inglês, escritos por pesquisadores brasileiros. Vejamos os editoriais abaixo:

Figura 10 - Editoriais com orientações sobre a escrita de um artigo em língua inglesa



Fonte: MARLOW, M.A. 2014, 2016.⁶⁶

Nas figuras acima, é importante observar que esses textos foram escritos pelo mesmo editor e publicados na mesma revista nos anos 2014⁶⁷ e 2016. Com respeito aos seus respectivos títulos *Writing scientific articles like a native English speaker: top ten tips for Portuguese speakers*; 2) *Writing scientific articles like a native English speaker: concise writing for Portuguese speakers*,⁶⁸ aponto para os trechos (em negrito), repetidos nos dois editoriais.

A meu ver, a repetição de tal trecho funciona como uma forma de ratificar a demanda pela adoção do estilo linguístico de um falante/escrevente nativo, apresentada pelos editores nos trechos (60), (61) e (63). Essa demanda remete-nos ao “mito do falante nativo”

⁶⁶ MARLOW, M. A. Writing scientific articles like a native English speaker: top ten tips for Portuguese speakers. *Clinics*. São Paulo, v. 69, n. 3, p. 153-157, 2014; MARLOW, M. A. Writing scientific articles like a native English speaker: concise writing for Portuguese speakers. *Clinics*. São Paulo, v. 71, n. 12, p. 684-686, 2016.

⁶⁷ Convém observar que, durante o percurso de análise, foi possível verificar que o editorial da *Clinics* de 2014 é citado como um guia para a escrita científica nas referências bibliográficas de um importante periódico da área – *Brazilian Journal of Medical and Biological Research* – juntamente com outros manuais de estilo como o *Scientific Style and Format: The CSE Manual for Authors, Editors, and Publishers* e *Medical Style and Format*.

⁶⁸ 1) Escrevendo artigos científicos como um inglês nativo: dez dicas importantes para os falantes de português; 2) Escrevendo artigos científicos como um inglês nativo: redação concisa para falantes de português. (tradução nossa).

(HOLLIDAY, 2006), defendido nas abordagens de ensino de inglês, que buscam apagar os sotaques e as interferências da primeira língua nas atividades comunicativas dos aprendizes, tomando os modos de dizer nativos como balizas para o ensino desse idioma. Para Pennycook (1998), esse tipo de abordagem didática busca excluir as formas de dizer e as culturas não nativas que, muitas vezes, são avaliadas e rotuladas negativamente no ensino desse idioma. Apesar de as instruções dos editoriais em análise serem oriundas do contexto de publicação de artigos científicos, é possível observar a presença do “mito do falante nativo” nesse discurso orientador.

Tanto no editorial de 2014 como no de 2016, adota-se um estilo informal e interativo, a fim de apresentar algumas instruções sobre a escrita de artigos científicos na língua inglesa, afirmando-se que elas devem ser vistas como “dicas” e não como regras para a escrita. Entretanto, apesar do tom “sugestivo”, os editoriais publicados pela *Clinics* reverberam juízos de valor sobre idiomas, pesquisadores e suas formas de dizer, desvelando axiologias que reforçam a supremacia da língua inglesa. Vejamos com mais detalhes suas recomendações para compreender essa dimensão valorativa.

No editorial de 2014, elencam-se “os dez erros” mais comuns dos falantes/escreventes de português na produção de artigos científicos em língua inglesa, seguidos por uma série de “dez dicas”, que visam a auxiliar o autor-pesquisador em sua atividade de escrita. Desse modo, ao traçar um quadro comparativo entre os enunciados produzidos por nativos e não nativos, o editor estabelece uma distinção entre as formas de falar/escrever desses sujeitos, prescrevendo um estilo de linguagem.

É importante dizer que o discurso desse editorial assume um tom didático, aproximando-se, assim, dos manuais de escrita acadêmico-científica. Além disso, suas instruções apontam para concepção de escrita científica como um saber associado a um conjunto de habilidades linguísticas. Apresento, a seguir uma orientação desse editorial:⁶⁹

<p>(64) Avoid beginning sentences with “It is...” In Portuguese, phrases that are meant to give emphasis commonly begin as: “É importante...”, “Também é muito comum...”, “Há pouca atenção...” Many people directly translate these phrases as: “It is important...”, “Also, it is very common...”, “There is little attention...” Although these sentences are grammatically correct, they are weak and somewhat juvenile in structure (“The book is on the table”). One or two per section may be fine, but repeatedly using this sentence structure can diminish the perceived maturity of your work. These phrases can almost always be strengthened by rephrasing (or even directly reversing): Example 1:</p>

⁶⁹ Nesta seção, optei por transcrever os excertos em inglês no corpo do texto, colocando as traduções nas notas de rodapé, a fim de conservar as prescrições do editor em sua língua de origem.

Portuguese: “É importante destacar os trabalhos mais recentes que...”⁷⁰
 Weak English: “It is important to highlight the most recent works that”
 Strong English: “The most recent works that (...) are important to highlight” (E8, 2014, p. 153, destaque nosso).

Em (64), o editor deixa claro que as “inadequações” apontadas nos enunciados traduzidos do português para o inglês não apresentam problemas gramaticais, mas as reputa, no trecho em negrito, como estruturas linguísticas “fracas” e “juvenis”. Nesse editorial, há outros exemplos que estabelecem uma dicotomia entre os estilos “nativo” e “não nativo” na composição dos artigos científicos, dentre os quais, destaco a discussão desenvolvida em torno do uso da voz passiva no editorial publicado em 2014:

(65) Try to use the first person (“I” and “we”) as little as possible and exchange it with passive voice [...]. The suggestion to use passive voice here is directly related to Portuguese-English translation, in which the first person plural is often overused. Many phrases in Portuguese will begin with “we” assumed: “Encontramos vários tipos de mosquitos.” This phrase would directly translate to: “We found various types of mosquitos.” Many native English-speaking researchers will use “we” in their writing, quite often actually. However, there is a defined theory as to why passive voice is specifically used in the scientific literature and not in other types of written material in English. In general, passive voice is used to give emphasis to an object.⁷¹ (E8, 2014, p. 155-156).

⁷⁰ Evite começar frases com “It is...”. Em português, as frases utilizadas para dar ênfase geralmente começam como: “É importante...”, “Também é muito comum...”, “Há pouca atenção...”.

Muitas pessoas traduzem diretamente essas frases como: “It is important...”, “Also, it is very common...”, “There is little attention...”.

Embora sejam gramaticalmente corretas, essas frases são fracas e um tanto juvenis em sua estrutura (“The book is on the table”). Um ou dois usos por seção pode ser aceitável, mas usar essa estrutura repetidamente pode interferir na percepção de maturidade do seu trabalho. Essas frases quase sempre podem ser melhoradas com reformulações (ou inversões): Exemplo 1:

Português: “É importante destacar os trabalhos mais recentes que...”.

Inglês fraco: “It is important to highlight the most recent works that...”.

Inglês forte: “The most recent works that (...) are important to highlight.” (E8, 2014, p. 153).

⁷¹ Tente usar a primeira pessoa (“eu” e “nós”) o menos possível, trocando-a pela voz passiva [...]. A sugestão de usar a voz passiva aqui está diretamente ligada à tradução de textos do português para o inglês, nos quais a primeira pessoa do plural é frequentemente usada em excesso. Muitas frases em português começam com “nós”: “Encontramos vários tipos de mosquitos.”

Esta frase seria traduzida literalmente como:

“We found various types of mosquitos.”

Muitos pesquisadores nativos de língua inglesa usarão o pronome “nós” em seus textos com frequência. No entanto, há uma teoria que explica o uso da voz passiva especificamente na literatura científica, que não se aplica a outros tipos de material escrito em inglês. Em geral, a voz passiva é usada para dar ênfase a um objeto.

Nesse fragmento, desaconselha-se o uso das formas pronominais de primeira pessoa (I/We) e recomenda-se o uso da voz passiva, avaliada pelo editor como uma forma mais clássica e acadêmica. De um lado, esse discurso reverbera o tabu contra as marcas de subjetividade e interdita a menção do agente no texto científico, promovendo a ênfase no objeto investigado. De outro, evidencia a utilização excessiva da primeira pessoa do plural pelos autores de língua portuguesa, indicando a necessidade de evitar essa forma enunciativa na escrita de artigos científicos. É curioso, entretanto, que no editorial publicado em 2016 o uso da voz passiva é (re)avaliado e recomendado pelo editor, que apresenta a seguinte justificativa para essa mudança:

(66) Take the extra step to use active voice.

In the first editorial, I encouraged the use of passive voice [...]. There were two reasons for my initial support of passive voice. First, passive voice sounds more classic, just like an English accent. We take comfort in sounding more credible, i.e., more academic. But what we are actually doing is isolating ourselves from the wider audience by being boring and confusing it.

I am now a firm supporter of active voice in scientific writing. Active voice means the subject of your sentence performs the action, with the subject coming before the verb. This results in a more direct tone that is easier to read for all audiences. As an added bonus, it will reduce your word count⁷² (E9, 2016, p. 684).

No enunciado (66), o editor inicia a instrução explicando os motivos que o levaram a mudar de posição acerca do uso das vozes passiva e ativa nos artigos. Primeiramente, ele defende que, apesar de a voz passiva evocar um estilo mais “clássico” e “acadêmico”, essa forma linguística provoca certo distanciamento entre o autor e o leitor do artigo, produzindo um texto “cansativo e confuso”. Em outros termos, o editor passa a conceber a voz passiva como uma estrutura com o potencial de comprometer a concisão e a compreensão do texto, preconizando, assim, que ela seja substituída pela voz ativa.

A instrução transcrita em (66) vai de encontro ao discurso orientador apresentado no trecho (65), no qual o editor interdita o uso da primeira pessoa do plural. Na publicação de 2016, o editor passa a considerar a voz ativa como uma forma de i) marcar o posicionamento do(s) autor(es) em seus textos, ii) estabelecer uma aproximação com os seus leitores e iii) favorecer a concisão e legibilidade do artigo científico.

Acredito que essas reconfigurações nos aspectos linguísticos e enunciativos da escrita científica, explicitadas pela comparação dos trechos (65) e (66), demonstram, por um lado,

⁷² Dê um passo extra para usar a voz ativa. No primeiro editorial, encorajei o uso da voz passiva [...]. Havia duas razões para o meu apoio inicial à voz passiva. Primeiro, a voz passiva soa mais clássica, assim como um sotaque inglês. É mais cômodo parecer mais confiável, ou seja, mais acadêmico. Mas o que estamos realmente fazendo [com o uso da voz passiva] é nos isolando do público mais amplo, sendo chato e confuso. Agora sou um firme defensor da voz ativa na escrita científica. A voz ativa significa que o sujeito realiza a ação, com o sujeito antecedendo o verbo. Isso resulta num tom mais direto e numa leitura mais fácil para todos os públicos. Como bônus, reduzirá sua contagem de palavras (E9, 2016, p. 684).

como os discursos normativos sobre a escrita acadêmica se constituem como construções sociais e ideológicas passíveis de mudanças e “expirações”, reforçando um dos pressupostos desta pesquisa de que as normas não são atemporais e estáveis. De outro lado, essa reconfiguração pode ser compreendida como uma influência dos manuais de estilo de escrita da língua inglesa nas orientações dos editores. Para explicar o que acabo de dizer, remeto-me às referências bibliográficas do editorial publicado em 2016:

Figura 11 - Referências bibliográficas do editorial da *Clinics*

■ ACKNOWLEDGMENTS

The author thanks Lee Riley of the University of California, Berkeley, and Jeremy Sobel, Patricia Griffin, and Antonio Vieira of the Centers for Disease Control and Prevention for their valuable contributions to this editorial and mentorship.

■ REFERENCES

1. Marlow, MA. Writing scientific articles like a native English speaker: top ten tips for Portuguese speakers. *CLINICS*. 2014;69(3):153-7, [http://dx.doi.org/10.6061/clinics/2014\(03\)01](http://dx.doi.org/10.6061/clinics/2014(03)01).
2. National Institutes of Health. Plain Language Training. Available at: <https://plainlanguage.nih.gov/CBTs/PlainLanguage/login.asp>.
3. Zinsser, WK. *On writing well: the classic guide to writing nonfiction*. New York: HarperCollins; 2006.

Fonte: MARLOW, M. A. 2016 (destaque nosso) .⁷³

Pode-se identificar, na referência em destaque, o manual de estilo *On writing well: the classic guide to writing nonfiction*. Numa leitura rápida desse manual, foi possível flagrar o incentivo do autor para o uso da voz ativa nos textos de diferentes esferas de atividades, como se vê nas frases: “Therefore, I urge people to write in the first person: to use ‘I’ and ‘me’ and ‘we’ and ‘us’; “believe in your own identity”; “writing is as act of ego, and you might as well admit it” (ZINSSER, 2006, p. 19).⁷⁴

Essa discussão em torno do uso das vozes ativa e passiva é corroborada por Gustavii (2017), em seu livro intitulado *Como escrever e ilustrar um artigo científico*, no qual o autor associa a utilização da voz passiva nos textos científicos ao preceito, propagado nessa esfera, de que a escrita científica com os pronomes em 1ª pessoa poderia ser vista e avaliada pelos

⁷³ MARLOW, M. A. Writing scientific articles like a native English speaker: concise writing for Portuguese speakers. *Clinics*. São Paulo, v. 71, n. 12, p. 684-686. 2016.

⁷⁴ Portanto, insisto para que as pessoas escrevam na primeira pessoa: usem o ‘eu’, ‘me’ e ‘nós’; “acreditem em sua própria identidade”; “escrever é um ato do ego, e você pode admitir isso” (ZINSSER, 2006, p. 19).

leitores como um estilo pretencioso e indelicado. Como contraponto a essa regra, a voz ativa é apresentada no manual de Gustavii como um recurso linguístico facilitador da leitura dos textos científicos e uma forma estilística que expressa um ato de coragem do escrevente, pois, nas palavras do autor,

Os cientistas atuais ousam fazer o mesmo que Watson e Crick, lá em 1953, tiveram coragem de fazer na frase de abertura de seu clássico sobre a estrutura do DNA - dizer nós: *nós gostaríamos de sugerir...*, que é mais fácil de ler e mais sintético que a passiva: Nesta carta, faz-se uma sugestão... (GUSTAVII, 2017, p. 21-22, destaque do autor).

Percebe-se, assim, no trecho precedente que a utilização dos pronomes de primeira pessoa, frequentemente banidos no estilo da escrita científica, passam a ser recomendados nos discursos normativos da área médica como uma forma de expressar o posicionamento e a responsabilidade do autor pelo seu dizer.⁷⁵ Tais orientações contrariam as normas que propagam o apagamento enunciativo e, em certa medida, transgridem o tabu contra a subjetividade nos textos acadêmico-científicos.

É importante dizer que, como aponta Reutner (2015), vários estudos relativizam as abordagens universalizantes da linguagem científica que postulam convenções estilísticas, tais como o apagamento enunciativo e a neutralidade emocional e afetiva, como traços estilísticos gerais. Dentre as razões citadas para explicar a infração desse tabu, a pesquisadora destaca a necessidade do autor “de construir um eu discernível em seu texto para sinalizar sua contribuição para o assunto e ampliar o seu prestígio” (REUTNER, 2015, p. 276).

Convém registrar, aqui, que, embora as formas passivas sejam muito usadas nos textos científicos para produzir sentidos de impessoalidade e neutralidade, no percurso desta investigação, observei o uso de pronomes de primeira pessoa (I/we), em artigos publicados nos periódicos monolíngues em pauta. Acredito que o uso de tais formas reflete uma prática enunciativa utilizada pelos autores de artigos científicos de centros anglófonos, e que, em grande medida, tem influenciado e reconfigurado o posicionamento dos editores e as instruções dos periódicos nacionais sobre a questão da subjetividade na escrita científica. Para corroborar essa percepção, apresento trechos extraídos de um artigo publicado na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*:

⁷⁵ Do ponto de vista enunciativo-discursivo, sabemos que tais formas linguísticas criam um efeito de sentido de posicionamento e responsabilidade do autor.

Figura 12 - Trechos de um artigo de revisão da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*

REVIEW Mem Inst Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Vol. 116: e200314, 2021 1|8

Why do we still have not a vaccine against Chagas disease?

Erney Plessmann Camargo^{1/4}, Ricardo Tostes Gazzinelli²,
Carlos Médicis Morel³, Alexander Roberto Precioso⁴

¹Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
²Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
³Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz, Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
⁴Instituto Butantan, Centro de Segurança Clínica e Gestão de Riscos, São Paulo, SP, Brasil

This review does not intend to convey detailed experimental or bibliographic data. Instead, it expresses the informal authors' personal views on topics that range from basic research on antigens and experimental models for *Trypanosoma cruzi* infection to vaccine prospects and vaccine production. The review also includes general aspects of Chagas' disease control and international and national policies on the subject. The authors contributed equally to the paper.

Key words: Chagas disease control - prophylactic vaccines - therapeutic vaccines - vaccines production - vaccines evaluation

Science, markets, and health policies: facilitators or barriers to a Chagas disease vaccine?

Carlos Médicis Morel

I was introduced to the fascinating field of Chagas disease and *T. cruzi* back in the 70s, thanks to my colleague Isaac Roitman at the Cell Biology Dept (CEL) of the Institute of Biology of the University of Brasilia (UnB). It was Isaac who convinced me to attend the 1975 Caxambu meeting on Basic Research in Chagas Disease. Listening to an instigating talk by Zigman Brenner, urging participants to develop practical ways to characterise and differentiate the several "strains" of *T. cruzi* he kept at his laboratory, I was "hooked" by his challenge. I left Caxambu with a fresh idea in my mind: "Would the molecular biology techniques that I learned during my stay at the Institut Suisse de Recherches Expérimentales sur Le Cancer (ISREC) in Lausanne, Switzerland, and was adapting to our lab at the CEL/UnB, be of any help?" In collaboration with Isaac, Erney (then at the "Escola Paulista de Medicina" in São Paulo), Alvaro Romanha at the René Rachou Centre (Fiocruz), Belo Horizonte, and Larry Simpson at the University of California in Los Angeles, this idea soon turned into a reality.⁽⁷⁾ Characterising kinetoplastid pathogens became my major research area in the next 20 years and the driving force behind the Biochemistry and Molecular Biology Dept (DBBM) I created and directed at the Oswaldo Cruz Institute (IOC/Fiocruz), from 1978 until 1993, when I became Fiocruz President.

Fonte: CAMARGO *et al.* 2021⁷⁶ (destaque nosso).

⁷⁶ Why do we still have not a vaccine against Chagas disease? *Mem Inst Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v. 116, p. 1-8, 2021.

O tom subjetivo desse artigo de revisão é anunciado no seu título *Why do we still have not a vaccine against Chagas disease?*,⁷⁷ e é reforçado no corpo do texto. Nos trechos em destaque, o autor faz uso de recursos linguísticos que destoam do estilo científico utilizado pela maioria dos artigos da área.

Flagra-se, assim, o uso de pronomes de primeira pessoa “I”, “my”, termos avaliativos “fascinating field” e termos coloquiais como “hooked”, com o intuito de descrever a experiência pessoal de um dos autores com as pesquisas acerca do objeto apresentado. A meu ver, por mais que se possa argumentar que esse texto não retrate os paradigmas estilísticos instituídos e legitimados para a escrita científica, é plausível dizer que ele sinaliza uma tendência para a expressão subjetiva dos pesquisadores, demonstrando que os artigos científicos não se caracterizam apenas por declarações objetivas e impessoais. Acredito que esse exemplo fortalece também a ideia de que até os gêneros mais formais e oficiais admitem mudanças (BAKHTIN, 2016).

Convém dizer, todavia, que os artigos de revisão são restritos aos especialistas de uma determinada área, como veremos mais adiante neste trabalho. Logo, não é um gênero escrito e publicado por pesquisadores neófitos e o seu tom subjetivo é lastreado pela posição de seus autores. Essa questão pode ser comprovada na última linha do fragmento da Figura 12, quando o autor explicita sua posição de poder através do enunciado: “When I became Fiocruz Presidente”.⁷⁸

Retomando as orientações apresentadas no editorial da *Clinics*, publicado em 2016, verifiquei que a utilização do inglês nos artigos científicos está associada a um estilo de escrita conciso, como pode ser ilustrado nos trechos abaixo:

(67) Above all, remember that the underlying principle in scientific writing in English is “less is more”. This concept varies greatly from the principle underlying most formal Portuguese writing, in which you must be elaborate to be understood”⁷⁹ (E8, 2014, p. 156).

(68) Remove unnecessary nouns and adjectives.

Before translating to English, identify phrases that could be expressed with a single word.

Example: *Patient required intubation and mechanical ventilation.*

A patient who requires mechanical ventilation would have to be intubated. The fact that the patient was intubated is therefore unnecessary information: *Patient required mechanical ventilation*⁸⁰ (E9, 2016, p. 685).

⁷⁷ Por que ainda não temos uma vacina para a doença de Chagas?

⁷⁸ “Quando me tornei presidente da Fiocruz”.

⁷⁹ (70) Acima de tudo, lembre-se de que o princípio subjacente à escrita científica em inglês é de que 'menos é mais'. Esse conceito varia muito do princípio subjacente à escrita mais formal em português, na qual você deve detalhar para ser compreendido (E8, 2014, p. 156).

⁸⁰ Remova substantivos e adjetivos desnecessários. Antes de traduzir para o inglês, identifique as frases que possam ser expressas por uma única palavra. Exemplo: *o paciente necessitou de intubação e ventilação mecânica*. Um paciente que necessite de ventilação mecânica teria que ser intubado. O fato de o paciente ter sido intubado é, portanto, uma informação desnecessária: *O paciente necessitou de ventilação mecânica*. (E9, 2016, p. 685).

(69) Remove unnecessary verbs.

Examples: *Realizar entrevistas* can be reworded as *entrevistar*:

Depois do consentimento, realizamos entrevistas com os responsáveis das crianças.

Depois do consentimento, entrevistamos os responsáveis das crianças.

Other common verb phrases

Fazer uma análise – *analisar*.

Conduzir um exame – *examinar*.

Realizar um estudo – *estudar*⁸¹ (E9, 2016, p. 685).

(70) Now go back and cut, cut, cut, and then cut some more. Cut not only unnecessary words, but also unnecessary content. Do your readers need to know that the disease was first discovered in 1967? Do they really?⁸² (E9, 2016, p. 686).

Como disse no início desta análise, as recomendações dos editoriais da *Clinics* surgem como uma resposta aos “erros” mais comuns de pesquisadores brasileiros que escrevem em inglês. Há, entretanto, nessas orientações, como se vê no trecho (67), um discurso construído sob a dicotomia entre a língua nativa/não nativa, em que a influência da primeira, neste caso, a língua portuguesa, é avaliada como prejudicial no processo de escrita em inglês.

Em outros termos, o estilo “elaborado” e “detalhado” do português é avaliado de forma negativa pelos editoriais em análise, já que compromete a concisão do texto. Desse modo, ao considerar tais dados em torno dos recursos estilísticos prescritos para a produção do artigo, apreende-se uma estigmatização de formas de dizer de pesquisadores falantes de português.

Diante disso, parece pertinente levantar as seguintes indagações: A exigência por um inglês nativo na escrita do artigo seria uma forma de fomentar o preconceito contra os autores não nativos? Quais são as implicações de tal exigência nos discursos orientadores dos periódicos médicos? Abordarei essas questões na próxima seção.

5.4 A dicotomia entre os escreventes nativos e não nativos de inglês: a visão dos editores

Durante a investigação, foi possível constatar orientações e posicionamentos dos editores acerca das dificuldades dos escreventes não nativos na produção e publicação de artigos em periódicos internacionais. Sendo assim, nesta seção, trato da dicotomia entre os escreventes nativos e não nativos, buscando compreender suas implicações nos discursos

⁸¹ Remova os verbos desnecessários. Exemplos: *Realizar entrevistas* pode ser substituído por *entrevistar*: *Depois do consentimento, realizamos entrevistas com os responsáveis das crianças. Depois do consentimento, entrevistamos os responsáveis das crianças.* Outras locuções comuns: *Fazer uma análise* – *analisar*. *Conduzir um exame* – *examinar*. *Realizar um estudo* – *estudar*. (E9, 2016, p. 684).

⁸² Reduza não apenas palavras desnecessárias, mas também conteúdos desnecessários. Os seus leitores precisam realmente saber que a doença foi descoberta em 1967? (E9, 2016, p. 686).

orientadores das revistas. Para elucidar a tarefa analítica desta seção, apresento, brevemente, o posicionamento de alguns pesquisadores da escrita científica que têm debatido o tema em exame.

5.4.1 Os mitos da desvantagem do escrevente não nativo e os seus contrapontos

Começo abordando os dois mitos, apresentados por Hyland (2016), em torno do escrevente não nativo. O primeiro diz respeito à suposta vantagem que os pesquisadores nativos possuem na escrita científica, visto que adquirem a linguagem de forma natural, enquanto aqueles que usam o inglês como segunda língua precisam de uma educação formal para utilizá-la. O segundo mito, para o autor, refere-se ao preconceito linguístico dos editores e revisores com os textos dos autores não nativos.

Para defender essa visão, Hyland (2016) argumenta que o inglês acadêmico-científico possui regras e convenções que impõem dificuldades semelhantes tanto para os nativos como para os não nativos, demandando, assim, uma aprendizagem formal de ambos. Outro argumento apresentado pelo autor é a existência de desvantagens mais significativas do que os aspectos linguísticos, como isolamento físico, acadêmico e financeiro. No dizer do autor, as barreiras físicas e financeiras podem ser maiores do que as linguísticas, embora o estereótipo de falante não nativo seja frequentemente invocado para explicar a sua dificuldade e vulnerabilidade no processo de escrita científica (HYLAND, 2016).

Rajagopalan (2005) e Flowerdew (2019) também apontam o peso dos problemas financeiros e geográficos no processo de escrita e publicação de artigos. Entretanto, eles defendem que tais aspectos não ofuscam e/ou descartam os desafios e as dificuldades linguísticas dos pesquisadores não nativos. Apoiando-se no dizer de Van Dijk (1994), Flowerdew (2001) alerta que os autores não nativos possuem “a tripla desvantagem de ter que ler, pesquisar e escrever em outro idioma”.⁸³ Ainda para esse autor é surpreendente que estudiosos da linguagem acadêmico-científica minimizem a importância da competência linguística na escrita de artigos para a publicação, pois, embora possa haver especificidades na linguagem/escrita científica, também haverá algum tipo de competência geral que, sem dúvida, é um aspecto desafiador para o escrevente não nativo.

Na visão de Flowerdew (2019), com a qual partilho, os escreventes precisam ter um bom domínio da ortografia, da sintaxe, do léxico, do sistema de modalidades e de outros

⁸³ Van Dijk (1994), for example, has talked of “the triple disadvantage of having to read, do research and write in another language” (FLOWERDEW, 2001, p. 122).

elementos formais da língua inglesa na prática de escrita científica. Desse modo, a diferença entre os escreventes nativos e não nativos é que aqueles adquirem o sistema linguístico na vida cotidiana e em sua escolaridade, tornando-os mais confiantes e seguros no seu processo de escrita, ao passo que o não nativo apresenta maior dificuldade no uso de certas estruturas da língua e, conseqüentemente, terá mais necessidade de buscar algum tipo de ajuda para saná-las.

Vale destacar, também, que o mito da desvantagem linguística, como bem pontua Flowerdew (2019), poderia ter maior peso se fosse apresentado por um pesquisador não anglófono. Nesse sentido, remeto-me a um comentário (de autoria não identificada), citado em Flowerdew (2019), no qual se considera como um ultraje aos pesquisadores não nativos a postura de autores e editores, cuja língua nativa é o inglês, (i) defender a inexistência do privilégio de escreventes nativos nas publicações internacionais e (ii) declarar, como um equívoco, a crença de que exista uma dificuldade maior entre os escreventes não nativos.

Como contraponto ao mito do preconceito editorial, Flowerdew (2001, 2019) e Rajagopalan (2005) têm alertado para as dificuldades que os pesquisadores dos países não anglófonos enfrentam no processo de submissão de artigos para a publicação, devido à barreira linguística e à discriminação – intencional ou não – por parte dos editores de periódicos internacionais. No dizer de Rajagopalan (2005, p. 136), os pesquisadores dos países não anglófonos são vítimas das políticas discriminatórias impostas pelas revistas científicas monolíngues e, desse modo, muitos trabalhos “são rejeitados pelo simples motivo de não terem sido escritos em inglês digno de um nativo”.

As orientações dos periódicos monolíngues, transcritas nos trechos (60), (61), (62) e (63) confirmam as exigências dos editores para a utilização de um inglês nativo. Nessa direção, as instruções dos editoriais da revista *Clinics*, como vimos em (64) e (69), desvelam uma interdição de formas de dizer em português, posto que determinadas construções sintáticas, apropriadas nessa língua vernácula, são vistas como problemáticas na escrita científica em inglês.

Tais instruções destacam a necessidade de apagamento das interferências da língua nativa do escrevente e, segundo penso, reforçam o imperialismo linguístico, no qual se elege uma língua em detrimento de outras. Cabe lembrar que a hegemonia do inglês não está associada aos seus méritos linguísticos, porque não há nada de melhor ou superior na gramática do inglês ou nas formas de dizer de seus falantes nativos. Portanto, como disse em outra parte deste trabalho, a posição do inglês no campo científico está fundamentada em aspectos econômicos, políticos e sociais.

Segundo Phillipson (2012), a língua inglesa tem preservado sua supremacia linguística por meio da estigmatização das línguas dominadas e a glorificação da língua dominante. Nessa via, a posição de falante nativo funciona como uma forma de capital linguístico, que facilita a sua inserção na escrita científica e a publicação de artigos nos periódicos internacionais.

Feitas essas observações, voltemos para a análise do *corpus*, a fim de verificar como os editores se posicionam em torno da escrita nativa/não nativa e do preconceito editorial.

5.4.2 As implicações da dicotomia entre o escrevente nativo e não nativo nas orientações para a escrita do artigo científico

No material coletado, encontrei o artigo *Publicações científicas e as relações Norte-Sul: racismo editorial?*, que, como mostra o título, levanta questionamentos em torno da injustiça e do preconceito linguístico/geográfico contra os artigos de pesquisadores não nativos em inglês.

Nesse texto, os editores abordam, inicialmente, o desequilíbrio nas publicações científicas internacionais entre pesquisadores, descrevendo um estudo cujos resultados demonstram que 75% dos entrevistados atribuem a desigualdade nas publicações científicas ao preconceito de editores de revistas internacionais contra os autores do Sul. A partir dos dados, os editores apresentam algumas recomendações sobre a escrita do artigo com o intuito de diminuir as desigualdades entre autores nativos e não nativos no exterior.

Como forma de legitimar seu discurso orientador, os editores informam que as instruções apresentadas no artigo são formuladas com base na prática editorial do primeiro autor na avaliação de “artigos do Sul”, descrevendo a sua experiência e posição como i) editor associado internacional do *American Journal of Public Health*, ii) consultor editorial da revista *The Lancet* e iii) membro do conselho editorial da *Revista de Saúde Pública*.

Partindo desse *status* de um dos autores, o artigo em tela apresenta alguns aspectos que, na visão dos editores, interferem na qualidade do artigo científico. Vejamos:

(71) O primeiro problema é a qualidade da redação. Muitos artigos submetidos por autores brasileiros apresentam sérios problemas de redação em inglês. A má redação coloca o editor ou revisor, *a priori*, em uma posição de rejeição [...]. Grupos de pesquisa que desejam aumentar sua projeção internacional devem pensar seriamente em contratar redatores científicos especializados, se possível, cuja língua nativa seja o inglês (A15, 2006, p. 39).

(72) O segundo problema é a falta de empatia com o leitor (ou, em uma fase inicial, com o editor e revisores). Ao descrever uma pesquisa brasileira na literatura internacional, o autor deve se questionar se um leitor de fora do Brasil conseguiria entender o texto. Isso vale para questões específicas, como, por exemplo, explicar o que é o salário-mínimo utilizado para caracterizar renda familiar, ou detalhar a localização e características da área geográfica onde foi realizado o estudo. Isso vale também para questões gerais: qual seria o interesse de uma revista internacional em publicar um estudo brasileiro? (A15, 2006, p. 39).

(73) A terceira questão é de forma. Todo editor gosta de receber artigos que sigam rigorosamente as normas de preparação de manuscrito da revista. Por exemplo, se o resumo deve ou não ser estruturado, a informação contida na página de rosto, o formato das referências, os títulos das seções do manuscrito, entre outros. [...] Ainda dentro da questão formal, **o tamanho do artigo é importante. Em geral, editores preferem publicar artigos curtos, pois é possível incluir um maior número de trabalhos em um número fixo de páginas. Por questões culturais, que fogem do escopo deste trabalho, parece que autores de origem latina tendem a ser prolixos, pelo menos do ponto de vista dos anglo-saxões. Isso resulta, por exemplo, em seções de Introdução e de Discussão extremamente longas. Esse pode ser um erro fatal, pois o editor se pergunta se vale a pena enviar um artigo tão extenso para revisão, muitas vezes optando pela recusa sumária** (A15, 2006, p. 39-40, destaque nosso).

Nos enunciados (71), (72) e (73), os editores apontam três problemas que comprometem a qualidade do artigo científico e ameaçam a sua publicação. O primeiro é de ordem linguística, ou seja, refere-se à “qualidade da redação em inglês”. Sobre isso, verifica-se que a única recomendação dos editores para sanar o problema consiste na contratação de redatores científicos nativos em inglês para a revisão do texto, reforçando, portanto, as prescrições dos periódicos monolíngues expostas anteriormente.

O segundo problema está relacionado com a interação autor/leitor e o conteúdo temático dos artigos, uma vez que, como se vê no fragmento (72), os editores abordam questões como a “falta de empatia do autor” – com o editor e o leitor – ao abordar temas específicos da realidade brasileira. A abordagem desse problema permite-nos entrever em (72) certa restrição e controle diante de temáticas brasileiras na publicação internacional, sob a justificativa de comprometer a inteligibilidade dos artigos pelo público e não despertar o interesse dos leitores estrangeiros.

Na esteira dos problemas para a publicação, os editores, em outra parte desse artigo, advertem que a produção de pesquisas qualitativas, principalmente na área de Saúde Pública, interfere no processo de publicação, já que esse tipo de pesquisa é menos valorizado nos periódicos médicos internacionais. Nessa direção, assinalam que os trabalhos, com foco em aspectos biológicos, são mais adequados para publicações internacionais, devido ao seu maior potencial de generalização para outros contextos.

O terceiro problema listado pelos editores está atrelado à estrutura do artigo e às normas de composição prescritas pelos periódicos. Nota-se que, no excerto sublinhado em (73), os editores alertam que o tamanho do artigo interfere no seu processo de aprovação e publicação, afirmando que os escritores de origem latina são vistos pelos anglo-saxões como “prolixos e produtores de textos extensos”; característica estilística apontada como um erro fatal e responsável pela recusa de artigos.

Importa-me também nessa análise salientar a ordem de apresentação dos problemas que interferem na qualidade do artigo. Na minha leitura, essa ordenação (intencional ou não),

situando as questões linguísticas num primeiro plano, seguidas pelos problemas com o conteúdo e a forma dos artigos, é indicativa da relevância desses elementos na ótica dos editores. Observa-se que a menção da questão metodológica como um dos pontos para a avaliação da qualidade do artigo só aparece de forma tangencial nas palavras finais dos editores, como se vê no trecho destacado em (74):

(74): Atualmente, na maior parte das revistas internacionais de qualidade, 90% ou mais dos artigos são rejeitados imediatamente sem revisão externa. Os editores tomam essa decisão rapidamente, sem ler todo o artigo. Os critérios utilizados incluem a aparente qualidade do artigo (baseada na redação e forma, **mas também na metodologia e sua extensão**) e seu presumido interesse para os leitores da revista (A15, 2006, p. 40, destaque nosso).

Nesse trecho, apresentam-se os parâmetros para a rejeição de artigos submetidos para a publicação em revistas internacionais, indicando-se, mais uma vez, em primeiro lugar, “a redação e a forma”, seguidos pela “metodologia e o presumido interesse do leitor” pelo artigo. A ênfase em torno dos aspectos linguísticos e formais do artigo em detrimento das questões metodológicas é indicativa de seu peso na avaliação dos artigos pelos editores.

O conjunto de enunciados orientadores, apresentados nesta seção, revelam a existência de uma barreira linguística para a publicação de artigos de autores não nativos em periódicos médicos. Nesses dados, verificam-se as exigências das revistas monolíngues na adoção de um estilo de linguagem utilizado por pesquisadores nativos, colocando em evidência uma política linguística excludente, que rejeita marcas e características de uma língua estrangeira.

Percebe-se, também, que a demanda das revistas pela tradução e revisão do artigo por nativos em inglês reforça a desigualdade entre os pesquisadores e dificulta a produção e publicação de artigos de autores não anglófonos. Portanto, tais dados depõem contra a ideia dos mitos da desvantagem do escrevente não nativo e do preconceito editorial, defendida por Hyland (2016).

Antes de finalizar esta parte do trabalho, vale aqui a remissão a Subtirelu (2016), para quem a negação do preconceito e da injustiça linguística na esfera acadêmico-científica é uma maneira de proteger os privilégios, impedindo iniciativas e ações que os combatam. Considerando isso, reforço o papel dos pesquisadores da Linguística Aplicada na produção de trabalhos que assumam uma postura crítica, problematizando e denunciando todo tipo de preconceito linguístico.

5.5 Características e valores estilísticos prescritos para a escrita do artigo científico

O estilo, conforme Bakhtin (2016), pode ser compreendido como a expressão da individualidade do falante/escrevente, mas pode ser definido também pelo próprio gênero do discurso. Ou seja, sem desconsiderar a dimensão individual do estilo, o filósofo nos mostra que todo estilo está ligado a um gênero do discurso e nem todos os gêneros favorecem a expressão da individualidade do falante/escrevente. Alguns gêneros, portanto, como o artigo científico, requerem uma forma padronizada, levando o escrevente a se adequar às suas coerções e ao seu estilo.

Sendo assim, o estilo do gênero artigo é resultado de uma elaboração sócio-histórica e se constitui numa estreita relação com as práticas científicas de um determinado campo do conhecimento, refletindo-as na materialidade textual desse gênero. Sob a ótica bakhtiniana, pode-se dizer que o campo da medicina gera determinados “tipos de enunciados estilísticos relativamente estáveis” (BAKHTIN, 2016, p. 18), visto que o estilo, a forma e o conteúdo temático desses gêneros acompanham a dinâmica das pesquisas e dos paradigmas científicos da área.

As análises precedentes do *corpus* reforçam esse princípio teórico, demonstrando algumas reconfigurações no gênero artigo, engendradas pelo cronótopo da internacionalização, dentre as quais destaco: a adoção da língua inglesa e a promoção de características estilísticas como a concisão e a objetividade.

Nesta seção, atendo-me um pouco mais nas orientações em torno da objetividade, da concisão e da reprodutibilidade dos artigos, a fim de verificar de que forma tais valores são concebidos e materializados nas orientações dos periódicos. Antes de proceder à análise, é importante tecer algumas considerações teóricas sobre o estilo da linguagem científica.

Conforme Possenti (2009), a ciência está atrelada à linguagem, pois não haveria conhecimento se não houvesse a linguagem. Nessa via, teóricos como Kuhn (2018, p. 133), Latour e Woolgar (1997) mostram que o percurso da ciência foi registrado por meio de gêneros escritos.

Para ilustrar esse pensamento, Kuhn (2018) descreve que Lavoisier, em seu processo de descobertas, registrava suas convicções em notas lacradas e as depositava junto ao secretário da Academia Francesa. Latour e Woolgar (1997) também sublinham a importância dos gêneros escritos nas atividades científicas, demonstrando que todo o trabalho de pesquisa visa à produção de artigos científicos. Tais autores veem a ciência como uma prática de

construção de enunciados escritos, que buscam convencer e persuadir seus interlocutores sobre determinados fatos, por meio da utilização de certas formas e estilos de linguagem.

Nesse sentido, Latour e Woolgar (1997) e Latour (2011) assinalam que um fato científico é materializado linguisticamente pela ausência de modalizações. Ou seja, conforme os autores, o estilo da asserção “*A estrutura primária do hormônio liberador do hormônio de crescimento (GHRH) é Val-His-Leu-Ser-Ala-Glu-Glu-Lys-Glu-Ala*” exemplifica um tipo de enunciado que expressa um fato, pois o seu leitor não encontra vestígio de autoria, interpretação, tempo e espaço. Entretanto, como assinala Latour (2011, p. 30), é preciso lembrar que os textos científicos não são “uma dádiva divina”, mas são feitos por alguém, situado no tempo e no espaço.

Numa perspectiva positivista, a subjetividade é banida e a pesquisa é considerada “puramente empírica e objetiva” (REUTNER 2015, p. 252). Contudo, seguindo a linha de pensamento Latour e Woolgar (1997) e de outros estudiosos da língua como Coracini (1997), Fiorin (2016) e Reutner (2015), pode-se afirmar que a linguagem científica não é neutra. Vejamos, assim, tal questão pelas lentes de linguistas, a fim de lançar luz sob as análises que serão desenvolvidas nesta seção.

Conforme sublinhou Fiorin (2016), a palavra objetividade é polissêmica, pois pode significar tanto neutralidade, por um “apagamento das marcas de enunciação no enunciado”, quanto justeza; ou seja, o “controle dos termos avaliativos”. Para o autor, a quem faço coro, não há objetividade linguística, mas procedimentos que produzem o efeito de sentido de objetividade (FIORIN, 2016, p. 88).

Nesse sentido, Coracini (2007, p. 183) explicita algumas estratégias manipulatórias da linguagem que conferem ao texto a aparência de objetividade e imparcialidade, a saber: (i) a macro organização textual padronizada (introdução, material e métodos, resultados, discussão e conclusão); (ii) o uso de estruturas linguísticas, tais como a voz passiva, presença unicamente de modalidades lógicas (ex: é evidente, provavelmente etc.), (iii) ausência de enunciados metafóricos; (iv) uso frequente de citações bibliográficas explícitas capazes de causar a impressão do distanciamento e isenção do locutor.

Tais estratégias linguísticas atendem ao padrão estilístico universal e positivista, reforçando os tabus científicos contra as metáforas, as marcas de subjetividade e a narração nos textos científicos (GROSSMANN, 2015; REUTNER, 2015). Sobre isso, Grossmann (2015) chama a atenção para a dificuldade de padronizar o estilo científico universal a partir dos critérios positivistas, apontando para a função/o uso desses elementos linguísticos nos textos científicos. Nas palavras do autor, a necessidade do apagamento enunciativo e o tabu

contra o estilo narrativo esbarram na necessidade do posicionamento científico do pesquisador e na utilização de formas de relato nas ciências humanas e até mesmo nas exatas (GROSSMANN, 2015).

Feitas tais considerações teóricas, busco responder o questionamento que guia a análise desta seção: De que forma os princípios universais da pesquisa e escrita científicas como a objetividade, a concisão e replicabilidade são concebidos e materializados nas instruções dos periódicos médicos? Para iniciar, transcrevo um editorial da *Revista de Saúde Pública*, publicado no final da década de 90:

(75): **Em 1999**, decidiu-se introduzir algumas inovações a partir deste fascículo. **Seguindo a tendência internacional**, decidiu-se implementar a publicação de artigos mais curtos e apresentados segundo o estilo Vancouver [...]. **A objetividade deve ser o princípio básico** para elaboração dos manuscritos; os autores devem deixar claras as questões que pretendem responder; tabelas e figuras devem ser as estritamente necessárias para responder às questões apontadas e as referências bibliográficas devem se limitar às relevantes e pertinentes. Em conclusão, ter-se-á **artigos mais curtos**. Foram estabelecidos os seguintes limites: artigos de pesquisa – até 4.000 palavras, 5 tabelas/figuras e 15 referências; artigos de revisão, não devem exceder a 5.000 palavras e os de atualização a 3.000. Notas e informações devem ter de 800 a 1.600 palavras, uma figura/tabela e 5 referências. Não se pretende com isto estabelecer camisa-de-força. A flexibilidade poderá ser necessária. Espera-se obviamente a colaboração dos autores. Além do que esta é a **tendência moderna, em mundo que pretende eficiência, qualidade e, sobretudo, agilidade na comunicação** (E24, 1999, p. 1, destaque nosso).

À luz da Análise Dialógica do Discurso, é possível depreender nas orientações, transcritas em (75), alguns indícios do cronótopo da internacionalização e ressonâncias das forças centrípetas que servem à uniformização e à manutenção dos valores e das normas da escrita científica estabelecidos nos centros anglófonos. Começemos pela referência de tempo no editorial. Na primeira linha, a data – “em 1999” – remete-nos ao período de ascensão dos periódicos digitais, com o fortalecimento do Scielo e o seu incentivo para a internacionalização das revistas, como vimos no capítulo 3.

Além desse marcador de tempo, destaco também a expressão “segundo a tendência internacional”, na qual os editores evidenciam que as mudanças nas políticas editoriais da revista respondem às coerções externas. Anunciam-se, portanto, transformações na extensão e no estilo de citação do artigo científico, dando início, neste periódico: i) à prática de limitar o número de palavras, tabelas, figuras e referências dos artigos; ii) ao uso exclusivo do sistema Vancouver.

Observemos que, logo após anunciar as mudanças e inovações, os editores apresentam a objetividade como “o princípio básico” para a produção de um artigo que, neste caso, estabelece uma relação sinonímica com brevidade, clareza e concisão, como se vê nos enunciados: “os autores devem deixar claras as questões que pretendem responder”, “as

referências bibliográficas devem se limitar às relevantes e pertinentes”; “ter-se-á artigos mais curtos”.

Nota-se que a dinâmica da sociedade globalizada, que exige “eficiência” e a “agilidade da comunicação”, é apresentada pelos editores como uma justificativa para promover artigos mais curtos e objetivos, aplicando-se, assim, o princípio da navalha de Occam ⁸⁴ nas orientações da *Revista de Saúde Pública*. Tais valores são propagados também pela revista *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, numa série de artigos publicados em 2012. Para ilustrar, transcrevo suas instruções:

(76) Quais as qualidades de um bom texto?

Entre as qualidades de um texto científico estão: a clareza, para o leitor entender o que lê; a **concisão**, para não desperdiçar o tempo do leitor e o espaço do periódico e; a exatidão, para não enganar o leitor (A3, 2012, p. 515, destaque nosso).

(77) No intuito de agradar leitores e editores científicos, o texto deve ter certas características, entre as quais, **concisão**, clareza, exatidão, sequência lógica e elegância (A4, 2012, p. 675-676, destaque nosso).

(78) Um bom texto científico deve ter várias qualidades, entre as quais, a **concisão**. Os editores preferem publicar maior quantidade de artigos em cada número da revista. Como o número de páginas do periódico é geralmente fixo, não é de se admirar a **preferência pela brevidade**. Os editores sabem, como já assinalado, que escritos longos desestimulam a leitura. Acreditam que o leitor deva ser exposto apenas ao texto necessário, nenhuma linha a mais (A6, 2012, p. 184, destaque nosso).

Os enunciados acima reforçam o discurso em torno da importância da produção de artigos claros, concisos e breves. Note-se que a concisão está presente nas três instruções, nas quais os editores enumeram as vantagens de seu uso. Em (76), o estilo conciso do artigo é requerido para i) evitar o desperdício de tempo do leitor e ii) economizar o espaço do periódico, possibilitando a publicação de uma quantidade maior de artigos em cada número da revista. No excerto (77), a concisão é apresentada como uma característica que agrada o leitor e o editor. A preferência editorial pela brevidade é reafirmada em (78), ao se avaliar os textos longos como uma forma de “desestimular a leitura” do artigo.

Faz-se necessário dizer que a ênfase no estilo conciso e objetivo na escrita científica da área médica, além de ser vista como resposta às expectativas do contexto internacional, associa-se também aos valores desse campo disciplinar. Conforme Clavreul (1983), o discurso médico está fundamentado nas regras da deontologia que prescrevem

um estilo conciso, sem vãs considerações, que se inscreve diretamente numa prática é o único que convém aos médicos. Nada os convence mais que um enunciado preciso sobre uma doença, uma indicação terapêutica, um remédio novo. Pois eles

⁸⁴ Princípio que prima pela economia e simplicidade das sentenças e textos.

não têm tempo a perder e sempre sofrem apenas por lhes faltar um saber utilizável (CLAVREUL, 1983, p. 22).

No fragmento transcrito, assinala-se uma inclinação do médico por enunciados precisos sobre indicações terapêuticas e medicamentos. Vê-se, portanto, que as características do estilo científico, expostas nas orientações precedentes, fazem parte da cultura desse campo disciplinar.⁸⁵

Com o intuito de refletir um pouco mais sobre tais aspectos estilísticos, volto ao enunciado (75), trecho publicado num editorial da *Revista de Saúde Pública*, para observar que a limitação do tamanho dos textos e o uso do modelo de citação Vancouver são prescritos como forma de materializar a objetividade e a concisão na literatura médica. Como foi assinalado no capítulo 4, o estilo de citação Vancouver foi uma iniciativa do ICMJE para padronizar/uniformizar a escrita médica, tornando-se, ao longo do tempo, um requisito fundamental no processo de internacionalização dos periódicos.

Nesta investigação, constatei que todos os periódicos em pauta prescrevem esse estilo de citação. Vejamos duas instruções que delineiam as normas de citação Vancouver:

(79) Para a citação das referências no texto, deve-se utilizar o sistema numérico; os números devem ser grafados em sobrescrito, sem parênteses, imediatamente após a passagem do texto em que é feita a citação, separados entre si por vírgulas; em caso de números sequenciais de referências, separá-los por um hífen, enumerando apenas a primeira e a última referência do intervalo sequencial de citação (exemplo: 7,10-16). As referências deverão ser listadas segundo a ordem de citação no texto, após a seção contribuição dos autores (REVISTA DE EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE, 2020, n.p.).

(80) As referências devem ser numeradas de forma consecutiva de acordo com a ordem em que forem sendo citadas no texto. Devem ser identificadas por números arábicos sobrescritos (p. ex.: Silva ¹) (CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p.)

Como se verifica em (79) e (80), as normas Vancouver preconizam o uso do sistema numérico de citação, que identificam as referências dos estudos, conceitos, fatos e autores citados no texto por meio da inserção de números arábicos, geralmente, grafados em sobrescrito. É válido dizer que há revistas que não adotam a forma sobrescrita, mas prescrevem a grafia dos números entre parênteses ou colchetes.

No caso de citação de várias obras, orienta-se que elas devem ser referendadas em conjunto, ex: [4-7]. Isso significa que o autor-pesquisador está mencionando as referências 4,

⁸⁵ O estudo de Becher (1981) mostra que as formas de organização dos campos do saber estão relacionadas às atividades intelectuais desempenhadas por seus membros, que possuem tradições, costumes, valores, normas que são materializadas em seus textos e discurso.

5, 6 e 7. Nessa lógica, pode-se usar uma vírgula no lugar do traço, ex: [4,7] para indicar apenas as referências 4 e 7.

A despeito dos aspectos técnicos e utilitários do modelo Vancouver, deve-se lembrar que a citação é “o discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado”, mas ao mesmo tempo é também “o discurso sobre o discurso, o enunciado sobre o enunciado” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 249). Portanto, as formas prescritas para citar e articular a palavra alheia apontam para valores sociais e modelos de ciência.

A fim de corroborar essa afirmação, remeto-me a Boch e Grossmann (2015, p. 284), para quem as práticas de citação, além de refletir as diferentes maneiras que os autores escolhem para apresentar seus pontos de vista e situá-los em relação aos dos outros, ressoam também “a relação com as normas, as da ‘verdade’ e da ‘cientificidade’.” Considerem-se os fragmentos (81), (82) e (83) para esclarecer tais ideias:

(81) É necessário que a referência seja indicada pelo seu número na listagem, na forma de expoente (sobrescrito) antes da pontuação no texto, sem uso de parênteses, colchetes ou similares. **Nos casos em que a citação do nome do autor e do ano for relevante**, o número da referência deve ser colocado seguido do nome do autor (EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇO DE SAÚDE, 2020, n.p., destaque nosso).

(82) **Os nomes dos autores podem aparecer no texto em circunstâncias excepcionais**: único autor: “Einstein (11) propôs uma nova teoria ...”; dois autores: “Watson e Crick (12) reportaram sobre a estrutura de ...”, ou três ou mais autores “Smith *et al.* (13) descreveram ... (CLINICS, 2020, n.p. destaque nosso)⁸⁶

(83) Deve-se evitar a todo custo **padrões cansativos** de apresentação de dados onde são produzidas listas extensas de afirmações de que “fulano et al.” encontram X, “sicrana et al.” demonstraram Y, enquanto “outrem et al.” acharam Z. Esse tipo de apresentação dos resultados não conduz a qualquer síntese palpável e facilmente se torna uma **fonte de desânimo para o leitor** (E13, 2021, p. 2, destaque nosso).

Nos primeiros enunciados, depreende-se uma restrição à prática de citação dos nomes dos autores no corpo do artigo. Em (82), os editores afirmam que tal prática só deve ser adotada “excepcionalmente” e, ao apresentar o modelo de citação adotado pela revista, mencionam nomes de cientistas renomados como Einstein, Watson e Crick.⁸⁷ Condicionam, portanto, a referência de um autor no artigo à sua relevância no campo, reforçando a prática de citação baseada no capital simbólico de certos autores, denominada por Bourdieu (1982, *apud* BOCH; GROSSMANN, 2015, p. 297), como o “discurso da importância”.

Com exceção do critério de relevância do autor, verifiquei que a maioria dos periódicos limitam as referências nominais no artigo. A título de ilustração, tomo o excerto (83), no qual

⁸⁶ Under exceptional circumstances, authors’ names may appear in text: Single author: “Einstein (11) proposed a new theory ...”; Two authors: “Watson and Crick (12) reported on the structure of ...”; or Three or more authors: “Smith *et al.* (13) described...”

⁸⁷ James Watson e Francis Crick descobriram a estrutura molecular do DNA.

o editor recomenda que se evitem “listas extensas de afirmações de que “fulano et al.” encontram X, “sicrana et al.” demonstraram Y, enquanto “outrem et al.” acharam Z”, avaliando essa prática de referência como um “padrão cansativo” e “fonte de desânimo para o leitor”.

A fim de ampliar a discussão sobre as formas de citar prescritas na área médica e suas implicações no estilo do artigo, apresento, a seguir, alguns trechos retirados dos periódicos. Vejamos, na Figura 13, a introdução de um artigo publicado pela revista *Clinics*.

Figura 13 - Introdução de um artigo da revista *Clinics*

■ INTRODUCTION

The COVID-19 pandemic was a social stressor that could trigger or boost episodes of depression, anxiety, and other types of mental burden (1). Sources of stress were multiple, including the absence of definitive treatment for the disease, social isolation, and associated economic consequences. Different cohorts, including medical students, may have specific considerations during these challenging times (2). As for other healthcare workers, medical students, are in close

Copyright © 2021 CLINICS - This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>) which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium or format, provided the original work is properly cited.

No potential conflict of interest was reported.

Received for publication on March 31, 2021. Accepted for publication on May 31, 2021

DOI: 10.6061/clinics/2021e3007

contact with changes in health care systems when they occur, including those brought about by the COVID-19 pandemic.

Medical students face unique challenges during the pandemic, including disruption of pre-clinical and clinical training, adjustment to new social environments, particularly if social distancing requires a change of location, and exposure to high-risk environments (2). Many students had distance learning as their main course delivery mode, but some had maintained most of their in-person activities. In-person activities were especially retained in clerkship, but under new protocols and with increased safety measures.

Although the impact of the COVID-19 pandemic on healthcare workers has been well documented, the effects of this public health crisis on the mental health of medical students have not been sufficiently studied. The number of studies investigating the impact of the COVID-19 pandemic on mental health among medical students is rapidly increasing, but with inconsistent results. In some studies, stability was found (3-5), whereas increased anxiety and stress levels were observed in others, and depressive symptoms were less consistently altered (4,6). Predictors of

worse mental health measures were higher levels of baseline depression or anxiety, presence of COVID-19 patients among family members or friends, and direct interactions with COVID-19 patients (6,7-9). Concern about the epidemic was associated with increased anxiety (8,9).

Differences were found in some studies when analyzing the mental burden across medical school years, and worse measures were observed among students attending earlier years (2,4,6,10-12). However, in some studies, clerkship students were not included, and few studies focused on first-year students (2,12) just entering medical school that had no time to establish bonds or a new social support network. Given this gap, the present study comprehensively analyzes mental health in medical students from the first to the sixth year during the first months of the 2020 COVID-19 pandemic in Brazil. We investigated Common Mental Disorders (CMD), depression, anxiety, empathy, and mindfulness levels.

Fonte: PERISSOTO et al. 2021⁸⁸ (destaque nosso).

No trecho acima, é possível notar que não há fronteiras claras entre as palavras próprias e as palavras alheias que são trazidas para o texto. Em outros termos, o leitor não consegue

⁸⁸ Mental health in medical students during COVID-19 quarantine: a comprehensive analysis across year-classes. *Clinics*, n. 76, v. 3007, p. 1-8, 2021.

demarcar os limites entre a voz do autor e as diferentes vozes citadas no texto, visto que tais limites são apagados, produzindo, na superfície textual, um discurso monovocal que aparenta ser proferido apenas pela voz do autor do artigo.

O estilo de citação do fragmento em tela responde às regras estabelecidas pelos periódicos médicos. Assim sendo, adota-se um sistema numérico que omite os nomes dos autores, citando apenas as pesquisas e/ou os seus dados, como pode ser visto nos trechos sublinhados na Figura 13, dentre os quais destaco: “Different cohorts [...] may have may have specific considerations during these challenging times (2); “In some studies, stability was found (3-5)”.

Esse padrão estilístico – prescrito por grande parte das revistas e materializado no artigo da Figura 13 – ressoa também a valorização, concedida pela área médica, ao dito, ou seja, aos estudos e aos dados científicos, em detrimento de seus autores. Em vista disso, na maioria dos artigos publicados nos periódicos médicos, é possível verificar poucas ocorrências de recursos estilísticos como: aspas, ilhotas citacionais, verbos dicendi e expressões introdutórias como *segundo*, *conforme* etc.

Ressalte-se, entretanto, que, nas revistas da área de Saúde Pública, encontrei a utilização de alguns desses recursos estilísticos. Para exemplificar, tomo o fragmento de um artigo, publicado em *Cadernos de Saúde Coletiva*:

Figura 14 - Introdução de um artigo da revista *Cadernos de Saúde Coletiva*.

<p>Introdução</p> <p>A pandemia de COVID-19 representa um dos mais graves problemas sanitários em escala mundial no século XXI.^{1,2,3} Comparações entre as respostas de diversos países à COVID-19 mostram semelhanças e diferenças nas medidas adotadas e nos resultados obtidos. A compreensão sobre os aspectos que influenciaram o maior ou menor sucesso no controle da doença é fundamental para subsidiar os tomadores de decisão e contribuir para o planejamento voltado ao enfrentamento de futuras pandemias.</p> <p>Em diversos estudos, a Coreia do Sul se apresenta como um caso bem-sucedido no controle da COVID-19.^{4,5,6,7,8} Nos primeiros dois meses da crise sanitária, foi reduzida a incidência, mantendo uma baixa taxa de letalidade,⁵ tendo achatado rapidamente a curva epidêmica, sem o fechamento de fronteiras e estabelecimentos comerciais,⁶ mesmo sendo próxima à China.⁸</p> <p>Os motivos apontados para este sucesso na resposta, no entanto, são distintos. Um estudo⁸ atribui o êxito à sua capacidade pré-existente, principalmente devido à revisão dos marcos legais e organizacionais após a MERS em 2015, possibilitando uma resposta rápida e eficaz pelo país durante a primeira onda da epidemia; adiciona o financiamento disponível, o sistema de governança e uma força de trabalho experiente na gestão de surtos.⁸ Outro conjunto de estudos afirma que o sucesso do país se deve à testagem em massa da sua população, levando à identificação precoce dos casos com isolamento, ao rastreamento dos contatos e quarentena dos mesmos.^{9,10,11,12}</p>	<p>Há outro estudo que destaca que a confiabilidade dos registros de casos confirmados e suspeitos era muito alta, em torno de 95%, o que facilitava o manejo das informações e as intervenções em tempo oportuno.¹³ Foi também citado o uso eficaz de tecnologias móveis para rastreamento, fornecimento oportuno de equipamentos de proteção individual aos trabalhadores, tratamento adequado aos infectados e conscientização da população.^{11,14} Segundo Nageshwaran et al.¹⁴, o uso dessas tecnologias digitais como medida para a COVID-19 contribuiu na resposta à epidemia no país. Conforme esses autores, a vigilância digital foi efetiva para o mapeamento dos movimentos dos pacientes e fortaleceu as medidas tradicionais de saúde pública.¹⁴</p> <p>Park¹², além da testagem, atribuiu a redução na transmissão do vírus à combinação das políticas de saúde pública e socioeconômicas e infraestrutura de saúde pública associadas à transparência e informação em tempo oportuno pelas autoridades de saúde pública que constituíram uma torre de controle. Já Choi¹⁵ ressaltou a alta coordenação nacional na produção de uma governança colaborativa, em que atores públicos e privados trabalharam pelo bem público.</p> <p>Distintos autores analisam os sistemas de saúde,^{10,11} medidas de vigilância e estratégias adotadas.^{9,14} Outros se debruçam sobre a governança, medidas de vigilância e do sistema de saúde.^{5,16} com análises em períodos variados, compreendidos principalmente no primeiro semestre de 2020. No entanto, não foram identificadas revisões sobre a Coreia do Sul entre janeiro de 2020 e abril de 2021 ou que analisassem o recrudescimento da pandemia.</p> <p>Nesse sentido, justifica-se a importância de sistematizar as explicações apresentadas para o êxito sul-coreano. Na presente investigação buscou-se responder à seguinte pergunta: “como se deu a articulação entre o sistema de saúde e as medidas de vigilância, na resposta à pandemia de COVID-19 na Coreia do Sul?”.</p>
--	--

FONTE: ROSSI *et al.* 2022⁸⁹ (destaque nosso).

Os excertos destacados na Figura 14 mostram estilos de citação focados ora no dito, ora no autor. Nos primeiros parágrafos, a ênfase recai nos dados e nas informações de pesquisas, seguindo, portanto, as formas de citar predominantes nas revistas médicas. Contudo, as expressões “segundo Nageshwaran et al.”; “conforme esses autores”; “Park atribuiu”; “já Choi ressaltou” remetem-nos ao estilo de citação presente nos artigos produzidos nas Ciências Humanas e Sociais, campos que estabelecem uma grande interface com as pesquisas na área de Saúde Pública. Vale lembrar que, embora a revista não apresente restrições quanto à referência nominal dos autores no corpo do texto, há editores nessa subárea

⁸⁹ A resposta da Coreia do Sul à pandemia de COVID-19: lições aprendidas e recomendações a gestores. *Cad. Saúde Pública*, n. 38, v. 1, p. 1-2-, 2022.

que avaliam tal estilo de citação como “cansativo” e “fonte de desânimo” para a leitura de um artigo – conferir o excerto (82).

Neste ponto, julgo pertinente destacar também algumas orientações de manuais de escrita científica. Para Gustavii (2017), o uso das normas Vancouver é uma maneira de evitar a interrupção do texto com a referência de autores e datas no corpo do artigo, reduzindo, assim, o seu tamanho e facilitando a leitura. O autor ilustra sua afirmação apresentando dois trechos com estilos diferentes de citação. No primeiro exemplo, utiliza-se o sistema autor e data:

Esse método foi introduzido por Aburel em 1938, mas foi seguido por bem poucos colaboradores nos vinte anos posteriores (Bommelaer, 1948; Cioc, 1948; Kosowski, 1949; de Watteville e d’Enst, 1950). Todavia, durante os anos 1960, o soro fisiológico foi sendo cada vez mais utilizado (Bengtsson e Csapo, 1962; Jaffin et al., 1962; Wagner et al., 1962; Larsson-Cohn, 1964; Møller et al., 1964; Sciarra et al., 1964; Wiqvist e Erikson, 1964; Bora, 1965; Short et al., 1965; Turnbull e Anderson, 1965; Wagatsuma, 1965; Cameron e Dayan, 1966; Gochberg e Reid, 1966; Klopper et al., 1966; Christie et al., 1966; Ruttner, 1966; Olsen et al., 1967). (GUSTAVII, 2017, p. 154).

Em seguida, o manual apresenta o mesmo excerto, utilizando o estilo de citação Vancouver:

Esse método foi introduzido por Aburel em 1938¹, mas foi seguido por bem poucos colaboradores nos vinte anos posteriores²⁻⁵. Todavia, durante os anos 1960, o soro fisiológico foi sendo cada vez mais utilizado⁶⁻²² (GUSTAVII, 2017, p. 154).

Por meio dos exemplos acima, o autor do manual busca demonstrar que a utilização do sistema Vancouver pode reduzir – a quase um terço – a extensão do primeiro parágrafo, que faz menção a diversos nomes dos autores e as datas das obras. Nessa direção, Pereira (2021), em seu manual de escrita médica, reforça a necessidade de um estilo objetivo e conciso nos artigos, demonstrando também que as normas Vancouver evitam a produção de um texto repleto de nomes próprios. O autor afirma que a ênfase do artigo deve residir no fato e não nos autores das obras utilizadas, defendendo um modelo de cientificidade que valoriza as evidências e os dados observados, tanto na pesquisa como no seu relato.

Para finalizar esta seção, discorro brevemente sobre a reprodutibilidade do artigo, característica que, sob as lentes dos editores, propicia a qualidade desse gênero. Retomo, aqui, o trecho (15), transcrito no capítulo 4, no qual o ICMJE assinala a importância da publicação de artigos “precisos”, “claros” e “reproduzíveis” nos periódicos médicos. Esse discurso é assimilado e propagado na maioria das revistas investigadas, que também apontam a necessidade de um relato de pesquisa claro o suficiente para possibilitar a sua replicabilidade.

Como foi mostrado anteriormente, a prescrição das diretrizes da *Rede* pelos editores das revistas nacionais deve-se, em grande medida, à demanda pela reprodutibilidade do artigo, visto que tais diretrizes oferecem um guia de redação para garantir o relato de todas as informações importantes sobre a pesquisa, facilitando, assim, a reprodução de seus métodos e resultados.

É oportuno dizer que a replicabilidade de um estudo nos remete a um modelo de cientificidade fundado numa abordagem hipotético-dedutiva que, epistemologicamente, se “presta à exigência da falsificação popperiana”⁹⁰ (GROSSMANN, 2015, p. 101-102). Para o autor, nesse modelo, a cientificidade é balizada e medida pela capacidade de reproduzir os mesmos resultados.

Todavia, acredito que essa questão deve ser problematizada, haja vista a necessidade de se considerar a complexidade e a diversidade dos objetos de estudo das áreas médicas – que envolvem dimensões biológicas, sociais e humanas. Ou seja, nos termos de Grossmann (2015), a medicina se funda em dados experimentais, mas comporta também uma semiologia dos sintomas, que a aproxima, em certa medida, de uma abordagem interpretativa.

Sob essa perspectiva, é necessário refletir sobre a universalidade dos princípios que caracterizam o estilo do artigo científico, posto que a prescrição de artigos curtos e reproduzíveis não pode ser aplicada a todos os estudos realizados nesse campo. A demanda dos editores pela brevidade dos artigos, por exemplo, pode comprometer as pesquisas de caráter qualitativo-interpretativo, visto que elas exigem mais espaço para a descrição/análise dos seus resultados, que não costumam ser compilados em gráficos e tabelas autoexplicativas como nos relatos de estudos quantitativos.

Desse modo, considerando que muitas pesquisas da área de Saúde Coletiva inscrevem-se em modelos hermenêuticos de cientificidade, que, nas palavras de Grossmann (2015, p. 102), validam seus estudos “pela verificação das fontes e verificação de sua confiabilidade”, pode-se dizer que o princípio da reprodutibilidade do artigo também não deve ser preconizado para esses tipos de estudo.

⁹⁰Ao comentar sobre o teste da refutabilidade, Pereira (2021, p. 12-121) diz que Popper “defendeu que a confirmação de achados em novas pesquisas, a essência do método indutivo, meramente aumenta a probabilidade de que a teoria em tela esteja correta. Por essa via, alegou, não se prova uma teoria. Apontou para a *refutabilidade* como a solução para o problema da indução. Ao invés de tentar provar uma teoria, dever-se-ia procurar o contraexemplo, a refutação dessa teoria. A evidência confirmatória só contaria se fosse produto de testes fracassados de *refutabilidade* – ou *falseabilidade* como também se diz. Ao se tentar sem êxito mostrar que uma proposição é falsa, estar-se-ia dando credibilidade a essa proposição. Ao contrário, se for julgada falsa, ela é refutada, abandonada. A incapacidade de refutar a teoria, no entanto, não a torna verdadeira. Considera-se conhecimento a descoberta que, até o momento, não foi refutada.

Naturalmente, as características estilísticas prescritas anteriormente estão estreitamente ligadas aos outros elementos do gênero artigo científico. Sendo assim, no próximo capítulo, retornarei a abordá-las na análise das orientações dos periódicos em torno do conteúdo temático e da estrutura composicional do artigo científico.

CAPÍTULO VI - PRESCRIÇÕES E VALORES EM TORNO DO CONTEÚDO TEMÁTICO E DA FORMA COMPOSICIONAL DO ARTIGO CIENTÍFICO

“Não existe conteúdo sem forma, como também não existe forma sem conteúdo”

Medviédev (2019, p. 206)

Os discursos que orientam a escrita científica, como venho reiteradamente afirmando, não são vistos neste trabalho como meras informações técnicas, mas como formas de legitimar determinados modos de dizer e estilos de escrita num campo do conhecimento. Além disso, na esteira de Foucault (2010), os discursos orientadores estabelecem o ritual da circunstância, ou seja, o modo/configuração do dizer científico, prescrevendo estruturas composicionais, estilos e conteúdo para a escrita dos artigos.

Sob esse prisma, o objetivo deste capítulo é apresentar e analisar as prescrições dos periódicos em torno do conteúdo temático e da construção composicional do artigo científico, bem como evidenciar os valores que emergem nessas orientações. Antecipo que, no percurso investigativo, verifiquei que a ênfase dos discursos orientadores recai, sobretudo, na forma composicional, oferecendo poucas instruções direcionadas, especificamente, para o conteúdo temático.

Naturalmente, os assuntos e os objetos de pesquisa abordados em cada subárea dos periódicos – Medicina Tropical, Saúde Pública, Pediatria, Cardiologia, dentre outras – já se configurariam como uma maneira de indicar e delimitar os temas aceitos para a publicação, dispensando, assim, instruções sobre esse elemento do gênero.

Isso, todavia, não impede que o conteúdo temático seja delineado ao longo das prescrições, pois, com base nos pressupostos bakhtinianos, o conteúdo temático não se limita ao assunto do texto, mas é perpassado pelas escolhas lexicais e sintáticas, bem como pela forma composicional utilizada para abordar uma determinada temática, dimensões que se marcam também por fatores de ordem axiológica. Sendo assim, é plausível afirmar que os três elementos do gênero artigo científico são dialógicos e imbricados entre si, estando diretamente atrelados às coerções de um determinado campo do conhecimento, que, por sua vez, regula o funcionamento dos gêneros. Portanto, apesar da distinção teórica entre os três elementos constitutivos dos gêneros, vemos que, nas práticas discursivas, eles são indissociáveis.

Compreendo que as instruções sobre a forma composicional do artigo oferecem, em grande medida, direcionamentos para a abordagem do conteúdo temático, já que a sua forma,

“relativamente estável”, roteiriza as seções do artigo, estabelecendo o quê e o como deve ser descrito nesses espaços.

Tomando como exemplo a Introdução de um artigo, vê-se, em geral, a prescrição de parágrafos para a: (i) apresentação do problema, (ii) descrição dos objetivos da pesquisa, (iii) revisão da literatura que embasa o estudo etc. Diante disso, pode-se dizer que as prescrições sobre a forma composicional do artigo científico implicam certos conteúdos temáticos.

No que respeita à estrutura composicional do gênero, retomo em Bakhtin a ideia de que ela é organizada e determinada pela forma arquitetônica, definida pelo pensador como “formas dos valores morais e físicos do homem estético” (BAKHTIN, 2010a, p. 25). Esse pensamento leva-me a entender que a arquitetura de valores do campo do saber em pauta orienta o projeto estético do artigo científico. Dito de outra forma, a estrutura composicional do gênero artigo responde e materializa, na sua superfície textual, as demandas e os movimentos de uma racionalidade científica de uma dada conjuntura sócio-histórica.

Nas palavras de Sanches (2009, p. 96), que corroboram essa visão, a arquitetura científica do conteúdo e dos valores presentes em um tempo e espaço assume determinada forma composicional constituída pela articulação e a organização do material.

Feitas as observações iniciais, apresento as perguntas que guiam as seções deste capítulo, quais sejam: i) Que tipo de artigos são aceitos para a publicação nos periódicos? ii) O que é prescrito e/ou interdito pelos editores nas orientações sobre a estrutura composicional e o conteúdo temático dos artigos de revisão e do artigo original?

6.1 Os tipos de artigos prescritos para a publicação

A análise das orientações sobre a estrutura composicional e o conteúdo temático requer o conhecimento dos tipos de artigos aceitos para a publicação pelos periódicos em pauta, visto que a sua forma, em grande medida, é direcionada por essas tipologias. Começo, assim, descrevendo-as:

Quadro 8 - Gêneros prescritos para a publicação

Periódico	Gêneros aceitos para a publicação	Subárea da medicina
Memórias do Instituto Oswaldo Cruz	Artigo original Artigo de revisão Notas técnicas Comunicação breve	Medicina Tropical, Parasitologia, Microbiologia e Imunologia
São Paulo Medical Journal	Artigo original Artigo de revisão (revisão narrativa) Comunicação breve	Clínica Médica
Jornal de Pediatria	Artigo original Artigo de revisão	Pediatria
Arquivos Brasileiros de Cardiologia	Artigo original Artigo de revisão Relato de caso Comunicação breve Carta científica	Cardiologia Clínica e Cirúrgica
Clinics	Artigo original Artigo de revisão	Clínica Médica
Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo	Artigo original Artigo de revisão Comunicação breve	Medicina Tropical
Revista de Saúde Pública	Artigo original Artigo de revisão Comunicação breve	Saúde Pública
Cadernos de Saúde Pública	Artigo de revisão Artigo original Comunicação breve	Saúde Pública
Epidemiologia e Serviços de Saúde	Artigo original Artigo de revisão Nota de pesquisa Relato de experiência Artigo de opinião Comunicação breve	Saúde Pública

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora.

O Quadro 8 auxilia-nos a visualizar alguns tipos de artigo ⁹¹ que circulam nos periódicos investigados, tais como: artigo de revisão, artigo original, artigo de opinião, relato de caso, comunicação breve etc. Entretanto, é necessário atentar para o fato de que apenas o artigo de revisão e o artigo original estão presentes em todas as instruções, desvelando o seu prestígio que, em grande medida, se deve às exigências da Capes e das bases indexadoras por um percentual mínimo de publicações desses tipos de artigo para a inclusão ou permanência dos periódicos.

Além disso, os artigos de revisão possuem relevância no campo investigado, pois, além de agregar uma racionalidade científica valorizada na área, é responsável por aumentar o impacto das revistas. Desse modo, grande parte das orientações dos periódicos gravita em torno da estrutura composicional desses dois tipos de artigos.

⁹¹ A nota técnica, comunicação breve, relato de caso, carta científica e nota de pesquisa são apresentadas pelos periódicos como tipos de artigos. Em algumas revistas, o editorial também consta nessa lista.

Antes de proceder à análise, remeto-me aos manuais de redação acadêmico-científica para demonstrar como esses tipos de artigos são concebidos.

O manual de Motta-Roth e Hendges (2015, p. 66) chama a atenção para a diversidade epistemológica do campo científico, salientando que “cada área e cada problema de pesquisa determinam o modo como a pesquisa será desenvolvida e, como consequência, a configuração final do artigo que relatará a pesquisa”. Contudo, de forma geral, as autoras apresentam dois tipos de artigos científicos: o artigo de revisão e o artigo experimental/empírico. O primeiro consiste numa revisão de livros e artigos publicados anteriormente sobre um determinado tópico, dentro de uma área do conhecimento específica. Já o artigo experimental divulga, discute e apresenta dados sobre determinado problema e faz interpretações na forma de resultados de pesquisa (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2015).

Destaco também as concepções de artigo científico descritas no manual *Como ler artigos científicos: fundamentos da medicina baseada em evidências* (GREENHALG, 2015). A autora define o artigo de acordo com seus objetivos, suas funções e/ou metodologias de pesquisa, não utilizando os termos artigos de revisão e artigos originais, como costuma-se encontrar em manuais de escrita científica. Nessa direção, ela apresenta uma tipologia extensa para o gênero em cena, a saber: i) artigos que relatam ensaios de tratamentos medicamentosos e outras intervenções simples; ii) artigos que relatam ensaios de intervenções complexas; iii) artigos que relatam testes de diagnósticos ou de rastreamento; iv) artigos que resumem outros artigos (revisões sistemáticas e metanálises); v) artigos que dizem o que fazer (diretrizes); vi) artigos que informam o custo de algo (análises econômicas); vii) artigos que vão além dos números (pesquisa qualitativa); viii) artigos que relatam pesquisas por questionários; ix) artigos que relatam estudos de caso.

Dito isso, passemos à análise das prescrições em torno do artigo original.

6.2 Artigo original: prescrições, interdições e valores

Como vimos, o artigo original é aceito para a publicação em todos os periódicos em tela, resultando, assim, numa grande quantidade de orientações direcionadas para a sua produção. Durante a leitura desses discursos orientadores, foi possível depreender que dos dez periódicos investigados, sete apresentam prescrições detalhadas sobre a escrita desse gênero, as quais considero necessário analisar com mais vagar nesta seção.

Primeiramente, transcrevo algumas concepções do artigo original apresentadas nas revistas:

(84) Artigo original - resultado de pesquisas **inéditas** em uma ou mais das diversas áreas temáticas dentro da vigilância, prevenção e controle de doenças, **relevantes** para a saúde pública (EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE, 2020, n.p., destaque nosso).

(85) As seguintes modalidades são consideradas artigos originais: estudos clínicos; estudos de coorte, caso-controle, prevalência, incidência, acurácia e custo-benefício; séries de casos (isto é, relatos de caso sobre mais de três pacientes analisados em conjunto); revisões sistemáticas com ou sem metanálises (SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL, 2020, n.p.).

(86) Incluem estudos observacionais, estudos experimentais ou quase-experimentais, avaliação de programas, análises de custo-efetividade, análises de decisão e estudos sobre avaliação de desempenho de testes diagnósticos para triagem populacional (REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p.).

(87) Artigos originais incluem relatos de estudos controlados e randomizados, estudos de triagem e diagnóstico e outros estudos descritivos e de intervenção, bem como registros sobre pesquisas básicas realizadas com animais de laboratório. Os manuscritos nesta categoria não devem exceder 3.000 palavras (excluindo página de rosto, referências e anexos), 30 referências e quatro tabelas e figuras (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n.p.).

No trecho (84), o artigo original é concebido como resultado de uma pesquisa “inédita” e “relevante” para a saúde pública”. Os critérios de ineditismo e relevância são citados também em outros periódicos e, grosso modo, demarcam, respectivamente, i) a demanda e valorização por dados novos de pesquisa e ii) a exigência de que o artigo não tenha sido publicado em outros jornais ou veículos de comunicação. Frise-se que, nesse discurso, a relevância da pesquisa está associada às contribuições que podem trazer para a área, todavia, é pertinente pensar sobre o caráter subjetivo que perpassa a avaliação da importância (ou não) de um estudo e o papel dos editores nesse processo.

Nos enunciados (85), (86) e (87), o artigo original é definido pelos tipos de pesquisa que o caracterizam nos respectivos periódicos. Além disso, constatei que, com exceção dos *Cadernos de Saúde Coletiva*, as revistas orientam a escrita desse gênero prescrevendo a sua estrutura composicional:

(88) O manuscrito deve ser organizado no seguinte formato: Título; Nomes dos autores; Afiliações institucionais; Resumos, Palavras-chave; Patrocínios; Introdução; Materiais e Métodos; Ética; Resultados; Discussão; Agradecimentos; Conflito de interesses; Contribuição do autor; Referências (MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2020, n.p.).

(89) Tópicos tipicamente usados ao longo do texto incluem Introdução, Métodos, Resultados, Discussão e Conclusão. Os autores podem e devem utilizar subtópicos também, especialmente quando relatando itens das diretrizes (SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL, 2020, n.p.).

(90) O texto deve conter no máximo 6.000 palavras, incluindo resumo e referências. O corpo do manuscrito deve ser precedido por um resumo não estruturado (sem subtítulos), com no máximo 500 palavras. Em seguida, os autores devem prosseguir para as seções de Introdução, Materiais e Métodos (contendo a aprovação ética da pesquisa) Resultados, Discussão e Referências (limitado a 40) (REVISTA DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL DE SÃO PAULO, 2020, n.p.).

(91) O texto principal nos artigos originais deve conter as seguintes seções, indicadas por uma legenda: Introdução, Métodos, Resultados e Discussão (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n.p.).

(92) O Corpo do artigo deve ser dividido em cinco seções: introdução, métodos, resultados, discussão e conclusões [...] (ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA, 2020, n. p.).

(93) Os estudos originais devem estar de acordo com o seguinte formato: Título, nomes completos dos autores, seguidos de seu ORCID e contribuições para o artigo; quaisquer relações financeiras ou outras que possam levar a um conflito de interesses; resumo; palavras-chave; introdução; materiais e métodos; ética; resultados; discussão; conclusões; agradecimentos; referências (CLINICS, 2020, n.p.).

(94) Cada artigo deve conter objetivos e hipóteses claras, desenho e metodologia utilizados, resultados, discussão e conclusões (REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p.).

(95) Os artigos originais devem compreender as seguintes seções, nesta ordem: Introdução; Métodos; Resultados; Discussão; e Referências (EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE, 2020, n.p.).

(96) Os textos são geralmente (mas não necessariamente) divididos em seções com os títulos Introdução, Métodos, Resultados e Discussão, sendo às vezes exigida a inclusão de subtítulos em algumas seções (CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA, 2020, n.p.).

Como se observa na maior parte das instruções transcritas, preconiza-se a estrutura canônica – Introdução, Metodologia, Resultado e Discussão – para a composição do artigo original. Entretanto, nos excertos (88) e (93), as revistas também incluem os elementos pré-textuais (título, nomes de autores, afiliações, resumo, palavras-chave) e pós-textuais (conflito de interesses, agradecimentos, contribuição dos autores e referências bibliográficas) na estrutura prescrita para esse gênero.

Embora nem todos os periódicos explicitem a necessidade de incluir tais elementos no artigo original, como as revistas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* e *Clinics* fazem em (88) e (93), constatei que, em outras partes das Instruções aos Autores, tais informações são solicitadas por todas as revistas, podendo vir na estrutura do artigo ou num documento separado, geralmente um termo de declaração de responsabilidade, que deve ser enviado juntamente com o artigo.

Diante das seções prescritas para compor o artigo original, deve-se lembrar que, sob as lentes de Bakhtin (2016), a forma composicional organiza o material (língua) e o conteúdo, orientada pela arquitetônica de valores de um determinado campo. Em outras palavras, as dimensões de um gênero do discurso estão direcionadas para a vida e refletem o espaço e o tempo em que são produzidas, textualizando as coerções e as características da esfera à qual pertencem. Portanto, na sequência, busco analisar as orientações dos periódicos, situando-as no seu contexto valorativo, social e histórico. Para organizar a análise, tomo as seções do artigo original prescritas nos trechos (88) e (93) como fio condutor.

6.2.1 Orientações para a escrita dos elementos pré-textuais do artigo original

No que respeita ao **Título**, a maior parte dos periódicos reverbera o discurso do ICMJE (2015), que faz as seguintes recomendações: ser curto, porém apresentar uma descrição sucinta do artigo completo; veicular as informações sobre o tipo do estudo (e. g.: a ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas e metanálises); evitar o uso de abreviações.

Na esteira do ICMJE, a revista *Clinics* publicou um artigo intitulado *Articles with short titles describing the results are cited more often*,⁹² no qual os pesquisadores apresentam dados para demonstrar que há uma relação entre o número de caracteres do título de um artigo e o seu número de visualizações e citações (PAIVA *et al.*, 2012). Conforme os autores, os artigos com títulos que incorporam nomes de regiões geográficas específicas foram significativamente menos citados. Nesse sentido, a revista do *Instituto de Medicina Tropical de São Paulo* reforça esse discurso ao apresentar uma norma que restringe as informações de caráter regional no título dos artigos:

(97) Com o intuito de aumentar a validade externa dos manuscritos publicados na Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo, bem como o nosso processo de internacionalização, pedimos aos autores **que evitem o uso de nomes de cidades, estados e províncias, especialmente nos títulos dos artigos, dando preferência e, apenas em casos de extrema necessidade, ao uso de regiões de um determinado país.** No corpo do manuscrito, os autores devem localizar cidades e regiões usando latitudes e longitudes (REVISTA DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL DE SÃO PAULO, 2020, n.p., destaque nosso).

Seguindo a ordem dos elementos pré-textuais, tomo algumas instruções que tratam da apresentação dos nomes dos autores e suas afiliações institucionais. Para discutir essa questão, é necessário levar em conta que grande parte dos artigos da área médica é multiautoral e multicêntrica. Essas características, para Greenhalg (2015) e Pereira (2021), podem ser justificadas pela complexidade das pesquisas que, muitas vezes, demandam trabalhos multidisciplinares e envolvem especialistas de vários centros de pesquisa. Contudo, no cronótopo da internacionalização, é possível apontar motivos menos nobres para o aumento da multiautoria, dentre eles, a pressão por publicar para a obtenção de bolsas, promoções e financiamentos de pesquisa.

Ademais, sublinho a demanda dos periódicos pela inclusão de autores oriundos de instituições internacionais na pesquisa e produção de artigos científicos. Como exemplo disso, trago a instrução abaixo:

⁹² Artigos com títulos curtos que descrevem os resultados são citados com mais frequência.

(98) Sugere-se enfaticamente aos organizadores⁹³ que apresentem contribuições de autores de variadas instituições nacionais e de colaboradores estrangeiros (CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA, 2020, n.p.).

O termo “organizadores”, no trecho (98), refere-se a professores e/ou pesquisadores da área de Saúde Pública, que pretendem reunir e submeter artigos para a publicação numa seção temática da revista *Ciência e Saúde Coletiva*. Nessa instrução, “sugere-se enfaticamente” a seleção de artigos com autores de variados centros de pesquisa, demonstrando o valor concedido pelo periódico para a afiliação internacional dos autores.

Acredito que a valorização da multiautoria, nos periódicos em exame, é corroborada pela ausência de limitação da quantidade de autores por artigo. Ressalte-se que essa prática faz emergir a necessidade de ordenar os nomes dos autores e especificar a sua contribuição⁹⁴ na estrutura do artigo original.

A esse respeito, os periódicos prescrevem que a ordem de apresentação dos nomes dos autores no artigo deve ser definida de acordo com a importância da participação de cada um na pesquisa e no seu relato. Esse critério de ordenação, conforme Pereira (2021), é oriundo da cultura anglo-saxônica e tem sido adotado por muitos periódicos de outros países.

Outra marca da multiautoria no artigo é o uso da expressão latina *et al.* (e outros), para substituir parte dos nomes dos autores. A regra geral dos periódicos é citar apenas o primeiro autor, seguido de *et al.*, no corpo do artigo. Já na lista de referências bibliográficas, as prescrições variam conforme descrito abaixo:

(99) Todos os autores devem ser listados se houver até cinco autores; caso haja seis ou mais autores, os primeiros deverão ser indicados seguidos da expressão “*et al.*” (SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL, 2020, n.p.).

(100) No caso de publicações com até seis autores, todos devem ser citados; acima de seis, devem ser citados apenas os seis primeiros, seguidos da expressão latina “*et al.*” (REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p.).

A maior parte das revistas segue a regra transcrita em (100), por isso, num artigo com mais de seis autores, nem todos terão os seus nomes citados nas listas de referência. Compreendo que, para além do rito e da formalidade dessas normas de citação, as práticas de ordenamento dos nomes dos autores e as suas referências no texto refletem e refratam questões éticas e relações de poder.

⁹³ O termo “organizadores” refere-se aqui a professores e/ou pesquisadores da área de Saúde Coletiva que pretendem organizar e submeter vários artigos para a publicação numa seção temática da revista *Ciência e Saúde Coletiva*.

⁹⁴ Os critérios de autoria estão baseados nas deliberações do ICMJE e, como foi descrito, em capítulo anterior, considera-se como autor alguém que contribuiu, de forma substancial, na concepção do projeto de pesquisa, análise, interpretação dos dados e escrita do artigo.

Pereira (2021) reforça o meu pensamento, assinalando que a decisão sobre a autoria do trabalho científico tem sido complexa, pois, em alguns casos, os nomes podem aparecer nos artigos pelas seguintes razões: i) o prestígio do autor; ii) uma forma de agradar os superiores hierárquicos; iii) uma maneira de reconhecimento/pagamento para compensar um trabalho voluntário; iv) uma exigência institucional, visto que determinadas instituições exigem a inclusão de certos nomes nos trabalhos, independentemente da contribuição real que tenham dado (PEREIRA, 2021, p. 162-163). Essas questões evidenciam que as práticas de citação e ordenamento dos nomes dos autores no artigo científico não respondem apenas às exigências formais dos periódicos, mas são informações que podem conceder crédito, posição e importância aos autores.

Passemos à análise das orientações em torno do **Resumo** do artigo original. Com respeito à sua composição, verifiquei que 70% dos periódicos prescrevem uma forma estruturada, apresentando os seguintes itens: objetivo, metodologia, resultado e conclusão. Entretanto, a *Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo, Cadernos de Saúde Pública e Ciência e Saúde Coletiva* apresentam normas diferentes, preconizando Resumos não estruturados ou narrativos. Exemplifico com duas instruções:

(101) O corpo do manuscrito deve ser precedido por um resumo não estruturado (sem subtítulos), com no máximo 500 palavras (REVISTA DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL DE SÃO PAULO, 2020, n.p.).

(102) CSP não adota resumo estruturado, pois é grande a variedade de tipos de artigos recebidos (CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p.).

É pertinente apresentar também alguns comentários avaliativos dos editores com respeito à produção do Resumo:

(103) Duas partes do artigo científico são mais divulgadas: o título e o resumo. Se são informativas e atraentes, as pessoas se interessam em saber mais sobre a pesquisa. Se o título atrai, mas o resumo é deficiente, a tendência será abandoná-lo. Perde-se o leitor. Por isso, resumo bem-feito é peça essencial para promover a divulgação e a leitura do artigo [...]. As informações que contém servem para decidir se vale a pena seguir na leitura do relato completo (A5, 2013, p. 1).

(104) O Resumo alcança maior visibilidade e distribuição do que o artigo em si, por isto deve conter as informações essenciais do artigo [...]. Ele é escrito depois do artigo pronto, mas não é corte e cola de frases soltas. É um sumário do que tem de mais importante e deve atrair o leitor para o artigo completo. Frequentemente é a única parte do artigo que é lida (CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p.).

Nos excertos (103) e (104), chamo a atenção para a importância do Resumo, avaliado pelos editores como “peça essencial” para anunciar o conteúdo do artigo, despertar o interesse para a leitura completa do texto e promover a sua divulgação.

O aparecimento dessa seção no artigo, segundo Pereira (2021), é resultado do crescimento do número de publicações. O autor lembra que, na área médica, o Resumo já ocupou espaços distintos na estrutura composicional do artigo. No início, fazia parte do texto principal, “antecedendo ou misturando-se às conclusões”; em seguida, passou a ter uma seção própria no final do artigo, como um apêndice. Somente na década de 1950, o Resumo foi transferido para o início do texto em periódicos renomados como a *Revista da Associação Médica Americana* (JAMA) (PEREIRA, 2021, p. 168). A posição atual do resumo pode ser vista também como uma reação às demandas de bases indexadoras como o ISI, posto que facilitam o seu trabalho de indexação dos artigos.

Na sequência das orientações sobre a composição do Resumo, observei que todos os periódicos solicitam a inclusão de 3 a 6 **Palavras-chave** (ou descritores):

(105) Imediatamente após o resumo, forneça um máximo de 6 palavras-chave, utilizando a ortografia americana e evitando termos gerais e plurais e múltiplos conceitos (evite, por exemplo, ‘e’, ‘de’). Use poucas abreviações: apenas aquelas firmemente estabelecidas no campo de pesquisa. Essas palavras-chave serão usadas para fins de indexação. Por favor, utilize os termos listados no *Medical Subject Headings* (MeSH), disponíveis em <http://www.nlm.nih.gov/mesh/meshhome.html> (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n.p.).

(106) As palavras-chave na língua original e em inglês devem constar **obrigatoriamente** no DeCS/MeSH (CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p., destaque nosso).

(107) Deverão ser selecionadas quatro a seis [palavras-chave], **impreterivelmente** a partir da lista de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), vocabulário estruturado pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, também conhecido pelo nome original de Biblioteca Regional de Medicina (BIREME). Os DeCS foram criados para padronizar uma linguagem única de indexação e recuperação de documentos científicos (disponíveis em: <http://decs.bvs.br>) (EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE, 2020, n.p., destaque nosso).

Nos enunciados acima, vê-se a exigência pelo uso exclusivo dos termos que estão catalogados nos índices do *Medical Subject Headings* (MESH) e/ou dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).⁹⁵ Essa norma foi encontrada em todos os periódicos que, de forma semelhante aos enunciados (105) e (107), avaliam tais índices como “ferramentas importantes para a indexação do artigo numa base de dados”. As revistas argumentam que a utilização dos índices MESH e DeCS funciona como uma forma de padronizar e universalizar a linguagem de indexação, facilitando as buscas bibliográficas por artigos científicos. As expressões em

⁹⁵ O MeSH é o mais conhecido sistema de palavras-chave na área de saúde e é mantido por uma instituição norte-americana. O ICMJE sugere sua utilização para a escolha das palavras-chave. Já o DeCS é o sistema adotado na América Latina e cataloga um vocabulário trilingue – português, espanhol e inglês (PEREIRA, 2021).

negrito “obrigatoriamente” (106) e “impreterivelmente” (107) marcam o rigor que permeia essa escolha e revelam um movimento centrípeto para uniformizar e controlar os termos utilizados nas Palavras-chave.

Após os descritores, algumas revistas solicitam o registro das fontes de financiamento das pesquisas na estrutura do artigo original, vide os trechos (88) e (93). Essa informação é fortemente recomendada pelo ICMJE, que associa, em grande medida, a credibilidade e a transparência de um artigo científico às informações fidedignas dos patrocínios e conflitos de interesses que podem permear as fases de planejamento, redação e publicação do trabalho científico.

Para o ICMJE (2015), há conflito de interesse quando o julgamento do profissional/pesquisador, relativo a um aspecto importante, como o bem-estar dos pacientes ou a validade de investigação, pode ser influenciado por um interesse secundário, como ganhos financeiros, tratando-se, portanto, de uma prática em que a imparcialidade do pesquisador é comprometida por outros interesses de ordem pessoal, política, econômica, dentre outras.

Penso que a demanda dos periódicos pela inclusão das informações sobre os conflitos de interesse reflete o contexto social e histórico de produção de artigos, haja vista que essa exigência é uma reação a atitudes de desconfiança das pesquisas, suscitada pelo seu possível envolvimento comercial com indústrias e laboratórios farmacêuticos.

Em outras palavras, a necessidade de declarar os patrocínios e a existência (ou não) de conflito de interesses é fruto de uma ciência pós-acadêmica⁹⁶, a qual é caracterizada pela relação estreita entre ciência e a indústria, na medida em que as pesquisas passam a ser financiadas e geridas por capital privado, dando ensejo a uma ambivalência entre as normas da tradição acadêmica e os princípios de organização derivados da tradição industrial (REIS; VIDEIRA, 2013).

6.2.2 Orientações para a escrita dos elementos textuais do artigo original

Durante a pesquisa, verifiquei que 70% dos periódicos apresentam orientações direcionadas para a composição da forma e do conteúdo das seções de Introdução,

⁹⁶ Como apontam Reis e Videira (2013, p. 584), Ziman cunhou o conceito ciência pós-acadêmica “para designar o surgimento de um novo modo de produção na ciência contemporânea, no qual há a submissão de valores (sociais e epistêmicos), oriundos de uma cultura acadêmica (realizada nas universidades e institutos de pesquisa, normalmente estatais), por valores ligados a uma cultura industrial e burocrática”.

Metodologia, Resultados e Discussão do artigo. Na revista de *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, por exemplo, encontrei uma série de artigos ⁹⁷ com instruções para a composição de cada uma dessas seções.

Por outro lado, as revistas da subárea de Saúde Pública, a exemplo de *Cadernos de Saúde Pública e Ciência e Saúde Coletiva*, não fornecem detalhes sobre a escrita desse gênero, limitando-se em apresentar a sua estrutura canônica, como foi mostrado na seção anterior.

Vale lembrar que no trecho (96), a revista *Ciência e Saúde Coletiva* sublinha que os artigos “são geralmente (mas não necessariamente) divididos nas seções de Introdução, Métodos, Resultados e Discussão”, chamando a atenção para a diversidade de formas que os artigos podem assumir nessa subárea, devido a sua interface com as Ciências Humanas e Sociais, que, por sua vez, não adotam uma estrutura rígida para esse tipo de artigo. Dito isso, vejamos algumas prescrições em torno da **Introdução**⁹⁸ do artigo original:

(108) Introdução: deve definir o objetivo do estudo, fornecer um breve resumo (não uma revisão) de trabalhos relevantes anteriores e indicar que novo avanço foi feito na investigação. Não deve incluir dados ou conclusões do trabalho que está sendo relatado (MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2020, n.p.).

(109) Introdução: deverá apresentar o problema gerador da questão de pesquisa, a justificativa e o objetivo do estudo, nesta ordem (EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE, 2020, n.p.).

(110) Introdução: indique os objetivos do trabalho e forneça um background adequado, evitando uma avaliação detalhada da literatura ou um resumo dos resultados. Faça uma introdução breve, incluindo apenas referências estritamente relevantes para sublinhar a importância do tópico e para justificar o estudo. No fim da introdução, os objetivos do estudo devem estar claramente definidos (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n.p.).

(111) Introdução: Sugerimos não ultrapassar 350 palavras. Faça uma descrição dos fundamentos e do racional do estudo, justificando com base na literatura e **destacando a lacuna científica que o levou a fazer a investigação e o porquê**. No último parágrafo, dê ênfase aos objetivos do estudo, primários e secundários, baseados na lacuna científica a ser investigada (ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA, 2020, n.p., destaque nosso).

(112) Introdução: Deve relatar de forma sucinta o contexto e a justificativa do estudo, apoiados em referências pertinentes. O objetivo do manuscrito deve estar explícito no final da Introdução (REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n. p.).

(113) A introdução é a parte do artigo científico em que o autor informa o que foi pesquisado e o porquê da investigação. É o local para precisar aspectos particulares da pesquisa, tais como a justificativa para a sua realização, a originalidade e a lógica que guiou a investigação. Algumas questões auxiliam na redação. **De que trata o estudo? Por que foi feito? Por que deve ser publicado?** [...] Escritores experientes organizam a introdução com o intuito de despertar o interesse do leitor e fazê-lo prosseguir na leitura. [...] Os editores

⁹⁷ O autor desses artigos, além de ter sido editor da revista, é também autor do manual de escrita da área médica intitulado *Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar*, citado algumas vezes neste trabalho.

⁹⁸ Não contemplo nesta pesquisa os movimentos propostos pelo Modelo CARS (SWALES,1996). Para exemplos de estudos sociorretóricos da seção de Introdução de artigos na área de Saúde Pública, conferir Dias e Bezerra (2013).

científicos apreciam introduções curtas, mas com informações suficientes e adequadas (A4, 2012, p. 675-676, destaque nosso).

De modo geral, as instruções acima demarcam o estilo e o conteúdo temático da parte introdutória de um artigo original. Com respeito ao estilo, verifica-se que os discursos orientadores reforçam a importância da concisão como indicam as sentenças: “fornecer um breve resumo” (108); “relatar de forma sucinta o contexto e a justificativa do estudo” (112); “os editores científicos apreciam introduções curtas” (113).

Quanto ao conteúdo temático da introdução, os periódicos solicitam a apresentação dos objetivos/justificativas do estudo e a indicação de sua relevância. No trecho (108), nota-se que o periódico requer uma breve descrição da literatura que fundamenta a pesquisa e interdita a inclusão de dados ou conclusões do estudo nessa seção. Além dessas informações, a revista *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, no trecho (111), pede aos autores para destacar a lacuna científica que motivou a investigação proposta.

A estrutura dessa seção é demarcada no trecho (109), no qual se estabelece uma ordem para a apresentação de suas informações, a saber: o problema gerador da pesquisa, sua justificativa e o seu objetivo. De forma análoga, a *Revista de Saúde Pública*, *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, *Jornal de Pediatria* prescrevem que os objetivos sejam explicitados no final dessa seção.

No último trecho (113), retirado de um artigo publicado pela revista de *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, o editor define a introdução como o lugar “para precisar aspectos particulares da pesquisa, tais como, a justificativa para a sua realização, a originalidade e a lógica que guiou a investigação” e como um local “para despertar o interesse do leitor e fazê-lo prosseguir na leitura”.

Dando continuidade à análise da estrutura do artigo original, vejamos as orientações concernentes à escrita da seção de **Métodos**. Na maioria das revistas, essa parte está reservada para relatar: i) o processo de elegibilidade dos participantes e dos locais onde foram recrutados; ii) os procedimentos de pesquisa, justificando-se as razões para o seu uso; iii) o processo de coleta de dados e os instrumentos utilizados; iv) os aspectos éticos da pesquisa e a sua aprovação pelos comitês de ética. Para exemplificar, transcrevo as recomendações de dois periódicos para o relato dos Métodos:

(114) Materiais e Métodos: deve-se fornecer rapidamente informações claras e suficientes para permitir que o estudo seja repetido por outros (MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2020, n.p.).

(115) O autor deve estar preparado **para detalhar cada** aspecto que seja essencial para o entendimento da sua pesquisa. O detalhamento correto permite levar a bom termo a avaliação crítica da investigação. Outra justificativa é possibilitar que alguém, com acesso aos dados, possa replicar o estudo e verificar a concordância de resultados. [...] O autor fará um favor a si mesmo e aos demais **se redigir a seção de método dentro do consenso que rege a redação dessa parte do artigo**. O público leitor ficará agradecido se a mensagem for clara e concisa. E mais, que essa informação não esteja distribuída em todo o texto, mas confinada à seção de método, o local do artigo em que ela deve estar situada. [...] Os bons editores costumam ser exigentes com o material a ele submetido. A falta de informação adequada reflete falha do autor em reconhecer sua importância, o que pesa no julgamento do leitor, do revisor e do editor. O oposto, representado pelo **excesso de detalhes**, também é desaconselhado. Frequentemente confunde, perde-se a noção de conjunto. Quem lê se aborrece e tende a abandonar a leitura [...] (A6, 2013, p. 183, destaque nosso).

Ao lançar o olhar para os excertos acima, sublinho a importância atribuída pelos editores à redação detalhada, clara e concisa da seção de Métodos. Nesse caso, a imposição de tais características é justificada pelos editores como uma forma de possibilitar a avaliação crítica da pesquisa e permitir a sua repetição. Nota-se que, na maioria dos periódicos, a reprodutibilidade da pesquisa é apontada como um valor a ser perseguido pelos autores-pesquisadores, pois essa prática é considerada uma forma de “afastar a simples coincidência como explicação para os resultados de uma investigação”, validando cientificamente um estudo (PEREIRA, 2021, p. 58).

No fragmento (115), extraído do artigo intitulado *A seção de método de um artigo científico*, publicado na revista de *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, o editor ratifica a importância do detalhamento dos aspectos essenciais para a compreensão da pesquisa, mas desaconselha o excesso de pormenores no artigo, pois pode “confundir” e “aborrecer” o seu leitor.

Sendo assim, tais instruções, aparentemente contraditórias, estabelecem um desafio para o autor, qual seja: o de relatar uma pesquisa de forma concisa/breve que abarque todos os detalhes necessários para a sua reprodução. É pertinente lembrar que a descrição dos detalhes da pesquisa é restringida também pelo limite de palavras imposto pelos periódicos para a seção de Métodos.

Em outra parte do Artigo 6, o editor oferece um quadro demarcando a estrutura e o conteúdo da seção de Métodos, como pode ser visualizado na Figura 15:

Figura 15 - Quadro com prescrições sobre a estrutura composicional e o conteúdo da seção de método

Estrutura da seção de método de um artigo científico original

Tópicos	Explicações ou detalhamento
Delineamento	O mesmo que tipo de estudo
Cenário	Contexto da pesquisa como datas, local e suas características
Amostra	Casística, população de referência, forma de seleção da amostra
Coleta de dados	Procedimentos, instrumentos de mensuração, definição operacional dos eventos relevantes
Intervenção	Necessário em ensaios clínicos, por exemplo
Métodos estatísticos	Quando apropriados: cálculo do tamanho da amostra, forma de análise dos dados
Aspectos éticos	Em acordo com resoluções que regem as pesquisas em seres humanos no País

Fonte: PEREIRA, M.G. 2013.⁹⁹

Ao apresentar esse quadro, o editor atesta a necessidade de redigir a metodologia de uma pesquisa dentro de um consenso que rege a sua redação, embora indique que alguns tópicos listados não podem ser aplicados a todos os tipos de investigação, a exemplo dos métodos estatísticos, que usualmente não são utilizados em pesquisas qualitativas.

Ainda com respeito ao conteúdo temático para compor a seção de Métodos, a maioria dos periódicos preconiza que se deve relatar os aspectos éticos da pesquisa nesse espaço. É curioso observar, entretanto, que, nos trechos (88) e (93), as revistas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* e *Clinics* incluem o tópico “ética”. Essas instruções têm promovido o registro de tal informação, que, geralmente, é descrita num parágrafo precedido pelo subtítulo *ética*, logo após a seção de Métodos, como se vê no trecho destacado da Figura 16:

⁹⁹ A seção de método de um artigo científico. *Epidemiol Serv Saúde*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 183-184, mar. 2013.

Figura 16 - Trecho da seção de métodos de um artigo publicado na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*

<p>By unveiling where, when, and how the diagnosis of VL has been performed, we may provide useful information for the planning of integrated public policies towards the improvement of patient management and reduction of the death rate due to VL.</p> <p>MATERIALS AND METHODS</p> <p><i>Study area and design</i> - This retrospective and descriptive study assessed the aspects of VL diagnosis in the municipality of Rondonópolis (16°28'15"S and 54°38'08"W), located in the southern part of the state of Mato Grosso in Central-Western Brazil. It occupies an area of 4,159.12 km² and has an estimated population of 228,857 inhabitants.⁽¹⁵⁾ The local public health services comprise two referral hospitals, two ECUs, and 37 BCUs.</p> <p>According to the Brazilian Ministry of Health, Rondonópolis is classified as an area with intense transmission of VL.⁽¹⁶⁾ Between 2003 and 2016, 210 human cases were reported there.⁽¹⁷⁾ Although the control measures of the VLSCP have been conducted locally, the incidence and case fatality due to VL recently reached peaks of 12.1 cases/100,000 inhabitants and 20.0%, respectively.⁽¹⁴⁾ In addition, a recent publication detected a high seroprevalence of canine VL in the urban area of the municipality.⁽¹⁷⁾</p> <p><i>Data collection</i> - In Brazil, VL is a notifiable disease. Thus, when a clinical suspicion is made, the health service where the patient was attended to should immediately fill in a specific form of the Brazilian Notifiable Diseases Information System (Sistema de Informação de Agravos de Notificação). This form collects epidemiological and clinical data, and triggers the investigation of the case by the local surveillance department. During this process, additional information regarding diagnosis,</p>	<p>descriptive statistical analyses were performed for each variable, and data normality was assessed using the Shapiro-Wilk test. To compare simple proportions, their 95% confidence intervals (CIs) were estimated using the Wald method. In addition, the time between the onset of symptoms and the diagnosis of VL (T_D) was determined for each patient. For this, the date of notification was considered as the date of VL diagnosis. The correlation between T_D and the patient's age was evaluated using Spearman's correlation coefficient and differences between the patients' ages and the outcomes after treatment (dead due to VL or not) were analysed using the Mann-Whitney <i>U</i> test. Analysis items with $p < 0.05$ were considered statistically significant. Finally, the overall positivity rate for each diagnostic test was calculated by dividing the number of individuals with positive results in a given test by the number of individuals subjected to the given test expressed as a percentage. Data analysis and graphing were performed using STATA/SE 11.0 (StataCorp LP, College Station, TX, USA) and Prism 7.04 (GraphPad Software, La Jolla, CA, USA), respectively.</p> <p><u><i>Ethical considerations</i> - This study was approved by the Ethical Committee for Human Research of Júlio Müller University Hospital (CAAE number: 52023215.5.0000.5541).</u></p> <p>RESULTS</p> <p>In Rondonópolis, the majority of VL cases during the study period were significantly reported by referral hospitals (64/81, 79.1%; 95% CI, 70.1-87.9). Primary health-care services, such as public ECUs and BCUs reported only 13.6% (12/81) (95% CI, 6.1-21.0) and 1.2% (1/81) (95% CI, 0.0-3.6) of cases, respectively (Fig. 1).</p>
---	--

Fonte: LUZ, J.G. G. et al., 2019 (destaque nosso).¹⁰⁰

É pertinente sublinhar que, conforme demonstra o estudo de Nassi-Calò (2016), no início dos anos 2000, 79% das revistas médicas nacionais não faziam nenhuma referência a questões éticas. De acordo com esse estudo, esse cenário só começou a se modificar a partir de 2007, quando os periódicos começaram a demandar dos autores a conformidade dos estudos e da redação científica com os códigos de ética.

A pesquisa de Halbot (2014) também mostra que a abordagem dos aspectos éticos na escrita científica é um fenômeno recente. Ao investigar um *corpus* de artigos da área médica, publicados na primeira metade do século XX, a autora identifica enunciados com conteúdos racistas e avaliações pejorativas dos pacientes, que faziam parte dos estudos relatados, refletindo, segundo ela, o momento histórico em que se propagava uma doutrina em defesa

¹⁰⁰ Where, when, and how the diagnosis of human visceral leishmaniasis is defined: answers from the Brazilian control program. *Mem Inst Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, v. 114, 2019.

do embranquecimento da população brasileira e a substituição da mão-de-obra negra por imigrantes europeus.¹⁰¹

No material de análise deste trabalho, observei que as orientações acerca das questões éticas estão presentes em todos os periódicos, que, de forma geral, requerem a observância das normas e preceitos contidos na Declaração de Helsinque¹⁰² e nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde. Grosso modo, tais normas estabelecem os critérios para aprovação das pesquisas e prescrevem procedimentos esperados para a condução dos estudos com seres humanos, como o consentimento livre e esclarecido, a garantia de anonimato e a confidencialidade de certas informações, dentre outros. Foi possível identificar também uma instrução que associa a questão ética com a linguagem utilizada no artigo. Vejamos:

(116) Uso da linguagem inclusiva: A linguagem inclusiva reconhece a diversidade, transmite respeito a todas as pessoas, é sensível às diferenças e promove a igualdade de oportunidades. Os conteúdos não devem fazer julgamentos sobre as crenças de qualquer leitor; não devem conter nada que aponte para a superioridade de um indivíduo em razão de sua idade, sexo, raça, etnia, cultura, orientação sexual, deficiência ou condição de saúde; use uma linguagem inclusiva por toda parte. Os autores devem garantir que a escrita esteja livre de preconceitos, estereótipos, gírias, referências à cultura dominante e/ou julgamentos culturais. Aconselhamos buscar a neutralidade de gênero usando substantivos plurais ("clínicos, pacientes/clientes") como padrão [...]. Recomendamos evitar o uso de termos que se referem a atributos pessoais como idade, sexo, raça, etnia, cultura, orientação sexual, deficiência ou condição de saúde, a menos que sejam relevantes e válidos. Essas diretrizes são um ponto de referência para ajudar a identificar a linguagem apropriada, mas não são de forma alguma exaustivas ou definitivas¹⁰³ (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n.p., tradução nossa).

Esse tipo de orientação foi encontrado apenas nas Instruções aos Autores do *Jornal de Pediatria* e, a meu ver, aponta para a preocupação do periódico com a linguagem que os

¹⁰¹ A título de ilustração, transcrevo a seguir um trecho, citado na tese de Halbot, de relatos publicados na *Revista Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* em 1915. A citação mantém a ortografia vigente da época de sua publicação: "O vale do rio São Francisco dá a impressão duma rejão pobre e atrasada. Quanto á população convem dizer que o elemento índio nela é quasi nullo. No entanto a raça preta entra com um continjente grande, muitas vezes predominante. Não são raros os lugares onde, entre os nativos, falta o elemento completamente branco. Isto, naturalmente, influe muito sobre o caráter da população que geralmente vive de modo bastante primitivo. (...) Também não pode haver progresso, onde a gente se contenta a vejetar sem melhorar as condições da sua vida. Além da questão da raça, há outros que se opoem ao progresso" (LUTZ; MACHADO, 1915 *apud* HALBOT, 2014).

¹⁰² A Declaração de Helsinque é uma norma internacional que apresenta os princípios éticos para guiar as pesquisas na área da saúde. Nesse documento, preconiza-se que todo o cuidado deve ser tomado a fim de respeitar a privacidade e os interesses do indivíduo, que devem prevalecer sobre os da ciência e da sociedade (PEREIRA, 2021).

¹⁰³ Use of inclusive language: Inclusive language acknowledges diversity, conveys respect to all people, is sensitive to differences, and promotes equal opportunities. Content should make no assumptions about the beliefs of any reader; contain nothing which might imply that one individual is superior to another on the grounds of age, gender, race, ethnicity, culture, sexual orientation, disability, or health condition; and use inclusive language throughout. Authors should ensure that writing is free from bias, stereotypes, slang, reference to dominant culture and/or cultural assumptions. We advise to seek gender neutrality by using plural nouns ("clinicians, patients/clients") as default [...] We recommend avoiding the use of descriptors that refer to personal attributes such as age, gender, race, ethnicity, culture, sexual orientation, disability, or health condition unless they are relevant and valid. These guidelines are meant as a point of reference to help identify appropriate language but are by no means exhaustive or definitive.

autores utilizam para descrever os sujeitos de pesquisa. Prescreve-se, assim, uma linguagem inclusiva que, nos termos do periódico, caracteriza-se por ser isenta de preconceitos e julgamentos culturais. Como se vê em (116), uma das formas de adotar um estilo de linguagem inclusiva é “evitar o uso de termos que se referem a atributos pessoais como idade, sexo, raça, etnia, cultura, orientação sexual, deficiência ou condição de saúde, a menos que sejam relevantes e válidos”.

Seguindo com a análise dos elementos textuais, passemos para as orientações em torno da seção de **Resultados**, observando algumas instruções dos periódicos:

(117) Resultados: deve ser um relato conciso das novas informações descobertas, com o mínimo de julgamento pessoal. **Não repita no texto os dados já descritos nas tabelas e ilustrações** (MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2020, n.p., destaque nosso).

(118) Os resultados devem ser exibidos com clareza e estar apresentados subdivididos em itens, quando possível, e apoiados em número moderado de gráficos, tabelas, quadros e figuras. **Evitar a redundância ao apresentar os dados, como no corpo do texto e em tabelas.** É de extrema importância que a sua significância estatística seja devidamente comprovada (ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA, 2020, n.p., destaque nosso).

(119) Os resultados do estudo devem ser apresentados de forma clara e objetiva, seguindo uma sequência lógica. **As informações contidas em tabelas ou figuras não devem ser repetidas no texto.** Use figuras no lugar de tabelas para apresentar dados extensos (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n.p., destaque nosso).

(120) Resultados: É preciso que sejam apresentados em uma sequência lógica, iniciando-se com a descrição dos dados mais importantes. Tabelas e figuras devem ser restritas àquelas necessárias para argumentação e a descrição dos dados no texto deve ser restrita aos mais importantes. Os gráficos devem ser utilizados para destacar os resultados mais relevantes e resumir relações complexas. **Dados em gráficos e tabelas não devem ser duplicados, nem repetidos no texto.** Os resultados numéricos devem especificar os métodos estatísticos utilizados na análise (REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p., destaque nosso).

(121) Resultados: síntese dos resultados encontrados: **é desejável incluir tabelas e figuras autoexplicativas** (EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE, 2020, n.p., destaque nosso).

Em todos os enunciados acima, reitera-se a adoção de um estilo conciso e objetivo na escrita do artigo original. Nos trechos em negrito, é dito que as informações contidas em gráficos, quadros e tabelas não devem ser repetidas no texto. Prescreve-se, assim, que os recursos visuais sejam autoexplicativos e disponham os dados, prescindindo de comentários e/ou interpretações do autor-pesquisador sobre os resultados de pesquisa.

Esse discurso é reforçado pela revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, quando os editores chamam a atenção, no excerto (117), para a necessidade de relatar os resultados da pesquisa “com o mínimo de juízo de valor”. Tais orientações ressoam também no Artigo 7, publicado na revista *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, como se vê no trecho em negrito:

(122) Ilustrações compreendem tabelas e figuras. Ilustrações têm a propriedade de resumir importantes informações que, de outra forma, seriam difíceis de redigir e enfadonhas de ler. Se bem compostas, concorrem para simplificar o texto que, de outra maneira, conteria excesso de números e de explicações. [...] **Menciona-se brevemente o que foi encontrado na pesquisa sem emitir opinião ou comparação com outros estudos.** A parte interpretativa dos achados estará confinada à discussão, a parte final da estrutura do artigo. Como a função da seção de resultados é conter os achados da investigação, é conveniente o autor facilitar seu entendimento pela elaboração de um texto coerente, no qual guie o leitor para os pontos principais das ilustrações. Um texto de boa qualidade não contém duplicação de resultados em ilustrações e no texto. Duplicações mais entendiam o leitor do que o esclarecem (A7, 2013, p. 353-354, destaque nosso).

É pertinente notar que, nas primeiras linhas do fragmento (122), os recursos visuais são avaliados como meios de “resumir informações importantes” e expedientes que “concorrem para simplificar o texto”. Nesse mesmo artigo, o editor fornece um quadro delimitando a estrutura e o conteúdo temático dessa seção:

Figura 17 - Quadro com prescrições sobre a estrutura composicional e conteúdo da seção de resultados

Estrutura da seção de resultados de um artigo científico original

1	Características dos sujeitos do estudo	Descreve-se a amostra estudada
2	Achado principal	Trata-se da resposta à questão central da investigação
3	Outros achados	Dizem respeito aos objetivos secundários e informações adicionais relevantes, tais como resultados discrepantes ou em subgrupos

Fonte: PEREIRA, M. G. 2013.¹⁰⁴

Para o editor, a ordem de apresentação dos conteúdos da seção de Métodos (Figura 17) é aplicável a muitos tipos de investigação. Assim, seguindo a estrutura apresentada, ele indica que se deve mostrar como foi o processo de seleção dos participantes da pesquisa e descrever suas características demográficas, socioeconômicas, clínicas ou de outra natureza, afirmando que tais dados, geralmente, são fornecidos em formas de tabelas. Após essas informações, descrevem-se os “achados principais” que, conforme o editor, estão associados aos objetivos ou às perguntas apresentadas no artigo. Na sequência, recomenda-se a exposição de achados secundários relevantes ou inesperados que mereçam ser descritos.

¹⁰⁴ A seção de resultados de um artigo científico. *Epidemiol Serv Saúde*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 353-354, jun. 2013.

Para concluir a análise das seções que compõem o corpo do artigo original, transcrevo abaixo as instruções em torno da parte reservada à **Discussão** dos resultados:

(123) Discussão: deve limitar-se ao significado da nova informação e relacionar as novas descobertas com o conhecimento existente. Apenas citações inevitáveis devem ser incluídas (MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2020, n.p., destaque nosso).

(124) Discussão: Os resultados devem ser interpretados e comparados com dados publicados anteriormente, destacando os aspectos novos e importantes do presente estudo. **Devem-se discutir as implicações dos resultados e as limitações do estudo, bem como a necessidade de pesquisas adicionais** (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n. p., destaque nosso).

(125) Discussão: A partir dos dados obtidos e resultados alcançados, os aspectos novos e importantes observados devem ser interpretados à luz da literatura científica e das teorias existentes no campo. Argumentos e provas baseadas em comunicação de caráter pessoal ou divulgadas em documentos restritos não podem servir de apoio às argumentações do autor. **Tanto as limitações do trabalho quanto suas implicações para futuras pesquisas precisam ser esclarecidas.** É necessário incluir somente hipóteses e generalizações baseadas nos dados do trabalho (REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p., destaque nosso).

(126) Discussão: **comentários sobre os resultados, suas implicações e limitações**; confrontação do estudo com outras publicações e literatura científica de relevância para o tema. O último parágrafo da seção deverá conter as conclusões e implicações dos resultados para os serviços ou políticas de saúde (REVISTA DE EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇO DE SAÚDE, 2020, n.p., destaque nosso).

(127) Discussão: Relaciona-se diretamente ao tema proposto quando analisado à luz da literatura, **salientando aspectos novos e importantes do estudo, suas implicações e limitações.** A comparação com artigos previamente publicados no mesmo campo de investigação é um ponto importante, salientando quais são as novidades trazidas pelos resultados do estudo atual e suas implicações clínicas ou translacionais. O último parágrafo deve expressar conclusões ou, se pertinentes, recomendações e implicações clínicas (ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA, 2020, n. p., destaque nosso).

As instruções acima estão voltadas para demarcar o conteúdo da Discussão do artigo. De início, observa-se que os periódicos ressaltam a importância de relacionar os dados encontrados na pesquisa com a literatura existente, a exemplo dos enunciados: “Os resultados devem ser interpretados e comparados com dados publicados anteriormente” (124); “Relaciona-se diretamente ao tema proposto quando analisado à luz da literatura” (127). Nessa direção, a *Revista de Saúde Pública*, em (125), afirma que as teorias reconhecidas no campo devem ser usadas para interpretar os dados, assinalando que “argumentos e provas baseadas em comunicação de caráter pessoal ou divulgadas em documentos restritos não podem servir de apoio às argumentações do autor”. Note-se, nessa instrução, que a parte interpretativa dos resultados deve estar vinculada à literatura existente, limitando o posicionamento do autor-pesquisador.

Nos excertos em negrito, os periódicos estabelecem que, nessa parte do artigo, o autor-pesquisador deve também informar as limitações do trabalho e suas implicações para as pesquisas futuras. A esse respeito, tomo o artigo intitulado *A seção de discussão de um artigo científico*, no qual o editor faz as seguintes ponderações:

(128) Considera-se boa prática o próprio autor apontar as carências em vez de omiti-las propositadamente, à espera de que passem despercebidas. Limitações importantes não assinaladas no texto diminuem a credibilidade da investigação. [...] Também são comentados aspectos positivos, entre os quais as providências adotadas para neutralizar as limitações, para contorná-las ou estimar sua influência nos resultados (A8, 2013, p 537).

(129) A discussão, habitualmente, constitui uma seção de difícil preparação. É aquela em que o iniciante mais se complica em sua redação e, comumente, elabora um texto extenso e confuso. Seu tamanho não deveria ultrapassar um terço do artigo. Se ocupar mais da metade do texto correspondente à estrutura IMRD (introdução, método, resultado e discussão), a discussão é longa e, provavelmente, mal feita. (A8, 2013, p. 538).

Em (128), o editor avalia o relato das limitações do estudo como uma “boa prática” na escrita do artigo. Para ele, tais limitações, geralmente estão relacionadas ao delineamento de pesquisa adotado ou a outros detalhes da própria investigação. Nesse trecho, além de salientar a necessidade de descrever as limitações da pesquisa na Discussão, o editor recomenda a menção de iniciativas e esforços para minimizá-las ou contorná-las.

Em (129), assinala-se a dificuldade do autor-pesquisador neófito para redigir essa seção do artigo. Além disso, o tamanho da Discussão é apontado como um indicativo de sua qualidade, ou seja, aquela “que ultrapassa mais da metade do texto, correspondente à estrutura IMRD”, é avaliada como “confusa” e “mal feita”. Desse modo, uma das recomendações do editor é redigir a Discussão de forma estruturada, em subseções, como mostra no quadro da Figura 18, apresentado no artigo em exame:

Figura 18 - Quadro com prescrições sobre a estrutura composicional e conteúdo da seção de discussão

Estrutura da seção de discussão de um artigo científico original

1	Realce dos achados relevantes e originais
2	Avaliação crítica da própria pesquisa: limitações e aspectos positivos
3	Comparação crítica com a literatura pertinente
4	Interpretação dos achados
5	Conclusão, que pode estar acompanhada de generalização, implicações, perspectivas, recomendações

Fonte: PEREIRA, M. G. 2013.¹⁰⁵

¹⁰⁵ A seção de discussão de um artigo científico. **Epidemiol Serv Saúde**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 537-538, set. 2013.

Nesse quadro, a Discussão do artigo é definida como um espaço para descrever os achados da pesquisa, expor suas limitações e aspectos positivos, comparar os resultados com a teoria pertinente e interpretá-los. Note-se que no quadro da Figura 18 é designado que a **Conclusão** do artigo deve vir inserida na Discussão. Convém registrar que as orientações em torno da posição da Conclusão do artigo original são variadas. Vejamos duas instruções diferentes:

(130) As conclusões devem ser apresentadas ao fim da seção Discussão, levando em consideração a finalidade do trabalho. Relacione as conclusões com os objetivos iniciais do estudo, evitando declarações não embasadas pelos achados e dando a mesma ênfase aos achados positivos e negativos que tenham importância científica similar. Se relevante, inclua recomendações para novas pesquisas (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n.p.)

(131) Tópicos tipicamente usados ao longo do texto incluem Introdução, Métodos, Resultados, Discussão e Conclusão (SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL, 2020, n.p.).

(132) Por fim, na conclusão, retorne à questão de pesquisa, não faça mais citações, apresente seu próprio olhar sobre os achados, convidando os leitores a seguir adiante frente às indagações que você apresentou. (E15, 2016, n.p.)

O *Jornal de Pediatria*, no excerto (130), instrui que a Conclusão deve ser apresentada ao fim da Discussão; orientação partilhada por 60% das revistas investigadas. Já a revista *São Paulo Medical Journal* – seguida pela *Revista de Saúde Pública*, *Cadernos de Saúde Pública* e *Clinics* – aponta que tal conteúdo deve vir numa seção destacada logo após a Discussão. De forma geral, percebe-se que o conteúdo temático da Conclusão gira em torno das respostas aos objetivos da pesquisa. Cabe atentar que, em (132), o editor da revista *Cadernos de Saúde Pública* restringe as citações nessa seção do artigo e, diferentemente das orientações da maior parte dos periódicos, solicita o posicionamento do autor-pesquisador sobre os resultados descritos.

Antes de encerrar esta parte do trabalho, julgo necessário fazer breves considerações sobre as seções de **Agradecimentos** e **Contribuição dos autores**. A título meramente ilustrativo, apresento trechos finais de dois artigos publicados na *Revista de Saúde Pública* e *Clinics*, a fim de observarmos a estrutura dos elementos pós-textuais utilizados:

Figura 19 - Trecho da seção de Conclusão de um artigo da *Revista de Saúde Pública*

RSP
Intoxicações medicamentosas no Brasil Duarte FG et al.

medidas de tendência para a incidência das internações por intoxicação medicamentosa, assim como para a mortalidade.

CONCLUSÕES

As internações por intoxicação medicamentosa têm grande impacto e importância na saúde pública, merecendo atenção especialmente por sua natureza potencialmente prevenível. Apesar do maior acesso a medicamentos com isenção de prescrição, a quase totalidade das hospitalizações e dos óbitos no Brasil entre 2009 e 2018 ocorreu em decorrência de intoxicações causadas por medicamentos com prescrição obrigatória. Nossos resultados reforçam a necessidade de estudos analíticos para identificar os determinantes e prevenir a ocorrência das intoxicações medicamentosas.

REFERÊNCIAS

1. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução Nº 4, de 10 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre as normas de farmacovigilância para os detentores de registro de medicamentos de uso humano. Brasília, DF: Anvisa; 2009 [citado 16 mar 2021]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2009/res0004_10_02_2009.html
2. Amaral DA. Intoxicações por medicamento. In: Seizi O, organizador. Fundamentos de toxicologia. 2.ed. São Paulo: Varela; 2003. p.367-79.

Fonte: DUARTE, F. G. et al. 2021.¹⁰⁶

Figura 20 - Trechos de elementos pós-textuais de um artigo da *Clinics*

■ ACKNOWLEDGMENTS

This work was supported by grants from the Sao Paulo Research Foundation - FAPESP (2016/25212-9) and Oswaldo Cruz Foundation - Fiocruz (VPDGI-050-FIO-20 and VPPCB-005-FIO-20-2-87, RDL and IFTV). LTS is a recipient of a fellowship from FAPESP (processo: 2018/12460-0). BTT and MMO are recipients of a fellowship from CAPES (88887.472042/2019-00 and 88887.511267/2020-00, respectively). IFTV and TEL are recipients of fellowships from Fiocruz (VPDGI-050-FIO-20 and VPPCB-005-FIO-20-2-87, respectively). RDL is a recipient of a fellowship from CNPq 425997/2018-9. TMO is recipient of a fellowship from CNPq 302945/2019-9. AJSD is recipient of a fellowship from CNPq 305135/2019-8.

■ AUTHOR CONTRIBUTIONS

Duarte AJS, Oshiro TM, Almeida A and Silva LT designed the research. Silva LT, Ortega MM, Tiyo BT, Oliveira LMS and Teixeira FME were responsible for the standardization of cellular assays. Silva LT, Ortega MM and Tiyo BT performed cellular assays. Viana IFT, Lima TE, Lins RD, Tozetto-Mendonza TR and Mendes-Correa MC performed serological tests. Silva LT, Ortega MM and Tiyo BT organized and analyzed the data. Oshiro TM, Silva LT, Ortega MM, Tiyo BT and Viana IFT wrote the manuscript. Oshiro TM and Duarte AJS coordinated and supervised the study. Duarte AJS and Oshiro TM were responsible for the funding acquisition. All authors read and approved the final version of the manuscript.

■ REFERENCES

1. Singhal T. A Review of Coronavirus Disease-2019 (COVID-19). *Indian J Pediatr.* 2020;87(4):281-6. <https://doi.org/10.1007/s12098-020-03263-6>
2. Li G, Fan Y, Lai Y, Han T, Li Z, Zhou P, et al. Coronavirus infections and immune responses. *J Med Virol.* 2020;92(4):424-32. <https://doi.org/10.1002/jmv.25685>
3. Bacher P, Rosati E, Esser D, Martini GR, Saggau C, Schiminsky E, et al. Low-Avidity CD4+ T Cell Responses to SARS-CoV-2 in Unexposed Individuals and Humans with Severe COVID-19. *Immunity.* 2020;53(6):1258-1271.e5. <https://doi.org/10.1016/j.immuni.2020.11.016>
4. Kusunagi A, Ramirez-Suástegui C, Fajardo V, Chee SJ, Meckiff BJ, Simon H, et al. Severely ill COVID-19 patients display impaired exhaustion features in SARS-CoV-2-reactive CD8+ T cells. *Sci Immunol.* 2021;6(5):

14. Braun J, Loyal L, Frensch M, Wendisch D, Georg P, Kurth F, et al. SARS-CoV-2-reactive T cells in healthy donors and patients with COVID-19. *Nature.* 2020;587(7833):270-4. <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2598-9>
15. Grifoni A, Weiskopf D, Ramirez SI, Mateus J, Dan JM, Moderbacher CR, et al. Targets of T Cell Responses to SARS-CoV-2 Coronavirus in Humans with COVID-19 Disease and Unexposed Individuals. *Cell.* 2020;181(7):1489-1501.e15. <https://doi.org/10.1016/j.cell.2020.05.015>
16. Law JC, Koh WH, Budyłowski P, Lin J, Yue F, Abe KT, et al. Systematic Examination of Antigen-Specific Recall T Cell Responses to SARS-CoV-2 versus Influenza Virus Reveals a Distinct Inflammatory Profile. *J Immunol.* 2021;206(1):37-50. <https://doi.org/10.4049/jimmunol.2001067>
17. Le Bert N, Tan AT, Kunasegaran K, Tham CYL, Hafezi M, Chia A, et al. SARS-CoV-2-specific T cell immunity in cases of COVID-19 and SARS, and uninfected controls. *Nature.* 2020;584(7821):457-62. <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2550-z>
18. Ni L, Cheng ML, Feng Y, Zhao H, Liu J, Ye F, et al. Impaired Cellular Immunity to SARS-CoV-2 in Severe COVID-19 Patients. *Front Immunol.* 2021;12:603563. <https://doi.org/10.3389/fimmu.2021.603563>
19. Thieme CJ, Anft M, Paniskaki K, Blazquez-Navarro A, Doevelaar A, Seibert FS, et al. Robust T Cell Response Toward Spike, Membrane, and Nucleocapsid SARS-CoV-2 Proteins Is Not Associated with Recovery in Critical COVID-19 Patients. *Cell Rep Med.* 2020;1(6):100092. <https://doi.org/10.1016/j.xcrm.2020.100092>
20. Thieme CJ, Anft M, Paniskaki K, Blazquez-Navarro A, Doevelaar A, Seibert FS, et al. The SARS-CoV-2 T-cell immunity is directed against the spike, membrane, and nucleocapsid protein and associated with COVID 19 severity. *MedRxiv.* 2020. [Preprint]. <https://doi.org/10.1101/2020.05.13.20100636>
21. Amanat F, Stadlbauer D, Strohmeier S, Nguyen THO, Chromikova V, McMahon M, et al. A serological assay to detect SARS-CoV-2 seroconversion in humans. *Nat Med.* 2020;26(7):1033-6. <https://doi.org/10.1038/s41591-020-0913-5>
22. Tozetto-Mendoza TR, Kanunfre KA, Vilas-Boas LS, Sanchez Espinoza EP, Paiao HGO, Rocha MC, et al. Nucleoprotein-based ELISA for detection of SARS-CoV-2 IgG antibodies: Could an old assay be suitable for serodiagnosis of the new coronavirus? *J Virol Methods.* 2021;290:114064. <https://doi.org/10.1016/j.jviromet.2021.114064>
23. Guernonprez P, Valladeau J, Zitvogel L, Thery C, Amigorena S. Antigen presentation and T cell stimulation by dendritic cells. *Annu Rev Immunol.* 2002;20:621-67. <https://doi.org/10.1146/annurev.immunol.20.100301.064828>
24. Zhan Y, Carrington EM, Zhang Y, Heinzel S, Lew AM. Life and Death of Activated T Cells: How Are They Different from Naive T Cells? *Front Immunol.* 2017;8:1809. <https://doi.org/10.3389/fimmu.2017.01809>
25. Sela-Culang I, Kunik V, Ofran Y. The structural basis of antibody-antigen recognition. *Front Immunol.* 2013;4:302. <https://doi.org/10.3389/fimmu.2013.00302>

Fonte: SILVA, L. T. et al. 2021.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Óbitos e internações decorrentes de intoxicações por medicamentos com prescrição e isentos de prescrição, no Brasil. *Rev Saude Publica.* v. 55, n. 81, 2021.

¹⁰⁷ SARS-CoV-2 recombinant proteins stimulate distinct cellular and humoral immune response profiles in samples from COVID-19 convalescent patients. *Clinics*, v. 79, n. e3548, 2021.

Observa-se, na Figura 19, que os Agradecimentos e as Contribuições dos autores não aparecem na estrutura do artigo publicado na *Revista de Saúde Pública*. Como foi demonstrado no excerto (94), esse periódico não explicita se tais itens devem vir na parte final do texto ou em outros documentos solicitados no processo de submissão.

De forma análoga, 60% dos periódicos investigados não solicitam a inclusão dessas informações no corpo do artigo, como pode ser visto nos trechos (89), (90), (91), (92), (94) e (95). Sendo assim, é possível observar que esses elementos pós-textuais podem compor ou não a estrutura do artigo original.

Por outro lado, as revistas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* e *Clinics*, conforme foi descrito nos excertos (88) e (93), solicitam o acréscimo dessas seções na estrutura do artigo. Nesses periódicos, tais itens são recorrentes, como pode ser observado no artigo da *Clinics* (Figura 20) nas seções intituladas *Acknowledgments* e *Author contributions*. Os editores assinalam que os Agradecimentos devem ser breves e dirigidos a instituições que de alguma forma possibilitaram a realização da pesquisa e/ou pessoas que colaboraram com o estudo, mas não atendem os critérios de autoria. Quanto à Contribuição dos autores, os periódicos requerem informações sobre a participação individual de cada autor na elaboração da pesquisa, na interpretação dos resultados e no processo de escrita e revisão do artigo.

Feita a exposição da forma e conteúdo prescritos para a composição do artigo original, passo à análise do artigo de revisão.

6.3 Orientações para escrita do artigo de revisão

Nesta seção, darei prosseguimento à análise do ritual das circunstâncias que constitui a escrita científica na área médica, descrevendo as prescrições em torno do conteúdo temático e da estrutura composicional do artigo de revisão. Seguindo a ordem de análise estabelecida anteriormente, começo apresentando algumas concepções das revistas em torno desse gênero:

(133) Artigos de revisão são metanálises, avaliações sistemáticas ou críticas da literatura sobre temas de relevância clínica, com ênfase em aspectos como causa e prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento e prognóstico (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n.p.).

(134) Artigos de revisão: **Revisão sistemática e Metanálise:** por meio da síntese de resultados em estudos originais, quantitativos ou qualitativos, visa responder a uma questão específica, significativa para a saúde pública. Descreve detalhadamente o processo de busca de estudos originais, os critérios usados para selecionar os incluídos na revisão e os procedimentos. **Revisão narrativa ou crítica** tem caráter descritivo-discursivo, e se destina a apresentar e discutir de forma abrangente temas de interesse científico no campo da saúde coletiva. Deve apresentar uma formulação clara do objeto de interesse científico, argumentação lógica, crítica teórico-metodológica das obras consultadas e uma síntese conclusiva (REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p., destaque nosso)

(135) Revisões sistemáticas e metanálises são consideradas artigos originais (SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL, 2020, n.p.).

(136) Análises sistemáticas e metanálises são consideradas como artigo original, e não revisões (ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA, 2020, n. p.).

(137) Artigos de revisão consistem em textos baseados exclusivamente em fontes secundárias, sujeitos a métodos de análise temática teoricamente consagrada ou não solicitada, não podendo ultrapassar 45.000 caracteres com espaços (CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA, 2020, n. p.).

(138) Este tipo de manuscrito deve focar na descrição do estado da arte, destacando os principais avanços a respeito do assunto (REVISTA DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL DE SÃO PAULO, 2020, n.p.).

(139) Revisão: revisão crítica da literatura sobre temas pertinentes à Saúde Coletiva [...]. **São priorizadas as revisões sistemáticas, que devem ser submetidas em inglês. São aceitos, entretanto, outros tipos de revisões, como narrativas** (CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p., destaque nosso).

(140) Artigo de revisão: **Artigo de revisão sistemática** - apresentação de um resumo dos resultados do estudo original com o objetivo de responder a uma questão específica; os artigos devem descrever detalhadamente o processo de busca dos estudos originais e os critérios para sua inclusão na revisão; podem ou não apresentar o procedimento para obtenção da síntese quantitativa dos resultados em formato de metanálises. **Artigo de revisão narrativa** - uma análise crítica do material publicado, uma discussão aprofundada sobre um tema relevante para a saúde pública ou uma atualização sobre um assunto controverso ou emergente; deve ser elaborado por especialista na área, a convite dos editores (EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE, 2020, n. p., destaque nosso).

Nos fragmentos (133) e (134), o artigo de revisão é associado a determinados delineamentos de pesquisa como as Metanálises, Revisões Sistemáticas e Revisões Narrativas.¹⁰⁸ De forma diferente, as revistas *Arquivos Brasileiros de Cardiologia* e *São Paulo Medical Journal*, em (135) e (136), sem oferecer esclarecimentos, assinalam que as Revisões Sistemáticas e Metanálises não são consideradas artigos de revisão, mas artigos originais.

Ressalte-se que a Revisão Narrativa, devido ao seu caráter descritivo-discursivo, recebe mais atenção nos periódicos da área de Saúde Pública, como se vê em (134) e (140), os quais publicam mais artigos de cunho qualitativo. Essas revistas não oferecem uma estrutura composicional para a Revisão Narrativa e limitam-se a dizer que o seu conteúdo deve promover uma visão abrangente sobre um tópico ligado ao campo da Saúde Pública.

Parece-me, contudo, que os tipos de revisões não possuem o mesmo peso e relevância nos periódicos dessa subárea. Exemplifico isso com as orientações da revista *Cadernos de Saúde Pública*, no trecho destacado em (139), no qual flagra-se a precedência das revisões sistemáticas em detrimento das revisões narrativas, por meio do enunciado: “São priorizadas as revisões sistemáticas, que devem ser submetidas em inglês”.

¹⁰⁸ De acordo com Greenhalg (2015, p. 32), as revisões podem ser divididas em: a) não sistemáticas, que resumem estudos primários; b) sistemáticas, que fazem isso de acordo com uma metodologia rigorosa e verificável; c) metanálises, que integram os dados numéricos de mais de um estudo.

Nos demais excertos (137) e (138), vemos as seguintes definições para o artigo de revisão: i) “consiste em textos baseados exclusivamente em fontes secundárias, sujeitos a métodos de análise temática teoricamente consagrada”; ii) “descreve o estado da arte, destacando os principais avanços a respeito do assunto”. Na esteira dessas concepções, a estrutura composicional do artigo de revisão, preconizada pelos periódicos, não é uniforme, como se pode observar abaixo:

Quadro 9 - Prescrições em torno da estrutura composicional do artigo de revisão

Instruções	Periódicos
Prescreve a consulta das diretrizes de escrita PRISMA da Rede Equator.	Memórias do Instituto Oswaldo Cruz Revista de Saúde Pública Cadernos de Saúde Pública Epidemiologia e Serviços de Saúde São Paulo Medical Journal
Não prescreve uma estrutura composicional específica, apenas solicita aos autores que obedeam ao limite de palavras instituído pela revista e recomenda o uso de cabeçalhos, subtítulos e títulos de parágrafos no resumo e no texto para melhorar a clareza.	Jornal de Pediatria Arquivos Brasileiros de Cardiologia Ciência e Saúde Coletiva Clinics
Prescreve o uso da mesma estrutura composicional do artigo original (IMRD).	Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora.

Depreendem-se, no Quadro 9, três tipos de orientações para a composição da estrutura do artigo de revisão: i) 50% das revistas preconizam a utilização das diretrizes de escrita PRISMA da Rede Equator para estruturar o artigo de revisão; ii) 40% não prescrevem uma estrutura composicional específica; e iii) 10% orientam o uso da estrutura canônica - IMRD.

Ao comparar as prescrições em torno das estruturas composicionais do artigo original e do artigo revisão, percebe-se que a maior parte das orientações dos periódicos está concentrada no primeiro. De um lado, isso deve-se às instruções das diretrizes PRISMA da Rede, que, ao apresentar um roteiro de escrita detalhado para a revisão sistemática, dispensa as orientações dos periódicos que a prescrevem. De outro lado, pode-se pensar que a escassez de orientações em torno do artigo de revisão nos periódicos esteja associada à posição dos autores indicados para escrever e publicar esse tipo de artigo. Para elucidar essa questão, transcrevo os enunciados abaixo:

(141) Os trabalhos em formato de “revisão” serão aceitos somente por meio de convites feitos pelo editor ou editores associados (MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2020 n.p.).

(142) Os editores formulam convites para a maioria das revisões. No entanto, trabalhos de alto nível, realizados por autores ou grupos com histórico de publicações na área serão bem-vindos. Não serão aceitos, nessa seção, trabalhos cujo autor principal não tenha vasto currículo acadêmico ou de publicações, verificado

através do sistema Lattes (CNPQ), Pubmed ou SciELO (ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA, 2020, n.p.).

(143) Os artigos de revisão devem cobrir temas relevantes para a prática médica. Avaliações enviadas espontaneamente são bem-vindas; no entanto, os autores em potencial devem ter em mente que se espera que tenham experiência no campo revisado (CLINICS, 2020, n.p.).

(144) Os artigos de revisão destinam-se a pesquisadores especialistas em um determinado campo e que fizeram contribuições substanciais para essa área específica do conhecimento (REVISTA DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL DE SÃO PAULO, 2020, n.p.).

(145) Normalmente, profissionais de reconhecida expertise são convidados a escrever artigos de revisão (JORNAL DE PEDIATRIA, 2020, n. p.)

As instruções acima restringem e limitam a escrita de um artigo de revisão “apenas para autores convidados” e “especialistas no campo que fizeram contribuições substanciais para a área”. Ressalto que, sob o viés foucaultiano, tais prescrições afiguram-se como uma forma de controle do discurso, que institui/define o direito exclusivo de quem pode escrever um artigo de revisão, ou seja, a sua produção está circunscrita aos pesquisadores que possuem capital simbólico no campo de conhecimento.

É plausível supor, portanto, que tais autores não necessitam de muitas instruções e dispõem de mais liberdade e “licença” para romper com certas regras da escrita científica, sem correr o risco de ter seus artigos recusados pelos editores.

Vale dizer que esses dados corroboram as pesquisas de Swales (1996), nas quais o autor afirma que o artigo de revisão se distancia do padrão IMRD (Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão), uma vez que suas seções são demarcadas pelos conteúdos discutidos. O autor também registra que a escrita desse tipo de artigo está limitada e orientada para autores experientes e reconhecidos pelos pares.

Diante da lacuna encontrada nas Instruções aos Autores para a escrita do artigo de revisão, tomei alguns artigos e editoriais publicados nos periódicos que abordam a produção desse gênero. Nesses textos foi possível apreender outros aspectos envolvidos nos discursos orientadores em torno da produção desse tipo de artigo como, por exemplo, a sua importância/valor para a área médica e a racionalidade científica que lhe subjaz.

Durante o percurso de pesquisa, percebi que o artigo de revisão, principalmente o que descreve uma Revisão Sistemática e/ou Metanálise, tem adquirido valor e prestígio no discurso dos editores. Sendo assim, recortei alguns enunciados que revelam a dimensão valorativa das instruções para a escrita desse gênero.

Começo com o Editorial 22, que versa sobre a evolução do Fator de Impacto na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*:

(146) Embora a qualidade e a relevância dos artigos publicados afetem a frequência com que são citados, outros fatores também afetam o fator de impacto de um periódico [...] Para citar apenas alguns:

- Visibilidade da revista - é afetada principalmente pela circulação, indexação e acesso on-line. Apenas os artigos que são “encontrados” podem ser citados.
- Artigos de revisão - são citados duas vezes mais que outros artigos.
- Relatos de caso - São o tipo de publicação menos citado ¹⁰⁹ (E 22, 2005, p. 457, tradução nossa).

As informações descritas no trecho (146) denotam que a frequência das citações não está associada apenas à qualidade dos artigos, mas liga-se também ao tipo de artigo que é publicado. Nesse sentido, os editores mostram que o artigo de revisão agrega mais citações do que um artigo que apresenta um relato de caso, por exemplo, e, conseqüentemente, tem um potencial de promover o aumento do FI da revista.

Nessa direção, o Editorial 11 (*O que esperamos das revisões sistemáticas do futuro*) e o Artigo 9 (*Revisões sistemáticas da literatura: passos para a sua elaboração*) fornecem-nos mais dados para compreender o valor do artigo de revisão na área médica. Ao tecer comentários sobre a Revisão Sistemática nesses textos, os editores abordam o seu surgimento na área da saúde, salientando que antes de ser popularizada como um método investigativo rigoroso e válido, ela já foi tratada no passado como um tipo de ciência de segunda categoria. No Editorial 11, apresentam-se novas recomendações para a escrita e publicação das revisões sistemáticas, dentre elas, destaco:

(147) As revisões sistemáticas deverão ser submetidas em inglês. A submissão das revisões em inglês pretende otimizar o processo de avaliação por pares, na medida em que será possível convidar alguns dos autores dos artigos originais incluídos no manuscrito para a emissão de pareceres. Esperamos que isso contribua tanto para a qualidade da avaliação como para uma maior disponibilidade de avaliadores. Obviamente, para revisões sistemáticas relacionadas a temas exclusivamente brasileiros ou latino-americanos (por exemplo, prevalência de determinada condição na América Latina) serão também aceitos manuscritos em português ou espanhol (E11, p. 1, 2016).

Como foi mostrado no capítulo 5, a revista *Cadernos de Saúde Pública* adota uma política multilíngue. Desse modo, a prescrição de um único idioma para a escrita de revisões sistemáticas precisa ser considerada. O editor argumenta, no trecho (147), que a escrita de uma revisão sistemática em inglês é “uma forma de otimizar o processo de avaliação pelos

¹⁰⁹ Although the quality and relevance of published articles affect how often they are cited in the work of others, many other factors also have an effect on a journal’s impact factor [...] To cite only a few:

- Visibility of the journal - It is mainly affected by circulation, indexing, and on-line access. Only articles that are “found” can be cited.
- Review articles - They are cited more than twice as often as other articles.
- Case reports - These are the least cited type of publication (E 22, 2005, p. 457).

pares”. A concessão para a escrita de revisões sistemáticas em português e espanhol fica, nessa instrução, atrelada à abordagem de temáticas específicas do Brasil ou da América Latina. Para o editor, atualmente, a comunidade científica e os tomadores de decisão em Saúde Coletiva “valorizam sobremaneira as revisões sistemáticas bem conduzidas como importantes recursos de informação”.

Em outro editorial, publicado por essa revista, é possível apreender outros enunciados que evidenciam também a dimensão valorativa em torno do artigo de revisão. Procurando ilustrar o que acabo de dizer, apresento o excerto abaixo:

(148) Artigos de revisão foram e permanecem **recursos de grande valor nos diferentes campos da ciência**. No entanto, o panorama dos artigos de revisão da literatura passou por grandes mudanças ao longo dos últimos 50 anos. Enquanto os artigos de revisão em Medicina na era anterior ao advento da medicina baseada em evidências eram quase que exclusivamente de natureza não sistemática, os anos 1990 e o novo milênio testemunharam a ascensão do campo da síntese de pesquisas como uma disciplina científica própria. Por exemplo, em 1999 cerca de 300 referências relativas a revisões sistemáticas foram indexadas no PubMed, enquanto 20 anos depois, em 2019, mais de 27 mil referências de revisões sistemáticas foram adicionadas àquela base (E13, p. 1, 2021, destaque nosso).

Na expressão em destaque, vemos que o artigo de revisão é avaliado e qualificado como um “recurso de grande valor”. Outro dado que precisa ser levado em conta no excerto (148) é a alusão ao paradigma de pesquisa que tem orientado e legitimado o artigo de revisão: a Medicina Baseada em Evidência (MBE).

Em discussão anterior, afirmei que as dimensões do gênero (estilo, forma composicional e conteúdo) estão relacionadas aos procedimentos de pesquisa e à concepção de ciência adotados nas diferentes áreas do saber. Desse modo, faz-se necessário descrever, de forma breve, algumas informações sobre esse paradigma de pesquisa.

A MBE surgiu no início dos anos 1990 e caracteriza-se pelo uso de estimativas matemáticas do risco de benefício e de dano derivados de pesquisas “para informar a tomada de decisões clínicas no diagnóstico, na investigação ou no manejo de pacientes individuais” (GREENHALG, 2015, p. 1). Como aponta a autora, essa prática passou a exigir do profissional/pesquisador/estudante da área de saúde a leitura constante de artigos publicados em periódicos científicos, com o objetivo de encontrar evidências clínicas para fundamentar suas ações. Nesse paradigma, os artigos de revisão tornam-se um dos principais meios e aportes científicos para auxiliar os profissionais nas suas decisões e recomendações para os tratamentos médicos. Conforme Greenhalg (2015) e Faria *et al.* (2021), a MBE tornou-se a maior produtora de artigos de revisão, fomentando o desenvolvimento de Revisões Sistemáticas e/ou Metanálises.

No *corpus* desta investigação foi possível notar uma forte influência do paradigma da MBE nos discursos orientadores dos periódicos. Vejamos alguns trechos em que os editores avaliam os tipos de pesquisa dessa abordagem:

(149) Revisões sistemáticas e metanálises de boa qualidade **são consideradas como as melhores evidências para a tomada de decisão em saúde**. Para minimizar vieses e dar consistência aos resultados, a metodologia para essas revisões é detalhada e clara, e os estudos só são incluídos após avaliação crítica criteriosa. Esses resultados podem ajudar os médicos, tomadores de decisão e pesquisadores que estão avaliando novas tecnologias de saúde. O que falta é a ampla divulgação dessa importante fonte de informação, com o objetivo de levar conhecimento de qualidade para a população brasileira¹¹⁰ (E27, p. 183, 2009, tradução nossa, destaque nosso).

(150) Assim, **ler uma revisão sistemática significa incorporar o conhecimento destilado de centenas de artigos sobre o assunto. Em outras palavras, esta é realmente uma forma mágica dentro da educação continuada que permite aos leitores uma atualização constante, em tempo real**. Esta nova seção certamente representará um avanço fundamental para médicos, pacientes, gestores, professores e pesquisadores que desejam receber conhecimentos de qualidade e escapar do ruído crescente dos excessos de informação de má qualidade, principalmente da internet.¹¹¹ (E27, p. 184, 2009, tradução nossa, destaque nosso).

(151) Enfatizamos a importância da Revisão Sistemática para a saúde humana (E 26, p.1, 2007).

Os excertos acima demonstram que as revisões sistemáticas e metanálises (tipos de pesquisa que constituem o artigo de revisão) são avaliados pelos editores como: “as melhores evidências para a tomada de decisão em saúde” (149); “o conhecimento destilado de centenas de artigos sobre o assunto” e uma “forma mágica dentro da educação continuada” (150). Esse discurso editorial, que valoriza o artigo de revisão, remete-nos ao conceito de hierarquia dos gêneros discutida por Bezerra (2017). O autor, com base em Swales (2004), afirma que os gêneros acadêmicos possuem valores diferentes na comunidade que os produz, portanto, “a inserção/letramento de novos pesquisadores no ambiente acadêmico tem a ver com a familiarização com os gêneros mais prestigiados em e por seu próprio campo disciplinar” (BEZERRA, 2017, p.54).

Tais enunciados revelam também a importância concedida ao paradigma científico que orienta esse tipo de artigo na medida que, conforme os editores, adota uma metodologia

¹¹⁰Systematic reviews and meta-analyses of good-quality studies are considered to be the best level of evidence for healthcare decision-making. To minimize bias and give consistency to the results, the methodology for these reviews is detailed and clear, and studies are only included after judicious critical evaluation. These results may assist clinicians, decision-makers and researchers who are evaluating new healthcare technologies. What is missing is widespread dissemination of this important source of information, with the aim of providing quality knowledge for the Brazilian population (E 27, p. 183, 2009).

¹¹¹ Thus, reading a systematic review signifies incorporating the distilled knowledge from hundreds of articles on the subject. In other words, this is truly a form of magic within continuing education that enables readers to constantly keep up to date, in real time. This new section will certainly provide a fundamental step forward for physicians, patients, managers, teachers, and researchers who wish to receive quality knowledge and escape from the growing noise of excesses of poor-quality information, particularly from the internet (E27, p. 184, 2009).

responsável por “minimizar vieses”, “dar consistência aos resultados”, auxiliar o pesquisador a “escapar do ruído crescente dos excessos de informação de má qualidade”.

Pereira (2021, p. 32) corrobora esse dado, assinalando que existe uma ordem hierárquica fundamentada nos tipos de pesquisa. No dizer do autor, o ensaio clínico e as revisões sistemáticas estão situadas numa “ponta do espectro como produtores das melhores evidências”, já os relatos de caso e a opinião dos especialistas encontram-se em posição inferior na escala, pois “fornecem evidências comparativamente mais fracas se comparados aos outros tipos de estudo citados anteriormente”.

É pertinente salientar que a difusão da MBE na área médica provocou debates no meio acadêmico-científico. Segundo Greenhalg (2015, p. 3), os críticos da MBE a definem como uma tendência de um grupo de professores de medicina que menosprezam o desempenho de médicos experientes, “usando uma combinação de jargão epidemiológico e destreza estatística”. Nessa direção, Castiel e Póvoa (2001, 2002) apontam para a ênfase da MBE na racionalidade organizada em torno do caráter cientificista com vistas a parametrizar as práticas médicas. Os autores tecem comentários sobre o título dessa abordagem, afirmando que:

O termo “baseada” veicula a sugestiva ideia de solidez, como “fundação/fundamento” que será constituído pelo elemento sensorial humano considerado mais fidedigno (a visão) para proporcionar o acesso a fatos ocorridos que poderão ser, então, evidenciados como as melhores aproximações possíveis do que sejam as “verdades”. Não à-toa o termo “evidência” é também empregado em linguagem criminal como elemento importante para chegar-se à possível responsabilização jurídica de um suspeito de delito (CASTIEL; PÓVOA, 2001, p. 206-207).

Embora reconheçam a importância dessa abordagem, os autores a problematizam, demonstrando que: i) as “evidências” muitas vezes podem ser incompletas e contraditórias; ii) a MBE é impraticável ou impossível em muitas situações de emergência; iii) os estudos feitos em grupos populacionais nem sempre podem ser aplicados em casos individuais. Nesse sentido, Castiel e Póvoa (2002) alertam para o perigo da hegemonia desse paradigma no ensino, na pesquisa e nos artigos científicos, visto que, na visão dos autores, a valorização do objetivismo e do modelo mecanicista da medicina tendem a excluir de seus estudos os aspectos subjetivos, psicológicos, sociais e culturais dos pacientes. Ademais, essa racionalidade enfatiza a quantificação e a objetividade em detrimento da experiência clínica.

Resta ainda pontuar, para concluir esse percurso analítico, algumas orientações e conselhos para a escrita do artigo de revisão extraídos do editorial *A arte e a ciência de escrever um artigo científico de revisão*, publicado em 2021. Vejamos:

(152) Tendo em vista a complexidade crescente dos métodos de revisão, que conselho pode ser dado a pesquisadores novatos considerando escrever um artigo de revisão? Nosso primeiro conselho **envolve obter clareza sobre os objetivos da revisão**. [...] Nosso segundo conselho envolve tornar-se bastante íntimo dos princípios e métodos fundamentais do tipo de revisão escolhido **e compor uma equipe para a revisão cujas expertises e dedicação seriam suficientes para endereçar seus principais desafios** (E13, 2021, p. 2, destaque nosso).

(153) Em conclusão, bons artigos de revisão habitam o coração do empreendimento científico. O ofício de escrever tais artigos envolve buscar alcançar o equilíbrio entre **o rigor necessário para selecionar e avaliar criticamente estudos originais, e a arte de contar uma história ao fornecer contexto**, explorar o conhecido e o desconhecido, e sinalizar o caminho à frente (E13, 2021, p. 3, destaque nosso).

A primeira instrução, transcrita no excerto (151), está relacionada com aspectos metodológicos da MBE e requer a formulação de um objetivo (questão de pesquisa) claro para que, a partir do problema a ser respondido, seja iniciada uma busca na literatura por artigos em torno da temática do estudo. Julgo necessário considerar que esse processo de pesquisa envolve as escolhas do pesquisador, que pode, de forma deliberada ou não, “buscar evidências na literatura médica que apoiem sua teoria de estimacão” (GREENHALG, 2015, p. 117). Ainda a respeito do processo de seleção de artigos para compor uma Revisão Sistemática, considero importante a posição de Greenhalg (2015), que defende a ideia de que o mesmo valor deve ser atribuído aos títulos de artigos em alemão, francês, inglês, espanhol etc., afirmando ser um imperativo tanto científico como político evitar o imperialismo linguístico. Para a autora, embora a omissão de artigos em outra língua não esteja, em geral, associada a resultados enviesados, é sinal de má ciência.

Na sequência, flagra-se no último trecho da instrução (152) uma recomendação com respeito à autoria das revisões sistemáticas, qual seja: a composição de uma equipe para a revisão. Pode-se entrever nesse enunciado a promoção de práticas de escrita multiautorais, corroborando a afirmação de Greenhalg (2015) de que, no paradigma da MBE, a multiautoria concede uma maior credibilidade ao artigo de revisão.

O último conselho, em (153), é digno de nota, visto que busca reunir o rigor científico com a “arte de contar uma história” na escrita do artigo. Tal associação causa certa estranheza, pois os padrões prescritos pelos periódicos para a escrita tanto do artigo de revisão como do artigo original afastam e restringem a criatividade do pesquisador. A arte, como nos lembra Grossmann (2015, p. 104), está ligada à intuição, à imaginação, à criação, características que, embora fundamentais para a escrita, “não figuram na representação prototípica da atividade científica”.

Por meio das análises realizadas neste capítulo, verifica-se, de um lado, que as orientações em torno da escrita do artigo (revisão e original) não são homogêneas,

apresentando certas diferenças nas suas concepções e nas prescrições sobre suas estruturas composicionais, decorrentes da adoção e valorização de certas racionalidades científicas e desenhos de pesquisa de cada subárea. De outro lado, tais discursos orientadores podem ser vistos como uma reação às demandas do campo e do cronótopo da internacionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, retomo os objetivos propostos, a fim de descrever os resultados alcançados. No tocante ao primeiro objetivo (identificar e descrever o contexto discursivo, social e histórico que engendra as orientações dos periódicos), demonstrei, no capítulo 3, que, na década de 1990, a esfera de publicação científica foi marcada por políticas de avaliação e internacionalização das pesquisas e periódicos brasileiros, promovidas por instituições como Capes, CNPq e Scielo.

No percurso analítico, orientado pelos pressupostos teórico-metodológicos do Círculo de Bakhtin, apreendi o diálogo dos editores com as agências de fomento à pesquisa e constatei que as respostas dos editores às políticas de avaliação dos periódicos brasileiros foram de discordância, apontando que os princípios avaliativos, como a adoção de índices bibliométricos como FI, produziam uma desvantagem dos periódicos nacionais em relação aos internacionais.

Quanto aos critérios de indexação do Scielo, a maior parte dos periódicos busca atendê-los, a fim de garantir a sua inclusão e permanência nessa base de dados. Observei, contudo, que alguns editores das revistas investigadas questionam a demanda do Scielo por um número mínimo de autores, editores e pareceristas com afiliação internacional, avaliando essa política como um meio de impor um processo de estrangeirização das revistas brasileiras, orientado, principalmente, para o intercâmbio com os países de centros anglófonos. Os resultados reforçam a ideia de que os discursos dos editores são constituídos nos processos de interação com tais vozes institucionais e imposições da realidade histórico-social.

Com relação ao segundo objetivo (descrever e analisar as recomendações das diretrizes internacionais para escrita do artigo científico), mostrei, no capítulo 4, que tanto o discurso do ICMJE como o da Rede Equator caracterizam-se como discursos que fundam as prescrições dos periódicos e funcionam como forças centrípetas, buscando homogeneizar a escrita médica.

No discurso do ICMJE, pude precisar recomendações para o uso da estrutura IMRD e para a adoção de características avaliadas como promotoras da qualidade para o artigo científico, tais como: concisão, objetividade, transparência e reprodutibilidade. Já no discurso da *Rede*, há uma ênfase na forma composicional do artigo por meio da criação e divulgação de roteiros de escrita para relatar diferentes desenhos de pesquisa. As diretrizes de escrita são apresentadas como uma forma de produzir a transparência e completude dos artigos, auxiliando, assim, a sua replicabilidade.

Concernente aos enunciados-respostas dos editores às recomendações das diretrizes internacionais, a análise permitiu constatar que as instruções das revistas ressoam tais discursos, com poucas resistências, ou seja, os movimentos de assimilação são mais recorrentes do que os movimentos de distanciamento. Nesse sentido, observei que todos os periódicos incorporam e propagam as recomendações do ICMJE, especialmente no que tange à adoção do estilo Vancouver de citação/referências e à incorporação dos critérios de autoria e dos procedimentos éticos estabelecidos pelo Comitê.

Além disso, 70% das revistas recomendam ou impõem o uso das diretrizes da *Rede*, avaliando-as como ferramentas essenciais para a boa escrita científica e como expedientes que agregam credibilidade para o artigo. Os movimentos de distanciamento das diretrizes da *Rede* são percebidos nos discursos de alguns editores, que problematizam a sua aplicação na escrita e avaliação de artigos qualitativos, salientando a natureza complexa desse tipo de investigação e a impossibilidade de uniformizar o seu relato da pesquisa. Numa visada foucaultiana, afirmo que tais discursos funcionam como dispositivos de controle da escrita científica, já que buscam conduzir as atividades de produção e avaliação do artigo.

Durante a análise e descrição das orientações dos periódicos sobre a língua de publicação dos artigos (terceiro objetivo proposto), no capítulo 5, foi possível depreender que as políticas linguísticas das revistas são geradas numa complexa rede de posições ideológicas e axiológicas em torno dos idiomas de publicação. Nessa teia discursiva, vimos que as orientações não são homogêneas e estão atreladas às opiniões dos editores, que se dividem entre aqueles que aceitam a hegemonia do inglês nas atividades acadêmico-científicas e os que questionam o imperialismo linguístico na esfera de publicação.

Desse modo, no *corpus* de investigação, identifiquei que 50% dos periódicos são monolíngues, 10% adotam uma política bilíngue e 40% prescrevem o multilinguismo. Nas instruções das revistas monolíngues, flagrei um discurso que promove e consolida o *status* do inglês como a língua franca, naturalizando a escrita dos textos científicos nesse idioma. Em contrapartida, os resultados mostram também as vozes dos editores que defendem as publicações em outras línguas, como o português, o espanhol e o francês, refutando os discursos institucionais que impõem o inglês como a língua da ciência. Há, assim, no *corpus* analisado, pontos de resistência ao monolinguismo na esfera científica e posturas editoriais que visam à proteção e ao fortalecimento da autonomia científica nacional por meio da preservação de políticas multilíngues.

Os dados analisados no capítulo 5 ratificam o pressuposto de que não há neutralidade nas instruções para a escrita, já que, em grande medida, elas são permeadas tanto pelos

posicionamentos de editores em relação ao processo de internacionalização e à hegemonia do inglês na esfera científica quanto pelas coerções institucionais e suas dinâmicas de poder. Sublinho que tais políticas linguísticas não estão restritas na esfera de publicação, mas são reverberadas nas universidades, (re)configurando as práticas de escrita dessas instituições.

Nesse sentido, ao refletir sobre os resultados descritos, na pauta do letramento acadêmico, julgo importante registrar alguns questionamentos que podem guiar pesquisas futuras, tais como: i) Qual é o posicionamento dos professores e dos estudantes/pesquisadores perante as políticas monolíngues dos periódicos científicos? ii) Quais são os impactos dessas políticas na formação dos estudantes/pesquisadores e nas suas práticas de escrita? iii) Qual é o papel do professor das Instituições de Ensino Superior frente às condições e às possibilidades de acesso à leitura e à escrita de textos entre os estudantes/pesquisadores que não são fluentes em inglês?

Compreendo que a necessidade da escrita em inglês se justifica pelo seu papel na divulgação internacional de trabalhos científicos. Todavia, penso também que reconhecer essa necessidade não significa elidir as línguas vernáculas dos periódicos, que precisam ser mantidas nas publicações. Nesse rumo, partilho do entendimento de Swales (1997) de que a hegemonia do inglês na escrita científica é uma ameaça à diversidade linguística nessa esfera.

Como foi dito reiteradamente nesta tese, a adoção da língua inglesa como idioma de publicação implicou mudanças e readaptações nas orientações em torno do estilo de escrita do artigo. Nos textos que constituem o *corpus*, encontrei instruções que sugerem formas de dizer baseadas na fala/escrita do nativo em inglês, interditando todo tipo de acento e estilo da língua vernácula no texto científico.

Nesses discursos orientadores, o estilo de escrita do autor nativo é considerado fundamental no processo de submissão e avaliação do artigo e se reveste de um potencial angariador de capital científico. Além disso, constatei o reconhecimento dos editores sobre a existência de uma desvantagem dos autores não nativos na escrita e publicação em inglês. Tal percepção, todavia, apresenta-se desprovida de uma postura crítica dos editores, que se limitam a apresentar uma série de instruções, a fim de sanar essa desvantagem, dentre elas, encontram-se a adoção do estilo de escrita nativo, a produção de artigos concisos/breves, cujos temas despertem o interesse internacional e a utilização de pesquisas de cunho quantitativo com foco nos objetos de natureza biológica.

Dessa maneira, nas revistas monolíngues, há uma restrição da língua vernácula, dos temas regionais e das pesquisas qualitativas. Entendo que essa política linguística pode ter consequências negativas para as pesquisas nacionais, pois, além de limitar certos tipos de

pesquisa e temas de estudo, restringe a produção de artigos apenas para quem domina a língua inglesa, ou para quem tem meios de pagar uma tradução, excluindo, portanto, um contingente grande de pesquisadores brasileiros dessa atividade.

Os dados expostos indicam, também, a existência de preconceitos e injustiças linguísticas na esfera de publicação científica, demonstrando a necessidade de continuarmos investindo em pesquisas que questionem essas posturas e busquem alternativas de solução para esse problema. Diante desse quadro, vimos embates e conflitos que os valores do cronótopo da internacionalização têm deflagrado.

Ainda com respeito às orientações sobre o estilo do artigo científico, foi possível notar a recorrência da prescrição da escrita de artigos breves, concisos, objetivos e replicáveis, evidenciando a importância dessas características estilísticas na área da medicina.

A busca pela objetividade e concisão, por exemplo, materializa-se nas instruções dos periódicos por meio da limitação do número de palavras, tabelas, figuras, referências bibliográficas e pelo uso do sistema Vancouver de citação, visto como promotor da brevidade dos textos. É importante destacar, também, que a adoção dessas características no artigo científico é avaliada pelos editores como uma forma de evitar o desperdício de tempo do leitor, estimular a leitura e economizar o espaço do periódico, possibilitando a publicação de uma quantidade maior de artigos em cada número da revista.

Os resultados desvelaram, mais uma vez, que as prescrições em torno do estilo do artigo respondem às demandas da dinâmica de internacionalização dos periódicos, que buscam a agilidade na comunicação científica. Contudo, como salientei na análise, faz-se necessário problematizar a prescrição universal de princípios como a brevidade e a replicabilidade, especialmente no que concerne às pesquisas de natureza qualitativa, desenvolvidas na subárea de Saúde Coletiva, que, devido ao seu caráter hermenêutico, demandam relatos mais longos e não validam suas investigações pelo critério da reprodutibilidade.

No último capítulo deste trabalho, busquei analisar e descrever as orientações em torno da forma composicional e do conteúdo temático, atentando para o artigo de revisão e o artigo original, posto que são os gêneros mais prescritos para a publicação nas revistas investigadas. Comecei a descrição dos dados pelas instruções em torno da produção do artigo original, organizando a tarefa analítica a partir da estrutura sugerida pelas revistas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* e *Clinics*, que incluem os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais na constituição desse gênero.

Com esse intento, considerei que as instruções sobre a forma composicional direcionam a seleção do conteúdo temático, estabelecendo o que deve ser descrito em cada seção do artigo original. No que diz respeito à sua estrutura, depreendi a prescrição da forma canônica IMRD na maior parte das revistas e observei uma atenção dos editores para a escrita dos elementos pré-textuais (título, nomes de autores, afiliações, resumo, palavras-chave) e pós-textuais (conflito de interesses, agradecimentos, contribuição dos autores e referências bibliográficas). Essa análise demonstra que os elementos desse gênero (forma composicional, conteúdo temático e estilo) são moldados pela arquitetura de valores científicos das diferentes subáreas da medicina, que se materializam nas instruções dos periódicos e são textualizadas nos artigos originais.

Nesse sentido, cada subárea, em conformidade com os princípios de seus paradigmas científicos, estabelece instruções variadas em torno da escrita do artigo. Para citar um exemplo, retomo as instruções de alguns periódicos da área de Saúde Pública que não prescrevem formas composicionais e conteúdos temáticos fixos para esse gênero, já que os editores reconhecem a diversidade de formas que ele pode assumir nos trabalhos oriundos de outras áreas, que fazem interface com a medicina, como as Ciências Humanas e Sociais.

Busquei demonstrar também que os aspectos técnicos e utilitários das regras em torno da composição e temática dos artigos originais escapam da dimensão estritamente linguística e apontam para a natureza sócio-histórica e discursiva do artigo científico, bem como para as demandas do cronótopo da internacionalização. Como pude evidenciar nas análises, a prescrição de títulos curtos, a ordenação dos nomes dos autores, a descrição de conflito de interesses, para citar alguns, vinculam-se à preocupação dos editores com os índices de citação de artigos, às práticas de multiautoria e à relação que vem se estabelecendo entre a ciência e as indústrias farmacêuticas.

Com respeito ao artigo de revisão, foi possível apreender instruções diferentes acerca da sua estrutura composicional. Apenas um periódico prescreve o uso da estrutura canônica—IMRD— na escrita do artigo de revisão, ao passo que 50% sugerem o uso das estruturas postuladas pelas diretrizes de escrita PRISMA da *Rede* e 40% não apresentam uma estrutura composicional específica para esse gênero.

De maneira geral, os periódicos associam o artigo de revisão às Metanálises e às Revisões Sistemáticas, as quais, juntamente com o paradigma científico que as engendrou – a Medicina Baseada em Evidências – recebem uma valoração acentuadamente positiva nos discursos dos editores em detrimento de outros tipos de pesquisa e modelos científicos.

Apesar de reconhecer o inacabamento (no viés bakhtiniano) e as limitações deste estudo, acredito que os dados apresentados abarcaram o seu objetivo geral de compreender e descrever os discursos que orientam a escrita do artigo científico em periódicos médicos, identificando os valores que emergem dessas instruções.

No âmbito pessoal, considero que este trabalho contribuiu de forma significativa para a minha formação como pesquisadora, uma vez que me levou a vivenciar um diálogo singular com o objeto de estudo. Nessa interação contínua, percebi a importância de deixar o *corpus* se revelar para orientar o percurso teórico-metodológico da investigação. Ademais, o aporte teórico mobilizado ganhou sentido prático na análise dos enunciados orientadores dos periódicos e me proporcionou um conhecimento pertinente sobre os discursos que fundam práticas de escrita científica.

Acredito que a conclusão desta etapa apresenta grande parte das respostas às minhas indagações motivadas pelos estudos do/no NELLF. Portanto, espero que este estudo possa contribuir para a ampliação do conhecimento dos programas e centros de pesquisas em torno da escrita acadêmico-científica, bem como possa demonstrar que as normas que delineiam e delimitam essa atividade não são um produto estático e acabado, mas construções sociais dinâmicas, que seguem os processos de mudança da esfera na qual são produzidas. Sendo assim, as práticas de escrita não devem seguir critérios unívocos ditados por uma norma universal, mas devem ser pensadas à luz de um pluralismo teórico e metodológico.

Desse modo, a partir dos resultados deste estudo, questões como as mudanças linguísticas, enunciativas e discursivas da escrita científica, bem como a relação das forças centrípetas e centrífugas na preservação e/ou inovação de práticas de escrita nas diversas áreas do saber, fica lançada para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA PEREIRA, R.; OLIVEIRA, A. M. Análise dialógica do conteúdo temático em gêneros do discurso. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão (PR), v. 9, n. 16, p. 245-264, jan./jun. 2020.
- ALTMAN, D. G.; SIMERA, I. A history of the evolution of guidelines for reporting medical research: the long road to the EQUATOR Network. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 109, n. 2, p. 67-77, 2016.
- ANTUNES J. L. F *et al.* Caminhos da internacionalização dos periódicos de saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 43, n. 122, jul./set. 2019.
- AMORIM, M. Ato *versus* objetivação e outras posições fundamentais no pensamento bakhtiniano. In: FARACO. C. A.; TEZZA C.; CASTRO, G. de (org.). **Vinte ensaios sobre Michael Bakhtin**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006, p. 17-24.
- AMORIM, M. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 95-114.
- AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.
- ASSIS, J. A. “Eu sei mas não sei colocar no papel aquilo que eu sei”: representações sobre os textos acadêmico-científicos. In: RINCK, F.; BOCH, F.; ASSIS, J. A. (org.). **Letramento e formação universitária: formar para a escrita e pela escrita**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2015. p. 423-454.
- ASSIS, J. A. Ações do professor e do universitário nas práticas de ensino e de aprendizagem da escrita acadêmica: o papel da avaliação e da reescrita no processo de apropriação do gênero resenha. **Eutomia**, Recife, v. 13, n. 1, p. 543-561, jul. 2014.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010a.

BARATA, G. F. **Nature and Science**: Mudança na comunicação da ciência e a contribuição da ciências brasileira (1936-2009). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

BARATA, R. C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **RBPG**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-40, jan./abr. 2016.

BEZERRA, B. G. **Gêneros no contexto brasileiro**: questões (meta)teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BOCH, F.; GROSSMANN, F. Sobre o uso de citações no discurso teórico: de constatações a proposições didáticas. *In*: RINCK, F.; BOCH, F.; ASSIS, J. A. (org.). **Letramento e formação universitária**: formar para a escrita e pela escrita. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2015. p. 283-308.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: para uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRAIT, B. A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão cognitiva. *In*: FARACO, C. A. **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2016, p. 61-80.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. *In*: BRAIT, B. **Bakhtin**: Outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2010, p. 9-32.

BRAIT, B. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. **Gragoatá**, Niterói (RJ), n. 20, p. 47-62, 2006.

BRAIT, B; PISTORI M. H. C. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o círculo. **Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 371-401, 2012.

BRASILEIRO, A. M. M. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Contexto, 2021.

BECHER, T. Towards a definition of disciplinary cultures. **Studies in Higher Education**. v. 6, n. 2, p. 109-122, 1981.

CASTIEL, L. D.; PÓVOA, E. C. Dr. Sackett & “Mr. Sacketeer”... Encanto e desencanto no reino da *expertise* na medicina baseada em evidências. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 1, p. 205-214, 2001.

CASTIEL, L. D.; PÓVOA, E. C. Medicina baseada em evidências: “novo paradigma assistencial e pedagógico”? **Interface, Comunicação, Saúde, Educação**, v. 6, n. 11, p. 117-132, 2002.

- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CLARK, K.; HOLQUIST, M. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- CLAVREUL, J. **A Ordem Médica**: poder e impotência do discurso médico. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- COELI, C. M. *et al.* Hipercompetitividade e integridade em pesquisa. **Cad. Saúde pública**. v. 34, n. 1, 2018.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Chamada CNPq nº 19/2019**: programa editorial. Brasília: CNPq, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/wp/wp-content/uploads/Minuta-Chamada-Editoracao-2019.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. Campinas (SP): Pontes, 2007.
- CORRÊA, M. L. G. Bases teóricas para o ensino da escrita. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 13, n. 3, p. 481-513, set./dez. 2013.
- CORRÊA, M. L. G. Descorporificação de conceitos e controle de modos de conhecer o mundo. *In*: ASSIS, J. A.; KOMESU, F.; FLUCKIGER, C. (org.). **Práticas discursivas em letramento acadêmico**: questões em estudo. Efeitos da Covid-19 em práticas letradas acadêmicas. Volume 4. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020. p. 87-141.
- CORRÊA, M. L. G. Notas sobre letramentos, gêneros do discurso e (novas) práticas de leitura e escrita na internet. *In*: TARDELI-ABREU, L. S. KOMESU, F. (org.). **Letramentos e gêneros textuais/discursivos**: aproximações e distanciamentos. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018. p. 108-128.
- CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- COSTA, R. L. S. da. **Culturas disciplinares e artigos acadêmicos experimentais**: um estudo comparativo da descrição sociorretórica. 2015. 243 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.
- CRISTOVÃO, V. L. L. *et al.* Integrated Laboratory of Scientific-academic Literacies - LILA: facing challenges in language education. **Revista Letras** (UFSM), Edição especial 3/2020, p. 379-400, 2020.
- CURRY, M. J., LILLIS, T. Multilingual scholars, and the imperative to publish in English: Negotiating interests, demands, and rewards. **TESOL Quarterly**, v. 38, n. 4, p. 663-688, 2004.

CURRY, M. J.; LILLIS T. M. Estratégias e táticas na produção do conhecimento acadêmico por pesquisadores multilíngues. *In*: FIAD, R. S. (org.). **Letramentos acadêmicos: contextos, práticas e percepções**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016, p. 11-64.

CURRY, M. J.; LILLIS T. M. Professional Academic Writing by Multilingual Scholars: Interactions with Literacy Brokers in the Production of English-Medium Texts. **Written Communication**, v. 23, n. 1, jan. p. 3-35, 2006.

DESTRI, A.; MARCHEZAN, R. Análise dialógica do discurso: uma revisão sistemática integrativa. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 2, p. 1-25, jul. 2021.

DIAS, F. G. R.; BEZERRA, B. G. Análise retórica de introduções de artigos científicos da área da saúde pública. **Horizontes de Linguística Aplicada**, ano 12, n. 1, p. 163 - 182, 2013.

FARACO, C. A. **Bakhtin**: linguagem e cultura. Vídeo publicado pelo canal da Associação Brasileira de Linguística. Disponível em: <https://ead.abralin.org/course/index.php?categoryid=10>. 2021. Acesso em 20 nov. 2021.

FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2010.

FARACO, C. A. O problema do conteúdo, do material e da forma na arte verbal. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: dialogismo e polifonia. São Paulo: Contexto, 2009. p. 95-112.

FARIA, L.; OLIVEIRA-LIMA, J. A.; ALMEIDA-FILHO, N. Medicina baseada em evidências: breve aporte histórico sobre marcos conceituais e objetivos práticos do cuidado **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, n. 1, p. 59-78, 2021.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Contexto, 2016.

FISCHER, A. **A construção de letramentos na esfera acadêmica**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FLOWERDEW, J. Attitudes of Journal Editors to Nonnative Speaker Contributions. **TESOL QUARTERLY**. v. 35, n. 1, p. 121- 148, 2001.

FLOWERDEW, J. The linguistic disadvantage of scholars who write in English as an additional language: Myth or reality. **Language Teaching**. v. 52, p. 249-260, 2019.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luíz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos II**: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

GARFIELD, E. Citation indexes for science: a new dimension in documentation through association of ideas. **Science**, Washington, v. 122, n. 3159, p. 108-111, jul. 1955. Disponível em: <http://garfield.library.upenn.edu/papers/science1955.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

GERALDI, J. W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. *In*: GRUPO DE ESTUDOS DE GÊNEROS DISCURSIVOS (org.). **Palavras e Contrapalavras**: Enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 19-39.

GIBBS, W. Lost science in the Third World. **Scientific American**. v. 273, n. 2, p. 92-99. 1995.

GREENHALGH, T. **Como ler artigos científicos**: fundamentos da medicina baseada em evidências. Porto Alegre: Artmed, 2015.

GRILLO, S. V. C. Esfera e campo. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2010. p. 133-160.

GROSSMANN, F. Por que e como as coisas mudam? Padronização e variação no campo do discurso científico. *In*: RINCK, F.; BOCH, F.; ASSIS, J. A. (org.). **Letramento e formação universitária**: formar para a escrita e pela escrita. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2015. p. 97-128.

GUSTAVII, B. **Como escrever e ilustrar um artigo científico**. São Paulo: Parábola, 2017.

HALBOT, N. V. **Pesquisadores da área da saúde e ética nas pesquisas com crianças e adolescentes**: Um estudo em Minas Gerais. 189 fl. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais na modalidade Doutorado Interinstitucional (DINTER), Belo Horizonte, 2014.

HAMEL R. E. Enfrentando las estrategias del imperio: hacia políticas del lenguaje en las ciencias y la educación superior en América Latina. *In*: DINIZ, A. G.; PEREIRA, D. A.; ALVES, L. K. **Poéticas e políticas da linguagem em vias de descolonização**. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2017. p. 229-261.

HANES, W. F. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz from the age of empire to the post-gutenberg world**: lingua franca and the culture of tropical medicine. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Estudos de Tradução, Florianópolis, 2016.

HAYASHIDA, S. R. A. C. **Periódicos científicos**: a produção e a circulação da ciência da linguagem no Brasil. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (SP), 2012.

HOLLIDAY, A. Native speakerism. **ELT Journal**, v. 60, n. 4, p. 385-387, 2006.

HUTH, E. J. Structured abstracts for papers reporting clinical trials. **Ann Internal Med.** v. 106, n. 4, p. 626-627, abr. 1987.

HYLAND, K. Academic publishing, and the myth of linguistic injustice. **Journal of Second Language Writing.** v. 31, p. 58-69, 2016.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. **The new ICMJE Recommendations.** 2013, n.p. Disponível em: http://www.icmje.org/news-and-editorials/new_rec_aug2013.html. Acesso em: 10 mar. 2020.

KLEIMAN, A. Agenda de pesquisa em Linguística Aplicada: problematizações. *In:* MOITA LOPES, L. P. (org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente:** Festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013. p. 39-58.

KÖCHE, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

KOMESU, F.; ASSIS, J.A. (org.). **Práticas discursivas em letramento acadêmico:** questões em estudo. Ensaios sobre a escrita acadêmica. Volume 1. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2019.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2018.

KUMARAVADIVELU, B. A Linguística Aplicada na era da globalização. *In:* MOITA LOPES, L. P. da (org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006. p. 129-147.

LATOUR, B. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de Laboratório:** a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEA, M. R.; STREET, B. V. Student writing in higher education: an academic literacies approach. **Studies in Higher Education,** London, v. 23, n. 2, 1998, p. 157-172.

LEA, M. R.; STREET, B. V. The Academic Literacies model: theory and applications. **Theory into Practice,** v. 45, n. 4, p. 368-377, 2006.

LEAL, F. G.; OREGIONI, M. S. Aportes para Analizar la Internacionalización de la Educación Superior desde Latinoamérica: Um Enfoque Crítico, Reflexivo y Decolonial. **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas (SP), v. 5, p. 1-19, 2019.

LIMA, L. **Práticas discursivas em comunidades disciplinares acadêmicas:** a construção do posicionamento em artigos experimentais das áreas de medicina e linguística. 2015. 191f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

MACHADO, I. A questão espaço-temporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia. *In:* PAULA, L.; STAFUZZA, G. (org.). **Círculo de Bakhtin:** teoria inclassificável. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2010. p. 203-234.

- MACHADO, I. Gêneros discursivos. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007. p. 151-166.
- MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.
- MARCHEZAN, R. C. A noção de autor na obra de M. Bakhtin e a partir dela. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 186-204, set./dez. 2015.
- MARINHO, M. A. escrita nas práticas de letramento acadêmico. **Revista brasileira de linguística aplicada**, v. 10, p. 363-386, 2010.
- MEDAWAR, P. B. Is the scientific paper a fraud? **The Saturday Review**, p. 42-43, 1964.
- MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Trad. Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2019.
- MENEGHINI R.; PACKER A. L. Is there science beyond English? Initiatives to increase the quality and visibility of non-English publications might help to break down language barriers in scientific communication. **EMBO reports**. v. 8, n. 2. 2007.
- MINAYO, M. S. C. A Produção de Conhecimentos na Interface entre as Ciências Sociais e Humanas e a Saúde Coletiva. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 21-31, 2013.
- MOHER *et al.* Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. Tradução de Taís Freire Galvão e Thais de Souza Andrade Pansani. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 4, n. 2, abr./jun. 2015.
- MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 13-44.
- MONTANARI, F.; PACKER, A. L. Critérios de Seleção de Periódicos para Indexação e Publicação nas Coleções da Rede SciELO. *In*: PACKER, R. L. *et al.* (org.). **SciELO-15 anos de acesso aberto**: um estudo analítico sobre acesso aberto e comunicação científica. Paris: Unesco, 2014, p. 67-80.
- MORSON, G. S.; EMERSON, C. **Mikhail Bakhtin**: Criação de uma prosaística. São Paulo: Edusp, 2008.
- MOTTA-ROTH, D. Comunidade acadêmica internacional? Multicultural? Onde? Como? **Linguagem & Ensino**, v. 5, n. 2, p. 49-65, 2002.
- MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MULLER, T. Behind the Green Curtain: a Review of Academic Publishing Literature. *In*: ADAMSON, J.; NUNN R. **Editorial and authorial voices in EFL academic journal publishing**. Austrália: Asian EFL Journal Press, 2012, p. 126-154.
- NASSI-CALÒ L. Instruções aos autores de periódicos em saúde: o que comunicam?. SciELO em Perspectiva. [Internet]. [Access nov 6, 2016]. Disponível em:

<http://blog.scielo.org/blog/2016/08/03/instrucoes-aos-autores-de-periodicos-em-saude-o-que-comunicam/>» <http://blog.scielo.org/blog/2016/08/03/instrucoes-aos-autores-de-periodicos-em-saude-o-que-comunicam>. Acesso em: 22 abr. 2020.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. B. **Uma análise do discurso científico**: a imagem ideológica da ciência e a sua pseudoneutralidade. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

PACHECO, J. T. S. **Uma análise comparativa entre culturas disciplinares da grande área da saúde**: semelhanças e diferenças sociorretóricas em artigos acadêmicos originais 2020. 395 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

PACKER, A. Cresce a adoção do inglês entre os periódicos SciELO do Brasil [online]. **SciELO em Perspectiva**, 2016 [viewed 22 April 2021]. Available from: <https://blog.scielo.org/blog/2016/05/10/cresce-a-adocao-do-ingles-entre-os-periodicos-scielo-do-brasil/>

PACKER, A. L.; MENEGHINI, R. O. SciELO aos 15 anos: *raison d'être*, avanços e desafios para o futuro. In: PACKER, R. L. *et al.* (org.). **SciELO-15 anos de acesso aberto**: um estudo analítico sobre acesso aberto e comunicação científica. Paris: Unesco, 2014, p. 15-27.

PAIVA, C. E. *et al.* Articles with short titles describing the results are cited more often, **CLINICS**, v. 7, n. 5, p. 509-513, 2012.

PARKER, A. L.; ANTONIO, I.; BERAQUET, V. S. M. Rumo à publicação eletrônica. **Ci. Inf.** Brasília, v. 27, n. 2, p. 107-108. maio/ago. 1998.

PENNYCOOK, A. **English and the Discourses of Colonialism**. London: Routledge, 1998.

PEREIRA, M. G. **Artigos científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

PHILLIPSON, R. Imperialism, and colonialism. In: SPOLSKY, B. **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 203-225.

PONZIO, A. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In: BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**: ensaios sobre o discurso e o sujeito. São Paulo: Parábola, 2009.

POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2011.

QUEIROZ, I. A. O conceito de arquetônica na teoria bakhtiniana: uma abordagem historiográfica, filosófica e dialógica. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 625-640, 2017.

RAJAGOPALAN, K. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: por uma política prudente e propositiva. *In*: LACOSTE, Y.; RAJAGOPALAN, K. (org.). **A Geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola, 2005. p. 135-159.

REIS, V. M. S.; VIDEIRA, A. A. P. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 583-611, 2013.

REUTNER, U. *De nobis ipsis silemus?* As marcas da pessoa no artigo científico. *In*: RINCK, F.; BOCH, F.; ASSIS, J. A. (org.). **Letramento e formação universitária: formar para a escrita e pela escrita**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2015. p. 251-282.

REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA. carta ao editor. Sobre fazer ciência na pesquisa qualitativa: um exercício avaliativo. **Rev Saúde Pública**. São Paulo, v. 46, n. 2, p. 392-394, 2012.

RINCK, F.; BOCH, F.; ASSIS, J. A. (org.). **Letramento e formação universitária: formar para a escrita e pela escrita**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2015.

RIOS, F. P. **Crêterios para a indexação de periódicos científicos**. 152 p. Dissertação de mestrado, UDESC, Florianópolis, 2018.

RODRIGUES, D. L. D. I. **Escrita de pesquisa e para a pesquisa**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

RODRIGUES, D. L. D. I.; SILVA, J. Q. G. O (org.). **Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo**. Colocando a mão na massa: implicações da aprendizagem e do ensino da escrita na universidade. Volume 3. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020.

RODRIGUES, D. L. D. I.; SILVA, J. Q. G. O ensino da escrita de artigo acadêmico na web: suas práticas discursivas e jogos de verdade. *In*: KOMESU, F.; ASSIS, J. A. (org.). **Práticas discursivas em letramento acadêmico: questões em estudo**. Ensaios sobre a escrita acadêmica. Volume 1. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2019. p. 46-63.

RODRIGUES, N. C. Trajetória de pesquisa em Ciências Humanas com aporte teórico-metodológico bakhtiniano. **Calidoscópico**, São Leopoldo (RS), v. 13, n. 1, p. 122-131, jan./abr. 2015.

RODRIGUES, R. H. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronótopo e dialogismo**. 252f. Tese. (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2007, p. 152-183.

RUIZ, O. T. *et al.* Fator de impacto: importância e influência no meio editorial, acadêmico e científico. São José do Rio Preto (SP), **Rev Bras Cir Cardiovasc**, v. 24, n. 3, p. 273-278. jul./set. 2009.

SANCHES, K. P. **Relações dialógicas em artigos científicos**: análise de um periódico de saúde e segurança do trabalho. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SCHIFINI, L. R. C.; RODRIGUES, R. S. Política de avaliação de periódicos nas áreas de medicina: impactos sobre a produção editorial brasileira. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 4, p. 78-111, 2019.

SCIELO Brasil. **Crítérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pt/sobre-o-scielo/metodologias-e-tecnologias/criterios-scielo-brasil-criterios-politicas-e-procedimentos-para-a-admissao-e-a-permanencia-de-periodicos-cientificos-na-colecao-scielo-brasil/criterios-scielo-brasil/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SERRA, P. As línguas francas em ciência e a questão dos paradigmas. *In*: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). **A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas**. 2017, p. 261-276. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2724. Acesso em: 23 abr. 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SEVERO, C. G. Bakhtin e Foucault: apostando em um diálogo. *In*: PAULA, L.; STAFUZZA, G. (org.). **Círculo de Bakhtin**: pensamento interacional. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2013. p. 143-166.

SIGNORINI, I. Metapragmáticas da ‘redação’ científica de ‘alto impacto’. **Revista do Gel**, v. 14, n. 3, p. 59-85, 2017.

SIGNORINI, I. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Situar a linguagem**. São Paulo: Parábola, 2008, p. 117-146.

SILVA J. Q. G. O; LOPES, M. A. P. (org.). **Práticas discursivas em letramento acadêmico**: questões em estudo. Entrevistas sobre a escrita acadêmica. Volume 2. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2020.

SOARES, M. Pesquisa em Educação no Brasil – continuidades e mudanças. Um caso exemplar: a pesquisa sobre alfabetização. **Perspectiva**: Revista do Centro de Ciências da Educação - UFSC, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 393-417, jul./dez. 2006.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. *In*: BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007, p. 11-36.

SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2009

SOBRAL, A. Filosofias (e filosofia). *In*: BRAIT, B. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2007a, p. 123-150.

SOBRAL, A. O Ato “Responsível”, ou Ato Ético, em Bakhtin, e a Centralidade do Agente. **SIGNUM: Estud. Ling.**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 219-235, jul., 2008.

SOLLACI, L. B.; PEREIRA, M. G. The introduction, methods, results, and discussion (IMRAD) structure: a fifty-year survey. **J Med Libr Assoc**, v. 92, n. 3, p.364 -367, jul. 2004.

STREET, B. “What’s ‘new’ in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice.” **Current Issues in Comparative Education**, v. 5, n. 2, p. 77-91, 2003.

SUBTIRELU, N. Denying language privilege in academic publishing. 2016. Disponível em: <https://linguisticpulse.com/2016/03/28/denying-language-privilege-in-academic-publishing/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SWALES, J. M. English as tyrannosaurus rex. **World Englishes**, v. 16, n. 3, p. 373-382, 1997.

SWALES, J. M. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SWALES, J. M. **Research Genres**: Exploration and Applications. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

VOLÓCHINOV, V. N. A construção da enunciação. *In*: VOLÓCHINOV, V. N. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Tradução de João Wanderley Geraldi e Valdemir Miotello. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 157-188.

VOLÓCHINOV, V. N. A interação discursiva. *In*: **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólvoka Américo. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 201-226.

VOLÓCHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólvoka Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WILLCOX, M. C. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*: 80 anos de editoração. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro. v. 84, n. 3, p. 435-439, jul./set. 1989.

ZINSSER, W. K. **On writing well**: the classic guide to writing nonfiction. New York: Harper Collins; 2006.

APÊNDICE A: REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

ALTMAN, D. G.; SIMERA, I. A history of the evolution of guidelines for reporting medical research: the long road to the EQUATOR Network. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 109, n. 2, p. 67-77, 2016.

ALTMAN, D. G.; SIMERA, I. **Using Reporting Guidelines Effectively to Ensure Good Reporting of Health Research**, 2014. Disponível em: <https://www.equator-network.org/wp-content/uploads/2016/12/AltmanSimera-Chapter-4-Guidelines-for-Reporting-Health-Research-A-Users-Manual.pdf>. Acesso em: 22 maio 2020.

ANDRIOLO *et al.* Classificação dos Periódicos no Sistema QUALIS da CAPES - a Mudança dos Critérios é URGENTE! **Arq Bras Cardiol**. Rio de Janeiro, v. 94, n. 3, p. 290-291, 2010.

ANTUNES J. L. F *et al.* Caminhos da internacionalização dos periódicos de saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 43, n. 122, jul./set. 2019.

ANTUNES J. L. F. *et al.* Desafios editoriais da Revista de Saúde Pública. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 20, n. 7, p. 1997-2006, 2015.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE CARDIOLOGIA. **Instrução aos Autores**. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/abc/about/#instructions>. Acesso em: 20 maio 2020.

ATALLAH, A. N. Systematic reviews followed by clinical trials, followed by systematic reviews: this is how the uncertainties in medicine are reduced. **Sao Paulo Med J**. São Paulo, v. 125, n. 2, 71-72, 2007.

ATALLAH, A. N., LOGULLO, P. Improving the transparency and integrity of scientific reports on health. New instructions for authors! **Sao Paulo Med. J**. São Paulo v. 137, n. 1, jan./fev. 2019.

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA. **Instrução aos Autores**. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/submissao/instrucao-para-autores>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CARVALHO M. S.; TRAVASSOS, C.; COELI, C. M. Um bom texto. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1701, 2013.

CARVALHO, M. S.; TRAVASSOS C.; COELI, C. M. A internacionalização da ciência. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, ago. 2014.

CIÊNCIA E SAÚDE COLETIVA. **Instrução aos Autores**. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/csc/about/#instructions>. Acesso em: 20 maio 2020.

CLINICS. Instrução aos Autores. Disponível em: <https://www.Clinicsjournal.com/instructions-to-authors/>. Acesso em: 20 maio 2020.

COURA, J. R, WILLCOX, L. C. Fator de impacto, produção científica e qualidade das revistas médicas brasileiras. **Mem. do Inst. Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, v. 98, n. 3, p. 293-297, 2003.

- COURA, J. R., WILLCOX, L. C. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*: tradition and innovation. **Mem. do Inst. Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, v. 101, n. 1, p. 1, 2006.
- COURA, J. R. Editorial review: impact factor evolution on *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro. v. 100, n. 5. Aug. 2005.
- COURA, J. R. Memórias das Memórias. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, v. 82, n. 4, out./dez. 1987.
- COURA, J. R. Memórias das Memórias. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro. v. 87, n. 1. jan./mar. 1992.
- EDITORIAL. Mudanças e inovações na Revista de Saúde Pública. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 33, n. 1, fev. 1999.
- EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇO DE SAÚDE. **Instrução aos Autores**. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/ress/about/#instructions>. Acesso em: 20 maio 2020.
- EQUATOR NETWORK. **Enhancing the quality and transparency of health research**. 2011. Disponível em: <http://www.equator-network.org/home/>. Acesso em: 15 out. 2019.
- FORATTINI, O. P. A língua franca da ciência. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 31, n. 1, p. 3-8, 1997.
- FORATTINI, O. P. A tríade da publicação científica. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 3-12, 1996.
- GALVÃO, T. F.; PEREIRA M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol Serv Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014.
- GALVÃO, T. F; PEREIRA, M. G. Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. **Epidemiol Serv Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 333-334. abr./jun, 2015.
- GALVÃO, T. F; SILVA, M. T; GARCIA, L. P. Ferramentas para melhorar a qualidade e a transparência dos relatos de pesquisa em saúde: guias de redação científica. **Epidemiol Serv Saúde**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 427-436, abr./jun. 2016.
- GARCIA, L. P. Comunicação e redação científica para a epidemiologia e os serviços de Saúde. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 193-194, abr./jun., 2012.
- INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. Recomendações para elaboração, redação, edição e publicação de trabalhos acadêmicos em periódicos médicos. Tradução. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 24, n. 3, set. 2015.
- INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. **Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals**. 2015. Disponível em: <http://www.icmje.org/icmjerecommendations.pdf>. Acesso em: 23 set. 2019.
- JORNAL DE PEDIATRIA. **Instrução aos Autores**. Disponível em: <https://jped.elsevier.es/pt-guia-autores>. Acesso em: 20 maio 2020.

LEMOS, A. A. B. Análise Crítica de um Revista Institucional: as Memórias do Instituto Oswaldo. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 161-169, abr./jun. 1993.

MANSUR, A. J. *et al.* Tendências das Publicações nas Fases Trimestral, Bimestral e Mensal das Cinco décadas dos Arquivos Brasileiros de Cardiologia. **Arq Bras Cardiol.** Rio de Janeiro, v. 75, n. 1, p. 1-7, 2000.

MARLOW, M. A. Writing scientific articles like a native English speaker: concise writing for Portuguese speakers. **Clinics.** São Paulo, v. 71, n. 12, p. 684-686, 2016.

MARLOW, M.A. Writing scientific articles like a native English speaker: top ten tips for Portuguese speakers. **Clinics.** São Paulo, v. 69, n. 3, p. 153-157, 2014.

MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ. Instrução aos Autores. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/mioc/about/#instructions>. Acesso em: 20 maio 2020.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva.** v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINAYO, M. C. S. O artigo qualitativo em foco. **Ciênc. saúde colet.** v. 21, n. 8, ago. 2016.

MOREIRA L. F. P. Periódicos Cardiológicos de Países de Língua Portuguesa: Desafios e Oportunidades. **International Journal of Cardiovascular Sciences.** v. 30, n. 4, p. 283-284, 2017.

PÊGO-FERNANDE, P. M.; MARIANI, A. W. Fator de impacto: problema ou solução? **São Paulo Med. J.** São Paulo, v. 128 n. 2, 2010.

PEREIRA, M. G. A introdução de um artigo científico. **Epidemiol Serv Saúde,** Brasília, v. 21, n. 4, p. 675-676, dez. 2012.

PEREIRA, M. G. A seção de discussão de um artigo científico. **Epidemiol Serv Saúde,** Brasília, v. 22, n. 3, p. 537-538, set. 2013.

PEREIRA, M. G. A seção de método de um artigo científico. **Epidemiol Serv Saúde,** Brasília, v. 22, n. 1, p. 183-184, mar, 2013.

PEREIRA, M. G. A seção de resultados de um artigo científico. **Epidemiol Serv Saúde,** Brasília, v. 22, n. 2, p. 353-354, jun. 2013.

PEREIRA, M. G. Dez passos para produzir artigo científico de sucesso. **Epidemiol Serv Saúde,** Brasília, v. 26, n. 3, p. 661-664, jul./set. 2017.

PEREIRA, M. G. Estrutura do artigo científico. **Epidemiol Serv Saúde,** Brasília, v. 21, n. 2, p. 351-352, jun. 2012.

PEREIRA, M. G. O resumo de um artigo científico. **Epidemiol Serv Saúde,** Brasília, v. 22, n. 4, p. 707-708, dez. 2013.

PEREIRA, M. G. Preparo para a redação do artigo científico. **Epidemiol Serv Saúde,** Brasília, v. 21, n. 3, p. 515-516, set. 2012.

PROCIANOY, R. S. O Jornal de Pediatria para o mundo. **J. Pediatr.** Rio de Janeiro, v. 79, n. 6, nov. 2003.

REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA. **Instrução aos Autores.** Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/rsp/about/#instructions>. Acesso em: 20 maio 2020.

REVISTA DO INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL DE SÃO PAULO. **Instrução aos Autores.** Disponível em: <http://www.imt.usp.br/revista-imt/instructions-to-authors/>. Acesso em: 20 maio 2020.

REY, L. Revista do Instituto de Medicina Tropical cinquenta anos depois. São Paulo. **Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo**, v. 51, n. 5, out. 2009.

RIERA, R.; ATALLAH, A. N. Cochrane highlights. **São Paulo Med J**, São Paulo, v. 127, n. 4, p. 183-184, 2009.

ROCHA-e-SILVA, M. In the February, 2008 issue of *Clinics*. **Clinics**. São Paulo, v. 63, n. 1, p. 1-2, 2008.

ROCHA-e-SILVA, M. No fascículo de fevereiro 2005 de *Clinics*. **Clinics**. São Paulo, v. 60, n. 1, p. 1-3, fev. 2005.

ROCHA-e-SILVA, M. O novo Qualis ou a tragédia anunciada. **Clinics**. São Paulo, v. 64, n. 1, p. 1-4, 2009.

ROCHITE, C. E. Novo editor-chefe, novos desafios. **Arq. Bras. Cardiol.** Rio de Janeiro, n. 110, v. 1, jan. 2018.

SÃO PAULO MEDICAL JOURNAL. **Instrução aos Autores.** Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/spmj/about/#instructions>. Acesso em: 20 maio 2020.

SIMERA, I. *et al.* Transparent and accurate reporting increases reliability, utility, and impact of your research: reporting guidelines and the EQUATOR Network. **BMC Medicine**, v. 8, n. 24, p. 8-24, 2010.

VICTORA, C. G.; MOREIRA C. B. Publicações científicas e as relações Norte-Sul: racismo editorial? **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. Esp, p. 36-42, 2006.

VIDAL, E. I. O. O que esperamos das revisões sistemáticas no futuro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 9, set. 2016.

VIDAL, E. I. O.; FUKUSHIMA F. B. A arte e a ciência de escrever um artigo científico de revisão. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, v. 4, 2021.